



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TONY ANDERSON SILVA FERREIRA

DAS MARGENS AO CENTRO:

Estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS)
no entorno do sangradouro do Açude Grande em Cajazeiras/PB

PAU DOS FERROS/RN
2024

TONY ANDERSON SILVA FERREIRA

DAS MARGENS AO CENTRO:

Estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS)
no entorno do sangradouro do Açude Grande em Cajazeiras/PB

Monografia apresentada a Universidade Federal
Rural do Semi-Árido como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dr^a. Tamms Maria da C.
Morais Campos

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

F383m Ferreira, Tony Anderson Silva.

Das margens ao centro: Estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS) no entorno do sangradouro do Açude Grande em Cajazeiras/PB / Tony Anderson Silva Ferreira. - 2024.
161 f. : il.

Orientadora: Tamms Maria da Conceição Moraes Campos.

Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de , 2024.

1. Habitação de Interesse Social. 2. Requalificação Urbana. 3. Vazios urbanos. 4. Déficit Habitacional. 5. Desenvolvimento Urbano Sustentável. I. Campos, Tamms Maria da Conceição Moraes, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

TONY ANDERSON SILVA FERREIRA

DAS MARGENS AO CENTRO:

Estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS)
no entorno do sangradouro do Açude Grande em Cajazeiras/PB

Monografia apresentada a Universidade Federal
Rural do Semi-Árido como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Defendido em: 15 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 TAMMS MARIA DA CONCEICAO MORAIS CAMPO
Data: 24/04/2024 21:30:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a. Tamms Maria da C. Morais Campos (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA
Data: 25/04/2024 07:46:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a. Anna Cristina Andrade Ferreira (UFERSA)
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
 DAMIAO ESDRAS ARAUJO ARRAES
Data: 24/04/2024 21:34:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Damião Esdras Araujo Arraes (UFERSA)
Membro Examinador

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus e a todas as entidades sagradas que guiaram meus passos e iluminaram meu caminho. Suas presenças sutis, mas poderosas, foram sentidas em cada momento de dificuldade e em cada conquista alcançada.

A minha mainha Janilza e meu pain Eudinho, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando e incentivando desde o primeiro passo dado nessa jornada acadêmica. São grandes exemplos de pessoas trabalhadoras que batalham diariamente para oferecer aos seus filhos tudo aquilo que eles não puderam desfrutar quando mais jovens. Seu amor incondicional e apoio constante foram fundamentais para que eu alcançasse este momento, sempre dizendo “não esquite a cabeça com isso, vai dar tudo certo!”,

Aos meus avós paternos e maternos, que sempre foram fontes de sabedoria, amor e inspiração. Suas histórias de vida e valores transmitidos foram luzes que guiaram meu caminho, moldando minha visão de mundo e fortalecendo minha determinação. Agradeço, em especial a minha voinha Rita, figura importantíssima na minha vida desde o meu nascimento!

À minha orientadora, Tamms Maria da Conceição Moraes Campos, pela sua dedicação, paciência e orientação durante toda a minha caminhada acadêmica na Ufersa e também no processo de elaboração deste trabalho. Seu conhecimento e percepções foram essenciais para o desenvolvimento da minha crescimento como pesquisador, enquanto membro do GPUR.

A todos os professores do curso de Arquitetura da Ufersa, que compartilharam seu conhecimento e experiência, contribuindo para minha formação acadêmica e profissional. Cada aula, cada orientação e cada correção foram preciosos para o meu crescimento.

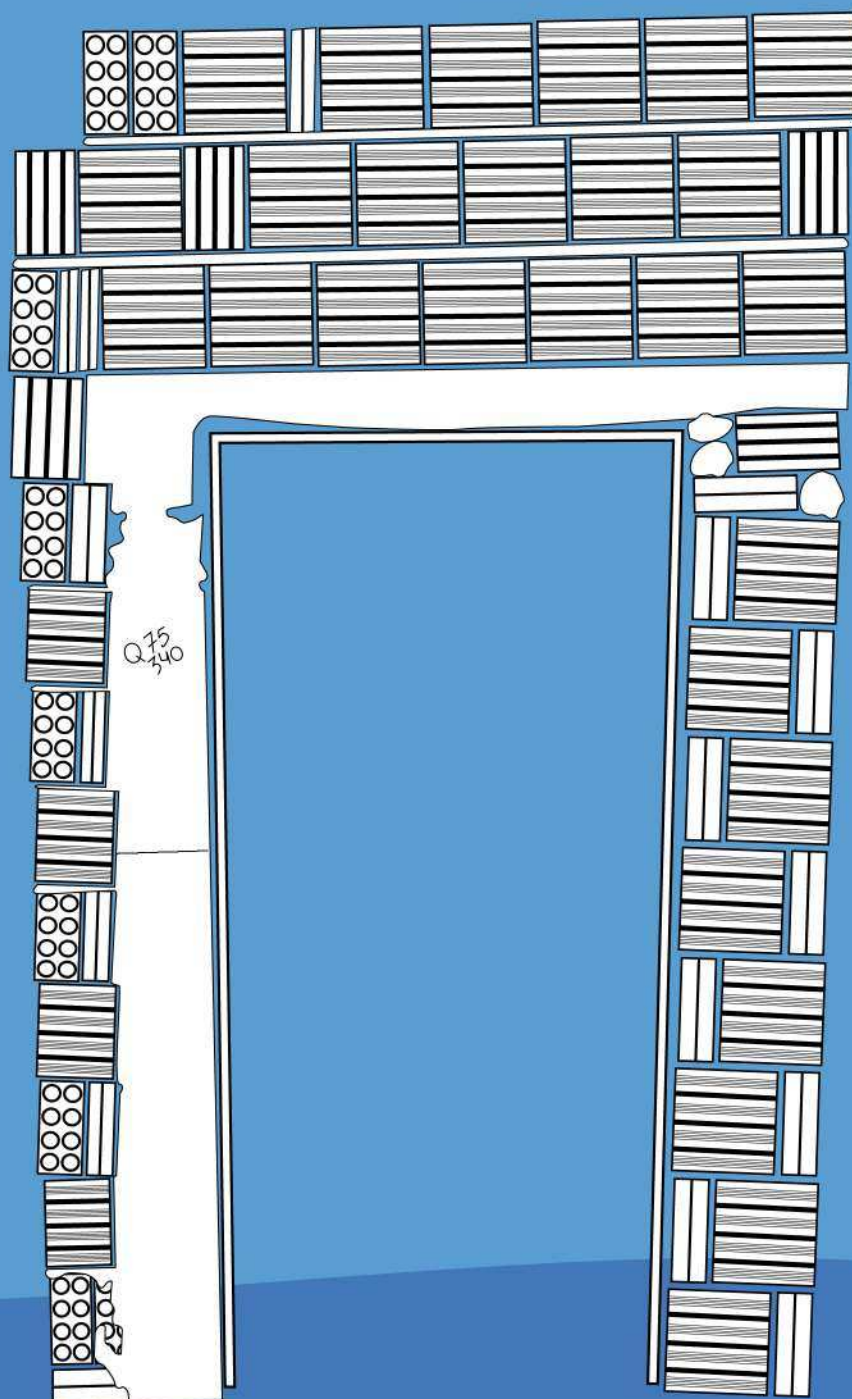
Aos amigos mais próximos, que se tornaram minha segunda família em Pau dos Ferros. Juntos, compartilhamos risadas, desafios e conquistas, criando laços que se tornarão eternos. Sua amizade foi a âncora que me manteve firme em meio às mudanças e desafios. Agradeço a todas as pessoas que conheci nessa caminhada, aqueles que estiveram ao meu lado nos momentos de estudo, de desafios e também de descontração. Seu apoio, compreensão e companheirismo tornaram essa jornada mais leve e significativa.

Aos amigos de “Carrazeiras”, que mesmo à distância, sempre estiveram presentes, oferecendo apoio moral e incentivando meu crescimento pessoal e acadêmico. Suas palavras de incentivo e carinho foram como bálsamo nos momentos de dificuldade.

Por fim, agradeço a mim mesmo, por minha perseverança, determinação e coragem ao longo dessa jornada, mesmo diante das adversidades, foi fundamental para chegar até aqui. Finalizo parafraseando Maria Bethânia, que diz: Agradecer, ter o que agradecer. Louvar e abraçar!”.

"... em vez de levar o povo para morar 20 quilômetros distante do **centro da cidade**, leve o povo para onde já tem escola, asfalto, energia elétrica e linha de ônibus."

Luiz Inácio Lula da Silva



Resumo

O município de Cajazeiras, localizado no alto sertão da Paraíba, é reconhecido por seu valioso patrimônio histórico e educacional. A alcunha “A cidade que ensinou a Paraíba a ler” reflete o papel educacional desempenhado por Cajazeiras na região. No entanto, por trás desse legado, há desafios contemporâneos que afetam áreas menos desenvolvidas, onde moradores buscam moradias dignas e a cidade carece de ordenamento territorial. Essa lacuna resulta da falta de planejamento urbano eficaz e de políticas públicas substanciais, refletindo um problema comum a muitos municípios brasileiros. O presente estudo busca propõe uma investigação sobre a viabilidade de implementação de um estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS) no entorno do sangradouro do Açude Grande, visando iluminar a discussão sobre o déficit habitacional e promover a integração social da população marginalizada. A pesquisa compreende uma análise aprofundada dos vazios urbanos na área em questão, considerando sua ocupação estratégica para possíveis melhorias habitacionais e integração social. Os objetivos específicos incluem o levantamento das demandas habitacionais da população local, a avaliação da viabilidade dos vazios urbanos para projetos habitacionais e a análise dos impactos sociais, ambientais e econômicos da proposta de HIS. Além disso, a pesquisa busca promover uma compreensão mais profunda da comunidade cajazeirense, explorando sua identidade única e valorizando sua memória e população. Este estudo contribui para o debate sobre o desenvolvimento urbano sustentável, destacando a importância da implementação de políticas públicas eficazes e do planejamento urbano integrado para enfrentar os desafios habitacionais e promover a inclusão social nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: habitação de interesse social; requalificação urbana; vazios urbanos; déficit habitacional; desenvolvimento urbano sustentável.

Abstract

The municipality of Cajazeiras, located in the highlands of Paraíba, is recognized for its valuable historical and educational heritage. The nickname "The city that taught Paraíba to read" reflects the educational role played by Cajazeiras in the region. However, behind this legacy, there are contemporary challenges affecting less developed areas, where residents seek decent housing and the city lacks territorial planning. This gap results from the lack of effective urban planning and substantial public policies, reflecting a common problem in many Brazilian municipalities. The present study proposes an investigation into the feasibility of implementing a preliminary study of urban requalification for Social Interest Housing (HIS) in the vicinity of the Açude Grande spillway, aiming to illuminate the discussion on housing deficit and promote social integration of the marginalized population. The research comprises an in-depth analysis of urban voids in the area in question, considering their strategic occupation for possible housing improvements and social integration. Specific objectives include surveying the housing demands of the local population, evaluating the feasibility of urban voids for housing projects, and analyzing the social, environmental, and economic impacts of the HIS proposal. Additionally, the research seeks to promote a deeper understanding of the Cajazeiras community, exploring its unique identity and valuing its memory and population. This study contributes to the debate on sustainable urban development, highlighting the importance of implementing effective public policies and integrated urban planning to address housing challenges and promote social inclusion in Brazilian cities.

Keywords: social interest housing; urban redevelopment; urban voids; housing deficit; sustainable urban development.

Lista de ilustrações

Figura 01: Localização do município de Cajazeiras/PB.....	15
Figura 02: Delimitação do centro histórico municipal	17
Figura 03: Divisão dos bairro do município de Cajazeiras	19
Figura 04: Açude Epitácio Pessoa	19
Figura 05: Exemplo de moradia no sangradouro.....	19
Figura 06: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção	21
Figura 07: Mapa de traçado e parcelamento da área analisada	24
Figura 08: Famílias habitando o canal de desagüe do açude	30
Figuras 09 e 10: Imagens do projeto Viva a Praça.....	39
Figuras 11 e 12: Praça Mauá reinaugurada após remodelação	39
Figura 13: Aumento populacional brasileiro	46
Figura 14: Variação populacional	46
Figura 15: Recorte espacial da área analisada.....	53
Figura 16: Praça José Rolim Guimarães	57
Figura 17: Praça José Guimarães	57
Figura 18: Principais vias englobadas pela área de estudos.....	57
Figura 19: Planejamento para captura das fotografias	59
Figura 20: Mapa de cheios e vazios da área analisada.....	67
Figura 21: Localização dos conjuntos habitacionais “Residencial Cajazeiras I e II”	70
Figura 22: Aumento populacional brasileiro.....	76
Figura 23: Variação populacional	76
Figura 24: Gleba escolhida para intervenção desta pesquisa	77
Figura 25: Mapa de uso e ocupação do solo	78
Figura 26 e 27: Habitações no entorno do sangradouro.....	79
Figura 28: Proposta para pavimentação de piso e áreas verdes	85
Figura 29: Proposta para equipamento e mobiliários urbanos.....	85
Figuras 30 e 31: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção	86
Figura 32: “Casa” do ciclista.....	87
Figura 33: Mobiliários urbanos	87
Figura 34: Simbolismo nos elementos	88
Figura 35: Brinquedos públicos	88
Figura 36: Simbolismo nos elementos	90

Figura 37: Brinquedos públicos	90
Figura 38: Planta baixa do conjunto.....	90
Figura 39: Perspectiva do conjunto.....	90
Figura 40: Fachada principal do conjunto.....	91
Figura 41: Desnível do conjunto	91
Figura 42: Planta baixa do conjunto.....	92
Figura 43: Topografia do conjunto	92
Figuras 44 e 45: Zoneamento Bioclimático Brasileiro e Zona Bioclimática 7	96
Figura 46: Gráfico de temperaturas anual	97
Figura 47: Gráfico de umidade relativa do ar anual.....	98
Figura 48: Rosa dos ventos.....	98
Figura 49: Carta solar referente a latitude de Cajazeiras.....	99
Figura 50: Gráfico de gênero dos entrevistados.....	101
Figura 51: Gráfico de faixa etária dos entrevistados	101
Figura 52: Gráfico de total de moradores	102
Figura 53: Gráfico sobre a residência.....	102
Figura 54: Gráfico de frequência no bairro.....	103
Figura 55: Gráfico sobre utilização dos espaços públicos de uso coletivo.....	103
Figura 56: Gráfico sobre melhorias nos espaços públicos de uso coletivo	103
Figura 57: Gráfico sobre os equipamentos comunitários	104
Figura 58: Gráfico sobre os mobiliários urbanos.....	104
Figura 59: Gráfico sobre a sensação de segurança no bairro	106
Figura 60: Gráfico sobre proliferação de insetos e animais	106
Figuras 61 e 62: Situação do sangradouro no período de chuvas	107
Figura 63: Gráfico sobre proliferação.....	108
Figura 64: Gráfico sobre a ocorrência de proliferação de doenças	108
Figura 65: Gráfico sobre o transporte dos moradores	108
Figura 66: Gráfico sobre a manutenção do sangradouro do Açude Grande	109
Figura 67: Gráfico sobre a ocorrência de transbordamento do sangradouro.....	111
Figura 68: Gráfico sobre morar próximo ao sangradouro do Açude Grande.....	112
Figura 69: Gráfico sobre a atual residência dos entrevistados	113
Figura 70: Gráfico sobre possibilidade de mudanças na residência atual.....	115
Figura 71: Gráfico sobre possibilidade de mudança de localidade.....	116
Figura 72: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção	118

Figura 73: Traçado urbano do loteamento.....	119
Figura 74: Mobiliário urbano orgânico	119
Figura 75: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção	119
Figura 76: Mapa do levantamento topográfico da área analisada	120
Figura 77: Mapa do levantamento topográfico da área analisada	121
Figura 78: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar	122
Figura 79: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar	124
Figura 80: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar	125
Figura 81: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar	128
Figura 82: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar	128
Figura 83: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar	129

Lista de quadros

Quadro 01: Critérios de seleção dos estudos de caso.....	61
Quadro 02: Critérios de seleção das legislações urbanas e ambientais.....	61
Quadro 03: Informações sobre o gabarito máximo.....	62
Quadro 04: Potenciais de uso dos vazios urbanos.....	80
Quadro 05: Comparativo entre os programas de necessidades dos projetos urbanísticos	93
Quadro 06: Comparativo entre os programas de necessidades dos projetos de HIS.....	93
Quadro 07: Programa de necessidades e pré-dimensionamento das áreas urbanas.....	122
Quadro 08: Descrição do mobiliário e infraestrutura urbano	123
Quadro 09: M01 - Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	126
Quadro 10: M02 - Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	127
Quadro 11: M03 - Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	127

Lista de abreviaturas e siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NBR – Norma Brasileira

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PcD – Pessoa com Deficiência

APO – Avaliação Pós-ocupação

BNH – Banco Nacional da Habitação

HIS – Habitação de Interesse Social

MPPB – Ministério Público da Paraíba

PlanHab – Plano Nacional de Habitação

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SeAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

Sumário

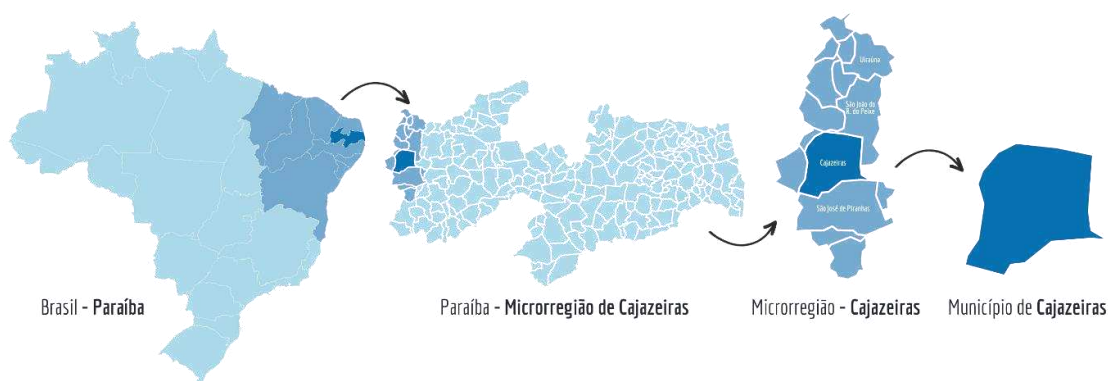
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 TEORIA E PRÁTICA: INTEGRANDO O CONHECIMENTO	28
1.1 Cidades inclusivas e harmoniosas: o papel da urbanidade e da sociabilidade urbana	28
2.2 Acolhimento e intervenções urbanas: teias de transformação social.....	34
2.3 Importância das análises sociais e urbanas: busca por melhorias e avanços	41
2.3.1 A busca por melhorias através dos avanços tecnológicos	45
2.4 Direito à moradia digna: Habitação de Interesse Social como alternativa para a crise	46
3 PERCURSO METODOLÓGICA DA PESQUISA	53
3.1 Recorte espacial	53
3.2 Fontes teóricas metodológicas	54
3.3 Estudo de viabilidade da intervenção	54
3.3.1 Elaboração e realização de entrevistas	54
3.3.1.1 Planejamento das entrevistas.....	55
3.3.1.2 Execução das entrevistas	56
3.3.1.3 Procedimento de análise	58
3.3.2 Levantamento fotográfico	58
3.3.3 Levantamento arquitetônico	59
3.3.4 Levantamento topográfico	59
3.3.6 Critérios de seleção dos estudos de caso.....	60
3.3.7 Critérios de seleção das legislações urbanas.....	61
4 URBANIZAÇÃO DE CAJAZEIRAS E OS VAZIOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE O CENTRO COMERCIAL.....	63
4.2 A perspectiva das famílias afetadas: análise comparativa de outras regiões	66
4.3 A escassez de moradias dignas: causas e consequências da discrepância.....	69
4.4 Políticas públicas e intervenções urbanas: desafios para o desenvolvimento.....	72
4.5 Vazios urbanos e seus potenciais de uso: análise do entorno do sangradouro	76
4.5.1 A problemática da população marginalizada no entorno do sangradouro.....	81
5 ESTUDOS DE CASO: PROJETOS PARA EMBASAR OS RESULTADOS	84
5.1 Reurbanização do centro de Conde/PB.....	84
5.2 Requalificação urbano-arquitetônica do Parque da Liberdade em Fortaleza/CE...	87
5.3 Analisando exemplos de HIS no Nordeste: projetos do Escritório NEBR.....	89
5.3.1 I Conjunto de Casas Populares em Paudalho, Pernambuco	89
5.3.2 II Conjunto de Casas Populares em Paudalho, Pernambuco.....	91

6 DAS MARGENS AO CENTRO: AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E SOCIAL EM CAJAZEIRAS/PB.....	94
6.1 Análise das características e dados bioclimáticos.....	95
6.2 Participação comunitária na transformação urbana: tabulação dos dados	100
6.2.1 Sobre o perfil da população local: entendendo os entrevistados.....	101
6.2.1.1 Sobre o bairro centro: entendendo o contato dos entrevistados com o espaço analisado.....	102
6.2.1.2 Sobre o sangradouro do Açude Grande: questões sobre a insalubridade	105
6.2.1.3 Mesmo lugar, novo lar: questões sobre o déficit habitacional na região e a busca por soluções eficientes	111
6.3 Reconfigurando o espaço urbano e social de Cajazeiras/PB	116
6.3.1 Conceito e partido arquitetônico e urbanístico	117
6.3.2 Análise do terreno escolhido.....	119
6.3.3 Invenções no meio urbano: constituição do loteamento.....	121
6.3.4 Invenções arquitetônicas: as habitações de interesse social.....	124
6.3.4.1 Conceito arquitetônico das fachadas das habitações	127
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES.....	137
Apêndice A: Questionário para entrevistas.....	138
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	140
Apêndice C: Acesso para mais vista da proposta renderizadas.....	141
Apêndice D: Acesso ao vídeo da proposta renderizadas.....	142
ANEXOS.....	143
Anexo A: Mapa de numeração de quadras (Zona Urbana e Zona de Expansão).....	144
Anexo B: Acesso a Legislação Urbanística de Cajazeiras (PB).....	145

1 INTRODUÇÃO

O município de Cajazeiras, localizado no alto sertão do estado da Paraíba (Figura 01), possui um rico patrimônio histórico e cultural, que adjunto as contribuições históricas ofertadas para a área da educação, alavancaram o reconhecimento do município dentro do cenário paraibano. Devido a esses fatores, Cajazeiras recebeu a alcunha de “A cidade que ensinou a Paraíba a ler”¹, título dado em reconhecimento ao papel educacional importante, nos transporta para uma época em que a cidade, liderada pelo Padre Inácio de Sousa Rolim, se destacava como um centro de conhecimento na região. No entanto, por trás desse legado educacional, há desafios atuais que afetam as áreas menos desenvolvidas de Cajazeiras, onde as pessoas buscam moradias dignas e a cidade precisa de ordenamento físico territorial.

Figura 01: Localização do município de Cajazeiras/PB



Fonte: Base de dados: MapChart (modificado pelo autor), 2024.

A complexidade dessa problemática tem sua origem na ausência de um planejamento urbano eficaz e na inexistência de políticas públicas substanciais que possam servir como suporte na busca por soluções. Esse cenário de incerteza e falta de direcionamento estratégico encontra suas raízes em muitos municípios brasileiros, refletindo a negligência perpetrada por sucessivas gestões administrativas ao longo dos anos.

A carência de uma visão estratégica e de ações coordenadas para a configuração do espaço urbano contribui para a perpetuação dos desafios enfrentados, especialmente no que diz respeito à habitação e à organização da área urbana cajazeirense. A falta de políticas

¹ Segundo o relato da professora Margarida, registrado por Nascimento (2018, p. 39), a origem da frase está atrelada ao “[...] político chamado Alcides Carneiro que veio fazer um comício aqui em Cajazeiras e como ele admirava que aqui tinha... o primeiro colégio da região foi aqui em Cajazeiras e tinha o colégio Salesiano, e tinha o Colégio das Dorotéias, e tinha umas escolas boas públicas e ele citou, fez essa frase, por que ele era muito inteligente, escritor, era deputado na época e disse que Cajazeiras quem ensinou a Paraíba a ler, por que aqui foi a primeira escola regional, primária fundada pelo Padre Rolim [...]”.

públicas específicas para orientar o crescimento e a evolução da cidade resulta em uma lacuna que impacta diretamente a qualidade de vida dos residentes, principalmente daqueles socioeconomicamente vulneráveis.

A negligência por parte das administrações locais ao longo do tempo tem deixado marcas profundas, comprometendo não apenas o presente, mas também o futuro dessas comunidades. A ausência de um olhar estratégico para o desenvolvimento urbano cria um ciclo vicioso, onde a falta de planejamento perpetua os desafios habitacionais e socioeconômicos, tornando-se uma questão crônica que demanda uma abordagem cuidadosa e consistente para promover mudanças significativas.

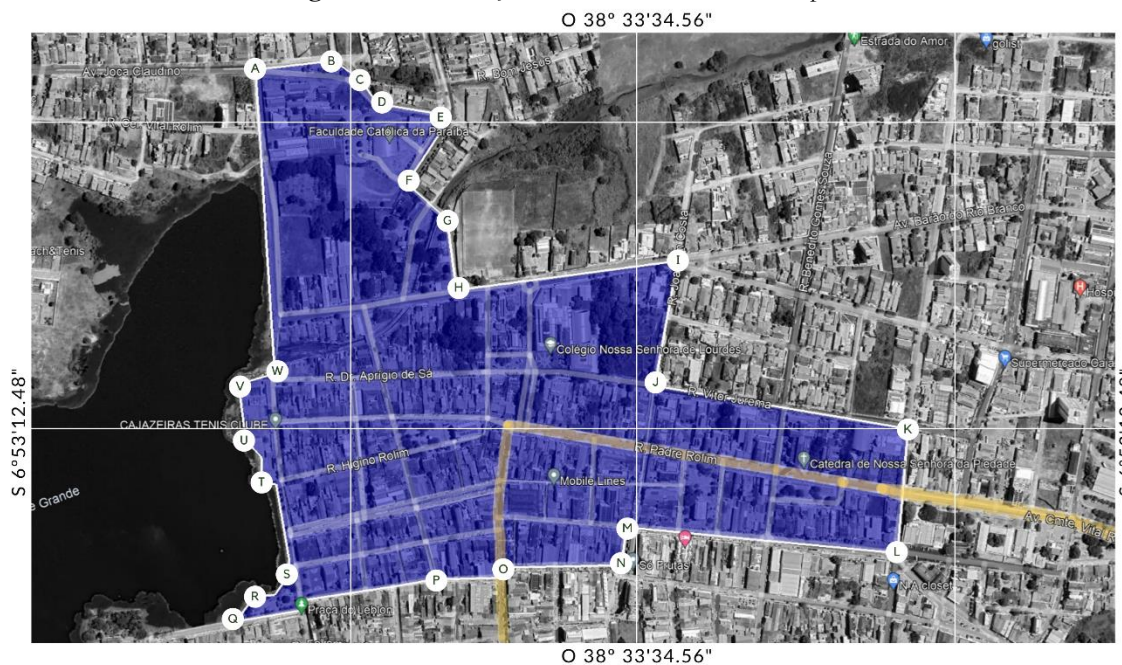
Um dos problemas evidenciados no centro geográfico e comercial da cidade, bairro usado como base de análise nesse estudo, consistir na quantidade de vazios urbanos, que acaba gerando impactos negativos no crescimento sustentável da cidade. Apesar da quantidade de vazios, por muitas vezes, esses espaços desocupados ou subutilizados, passam despercebidos pela grande maioria da população local. Milton Almeida Santos (1996, p. 137) ressalta que a análise do espaço urbano requer grande atenção, visto que, o espaço geográfico se constitui como um componente imprescindível na construção do que se conhece por “sociedade”, ele se comporta como aquele que engloba todas as partes e as unem em um senso comum.

No desenvolvimento dessa investigação, percebeu-se que no caso do centro de Cajazeiras, os vazios urbanos fogem um pouco da definição corriqueiramente dada por Santos (1996, p. 46), na qual, o autor fortalece o embasamento da acepção “tradicional”, principalmente quando ele considera como vazios, apenas os lotes que não estão ocupados por construções ou edificações. Essa explicação acaba escanteando as edificações – de relevância histórica ou não – que estão abandonadas ou que estão em estado de deterioração. Vale ressaltar que essa análise do autor se detém a análise de zonas urbanas, porque nesse caso, o autor não estende sua definição as zonas rurais.

Devido as dimensões do centro da cidade de Cajazeiras e da grande quantidade de edificações tombadas, que constituem o centro histórico local – delimitado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), de acordo com o decreto

nº 25.140/2004 (ver Figura 02) – alguns dos “vazios urbanos” encontrados no bairro Centro são edificações de cunho histórico relevante que estão sem atribuição de uso.

Figura 02: Delimitação do centro histórico municipal



Fonte: Google Earth Pro (modificado pelo autor), 2024.

E ao considerar o rico potencial construtivo que os vazios urbano pode representar, a subutilização desses espaços representa não apenas uma perda tangível, mas também uma privação da oportunidade de transformar esses locais, presentes no centro da cidade, em espaços úteis para os cajazeirenses. Portanto, a reflexão sobre o aproveitamento eficiente desse potencial construtivo torna-se crucial, não apenas para resguardar direito básicos para a população (direto à moradia digna), mas também para catalisar o desenvolvimento sustentável² de Cajazeiras, município referência do sertão paraibano.

Ao considerar todas as questões, que envolvem o potencial de uso dos lotes vazios e também as edificações históricas subutilizadas, torna-se adequado para melhor alinhamento geral da pesquisa, fazer uso da definição para “vazios urbanos” dada por Andréa de Lacerda Pessoa Borne (2006, p. 13), que melhor condiz com a realidade do centro da cidade. Na sua análise, a autora ressalta que além dos terrenos não ocupados, as edificações que estão

² Camargo (2003, p. 43 *apud* Estender e Pitta, 2008, p. 01) entende e define o desenvolvimento sustentável como “[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.”. Portanto, nesta pesquisa será utilizado essa definição para explicação do termo.

inativas ou subutilizadas e localizam-se em trechos urbanos consolidados – ou que estão passando pelo processo de urbanização – podem ser considerados “vazios urbanos”, afinal, essas construções não estão cumprindo sua função social, conforme define o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64)³ e o artigo 182 da Constituição Federal⁴.

Conforme ressaltado por Kassia Janny Gonçalves Rocha (2017, p. 53), nas mediações do centro histórico cajazeirense há grande predomínio de edificações “[...] não utilizadas, isto é, as formas sem funções, que superam o número de terrenos não edificadas [...]”. Em contrapartida a essa alta taxa de edificações e lotes no centro vazios, os dados coletados pela Secretária Municipal para o Desenvolvimento Humano (SMDH) de Cajazeiras no ano de 2023⁵, apontam um rápido crescimento da população cajazeirense em situação de rua e, consequentemente, cresce o déficit habitacional municipal.

A SMDH (2023) de Cajazeiras junto com o Ministério Público da Paraíba (MPPB), contabilizaram cerca de 1 (um) mil pessoas em situação de rua na cidade de Cajazeiras. E movidos pela preocupação gerada por esses dados iniciais, os órgãos municipais competentes deliberaram a favor da realização de levantamentos mais minuciosos, também como, realizações de medidas protetivas e ações sociais que buscam proporcionar a mínima ajuda possível e imediata a essas pessoas.

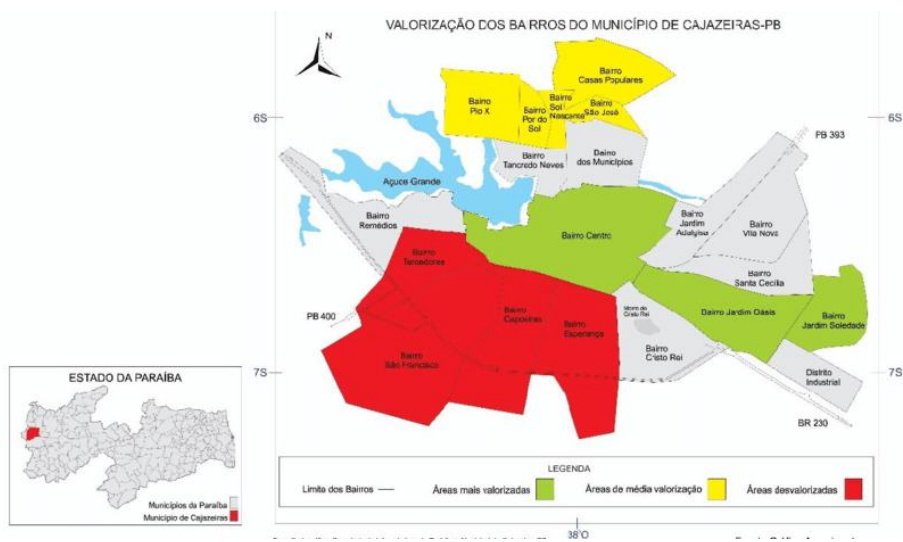
E através de observações no município, pode ser constatado a existência de bairros com baixos índices de acesso da população à moradia digna e a boas condições sanitárias e humanitárias, a exemplo por bairro São Francisco, bairro Capoeiras e diversos outros bairros presentes na Zona Sul do município, destacados em vermelho na Figura 03 como “áreas desvalorizadas.

³ Mas especificamente no Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

⁴ Que dispõe sobre a [...] política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”.

⁵ Informações retiradas da plataforma pertencente a Prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB, disponível em: <<https://bit.ly/3s5V2bS>>. E da plataforma do Ministério Público Paraibano (MPPB), disponível em: <<https://bit.ly/3DLNopI>>. Acessados em 08 de agosto de 2023.

Figura 03: Divisão dos bairro do município de Cajazeiras



Fonte: Délio Jacksce, 2015.

Em contrapartida a essa característica do centro comercial cajazeirense, a grande quantidade de vazios urbanos, outro fato se destaca: o grupo⁶ de pessoas que residem em habitações “simples” ou deterioradas às margens do sangradouro do Açude Epitácio Pessoa, popularmente conhecido como “Açude Grande”, um grande marco histórico para o município (Figuras 04 e 05)⁷. O que impede essas pessoas de terem acesso a melhores condições de moradia? A partir desse cenário, ver-se a possibilidade de usar estratégias de intervenção que revitalizem esses espaços inutilizados e, ao mesmo tempo, favoreçam melhores condições de vida para essa parcela da população do bairro centro.

Figura 04: Açude Epitácio Pessoa



Fonte: Portal Conceição Verdade, 2023.

Figura 05: Exemplo de moradia no sangradouro



Fonte: Autor, 2024.

⁶ Através da aplicação dos questionários na região, foram contabilizadas 40 famílias, em média, que residem em habitações às margens do sangradouro do açude.

⁷ Inaugurado em 16 de abril de 1916, o Açude Grande já fez parte de diversos momentos marcantes na vida o município. Por muito tempo, suas águas foram a principal fonte de abastecimento para os habitantes de Cajazeiras. Essa fase foi de extrema importância para o Açude Grande e para toda a comunidade de Cajazeiras. Com o passar dos anos, à medida que novas construções foram erguidas, os esgotos começaram a ser despejados diretamente no açude, dando início a um processo de poluição que continua a prejudicar esse importante reservatório até os dias atuais. Para mais informais: <<https://bit.ly/3JhDcHX>>.

Uma forma de unir soluções em prol da população que vive as margens do açude, utilizando dessas duas características do bairro centro, são propostas que requalifiquem essas áreas urbanas não utilizadas para viabilizar a construção de Habitações de Interesse Social (HIS). De acordo com Margaux Hildebrandt Veras (2014), o conceito de Habitação de Interesse Social (HIS) refere-se à busca por soluções habitacionais para a população de baixa renda e foi introduzido com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), persistindo até os dias atuais. Partindo do princípio de que uma das necessidades primordiais do ser humano é a proteção e o abrigo, a habitação se torna crucial para as pessoas, não apenas como um simples telhado sobre suas cabeças, mas também como um direito constitucional garantido.

Porém, para guiar esta pesquisa, será adotada a definição dada por Nabil Bonduki (2017, p. 22) sobre o conceito de habitação social. De acordo com o autor, em seu sentido mais comum, esse termo caracteriza-se como um modelo de habitação desenvolvido e financiado por entidades estatais, voltado para atender às necessidades da população de baixa renda. Contudo, Bonduki (2017, p. 22) expande essa definição, destacando que o termo também engloba a regularização estatal da locação residencial e a integração, como uma responsabilidade do Estado, das carências de infraestrutura urbana decorrentes do loteamento privado⁸. Por conseguinte, fazendo-as atender as normativas nacionais postas, que ressaltam a importância do cumprimento da sua função social, impelindo a reintegração dessas ao tecido urbano.

Os projetos de HIS alinham-se com a necessidade do surgimento de proposições que gerem cidades mais sustentáveis, visto que, a participação de profissionais qualificados contribui para propostas de projetos residenciais que gerem menores índices de gastos energéticos e consumo dos recursos naturais durante a construções e manutenção dessas novas locações. Isso será melhor explorados nos capítulos seguintes, nos quais, serão apresentadas as soluções escolhidas para o projeto final, fruto dessa pesquisa.

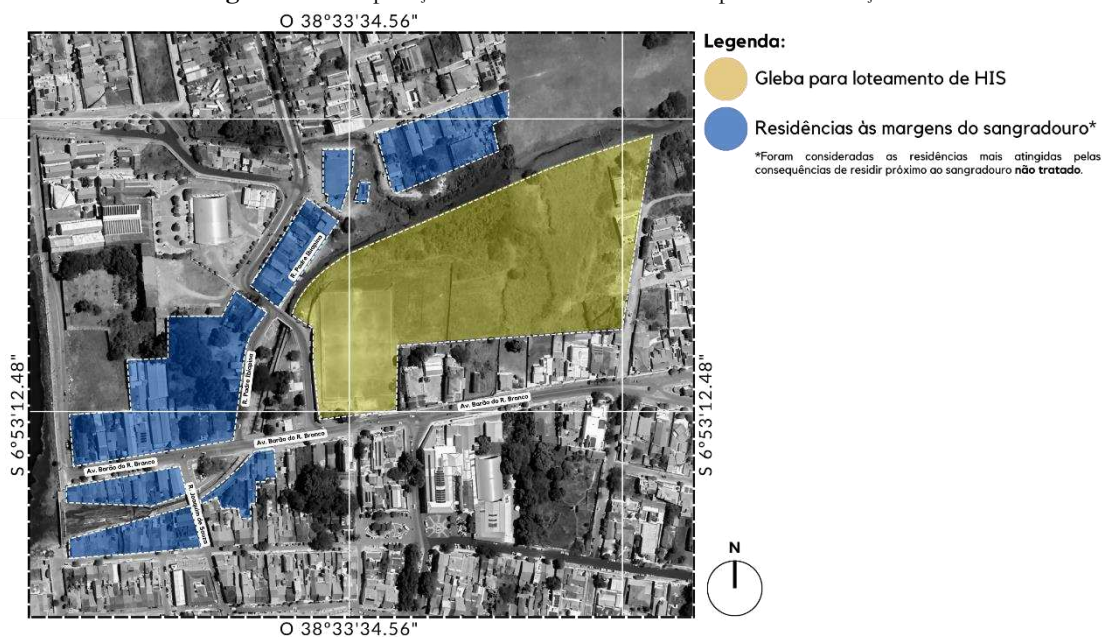
Levando em consideração todas as questões elucidadas anteriormente, a problematização central desta investigação se dar na busca pelo entendimento dos impactos

⁸ Aqui vale ressaltar o inciso VII do art. 15º do Plano Diretor Municipal de Cajazeiras, que define Habitação de Interesse Social como sendo a forma de moradia “[...] destinada às populações que vivem em condições precárias de habitabilidade ou auferem renda inferior a 1,5 (um e meio) salários mínimos vigentes ou seu sucedâneo legal;”.

urbanísticos e sociais causados pela a requalificação de vazios urbanos, presentes em áreas centrais do município, com o intuito da construção de habitações sociais. Seria essa uma forma de solução efetiva para o déficit habitacional e ocupação desses vazios? Ao mesmo tempo em que fomenta a valorização social da população que vive às margens?

Diante da necessidade de aprimorar as condições habitacionais das 40 famílias (em média) que residem no entorno do sangradouro (Figura 06). E, simultaneamente, requalificar lotes vazios, também surge o seguinte questionamento: como propor soluções capazes de abordar de maneira integrada essas duas problemáticas priorizando os moradores locais? A resposta a essa indagação exigiu uma abordagem abrangente, explorando questões legais, o impacto socioeconômico na comunidade e os desafios técnicos inerentes à requalificação urbana e loteamento de habitação social.

Figura 06: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção



Fonte: Escritório Versa - Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura, 2018.

Esse quantidade de residências foi determinado após as primeiras visitas ao local, durante o processo de aplicação dos questionários. Notou-se que essas residências, destacadas na Figura 06 são as mais atingidas pelas consequências ambientais e sociais – ao considerar a discriminação advinda dos cidadão de outras regiões – de residir tão próximo ao sangradouro do Açude Grande, obviamente essas consequências negativas existem devido à falta de manutenção e medidas mais de proteção mais eficientes. Mediante observações e

conversas, chegou-se à conclusão que as pessoas mais atingidas são as que residem ao longo da Rua Padre Ibiapina.

Nesse contexto, a participação popular emergiu como um elemento crucial, sendo explorada como ferramenta fundamental para o desenvolvimento e aceitação efetiva das resoluções propostas por parte da população que ali reside. E para isso, foram realizadas diversas visitas ao entorno do sangradouro, nas quais foram recolhidas informações através de conversas com os moradores da área de estudo. A pesquisa buscou, assim, não apenas identificar possíveis soluções, mas trazer a população para o centro da discussão, tornando a população parte da construção desse estudo preliminar.

O lema do Escritório Arquitetas Nômades⁹, “Mesmo lugar, novo lar”, encapsula a filosofia de transformar espaços já existentes na malha urbana, em ambientes acolhedores e sustentáveis. No contexto da proposta de Habitações de Interesse Social (HIS) para as famílias nas imediações do sangradouro do Açude Grande, esse lema ressoa de maneira particularmente significativa. A ideia central é reconhecer e maximizar o potencial dos vazios urbanos já presentes, estudando a possibilidade de converter algum em loteamentos que valores a figura humana e com residências que valorem a adaptação para cada família.

Ao evocar “Mesmo lugar, novo lar”, se destaca a importância de trabalhar com a realidade local, abraçando os vazios urbanos como oportunidades para a melhoria das condições habitacionais. Essa abordagem não apenas valoriza a identidade e história da comunidade, mas também se alinha com princípios de sustentabilidade ao minimizar a necessidade de expansão para áreas periféricas. A proposta vai além da simples construção de moradias; ela visa requalificar o tecido urbano existente, promovendo uma integração mais estreita entre as comunidades e seus entornos. Ao dar um novo propósito aos vazios urbanos no entorno do sangradouro, a proposta busca não apenas fornecer moradias dignas, mas também estabelecer lares que fortaleçam os laços sociais e contribuam para o desenvolvimento sustentável de Cajazeiras.

⁹ O escritório Arquitetas Nômades nasceu em São João del-Rei em 2017, com o propósito de gerar impacto social em habitação. Com uma trajetória de participação em projetos de aceleração e incubadoras puderam desenvolver seu negócio e iniciaram com as obras de subsídio a partir de 2020. Mais informais disponíveis em: <<https://bit.ly/3TP5JK7>>.

A Constituição Federal de 1988 prever o direito à vida digna para toda a população e essa parcela da sociedade, que está participando da pesquisa, deve estar incluída nas demandas da administração pública municipal. Portanto, o resultado dessa pesquisa pode dar uma certa parcela de contribuição na busca por soluções ou ao menos diminuição, dos problemas enfrentados pela população que vive no entorno do sangradouro.

Também foi usado como motivador da pesquisa a nova moção para o Projeto Minha Casa, Minha Vida Também (PMCMV) apontada pelo Governo Federal no ano de 2023. Nesse novo formato, os projetos, obras e serviços associados ao programa devem incorporar considerações fundamentais de acessibilidade e sustentabilidade. Devido a isso, foi imperativo conceber unidades habitacionais que fossem adaptáveis e acessíveis para atender às necessidades de Pessoas com Deficiência (PcD), mobilidade reduzida ou idosas.

Além disso, a ênfase recai sobre a promoção da sustentabilidade nos aspectos social, econômico, ambiental e climático. Isso inclui a priorização de fontes de energia renováveis, a integração de equipamentos altamente eficientes do ponto de vista energético e a utilização de materiais de construção com baixa pegada de carbono¹⁰, incluindo aqueles provenientes de processos de reciclagem. Paralelamente, destaca-se a importância de direcionar a atenção para a sustentabilidade em todas as fases do projeto, desde a concepção até a execução.

Isso implica não apenas atender às necessidades imediatas dos residentes, mas também abraçar práticas que promovam a preservação do meio ambiente, o equilíbrio econômico e a justiça social a longo prazo. O compromisso com fontes de energia renovável, eficiência energética e materiais “ecoamigáveis” reflete não apenas uma responsabilidade ambiental, mas também um compromisso com a criação de comunidades habitacionais mais inclusivas e sustentáveis para todos os cidadãos.

Com o intuito de otimizar as definições previamente apresentadas sobre vazios urbanos, conforme delineado por Santos (1996) e Borne (2006), e visando a expansão coerente das discussões propostas nesta pesquisa, a área circunvizinha ao sangradouro do Açude Grande será adotada como base de estudo. Para a concretização do estudo preliminar sobre requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS), uma grande gleba vazia

¹⁰ Esse termo refere-se à mensuração das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE), incluindo aquelas emitidas diretamente ou indiretamente durante o processo produtivo, na prestação de serviços e/ou aquelas associadas ao ciclo de vida dos produtos (Andrade, 2010, p. 18).

específica dessa região foi escolhida (ver Figura 07), considerando sua viabilidade e alinhamento com os objetivos propostos.

É crucial ressaltar que, em virtude da preocupação em preservar a memória coletiva da comunidade local, durante a seleção do terreno foi observado as delimitações estabelecidas pelo IPHAEP, concentrando-se no entorno do centro histórico da cidade. Além disso, foi cuidadosamente ponderado durante a escolha do local o critério de caminhabilidade, definido por Roberto Ghidini (2011, p. 02) como uma “[...] qualidade do lugar. O caminho que permite ao pedestre uma boa acessibilidade às diferentes partes da cidade, garantido às crianças, aos idosos, às pessoas com dificuldades de locomoção e a todos.”.

Figura 07: Mapa de traçado e parcelamento da área analisada



Fonte: Autor (base de dados: SEPLAN de Cajazeiras/PB), 2024.

Essas medidas foram seguidas em virtude da otimização projetual, proporcionando a utilidade total da intervenção, viabilizando o acesso a todos e todas as cajazeirenses que frequentam a área, não apenas o centro comercial de Cajazeiras, mas também as áreas adjacentes, uma vez que o sangradouro do Açude Grande desempenha um papel crucial como ponto de conexão entre diversas áreas da cidade. Essa ligação, ocasionada pelo longo percurso do sangradouro, pode ser observada na Figura 07, disposta acima.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em **conceber** um estudo preliminar sobre requalificação urbana para loteamento de Habitação de Interesse Social (HIS) em

Cajazeiras/PB. O foco central recai sobre a ocupação estratégica de um grande vazio urbano que fica as margens de um trecho do sangradouro do Açude Grande, vislumbrando o proporcionalmente de possíveis melhorias das condições habitacionais das 40 famílias (em média) que residem ao longo do trecho analisado. Dada a localização estratégica e central desse terreno escolhido, que pode representar o epicentro geográfico do bairro centro, é imperativo considerar os impactos socioeconômicos, culturais e urbanísticos resultantes de tais intervenções habitacionais nessa região.

Os objetivos específicos desta pesquisa surgem como escopo a averiguação holística e minuciosa das características e potencialidades dos vazios urbanos no entorno do sangradouro do Açude Grande. Como o propósito de **avaliar a viabilidade** dessas áreas sem uso para a implantação de projetos habitacionais ou de outras vertentes no bairro centro. Para isso, na etapa inicial do estudo realizou-se um levantamento, através da aplicação de questionários, e análise aprofundada das demandas habitacionais da população local, identificando as principais necessidades e expectativas relacionadas à moradia.

Adicionalmente, a implantação de um loteamento voltado para habitações sociais no entorno do sangradouro, um importante marco histórico para a cidade, oferece a oportunidade de **adaptar** uma região central para recepcionar a população marginalizada alocada nas zonas periféricas, possibilitando a integração da população com essa região e acesso à segurança, saúde, educação, lazer, comércio etc. Em 2023, durante o lançamento do novo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse: “[...] em vez de levar o povo para morar 20 quilômetros distante do centro da cidade, leve o povo para onde já tem escola, asfalto, energia elétrica e linha de ônibus.”¹¹.

No primeiro capítulo, a pesquisa aprofunda-se na conexão entre os fundamentos teóricos e a aplicação prática, explorando conceitos essenciais como cidades inclusivas, intervenções urbanas, análises sócias e urbanas e, principalmente, o direito à moradia digna. Este capítulo desempenha um papel crucial ao fornecer uma base conceitual que orienta e molda o entendimento global da pesquisa. Ao examinar as nuances teóricas relacionadas à construção de cidades inclusivas e realizar uma análise cuidadosa da dinâmica social e urbana, ele não apenas informa, mas também catalisa a aplicação dessas teorias na realidade urbana de Cajazeiras/PB. Assim, esse capítulo serve como uma espinha dorsal conceitual,

¹¹ Informação disponível em: <<https://bit.ly/49OOcYn>>. Acesso em 20 de abril de 2024.

capacitando os pesquisadores e leitores a compressão de maneira holística as implicações práticas das teorias discutidas e orientando as explorações subsequentes em direção a soluções efetivas no contexto da Habitação de Interesse Social (HIS).

O segundo capítulo atua como o guia fundamental para compreender os métodos utilizados no desenvolvimento deste estudo. Ele delinea o recorte espacial, apresenta as fontes teóricas metodológicas, e detalha o estudo de viabilidade da intervenção. Nesse último, destaca-se a elaboração e realização de entrevistas, desde o planejamento até a execução e análise, bem como outros levantamentos essenciais, como fotográfico, arquitetônico, topográfico e urbanístico. Essas etapas são cruciais para fundamentar e sustentar as conclusões do estudo.

O terceiro capítulo concentra-se na contextualização da urbanização da cidade, com uma análise específica do centro comercial. Examina-se não apenas a perspectiva das famílias afetadas, mas também a escassez de moradias dignas e os desafios enfrentados pelas políticas públicas, oferecendo um panorama amplo e contextualizado. Esse capítulo também se aprofunda na análise do entorno do sangradouro, investigando não apenas os desafios enfrentados pela população marginalizada, mas também explorando as oportunidades e potenciais de uso desses vazios urbanos.

O quarto capítulo é uma peça central desta pesquisa, examinando ações específicas de requalificação urbana e social em Cajazeiras. Foram utilizados os seguintes estudos de caso: a reurbanização do centro de Conde/PB, a requalificação urbano-arquitetônica do Parque da Liberdade em Fortaleza/CE, além da análise de exemplos de HIS inseridas na região Nordeste e desenvolvidas pelo Escritório NEBR. Buscando extrair desses projetos lições práticas que possam embasar os resultados deste estudo. A participação comunitária, a reconfiguração do espaço urbano e social, a avaliação da eficácia das intervenções e as perspectivas futuras para a requalificação de Cajazeiras são discutidas em detalhes, tornando este capítulo uma parte substancial e rica em dados do trabalho.

No quinto capítulo são apresentados os resultados dos estudos e projetos desenvolvidos para reconfigurar o espaço urbano e social da cidade. São discutidos conceitos, princípios orientadores, programas de necessidades, análise do terreno, zoneamento e desenhos técnicos da proposta. O capítulo visa oferecer uma visão detalhada de como as

ações propostas podem melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social em Cajazeiras/PB.

Finalmente, nas considerações finais, a pesquisa atinge seu ponto culminante, onde são sintetizadas as descobertas, destacando conclusões chave e propondo caminhos futuros para a requalificação da cidade. Este capítulo serve como um fechamento reflexivo e orientador, consolidando as contribuições da pesquisa e indicando possíveis direções para estudos subsequentes. Em sua totalidade, esta pesquisa não apenas se destaca pela profundidade e rigor metodológico, mas também pela integração efetiva entre teoria e prática, fornecendo uma visão abrangente e valiosa para o avanço das políticas urbanas e socioespaciais em Cajazeiras/PB.

2 TEORIA E PRÁTICA: INTEGRANDO O CONHECIMENTO

Este capítulo serve como alicerce conceitual para a proposta de intervenção, proporcionando uma compreensão abrangente das teorias e práticas que orientam a abordagem interdisciplinar necessária para enfrentar o desafio complexo de combinar urbanismo e relações sociais na criação de um ambiente urbano mais inclusivo e resiliente para a população em situação de rua da cidade de Cajazeiras/PB. Este capítulo de referencial teórico tem como objetivo fornecer uma base sólida para a compreensão das complexas dinâmicas envolvidas na proposta de intervenção habitacional em vazio urbano, em prol da população que reside no entorno do sangradouro do Açude Grande.

O urbanismo, como disciplina central neste estudo, examina a organização do espaço urbano, abordando questões de planejamento, design e uso do solo. São exploradas teorias e práticas relacionadas ao desenvolvimento urbano, densidade populacional, acessibilidade, e a importância da funcionalidade e habitabilidade nas áreas urbanas. As relações sociais são um aspecto fundamental, pois a população em situação de rua está intrinsecamente ligada ao tecido social da cidade. São discutidas teorias sobre vulnerabilidade social, exclusão e estratégias para a promoção da inclusão social, reconhecendo que a intervenção proposta deve considerar não apenas as necessidades físicas, mas também as necessidades emocionais e sociais dos indivíduos afetados.

1.1 Cidades inclusivas e harmoniosas: o papel da urbanidade e da sociabilidade urbana

Como em muitas outras cidades brasileiras, Cajazeiras/PB enfrenta desafios relacionados à urbanização acelerada, crescimento desordenado e desigualdades sociais. A existência visível de diversos cajazeirenses que não desfrutam de uma moradia digna, evidencia a necessidade urgente de ações que atendam às demandas desses indivíduos marginalizados. Segundo a Comissão sobre Assentamentos Humanos e a Estratégia Global para Habitação para o ano 2000¹², uma habitação adequada implica em privacidade suficiente, espaço adequado, segurança, iluminação e ventilação adequadas, infraestrutura básica satisfatória e uma localização apropriada em relação ao trabalho e às facilidades básicas.

¹² Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à moradia adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76 p., il. – (Por uma cultura de direitos humanos). pp. 34-35. Disponível em: <<https://bit.ly/3IbUuFT>>. Acessado em 19 de fevereiro de 2024.

As governanças precisam proporcionar-lhes condições melhores para construção de um lar, assistência social e oportunidades de total integração na sociedade. Em contrapartida, cresce a quantidade de vazios urbanos e edificações históricas subutilizadas ao longo da cidade – principalmente na região do centro comercial – isso representa um potencial inexplorado para transformações positivas em prol da população que necessita de assistência social.

Ao tratar sobre intervenções que atinjam um trecho da cidade e também a população que ali vive, deve ser levado em consideração a análise sobre a sociedade feita por mentores como Émile Durkheim, considerado o “pai” fundador da sociologia. Em seus estudos sobre a sociedade, o autor dá ênfase às interações que são realizadas entre os indivíduos que compõem essa forma de organização da vida humana (Heitor Frúgoli Jr., 2007, p. 11).

A sociabilidade urbana serve como base para definição da urbanidade, enquanto estudo, já vale ressaltar a forte ligação entre esses dois termos. O conceito de urbanidade nasce como definição para a qualidade das interações, comportamentos e relações entre os habitantes de um ambiente urbano. É um elemento-chave para a construção de cidades mais acolhedoras, inclusivas e funcionais. Segundo Vinicius M. Netto (2012, p. 13-15) urbanidade transcende as normas de etiqueta e cortesia, abrangendo a maneira como as pessoas se relacionam entre si e com o espaço público, resultando em um ambiente urbano mais harmonioso e enriquecedor.

O conceito de sociabilidade urbana está inteiramente ligado à análise do espaço, com destaque para os espaços urbanos públicos, visto que a sociabilidade se constitui junto do próprio social, das relações criadas “[...] entre estranhos ou atores sociais de condições diversas [...]”. A sociabilidade torna-se palpável através do princípio intuitivo, isso mostra a importância de pensar espaços urbanos que gerem e instiguem as relações entre as pessoas. Principalmente após a pandemia de COVID-19, porque a humanidade regrediu na sua forma de viver e conviver em sociedade (Frúgoli Jr., 2007, p. 24).

Ao analisar a urbanidade e incentivar o favorecimento das interações sociais de qualidade, seja por meio de propostas projetuais ou ações conceituais, cunhamos de forma conjunta os moldes para atingir o que podemos chamar de “cidades inteligentes”, ou principalmente, as cidades que queremos para o futuro. Temática bastante recorrente nos

debates científicos ao longo dos últimos anos, instigados em sua grande maioria por assuntos pertinentes a Agenda 2030 da ONU, que trouxe átona a preocupação com a sustentabilidade das nossas cidades, medida necessária para o favorecimento da continuidade da humanidade (Figura 08).

Figura 08: Famílias habitando o canal de desagüe do açude



Fonte: Autor, 2023.

A importância do inserimento desse conceito nas nossas cidades pode ser vasta e bastante abrangente, chegando a atingir diversos “setores” da sociedade. Ao levar em consideração a sociabilidade urbana, as propostas projetuais devem visar a promoção de uma convivência pacífica entre os cidadãos que irão usufruir daquele local, independentemente de suas origens, crenças ou classe social. A urbanidade, por sua vez, entra na proposta como força motriz que incentivará a compreensão mútua e a resolução pacífica de conflitos, contribuindo para uma sociedade mais coesa.

Ao levar em consideração esse conceito também se torna possível fomentar à diversidade que existe na sociedade, fator importante para intervenções urbanas, visto que nossas cidades são centros multiculturais e plurais. A urbanidade incentiva a aceitação e a valorização das diferenças, criando um ambiente no qual todas as vozes são ouvidas e respeitadas. A sociedade une pessoas bastante diversificadas entre si, portanto, para que haja boas condições para a vida em coletivo, o conceito de urbanidade define um *ethos*¹³ para

¹³ [...] a noção de *ethos* é uma noção com interesse essencialmente prático, e não um conceito teórico claro [...]. Em nossa prática ordinária da fala, o *ethos* responde a questões empíricas efetivas, que têm como particularidade serem mais ou menos co-extensivas ao nosso próprio ser, relativas a uma zona íntima e pouco

orientar a convivência entre indivíduos, que se baseia “[...] em princípios como a comunicação livre de coerção (Habermas) e o ‘bem-vir às diferenças’ mais que o tolerar as diferenças (Derrida)” (Netto, 2012, p. 20).

A urbanidade pode contribuir com a criação de espaços públicos que sejam vibrantes, transformando-os em locais de encontro e interação, característica cada vez mais escassa dos nossos municípios. Praças, parques, ruas e demais espaços públicos, quando são bem projetados e acolhedores promovem o engajamento cívico, o lazer e a troca de ideias entre os membros da sociedade. Podemos alegar os mesmos pontos positivos para a integração desse conceito nos projetos urbanísticos, de forma geral.

E devido a esta medidas, poderíamos vivenciar ruas, bairros e cidades que convidam a população para fora das suas casas, visto que os projetos englobariam as reais necessidades da população. Além da participação popular, o projetista precisa sentir-se parte daquele espaço, para melhor saber onde e como agir, dessa forma, Netto (2012, p. 20) define a urbanidade como a “[...] convergência das alteridades [...]”.

Ao promover o uso consciente dos recursos e a preocupação com o meio ambiente, a urbanidade apoia a criação de cidades sustentáveis, onde as futuras gerações possam prosperar. Esse conceito também está ligado à mobilidade urbana e à acessibilidade, visto que, a partir dele pode-se incentivar o uso de meios de transporte sustentáveis, como o transporte público, bicicletas e pedestrianismo, criando cidades mais eficientes e saudáveis. Contribuindo ainda com o favorecimento de ambientes urbanos bem planejados, iluminados e acolhedores podem contribuir para a redução da criminalidade e do estresse.

A sociabilidade urbana, enquanto conceito aplicado na prática, consegue estimular a participação ativa dos cidadãos na construção e melhoria da cidade. Isso fortalece o senso de pertencimento e a responsabilidade compartilhada pelo desenvolvimento da comunidade. Que por sua vez, favorece a criação de uma identidade única para cada comunidade/parcela da cidade. Valores compartilhados e comportamentos urbanos distintos moldam a personalidade local, esse fato relaciona-se com o conceito “*framing da experiência da alteridade*”, dado por Douglas Aguiar *et al.* (2012, p. 38), que destaca a cidade como “[...] um local que

explorada de nossa relação com a linguagem, onde nossa identificação é tal que se acionam estratégias de proteção (Auchlin, 2001, p. 93).

converge práticas de temporalidades distintas, um caleidoscópio que projeta atos passados no presente, em canais de movimento e lugares de atividades e memórias que conectam atos na atualidade do agora [...].”

Portanto, se faz possível afirmar que cidades que fazem seu planejamento levando em consideração os conceitos pertinentes a urbanidade, sociabilidade urbana e também que evoque o seu próprio passado e história, conseguem gerar invenções que serão mais atrativas para a população, como também para o comércio, turismo e investimentos oriundas do mercado financeiro circunvizinho. A valorização das diversas características de cada grupo social determina “[...] o modo como a urbanidade é percebida, lida, sentida, desejada, demonizada ou ignorada aqui ou acolá.” (Aguiar, 2012, p. 79).

A melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano pode estimular o crescimento econômico sustentável, de forma geral, tudo isso pode promover maiores índices de saúde mental da população local, um ambiente urbano que favorece a boa urbanidade pode contribuir com esse fator, proporcionando relações sociais positivas e uma maior sensação de pertencimento ao local.

O desenvolvimento de espaços públicos urbanos revitalizados e adaptados, promove o estímulo a interação e o encontro e a “convivencialidade urbana” (Aguiar *et al.*, 2012, p. 23) entre os diversos grupos da sociedade. Isso vai além de simplesmente fornecer moradia digna para a população marginalizada; representa um esforço para criar pontos de encontro onde essa parcela populacional possa interagir com outros cidadãos, promovendo um senso de pertencimento e participação ativa na comunidade, garantindo o acesso melhores condições de vida em sociedade. O senso de urbanidade é enriquecido quando pessoas de diferentes origens e circunstâncias compartilham espaços públicos de forma respeitosa e solidária.

Além disso, ao estudar a história de um trecho urbano e, consequentemente, a história da população que lá vive, contribui-se para a criação de propostas projetuais que fortaleçam a sociabilidade urbana, pois consegue “[...] localizar traços materiais da experiência e da vida social e aspectos da urbanidade não reconhecidos separadamente [...]” (Netto, 2012, p. 57). Esse tipo de ação preventiva não apenas preserva a identidade cultural do local, como também adapta as propostas para que cumpram funções contemporâneas que beneficiam toda a comunidade. Essa fusão do passado e do presente, quando feita com sensibilidade,

enriquece a paisagem urbana e incentiva um diálogo entre a história local e a modernidade que premeia os conceitos arquitetônicos e urbanísticos.

As propostas de intervenções urbanas que serão geradas a partir desse estudo, também refletirão uma abordagem holística para a urbanidade, reconhecendo que a qualidade do ambiente urbano é um fator essencial ao bem-estar social. O projeto que será proposto considera não apenas a infraestrutura física, mas também os aspectos psicossociais da vida urbana. Ao criar espaços que proporcionam dignidade, oportunidades e inclusão para a população marginalizada, a proposta contribuirá para a construção de uma cidade onde todos se sintam valorizados e respeitados, podendo desfrutar de um lar digno.

A proposta de intervenção que será apresentada ao longo deste estudo, visa unir elementos sociais, encontrando soluções que beneficiem tanto a população que vive às margens do canal de deságue, quanto o bairro como um todo, através da requalificação do ambiente urbano. Além disso, alinha-se com o conceito de urbanidade, que por trata-se de um conceito multifacetado, abrange não apenas as interações entre os habitantes de uma cidade, mas também a relação desses habitantes com o espaço urbano. O desafio de promover uma convivência mais inclusiva, respeitosa e harmoniosa dentro das cidades é particularmente relevante quando se tem como público alvo uma população socialmente abalada por estigmas e problemas socioespaciais.

Em síntese, a proposta de intervir em vazios urbanos, com o intuito de beneficiar a população que precisa de auxílio, pode ser considerado uma manifestação prática dos conceitos de urbanidade e sociabilidade urbana. Visto que esse tipo de proposta se traduz em espaços e ações que dignificam a vida humana, através da promoção de convivência, empatia, respeito e integração entre o espaço e a população. Com isso, torna-se possível vislumbrar a criação de uma cidade onde todos os habitantes podem contribuir de forma coletiva para a criação de uma atmosfera urbana mais harmoniosa e enriquecedora.

O número de vazios urbanos cresce junto a quantidade de famílias que vivem sem acesso à moradia digna. Mas, devido à falta de exploração do potencial desses espaços subutilizados, os órgãos governamentais optam pela edificação de habitações sociais de forma verticalizadas, que, apesar dos malefícios, garante “um teto” para a população que dele precisa. Porém, esses conjuntos habitacionais verticalizados não dispõem de espaços que

fomentem a sociabilidade entre a população, forçando-os a estar em um local com pouco ou nenhuma urbanidade (Rolnik; Frúgoli Jr., 2001, p. 46). Ao projetar para essa população, o responsável pela idealização precisa levar em consideração o favorecimento das trocas sociais.

2.2 Acolhimento e intervenções urbanas: teias de transformação social

O avanço da sociedade, da tecnologia construtiva e da economia provocou o surgimento de áreas urbanas e edifícios de proporções nunca antes vistas, incorporando ao meio urbano maiores distâncias, arranha-céus e um estilo de arquitetura fundamentada em sua rápida execução. Enquanto as cidades do passado foram construídas gradualmente, com adições de residências e edifícios ao longo dos espaços vazios, resultando em cidades adaptadas minimamente, ao menos, à escala e ao potencial humano.

Em contrapartida, as áreas urbanas contemporâneas consistem, na maioria dos casos, em agrupamentos de edificações que povoam e “disputam” espaço com outras demais, havendo muitas das vezes a mistura dos usos. A Revolução Industrial pode ser considerada responsável por uma nova forma de urbanização mundial, na qual, o espaço precisa modificar-se de maneira muito mais acelerada, devido a crescente presença do ser humano nas cidades, que “[...] contribuiu para a multiplicação do número de aglomerações [habitacionais] gigantescas [...]” (Santos, 2008b, 14). Essa urbanização em ritmo acelerado pode ser apontada como causa de diversos problemas contemporâneos, como por exemplo, a falta de moradia digna para todos.

Na atual conjuntura de formação das cidades, a população tem experienciado maior sensação de distanciamento da vida coletiva, onde se havia o prazer de usufruir dos espaços urbanos. Esse senso de coletividade começa a desaparecer conforme os movimentos em prol da industrialização mercantilista aumentaram, que tornou as políticas habitacionais um “[...] elemento estruturador de um processo de transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea [...]” (Rolnik, 2017, p. 31). Esses são estigmas da atual formação socioeconômica das cidades, que traz consigo problemas seculares, mas também enfrenta novas questões contemporâneas, cada “[...] sociedade veste a roupa do seu tempo.”, como bem destaca Santos (1977, p. 84).

Conjunto a isso, podemos destacar outros fatores que levaram a essas mudanças, por exemplo, o crescente dos índices de violência urbana pode ser considerado como fator precursor desse cenário, no qual, os cidadãos buscam criar barreiras físicas e/ou imaginárias para sua autoproteção. A pandemia de COVID-19, que requeria o esforço da população mundial para realização do isolamento social, também pode ser apontado como outro fator que gerou insegurança da população que antes vivenciava a cidade. Raquel Rolnik em seus escritos de 1995 (p. 26) já observava esse fenômeno nas cidades e afirmou que “[...] ser habitante da cidade é estar ao mesmo tempo protegido e reprimido por suas muralhas”.

A configuração espacial e a estrutura política adotadas pelos habitantes na formação das cidades desempenham um papel fundamental no estímulo à socialização. Tal fenômeno pode ser atribuído ao surgimento de desafios compartilhados por todos, bem como à busca por progressos que beneficiem o coletivo. É notável que nas cidades sempre se manifestem características públicas inerentes, as quais evocam a vida coletiva, como observado por Rolnik (1995, p. 21). Essas características não apenas refletem a interconexão entre os habitantes, mas também sinalizam a necessidade intrínseca de colaboração e cooperação para enfrentar desafios comuns e promover avanços que beneficiem a comunidade como um todo.

Assim, a estruturação urbana não apenas molda o ambiente físico, mas também desempenha um papel crucial na formação de laços sociais e na promoção de uma vida coletiva significativa. A convergência de interesses e a resolução conjunta de problemas urbanos fomentam a coesão social e fortalecem o sentimento de pertencimento, enriquecendo a experiência urbana para todos os seus habitantes. Essa dinâmica inerente à vida nas cidades evidencia a importância da organização espacial como um catalisador para a interação e a colaboração entre os diversos membros da comunidade urbana.

O autor Santos (1977, p. 81) ressalta que não se escreve a história “[...] fora do espaço, e não há sociedade a-espacial”. O espaço modifica-se através da intervenção humana porque o próprio espaço deve ser considerado social, esse é o produto obtido através do trabalho/esforço do homem na busca por melhorias. Santos (1977, p. 82) também destaca e inclui a categoria do “espaço” nas análises sobre a formação econômica e social, porque as relações homem-natureza evocam essa participação decisiva do espaço na formação da sociedade que conhecemos.

As transformações sociais, independentemente de sua forma ou intensidade, são imperativas e constituem um processo essencial. É por meio desses movimentos reacionários que os cidadãos têm a oportunidade de manifestar seus interesses e aspirações coletivas, buscando reivindicar condições aprimoradas para a vida em sociedade. Pode-se afirmar que esse movimento representa a expressão da demanda do povo por uma maior urbanidade, como destacado por Azevedo (2010, p. 215).

Esses episódios de reação social não apenas revelam a dinâmica constante de uma sociedade em evolução, mas também representam um mecanismo vital para a conscientização coletiva e a mobilização em prol de mudanças positivas. Ao expressar suas preocupações e aspirações, os cidadãos contribuem para a construção de um ambiente social mais inclusivo, equitativo e adaptado às necessidades emergentes da comunidade.

Assim, as transformações sociais não devem ser encaradas como meros eventos inevitáveis, mas sim como oportunidades valiosas para promover o diálogo, a participação cidadã e, em última instância, a construção de uma sociedade mais justa e progressista. O anseio por urbanidade reflete a busca coletiva por um ambiente que promova a qualidade de vida, a igualdade e a prosperidade para todos os membros da sociedade.

No caso do Brasil, podemos defini-lo como um país que há pouco conseguiu restituir sua democracia, após enfrentar o golpe militar ocorrido em 1964 e o longo período de ditadura que o prosseguiu. Mas para Santos (2002, p. 203), essas “novas democracias” tem potencial para transformar-se em novos movimentos sociais, no qual, o estado consegue fomentar a experimentação cultural e distributiva, possibilitando acesso a todos os cidadãos. Além disso, o autor afirma que é na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas.

Ao discutir as transformações socioespaciais, a dimensão econômica emerge como um elemento preponderante, sendo a força motriz por trás da maioria das alterações e relações no espaço. Nesse contexto, Santos (2002, p. 15-16) antecipa a possibilidade de surgirem tensões entre o sistema capitalista e o democrático. Caso essa tensão seja resolvida de maneira favorável à democracia, poderiam ser estabelecidas restrições à propriedade, resultando em benefícios mais equitativos para os setores sociais menos favorecidos.

Contudo, sob a análise dos marxistas, alcançar tal solução implicaria na completa descaracterização da democracia. Nas sociedades capitalistas, eles argumentam que tornar democrática a relação fundamental subjacente à produção material – a relação entre o capital e o trabalho, entendido como produto do esforço humano – seria inviável. Dessa perspectiva, a democratização desse aspecto crucial da estrutura social implicaria uma mudança radical que desafia as bases do sistema democrático, revelando assim as complexidades inerentes à reconciliação entre os princípios democráticos e as dinâmicas do capitalismo.

Ermínia Maricato (2014, p. 105) traz o foco dessa análise para a moradia precária, que a autora denomina como sendo a “reprodução urbana da força de trabalho”, visto que essa condição descende da periferização urbana gerada pelas desigualdades sociais que acompanham o sistema capitalista. Devido essas condições socioeconômicas o “território da pobreza” cresce junto ao desenvolvimento das cidades, chegando a ocupar a grande maioria do espaço urbano de diversas cidades brasileiras (Maricato, 2014, p. 108-109).

Diferentemente da atual conjuntura dos grandes centros urbanos, em sua maioria – onde a população pobre fica reprimida às margens da cidade – os cidadãos marginalizados já puderam ocupar localizações centrais das cidades, apesar das suas moradias precárias. Porém, devido aos movimentos de higienização urbana, essa população precisou partir em êxodo a procura de áreas mais afastadas para edificarem seus lares, vislumbrando o baixo custo da terra nessas regiões. Com isso, o espaço urbano passa por modificações drásticas e as “cidades periféricas” começam a surgir, produziram pelas próprias mãos dos trabalhadores e constituídas perante suas próprias leis, consequências da exclusão social e falta de aparato governamental (Maricato, 2014, p. 109-111).

Neste cenário contemporâneo de constantes transformações sociais e urbanistas, a temática do acolhimento e das intervenções urbanas emerge como um par de conceitos interligados, que juntos podem contribuir com a redefinição do espaço urbano e também a própria experiência da parcela populacional que usufruiria de intervenções urbanas que a valorizassem. O acolhimento, com suas raízes na hospitalidade e na compaixão para com a população marginalizada, ganha “vida” quando integrado às intervenções urbanas bem planejadas, gerando uma sinergia que transcende a mera transformação física do ambiente construído, possibilidade a sociabilidade urbana, ao criar espaços que incitem seu uso.

O conceito de acolhimento urbano visa constituir espaços urbanos abertos e convidativos, fazendo isso com intuito de instigar a sociabilidade urbana. Esse conceito pode ser considerado um fator importante para gerar o sentimento de apego ao local em propostas de invenção, principalmente ao lidar com parcelas populacionais socialmente frágeis. Também podendo ser vislumbrado como um pilar fundamental na construção de cidades mais humanas, inclusivas e resilientes.

Enquanto o acolhimento urbano abraça a dignidade e a compaixão, as intervenções urbanas que integram a população no processo, podem moldar o ambiente físico e social, resultando em espaços que refletem valores e necessidades da comunidade. A participação dos moradores locais na busca por melhorias, também como também nas etapas de um projeto de intervenção, garante a aplicação eficiente e sem corrupção dos recursos “[...] destinados a melhorar a rua, a casa ou o bairro, local de moradia da comunidade” (Maricato, 2014, p. 96). No trecho supracitado, a autora escreve sobre recursos financeiros, porém, a troca de informações entre os moradores locais e a equipe técnica responsável pelo projeto, constitui uma importante etapa.

O acolhimento, um conceito intrinsecamente ligados à empatia e ao respeito pela humanidade, desempenha um papel vital nas interações urbanas. O acolhimento urbano transcende a oferta de abrigo, trata-se de reconhecer o direito de toda a população a um espaço digno e seguro (Santos, 2008a, p. 81). A conexão entre acolhimento e intervenções urbanas é evidente quando analisamos projetos que priorizam a inclusão social e o bem-estar da população, a nível de bairro e também municipal.

Quando as intervenções urbanas são desenvolvidas de maneira conscientes, elas podem transformar vazios urbanos em espaços acolhedores que promovem interações significativas entre pessoas diversas. Como afirmado por Douglas Gallo e Fábio Santos (2017, p. 09), as intervenções urbanas devem “[...] ser bem pensadas e planejadas, para assim poderem gerar processos de transformação holísticos, integrando os moradores locais aos novos espaços revitalizados”. Nesse contexto, o Projeto Viva a Praça (ver Figuras 09 e 10)¹⁴

¹⁴ Segundo a plataforma da prefeitura municipal de Passo Fundo/RS, esse projeto serve para qualificar os espaços públicos dos bairros do município e “[...] vem estruturando as praças, garantindo acesso gratuito à internet, novos playgrounds, câmeras de segurança e reforço na iluminação. Os locais também recebem equipamentos novos como bancos e lixeiras.”. Disponível em: <<https://bit.ly/3uuu2nS>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

– desenvolvido pela prefeitura municipal de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul – é um exemplo notável de como as intervenções urbanas podem ser veículos de acolhimento. Ao revitalizar praças degradadas e transformá-las em espaços multifuncionais, o projeto não apenas oferece um ambiente convidativo, mas também fomenta conexões sociais e atividades culturais que enriquecem a vida dos moradores.

Figuras 09 e 10: Imagens do projeto Viva a Praça



Fonte: Prefeitura de Passo Fundo, 2023.

Outro exemplo concreto dessa sinergia pode ser encontrado na Praça Mauá (ver Figuras as 11 e 12 na página seguinte), no Rio de Janeiro, que no ano de 2015 passou por uma intervenção abrangente que uniu acolhimento e transformação urbana. Ao incorporar elementos de design acessíveis e instalações culturais, a praça se tornou um espaço que convida a diversidade, proporcionando áreas de convivência e celebração. Segundo a jornalista Beth Santos¹⁵, com essa modificação a praça saiu da “[...] sombra do Elevado da Perimetral para se tornar a mais nova opção de lazer e convivência da cidade [...]”.

Figuras 11 e 12: Praça Mauá reinaugurada após remodelação



Fonte: Caminhos do Rio, 2015.



Fonte: G1, 2015.

¹⁵ SANTOS, Beth. Praça Mauá de volta para o futuro. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3qDrNg1>>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

No cenário em constante evolução das cidades contemporâneas, a temática do acolhimento e das intervenções urbanas emerge como um par de conceitos interligados, que juntos podem redefinir o espaço urbano e a experiência humana. O acolhimento, com suas raízes na hospitalidade e na compaixão, ganha vida quando integrado às intervenções urbanas bem planejadas, gerando uma sinergia que transcende a mera transformação física do ambiente construído.

Lamentavelmente, ao contemplarmos a ideia de cidades capazes de abraçar todas as demandas e diversidades, somos remetidos à “Ilha da Utopia” de Thomas More¹⁶, que personifica a concepção de uma cidade grandiosa em todos os seus aspectos, incluindo a seleção cuidadosa de seus habitantes. Essa prática idealizadora tornou-se uma característica comum entre os artistas e escritores renascentistas.

Se nos basearmos nas legislações instauradas nos municípios brasileiros (Plano Diretor de Desenvolvimento; Código de Urbanismo; Código de Edificações, dentre outros), ao menos em sua maioria, e as diretrizes postas a nível nacional (Constituição Federal; Estatuto da Cidade; políticas de desenvolvimento e habitação etc), teoricamente, as cidades deveriam ser verdadeiramente estruturadas e acolhedoras a todos. Nessa “utopia”, o planejamento urbano, desde o traçado inicial das ruas, contemplaria “[...] a perfeição do mecanismo: ruas retas e largas que permitem a passagem do ar e do tráfego [...]” (Rolnik, 1995, p. 61).

Contudo, a materialização dessa visão utópica encontra desafios na prática, e a busca por cidades genuinamente acolhedoras transcende as estruturas legais e regulamentares. O verdadeiro acolhimento urbano reside não apenas na conformidade com padrões normativos, mas na criação de espaços que promovam a diversidade, a inclusão e a participação ativa dos cidadãos. Cultivar uma atmosfera onde a cidade se torna mais do que um ambiente físico, transformando-se em um organismo vivo que reflete e respeita a multiplicidade de suas comunidades, é o verdadeiro desafio para urbanistas e legisladores comprometidos com o ideal de cidades acolhedoras para todos.

¹⁶ Essa idealização foi retirada do romance *Utopia*, escrito por Thomas More em 1516, um grande exemplar de clássico literário que cria e conceitua o termo “utopia”, podendo ser entendida como a “[...] exposição de um conhecimento positivo da política, da economia e de todas as demais instâncias da vida em comunidade mediante um uso atento e poético da linguagem são, justamente, [...] mundo inexistente [...]” (Ribeiro, 2021, p. 67).

Em suma, a materialização do genuíno conceito de acolhimento urbano se dá por meio das intervenções urbanas que incluem a participação popular na sua concepção e, em alguns casos, até mesmo na execução. Esses esforços intencionais para reconfigurar, requalificar e reimaginar espaços urbanos podem produzir mudanças profundas na maneira como os cidadãos experimentam o ambiente que os cerca. As intervenções urbanas quando são bem idealizadas e executadas, têm o poder de inspirar novas formas de interagir com a cidade e com os outros, criando um terreno fértil para a sociabilidade urbana.

No entanto, a realização bem-sucedida dessa visão requer uma abordagem integral que considere as múltiplas camadas sociais encontradas nos municípios brasileiros. A pesquisa de Torres (2009, p. 572) destaca a importância de abordagens colaborativas entre planejadores urbanos, arquitetos e a comunidade local. Essa forma de organização, englobando uma gama de agentes, busca garantir intervenções que não apenas “mascare” ou “embeleze” o ambiente construído, mas também, que respeitem as narrativas e histórias das pessoas que habitam a localidade da intervenção.

À medida que olhamos para o futuro das cidades, a intersecção entre acolhimento e intervenções urbanas se revela como um caminho promissor para a construção de espaços urbanos inclusivos e vibrantes, que representam os interesses da população. Isso só será possível através da incorporação de valores humanos e aspirações coletivas. Portanto, em uma visão futurística, com a implementação correta do conceito de “acolhimento urbano”, poderemos vislumbrar cidades que não refletem apenas a identidade da administração municipal, mas, que nutriram o senso de conexão e pertencimento da população através das intervenções urbanas, criadas a partir da participação popular.

2.3 Importância das análises sociais e urbanas: busca por melhorias e avanços

Atuando como mediador entre forças contrárias para resolver conflitos, o poder público tem como objetivo estabelecer um equilíbrio entre os mecanismos de mercado e a estrutura de classes sociais preexistentes, com a finalidade de criar, manter e desenvolver o espaço sócio-urbano. Para Maria Isabel Meira de Castro (2014, p. 12) os mecanismos de mercado operam de acordo com os princípios do sistema de produção capitalista em vigor, resultando na estratificação da sociedade em classes sociais distintas. Juntos, esses elementos constituem o que pode ser entendido como sendo o espaço sócio-urbano, o qual, idealmente, deveria manter um equilíbrio fundamental.

Após dada a definição do que se entende como espaço sócio-urbano, podemos falar sobre a realização das análises sociais e urbanas. Sua realização desempenha um papel de extrema importância na compreensão das inúmeras transformações que assolam as cidades. Esse tipo de análise pode ser conceituado como sendo um processo de investigação profunda que examina as complexas interações entre o ambiente construído e a sociedade que o habita ou vive nos seus arredores.

Ao lidar com seres vivos e pensantes, a relevância da análise vai muito além do simples levantamento de dados; ao ser realizada de forma correta pela administração pública, ela pode ser crucial para “prever” fatores decisivos para o desenvolvimento atual e futurístico de cada cidade (Aguiar, 2012, p. 68-69). Isso contribuiria com a garantia de espaços urbanos que sejam idealizados, projetados e construídos de maneira inclusiva, sustentável e responsiva às necessidades postas pela comunidade local.

Como já destacado por Aguiar e Netto (2012) e Maricato (2014), a participação ativa da comunidade no processo de concepção de intervenções urbanas desempenha um papel crucial na determinação da eficácia desses espaços. Nesse contexto, a condução de análises sociais e urbanas se configuram como uns dos “pré-requisitos” essenciais para compreender e atender às necessidades da população local. Essa abordagem se mostra vital devido à capacidade essencial das análises em proporcionar uma compreensão aprofundada das demandas apresentadas pela comunidade.

A coleta de informações sobre as demandas e aspirações das pessoas que residem e/ou trabalham naquela localidade torna-se um meio mais eficaz para a criação de projetos que verdadeiramente correspondam aos interesses e desejos da população. Essa prática não apenas incentiva a participação popular efetiva, mas também contribui para garantir a aprovação pública, fundamentando as intervenções urbanas em uma base sólida de compreensão das dinâmicas sociais locais.

Além disso, as análises sociais e urbanas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão socioespacial¹⁷. Elas ajudam a identificar desigualdades

¹⁷ Nesta pesquisa, esse conceito condiz com os ideais postos por Nery (2012, p. 16), que entende a inclusão socioespacial “[...] como o desenvolvimento das pessoas a partir de seu acesso efetivo à condição de cidadãos na cidade. Para se alcançar esse desenvolvimento deve-se, ao mesmo tempo, questionar a lógica atual dos processos de requalificação em áreas urbanas centrais de valor histórico cujo objetivo, aparentemente nobre, vem carregado de preconceitos e suas ações apresentam-se fortemente seletivas e excludentes.”.

socioeconômicas e asseguram que os projetos urbanos não exacerbem as disparidades, mas, pelo contrário, contribuam para a integração de todos os grupos da população. Isso implica garantir que infraestruturas, serviços e espaços públicos estejam acessíveis a todos, independentemente de sua origem social, gênero, idade ou habilidades (Nery, 2012, p. 90-92).

As análises sociais e urbanas desempenham um papel fundamental no planejamento de transporte e mobilidade, seja em uma rua, bairro ou em toda a cidade, como destacado por Nancy Siqueira Nery (2012, p. 02-03). Compreender os padrões de deslocamento e as necessidades de transporte da população é essencial para assegurar que as cidades sejam acessíveis e eficientes em termos de mobilidade, promovendo o uso de transporte público e meios de locomoção sustentáveis.

Além disso, as análises sociais e urbanas contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável, conforme observado por Nery (*Ibid.*, 2012, p. 11). Elas possibilitam a identificação de questões ambientais, econômicas e sociais que precisam ser abordadas nos projetos urbanos. Isso inclui o fomento ao uso eficiente de recursos, a redução de emissões de carbono e a criação de espaços verdes, elementos cruciais para a melhoria da qualidade de vida urbana. Ao incorporar essa perspectiva holística, os planejadores urbanos podem conceber intervenções que não apenas atendam às necessidades de mobilidade, mas também promovam uma cidade sustentável e inclusiva.

Ao tratar sobre a conservação de patrimônio não se deve compreender apenas como sendo os monumentos, edificações e estruturas antigas, mas também tradições, costumes e histórias transmitidas ao longo das gerações (patrimônio imaterial). Ao imergir na história de uma comunidade, é imperativo dar destaque ao patrimônio imaterial e cultural como elementos crucial para a condução apropriada da pesquisa. Sua preservação não apenas enriquece a identidade da comunidade, mas também fornece um elo essencial entre o passado e o presente.

Nesse contexto, as análises sociais e urbanas emergem como uma ferramenta valiosa. Elas desempenham um papel significativo na identificação e preservação de áreas que possuem importância histórica e cultural para a cidade e, principalmente, para a população que ali reside. Ao compreender as dinâmicas sociais e urbanas de uma comunidade ao longo

do tempo, é possível mapear locais e elementos que desempenharam papéis fundamentais em sua trajetória histórica. Dessa forma, as análises sociais e urbanas proporcionam *insights* valiosos para a integração desses elementos no tecido urbano contemporâneo.

Ao assegurar que áreas de significado cultural sejam consideradas durante o desenvolvimento de projetos urbanos contemporâneos, promove-se a preservação do patrimônio enquanto se busca um equilíbrio harmonioso entre a herança cultural e as demandas da vida moderna. Essa abordagem contribui para a construção de comunidades mais ricas em história, promovendo uma conexão mais profunda entre os habitantes e seu ambiente, ao mesmo tempo em que fortalece a sustentabilidade cultural a longo prazo.

A realização desse tipo de análise, que interliga a visão social e as modificações do espaço físico, fornece dados e informações que embasam as decisões que guiaram a realização correta do planejamento urbano para um município (Nery, 2012, p. 95-96). A tabulação dos dados obtidos através das entrevistas permite que sejam tomadas decisões que consideram a realidade social e as aspirações da comunidade local. Além disso, as análises sociais e urbanas são necessárias para avaliar o impacto social de projetos urbanos antes e depois de sua implementação, possibilitando ajustes, correções e melhorias contínuas, podendo ser considerada uma APO (Avaliação Pós-ocupação) ou, ao menos, parte de uma.

Como mencionado anteriormente, o espaço sob análise possui uma conexão parcial com a área do sítio histórico de Cajazeiras. Diante dessa situação, torna-se imperativo considerar as diretrizes da Carta de Lisboa¹⁸ referentes à requalificação urbana em áreas patrimoniais. Esta pesquisa culminará na elaboração de um estudo preliminar dessa natureza, o qual será integrado nas proximidades de uma região histórica e patrimonial de grande importância para a localidade.

Sobre a requalificação, a Carta de Lisboa (1995, p. 02) destaca essa técnica se aplica “[...] sobretudo a locais funcionais da ‘habitação’, tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual.”. A carta também trata diretamente sobre as intervenções em centros históricos e reforça que se deve “[...] procurar manter as populações residenciais enraizadas nos seus bairros [...]”. E nas áreas históricas

¹⁸ Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, resultado do Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana. Disponível em: <<https://bit.ly/3SD1Xma>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

não residenciais ou abandonadas (caso dos vazios urbanos do centro de Cajazeiras), “[...] a reabilitação visará a requalificação urbana.” (*Ibid.*, p. 03).

2.3.1 A busca por melhorias através dos avanços tecnológicos

A cartografia pode ser considerada um importante método para o desenvolvimento de as análises sociais e urbanas, pois, esse tipo de pesquisa realizada a junção analítica de processos e fatos espaciais, tendo em vista que as interações sociais acontecem no espaço. Esse método, que tem os mapas como produto final, consegue reunir informações georreferenciadas que dialogam com diversas áreas de estudo, onde destacaremos a geografia, a arquitetura e urbanismo e as ciências sociais, áreas que ganham maior destaque nessa produção acadêmica (Ribeiro; Silva, 2022, p. 04).

Com a criação de sistemas de geotecnologias interativas, os mapas resultantes da cartografia apresentam maiores níveis de representação espacial, deixando de ser apenas “um desenho de linhas”, tornando uma base de dados que pode ser analisada e modificada, se for preciso, em tempo real. E graças a democratização do acesso à tecnologia, a cartografia começou a ser utilizada para produção de mapas que contribuíram para lutas sociais, servindo de instrumentos que carregam consigo informações, como elencam Luis Henrique Leandro Ribeiro e Catia Antonia da Silva (2022, p. 04):

No que tange ao direito ao uso do território e à compreensão dos conflitos sociais como conflitos territoriais, a cartografia passa a ser vista como prática social e instrumento de representação de territórios comunitários tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos, entre outros).

Graças aos avanços tecnológicos, as análises do espaço urbano conseguem atingir “camadas” mais profundos da sociedade, chegando à população marginalizada que, apesar de ocupar até mesmo áreas centrais das cidades, passam despercebidas ao olhos das governanças. Assim, como ressaltado por Ribeiro e Silva (2022, p. 04), a cartografia abre a possibilidade para ser utilizada como ferramenta de representação das complexidades da vida social implica em dar destaque à dimensão existencial do indivíduo, à análise das estratégias de resistência dos movimentos sociais e à preservação das memórias e narrativas geracionais.

Reconhece-se a viabilidade de empregar a cartografia, por exemplo, em projetos comunitários para mapear localidades, bairros e cidades, criar atlas indígenas, desenvolver Sistemas de Informação Geográfica (SIG) participativos e conceber projetos artísticos que

fazem uso de mapas. Estes representam apenas alguns exemplos do potencial de aplicação dos mapas na vida urbana, seja como meio de protesto político ou como veículo para a expressão de emoções. Essa abordagem alternativa da cartografia abre portas para uma nova agenda de pesquisa que não se limita ao âmbito acadêmico, mas também se insere no contexto do dia a dia urbano (Seemann, 2012, p. 147 *apud* Ribeiro; Silva, 2022, p. 05).

Em resumo, as análises sociais e urbanas atreladas a produção de mapas, se fazem essenciais na criação de cidades mais habitáveis, inclusivas, sustentáveis e culturalmente ricas. Ela desempenha um papel central na disciplina de arquitetura e urbanismo, transformando as cidades em lugares mais agradáveis para se viver e prosperar. Sua aplicação sistemática deve ser uma prioridade em qualquer projeto de desenvolvimento urbano, pois é uma peça-chave na construção de cidades que atendem verdadeiramente às necessidades e desejos das comunidades.

2.4 Direito à moradia digna: Habitação de Interesse Social (HIS) como alternativa para a crise

Os programas que viabilizam a construção de habitações de interesse social (HIS), desempenha um papel crucial na mitigação da crise urbana e na promoção do direito à moradia digna para a população de baixa renda. Em contextos urbanos, a especulação imobiliária e a falta de moradias acessíveis criam obstáculos significativos para essa massiva parcela da população brasileira. Dessa forma, a habitação de interesse social surge como uma alternativa para enfrentar esses desafios e garantir o direito à vida.

Figura 13: Aumento populacional brasileiro

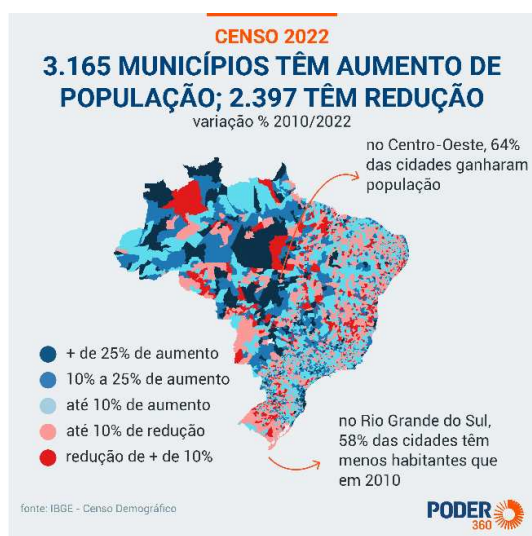


Figura 14: Variação populacional



Fontes: Portal Poder 360, 2023.

Uma das principais maneiras pelas quais esse método de ação social consegue abordar a crise urbana se dar devido ao fornecimento de moradias acessíveis, mas também, através da criação de loteamentos (bairros) novos, que tendem a organização e expansão planejada da malha urbana, em função do crescimento populacional (Figuras 13 e 14). Ao criar unidades habitacionais com preços mais baixos, ela ajuda a garantir que as pessoas de renda mais baixa tenham a oportunidade de viver em condições de moradia adequadas, aliviando a pressão sobre o mercado imobiliário.

No Brasil, esse tipo de ação focada na população marginalizada, pode ser considerada um ato de reparação histórica, devido a toda exclusão social enfrentada pelo povo socialmente vulnerável. Essas problemáticas sociais remontam o início da colonização e exploração desenfreada realizada pelos portugueses. E com os avanços industriais, ver-se ao longo da história nacional, o aumento da cidade informal, constituída pelos trabalhadores das grandes fábricas e comércios, forçados a vale-se de moradias pobres, alocadas às margens da sociedade.

Apesar do avanço econômico, gerado graças a força dos trabalhadores, esses recursos eram utilizados apenas em prol das oligarquias sociais. A população trabalhadora recebeu apenas represálias e ainda mais impedimentos para atingir melhores condições de vida. Maricato (2014, p. 31-32) traz à tona informações obtidas através da sua direção da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab), que ocorreu entre 1989 e 1992. A autora comenta sobre a forma de ação governamental perante a crise urbana, que fora gerada devido ao crescimento repentino da população.

Para a administração pública municipal alguns atos faziam parte inerente das condições impostas pelo capitalismo. Pode ser citado o ato de impelir para os trabalhadores a responsabilidade de angariar a garantia de direitos básicos, como o acesso à moradia digna (Maricato, 2014, p. 31-32). Devido à falta de assistência social e aumento das necessidades, a criação de loteamentos sem acesso à terra urbanizada espalharam-se pelas cidades brasileiras. São locais com sistemas de saneamentos básico irregulares ou escassos, ocupações irregulares de solo e vários outros problemas urbanos e sociais. Essa realidade não ficou no passado, ela resistiu ao tempo e fortaleceu-se, atingindo cada vez mais municípios.

Santos (2013, p. 105) avalia uma grande semelhança entre as problemáticas apresentadas pelas cidades brasileiras, obviamente ele ressalva que a complexidade e intensidade dos fatos varia em função do tamanho da cidade. Problemas como o déficit habitacional e a falta de urbanização nas regiões periféricas, são comuns a diversas cidades do país. Esses problemas sócio-urbanos se tornaram mais recorrentes devido a “[...] urbanização corporativa, isto é, compreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas [...]”.

A expansão desenfreada do capitalismo na sociedade pode ser vista com uma as principais causas para esse cenário de crise. Em muitos casos, os recursos públicos são “devorados” pelos interesses do mercado imobiliário privado, essas verbas seriam destinadas para a resolução ou, ao menos, para amenização das questões sociais supracitadas, podendo prover melhores condições de vida para a população marginalizada (Santos, 2013, p. 105).

Todas essas questões começaram a incomodar pesquisadores e profissionais que atuam nas áreas ligadas a construção civil brasileira. Isso acabou gerando nas últimas décadas um período de debates e, conseqüentemente, a abertura de espaço em virtude da “[...] formulação de uma nova política habitacional e urbana [...]” (Bonduki, 2017, p. 14). Com isso, foi possível trazer novamente para a discussão assuntos antes interrompidos devido o golpe militar de 1964, tais como: a Reforma Urbana e o direito à moradia. Graças a homologação da Constituição Federal de 1988, assuntos com esse viés humanitário, puderam ocupar o centro das discussões e, automaticamente, da preocupação de pesquisadores e especialista.

Nesses 25 anos, a busca pelo direito à habitação, através da democratização do acesso à terra e de uma produção massiva de habitação social, com qualidade e participação social, entrou com força na agenda dos arquitetos e urbanista, articulados com os movimentos de moradia, que vêm pressionando o poder público a assumir suas responsabilidades. (Bonduki, 2017, p. 14).

A preocupação com a acessibilidade da moradia para todos, remonta de décadas atrás na história brasileira. Na ditadura Vargas, período de 1930 a 1945, o frenesi social – gerado pelas diversas pautas ligadas ao cenário política, econômico e acesso à cultura – conseguiu inserir nos debates de estudiosos e profissionais, a temática da habitação social. Em momentos passados isso havia acontecido, mas jamais com essa intensidade (Bonduki, 2017, p. 81). Nesse período, os operários passaram a reconhecer um item essencial para a vida

digna: a casa própria. Esse ato gerou consequências para o Estado, que não estava preparado para dá subsídio.

Esses mecanismos para produção da habitação, considerados populacionista e assistencialista, precisavam ser modificados, porque atuavam no cenário brasileiro há décadas. Em resposta a isso, cria-se em 1964 o Banco Nacional da Habitação (BNH), com objetivo de impor diretrizes para direcionar a produção da habitação, necessidade básica da massiva quantidade de trabalhadores. O BNH compõe o limite grupo de órgãos pioneiros a tratarem sobre a constituição de uma política de habitacional no país (Bonduki, 2017, p. 107).

A formulação desse tipo de política se faz extremamente necessário no Brasil, em decorrência da crise habitacional que se alastra há décadas no país. Muitos formam os fatores que deram início a esse problema, porém, o próprio o progresso das cidades pode ser considerado um principal fio condutor. Visto que, com a chegada avassaladora da industrialização, as cidades precisaram ser adaptadas para recebe-la e com isso foram construídos diversos arranha-céus; avenidas e ruas, que receberiam os automóveis, símbolo do desenvolvimento econômico de uma parcela da sociedade brasileira. “A São Paulo dos anos 1940 e 1950 [...]” foi exemplo dessa euforia ocasionada pelo progresso industrial (Bonduki, 2017, p. 274-275).

Esses inúmeros avanços são acompanhados por consequências negativas, que progridem juntas, de forma paralela. O aumento de oportunidades de empregos serviu de “farol verde” para o início do êxodo rural, e com a crescimento populacional repentino, as cidades começaram enfrentar problemas nos sistemas de abastecimento e saneamento básico, como também, a falta de locais para abrigar essa população. E apesar da construção e expansão do sistema viário, a crise de transporte também foi uma fatalidade decorrente do progresso.

Outro fator ao pode ser atribuído a crise habitacional foi a Lei do Inquilinato, que defendia o locatário, mas deixava o inquilino à mercê do destino. Então, o morador poderia ser despejado do seu imóvel sem ao menos ter direito a um aviso prévio, forçando-o a procurar um novo destino logo após o ocorrido. Bonduki (2017, p. 276) relata que o principal “[...] destino dos sem-casa e dos migrantes [...]” foram as favelas e periferias. Essas pessoas

resolviam migrar para os grandes centros na busca pelas promessas e idealizações que lhes eram apresentados, especialmente sobre utopia da mudança imediata de vida.

Em decorrência dos despejos, intensa urbanização e carência de opções habitacionais, as primeiras favelas começam a forma-se entre as décadas de 1950 e 1960 (Davis, 2006, p. 59). Elas representaram uma resposta à mudança nos métodos de produção de moradias, mas, ao serem consideradas uma alternativa de autoempreendimento habitacional, foram gradualmente substituídas pelos loteamentos periféricos. Isso ocorreu devido à forte estigmatização e oposição nas cidades que se vangloriavam de seu desenvolvimento. Em algumas regiões, a invasão de terras prevaleceu, embora os loteamentos periféricos também desempenhassem um papel significativo.

A construção independente em loteamentos carentes e remotos, desprovidos de infraestrutura e transporte, não se tornaria uma opção generalizada se houvesse alternativas disponíveis. Contudo, diante da ausência dessas opções, floresceu a iniciativa individual na busca pela casa própria. Com sacrifícios notáveis, os trabalhadores se tornaram proprietários, resultando na expansão infinita da cidade e na reprodução de loteamentos desconexos e desintegrados da malha urbana. Embora tenha proporcionado uma solução habitacional acessível, as repercussões para a cidade foram irrevogáveis (Bonduki, 2017, p. 284).

O aumento da crise habitacional abriu margem para o mercado imobiliário investir potencialmente na criação de numa série de empreendimentos que buscavam cultivar e abusar do sonho da casa própria. Essa meta era idealizada pela grande maioria da população, principalmente daquela parcela alugada de cubículos, forçados a viver em situação insalubre e sob as diretrizes postas por proprietários que não tinham indulgência. Dessa maneira, cresceu o desejo por tornar-se proprietário e usufruir do seu “próprio teto”. E por meio de anúncios em diversos meios comuns a época, os grandes empreendedores conseguiram fomentar mais fortemente esse desejo na população brasileira.

Como medida que visa solucionar ou, ao menos, mitigar as consequências dessa crise que se desenvolveu por décadas, o governo federal lança, em 2009, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) que consolidou a estruturação da Política Nacional de Habitação. As resoluções se dariam através da “[...] implantação de soluções baseadas em distintos processos de produção e financiamento da moradia, considerando as [...] características

socioeconômicas da população.” (Benetti *et al.*, 2017, p. 17). O PlanHab apresenta soluções que integram a iniciativa privada na construção de habitações sociais, assim criando uma “cadeia produtiva” que se retroalimenta a partir de recursos oriundos do estado federativo.

Como destacado por Pablo Benetti (2012, p. 72) a política habitacional deve estar integrada e alinhada com as questões relevantes para o meio urbano, fundiário e ambiental. Dessa maneira, a habitação seria “[...] um elemento de construção de cidade de fato, viabilizando os investimentos em locais convenientes.” (*Idem*, 2017, p. 17). Essas preocupações com iniciativas habitacionais marcaram o segundo mandato do presidente Lula (2007 a 2011). Segundo relatado pelo autor, nessa época, a responsabilidade do Ministério das Cidades abrangia a aprovação do PlanHub e a colaboração com os municípios para capacitá-los a lidar com o problema habitacional em nível local, e assim o PMCMV foi concebido e implementado.

Sem considerar as problemáticas que circundam o PMCMV, essa abordagem pode ser considerada importante na contribuição para a integração social e econômica, uma vez que muitas vezes os empreendimentos habitacionais são construídos em áreas urbanas bem localizadas. Isso reduz a segregação espacial, permitindo que as famílias tenham acesso a melhores oportunidades de emprego, educação e serviços. A Habitação de Interesse Social (HIS) também visa reduzir a informalidade habitacional, que é uma realidade para muitas pessoas em áreas urbanas. Ao fornecer alternativas legais e seguras, ela ajuda a melhorar a qualidade de vida e a segurança dos moradores, ao mesmo tempo em que estabiliza suas condições de moradia.

Além disso, a construção de habitações de interesse social frequentemente incluem melhorias na infraestrutura urbana, como estradas, redes de água e saneamento. Essas melhorias beneficiam não apenas os moradores das novas habitações, mas também toda a comunidade, contribuindo para a requalificação de áreas urbanas degradadas. A participação comunitária desempenha um papel importante nesse processo. Os moradores muitas vezes têm voz ativa na tomada de decisões relacionadas ao projeto, promovendo o engajamento e o senso de pertencimento à comunidade.

Em resumo, a Habitação de Interesse Social é uma estratégia multifacetada que aborda questões de desigualdade, segregação, informalidade e acesso a serviços básicos. Ela

é fundamental para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis, fornecendo alternativas que atendem às necessidades habitacionais de populações de baixa renda e contribuindo para a redução das desigualdades urbanas. Isso a torna um tema relevante e importante para a pesquisa e a prática em arquitetura e urbanismo.

3 PERCURSO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Neste capítulo foi detalhada a metodologia empregada para atingir os objetivos desta pesquisa. A começar pela delimitação da área específica de análise, em seguida, serão descritos os métodos utilizados, abordando tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos. Além disso, serão apresentadas as justificativas para o alinhamento com as legislações arquitetônicas, urbanísticas, de conforto e segurança, que foram utilizadas como referências fundamentais e primordiais para o correto planejamento e desenvolvimento do estudo preliminar.

3.1 Recorte espacial

Por se tratar de uma intervenção urbanística, o recorte espacial deste estudo é definido pelos limites dados pelas coordenadas geográficas nos pontos determinados para melhor visualização e entendimento da área: A (lat. $-6^{\circ}88'30.00''$ e long. $-38^{\circ}56'50.3''$), B (lat. $-6^{\circ}88'30.9''$ e long. $-38^{\circ}56'50.36''$), C (lat. $-6^{\circ}88'71.2''$ e long. $-38^{\circ}56'48.5''$) e D (lat. $-6^{\circ}88'74.00''$ e long. $-38^{\circ}56'02.2''$). Também podem ser citadas as seguintes avenidas e ruas que circundam o centro da área em questão: Avenida Francisco Matias Rolim, Avenida Barão do Rio Branco, Rua Padre Ibiapina e Rua Joaquim de Souza (ver Figura 15, percurso do sangradouro destacado em amarelo).

Figura 15: Recorte espacial da área analisada



Fonte: Google Earth Pro (modificado pelo autor), 2024.

3.2 Fontes teóricas metodológicas

O caminho metodológico foi fundamentado no método qualitativo de caráter exploratório, empregando pesquisas bibliográficas que exploraram fontes primárias de caráter teórico e fontes secundárias de base empírica. Para este propósito, foram utilizados instrumentos como fichamentos de teses e artigos presentes em bancos de dados acadêmicos, tais como repositórios de universidades, revistas científicas e bibliotecas especializadas.

Essa abordagem proporcionou um alicerce teórico sólido para a investigação dos temas intervenções urbanísticas, requalificação arquitetônica. Também como definições de termos centrais como sociabilidade urbana; vazios urbanos, dentre outras. Por lidar com diversas questões históricas e urbanas, a pesquisa também foi subsidiada pela leitura de documentos históricos, legislações nas esferas municipais, estaduais e federais (plano diretor, código de obras, código florestal) e normas técnicas para conforto e acessibilidade.

3.3 Estudo de viabilidade da intervenção

Foram necessários a realização de levantamentos da arquitetura, urbanismo e topografia do solo, que proporcionaram os dados iniciais necessários para o desenvolvimento do estudo preliminar proposto. O levantamento dos fatores históricos também foi necessário para melhor entendimento da realidade na qual a proposta seria inserida, possibilitando assim, adequar o estudo preliminar as expectativas da população cajazeirense.

Em conjunto a esse método, foi atrelado a realização de entrevista realizadas com o público alvo desta pesquisa. Também foram realizados registros fotográficos do local e seu entorno, realizados ao nível dos olhos com utilização de uma câmera fotográfica como equipamento principal. Para a vetorização do local em questão, foram utilizados softwares como *Global Mapper*, *Google Earth Pro*, *Revit* e *Adobe Illustrator*.

3.3.1 Elaboração e realização de entrevistas

A abordagem metodológica adotada neste estudo é multifacetada, abrangendo tanto elementos qualitativos quanto quantitativos. Foi empregada uma estratégia de pesquisa que se baseou na realização de entrevistas por meio de um questionário estruturado, conhecido

como *survey*¹⁹, com o intuito de coletar informações diretas junto aos indivíduos. Esta metodologia abrange uma série de aspectos relevantes para a investigação das intervenções no espaço público e para a compreensão das áreas destinadas ao lazer em nosso município.

A escolha de uma abordagem qualitativa e quantitativa permitiu uma análise abrangente e profunda da situação. As entrevistas realizadas por meio do *survey* possibilitaram a obtenção de dados diretos e valiosos sobre a forma como as intervenções no espaço público são percebidas e experimentadas pela população local. Além disso, esse método nos permitiu capturar uma visão completa do perfil dos usuários dessas áreas de lazer, abrangendo suas preferências, necessidades e expectativas.

O estudo também buscou mapear a frequência de uso das áreas de lazer do município, o que nos fornece *insights* valiosos sobre a dinâmica de utilização desses espaços ao longo do tempo. A análise dessas informações pode contribuir para a tomada de decisões embasadas na gestão do espaço público, visando aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, através das entrevistas, foi possível entender de que maneira as intervenções nos espaços públicos impactam a população local, buscando entender como as pessoas se apropriam dessas áreas, como elas influenciam o cotidiano e a sociabilidade dos residentes.

Portanto, abordagem metodológica deste estudo, que combina elementos qualitativos e quantitativos por meio de entrevistas e do *survey*, oferece uma perspectiva abrangente e detalhada sobre as intervenções no espaço público e o uso das áreas de lazer no município, contribuindo para uma compreensão mais profunda e informada dessas questões, com potencial para orientar futuras ações de planejamento urbano e gestão pública.

3.3.1.1 Planejamento das entrevistas

O questionário foi elaborado utilizando o *software* Microsoft Word e depois impresso para ser entregue aos entrevistados (Apêndice A). O questionário consistirá em uma série de questões abertas, visando maior democratização dos indivíduos “hábitos”, como também, melhor entendido da realidade social. Ao analisar o espaço e os seres que vivem, torna-

¹⁹ O *survey* se caracteriza como investigação cuja descoberta só se dá através da indagação direta junto ao sujeito de pesquisa, sendo, pois aplicável para numerosas situações em que fatos sobre comportamentos só podem ser obtidos mediante perguntas direcionadas a pessoas sobre elas mesmas. (Mineiro, 2020, p. 287).

se interesse utilizar os conceitos postos por Rensis Likert (1932), como as “escalas lineares”. O questionário estava dividido em quatro seções distintas.

A primeira seção tinha como objetivo coletar informações sobre o perfil dos entrevistados. Isso incluía questões sobre gênero, faixa etária, o tempo que residem no local da análise e os motivos que os levaram a essa opção de lugar. Na segunda seção, o foco estava em obter informações sobre a interação dos entrevistados com a área. Portanto, as questões dessa sessão irão questioná-los sobre: a utilização dos espaços públicos contidos na área, qual o período gasto nesses momentos de uso, se tem conhecimento de casos de vandalismo, quais espaços da área são mais frequentados e quais elementos gostariam de ver em novos espaços de lazer comunitário, bem como o grau de importância da requalificação do local.

É importante destacar que o ambiente construído tem um impacto profundo na experiência sensorial das pessoas, desencadeando processos de percepção e compreensão espacial. Posteriormente, essas percepções são processadas cognitivamente, transformando-se em memórias que influenciam expectativas e atitudes individuais, de acordo com a teoria de Kevin Lynch (1960).

A imageabilidade espacial, também mencionada, está relacionada à capacidade das pessoas de criar imagens mentais de objetos e ambientes. Quanto mais frequente for a lembrança e identificação de um espaço, maior será sua imageabilidade. As identificações e recordações são transformadas em mapas mentais individuais dos locais com os quais as pessoas interagem, sendo que nem todos os detalhes são igualmente lembrados. A imagem mental varia de pessoa para pessoa com base em suas experiências. Na terceira parte das entrevistas estarão a maior quantidade de perguntas abertas, visando o melhor entendimento das questões sociais. Através dessas perguntas, será buscado entender qual a idealização dos moradores quando questionados sobre uma “moradia ideal”, destacando o máximo de detalhes possível dos elementos que o compunham.

3.3.1.2 Execução das entrevistas

Os questionários foram distribuídos de maneira física aos residentes do município, com foco especial naqueles que vivem nas proximidades do sangradouro do Açude Grande e também na população flutuante. Isso ocorreu em locais públicos estratégicos, como nas duas praças englobadas no trecho analisado: a Praça José Rolim Guimarães, batizada pelo

povo como “Praça do Pirulito” (Figura 16) e na Praça Cristiano Cartaxo, popularmente conhecida como “Praça da cabeça” (Figura 17).

Figura 16: Praça José Rolim Guimarães



Fontes: Autor, 2023.

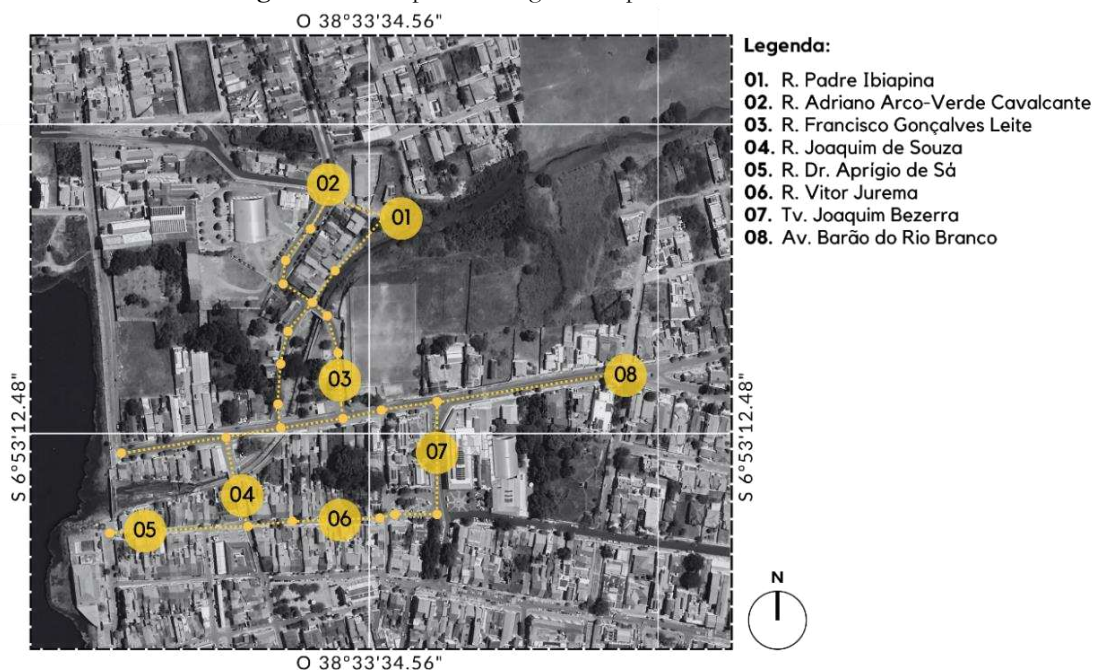
Figura 17: Praça José Guimarães



Fontes: Autor, 2023.

Também foram abordados os pedestres que transitavam pelas principais vias da área de estudo (ver Figura 18): a Rua Padre Ibiapina, principal rua analisada (ponto 01); Rua Adriano Arco-Verde Cavalcante (ponto 02); Rua Francisco Gonçalves Leite (ponto 03); Rua Joaquim de Sousa (ponto 04); Rua Dr. Aprígio de Sá (ponto 05); Rua Vitor Jurema (ponto 06); Travessa Joaquim Bezerra (ponto 07) e um trecho Avenida Barão do Rio Branco (ponto 08). O período de distribuição abrangeu de 12 a 14 de dezembro de 2023, das 09:00 às 11:30 horas da manhã e alguns momentos pelo período da tarde, das 16:00 às 18:00 horas.

Figura 18: Principais vias englobadas pela área de estudos



Fonte: Autor, 2024.

Como citado anteriormente, ao longo do trecho do sangradouro analisado, foram contabilizadas 45 moradias (em média). Foram aplicados questionários com todo esse grupo de famílias, contendo perguntas fechadas e abertas, incluindo os relatos pessoais sobre a vivência na região. Para preservar a identidade dos participantes e garantir a liberdade na escolha das respostas, todas as informações foram registradas anonimamente, e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi fornecido a todos os que concordaram em assiná-lo para participar (consulte o Apêndice B para mais detalhes).

Três participantes permitiram a gravação das suas entrevistas em áudio e após a compilação desses registros, atrelados a cenas registradas em vídeo, foi gerado um pequeno “produto audiovisual” (Apêndice D). Esse produto foi idealizado para melhor ilustrar e situar os leitores na realidade cajazeirense, buscando comparar a realidade enfrentada pelos moradores do Residencial Cajazeiras I e II – situados a quase 4 quilômetros do centro da cidade – com a atual situação da população que reside no entorno do sangradouro.

3.3.1.3 Procedimento de análise

Após a coleta física dos dados, as respostas foram inseridas na plataforma virtual para realizar uma análise abrangente, combinando abordagens quantitativas e qualitativas. Recorrendo a recursos e técnicas estatísticas, utilizamos gráficos em barras e pizzas, os quais estão detalhadamente apresentados no relatório (apresentado no quinto capítulo dessa pesquisa), abordando cada questão do formulário. A interpretação dos percentuais permitiu a discussão detalhada dos resultados, fundamentada na revisão literária dos autores, nas diretrizes urbanísticas e construtivas, assim como nas normas relacionadas ao conforto ambiental.

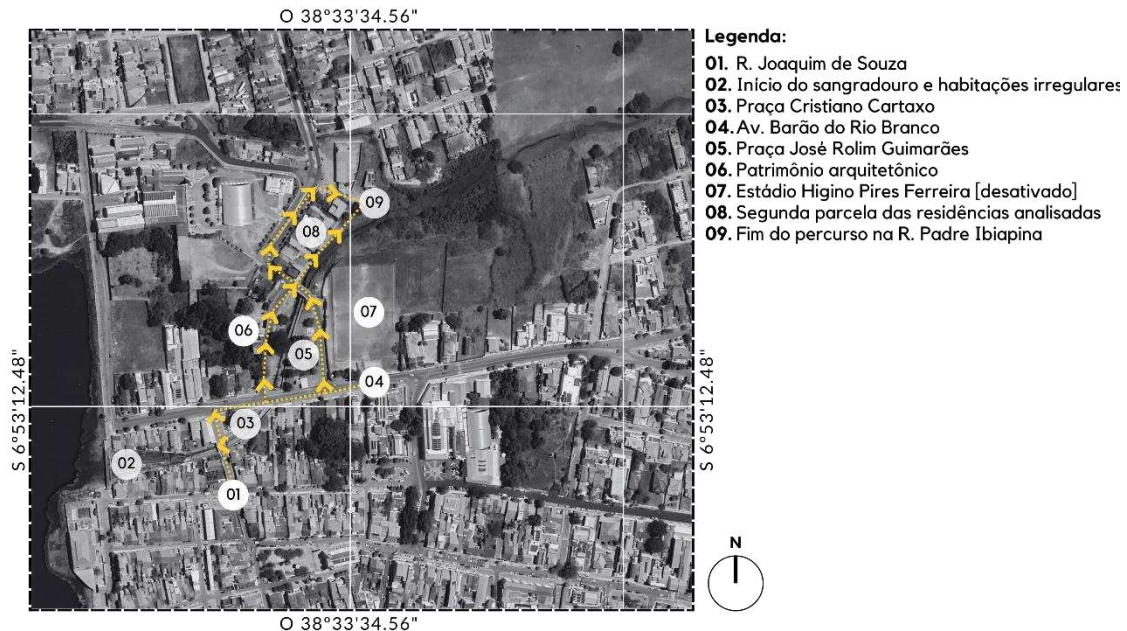
3.3.2 Levantamento fotográfico

Nessa primeira etapa de desenvolvimento do TCC, o levantamento fotográfico foi realizado ao nível dos olhos, utilizando de câmera fotográfica para captura das imagens do trecho urbano analisado, como também dos equipamentos e mobiliários que estão alocados nele. Foi previsto um planejamento das fotos a serem capturadas e de pontos estratégicos (Figura 19).

Esse planejamento engloba os principais pontos que contornam o sangradouro do Açude Grande (destacados na Figura 19), proporcionando uma melhor espacialidade do local

para os leitores dessa pesquisa. Com isso, os leitores entenderão as propostas arquitetônicas e urbanísticas, que serão os principais resultados obtidos através dessa pesquisa.

Figura 19: Planejamento para captura das fotografias



Fonte: Autor, 2024.

3.3.3 Levantamento arquitetônico

Dado que se trata de uma análise urbanística, o levantamento arquitetônico concentrou-se na busca por informações sobre a estrutura atual das habitações na área em análise. Essa fase desempenhou um papel crucial ao subsidiar as tipologias de Habitação de Interesse Social (HIS) propostas como resultado final desta pesquisa. Assim, não foram realizadas medições precisas, uma vez que o objetivo desta etapa era compreender a disposição dos cômodos e as condições atuais dessa população.

Entretanto, ao idealizar os equipamentos urbanos que compõem o loteamento planejado, levamos em consideração o estilo arquitetônico dos equipamentos já existentes. Essa abordagem foi adotada para evitar grandes discrepâncias entre as propostas, buscando, assim, promover o sentimento de “pertencimento ao lugar” para os moradores.

3.3.4 Levantamento topográfico

O levantamento topográfico teve início com a delimitação espacial da área, utilizando o software *Google Earth Pro*. Posteriormente, o arquivo resultante foi importado para o software *Global Mapper 21.0*. A projeção escolhida para a elaboração das curvas de nível foi a UTM. No processo, o banco de dados selecionado para o estudo foi o *ASTER GDME v2*

Worldwide Elevation Data, com um espaçamento de trinta centímetros (0,30 m) entre as elevações.

Ao gerar as curvas de nível, o arquivo foi exportado no formato DXF para possibilitar a vetorização no software *AutoCAD 2023*. Essa abordagem proporcionou uma representação detalhada e precisa do relevo, contribuindo significativamente para uma análise minuciosa da topografia da área em questão. Este método não apenas aprimorou a precisão dos dados coletados, mas também facilitou a compreensão e interpretação da configuração do terreno, sendo crucial para futuras etapas do estudo 2.3.5 Levantamento urbanístico

Para realizar o levantamento urbano que envolveu a morfologia e infraestrutura da área, foi estabelecido um perímetro que abrangia as principais vias, áreas edificadas e não edificadas, espaços verdes, áreas alagadas presentes nas proximidades do sangradouro. Devido a relevância no estudo preliminar, também foi considerado uma parte do Açude Grande. Em seguida, as imagens aéreas foram importadas para o *software AutoCAD 2023*, permitindo a vetorização da área delimitada.

Com base nesses vetores, se fez possível criar mapas que abordaram o crescimento, cheios e vazios, uso do solo, vegetação, sistema viário, pavimentação, iluminação pública e fornecimento de energia elétrica e água, visando demarcar a falta de acesso à terra urbanizada. Foram utilizadas referências teóricas, como Del Rio (1990), Panerai (2006) e Mascaró (2008), para compreender a morfologia e a infraestrutura urbana da região.

3.3.6 Critérios de seleção dos estudos de caso

Os projetos utilizados como fontes de referência foram escolhidos com base em três principais áreas temáticas: requalificação urbana, inclusão social, habitação digna e sustentável. Utilizando recursos como bibliotecas virtuais e sites de escritórios de arquitetura, se conseguiu acessar plantas baixas e cortes esquemáticos dos projetos. Isso contribui com identificação das interconexões entre os diferentes espaços e, de maneira prática, mapear os critérios relacionados ao modo de projeto social que se espera constituir. Os critérios levados em condição durante a busca pelos projetos foram: relação com a tipologia parque urbano, praças urbanas ou habitação social; organização espacial similar com o trecho analisado por

esse estudo; presença de área alagada; condições climáticas análogas e, principalmente, inseridos na região Nordeste (Quadro 1).

O primeiro projeto que será apresentado será a reurbanização do centro do município Conde, localizado no estado da Paraíba. O segundo projeto se trata da requalificação urbano-arquitetônica realizada no Parque da Liberdade – Cidade da Criança, que está inserido na malha urbana de Fortaleza, capital do Ceará. Por fim, foram selecionados dois projetos de habitação social, ambos concebidos pelo escritório de arquitetura identitária denominado NEBR. Os projetos foram idealizados e executados no município de Paudalho, no estado do Pernambuco.

Quadro 01: Critérios de seleção dos estudos de caso

Critérios adotados	Estudo 01	Estudo 02	Estudo 03	Estudo 04
Tipologia parque e/ou praças urbanas	Praças urbanas	Parque urbano	Habitação social	Habitação social
Organização espacial	Similar	Similar	Similar	Similar
Presença de área alagada	Fontes	Lagoa	-	-
Condições climáticas análogas	Clima quente	Clima quente	Clima quente	Clima quente
Inserido na região Nordeste	Paraíba	Ceará	Pernambuco	Pernambuco

Fonte: Autor, 2024.

3.3.7 Critérios de seleção das legislações urbanas

O município de Cajazeiras dispõe do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, lei nº 1.666/2006, de 01 de dezembro de 2006 e a Legislação Urbanística, lei 644/76, de 14 de junho de 1978. Ambos trazem diretrizes que contribuirão nas etapas projetuais, porém, devido à falta de revisões, faltam informações que são necessárias para o bom desenvolvimento projetual, tais como: o índice para gabarito máximo da edificação, taxa de ocupação e dimensões máximas das aberturas. E devido a este fato, a legislação de outros dois municípios paraibanos foram consultados quando necessário, para isso foram escolhidos os municípios Patos e Pombal, dada as semelhanças com a cidade de Cajazeiras. No Quadro 02, disposto abaixo, são apresentados os critérios de seleção das legislações urbanas e ambientais.

Quadro 02: Critérios de seleção das legislações urbanas e ambientais

Critérios adotados	Cajazeiras	Pombal	Patos
Estado pertencente	PB	PB	PB

Política habitacional	PD arts. 17º e 18º	CU art. 139º; p. 37	PD arts. 17º e 18º
Dir. de preserv. ambiental	PD arts. 29º e 30º	CU arts. 59º a 61º	PD arts. 29º e 30º
Dir. de lazer e esporte	PD arts. 27º e 28º	-	PD arts. 27º e 28º
Coef. de aproveitamento	PD art. 16º, II	CU art. 57º, I	PD art. 15º, III; 16º, II
Taxa de ocupação	CO art. 103º, § 3º	CU art. 57º, II e art. 58º	CU arts. 110º e 111º
Taxa de permeabilidade	-	CU art. 138º, § 1º e 3º	CU arts. 349º a 351º
Recuos obrigatórios	CO art. 165º, I, a-b	CU art. 57º, III	CU art. 165º a 176º
Gabarito máximo	-	-	-
Dim. p/ estacionamento	CO art. 35º, II	CU art. 150º; p. 42-43	CU art. 169 e art. 218º, II
Dim. de pé direito	CO art. 165º, I, a	-	CU art. 153º
Dim. de aberturas	-	CU art. 144, III	CU arts. 168º e 169º
Condições climáticas	Semiárido	Semiárido	Semiárido
Área urbana do município	562,703 km²	894,099 km²	472,892 km²
População	63.239 (IBGE, 2022)	32.473 (IBGE, 2022)	103.165 (IBGE, 2022)

Fonte: Autor, 2024.

Outro fator foi determinante para que a proposta do loteamento se enquadra na legislação construtiva: a gleba escolhida para receber a proposta está no perímetro do centro histórico municipal. Devido a isso, se fez necessário consultar a legislação do IPHAEP, mais especificamente o decreto nº 33.816, de 05 de abril de 2013. E levando em consideração que a legislação que recai sobre os centros históricos tombados pelo IPHAEP é a mesma, também foi consultado a normativa geral de proteção do centro histórico de João Pessoa. Foram retiradas informações importantes sobre o gabarito máximo, dispostos abaixo no Quadro 03:

Quadro 03: Informações sobre o gabarito máximo

Decreto 33.816 (05.04.2013)
“[...] seu gabarito de altura deverá ser menor ou igual a 2/3 da altura média da cobertura do corpo principal da edificação protegida; [...]”.
Normativa do centro histórico de João Pessoa (05.04.2013)
“[...] a altura máxima da fachada (h), estabelecida nas fichas da Norma de Proteção, deverá ser fixada no limite mais elevado da testada do lote; a partir deste ponto a fachada será escalonada em trechos de largura igual a uma vez e meia a altura estabelecida $(h+h/2)$, [...]”.

Fonte: Autor, 2024.

4 URBANIZAÇÃO DE CAJAZEIRAS E OS VAZIOS URBANOS: UM OLHAR SOBRE O CENTRO COMERCIAL

O capítulo em questão desempenha um papel central no âmbito desta pesquisa, focando-se na análise aprofundada da urbanização de Cajazeiras/PB, com uma atenção particular voltada para os vazios urbanos no centro comercial. Ao longo do texto, traçamos a evolução histórica da urbanização na cidade, identificando marcos que influenciaram a configuração atual do centro. A análise dos vazios urbanos no contexto do centro comercial é crucial para compreender as dinâmicas espaciais, sociais e econômicas que moldam o tecido urbano dessa localidade.

Ao aprofundar nossa investigação no centro comercial, ultrapassamos a simples constatação da presença de espaços não utilizados. A abordagem analítica da pesquisa busca compreensão das implicações sociais e econômicas dos vazios urbanos, examinando seu impacto nas dinâmicas sociais, nas condições de vida das comunidades e na identidade urbana da cidade. Esta análise crítica não apenas identifica lacunas urbanas, mas destaca oportunidades para a requalificação e transformação desses espaços, considerando seu impacto mais amplo na vida cotidiana dos habitantes locais.

É essencial reconhecer que os vazios urbanos são reflexos de dinâmicas sociais abrangentes, incluindo mudanças no comércio local, desafios de acessibilidade e elementos históricos que moldaram o centro comercial ao longo do tempo. Esta compreensão profunda fundamenta a proposta de requalificação urbana e social que será desenvolvida ao longo da pesquisa, visando não apenas preencher vazios físicos, mas abordar lacunas sociais de maneira holística.

Ao lançar luz sobre oportunidades e desafios no coração da cidade, este capítulo constitui uma base sólida para a construção da narrativa que orientará a proposta de requalificação urbana e social no entorno do Sangradouro do Açude Grande. A compreensão do papel do centro comercial na estrutura urbana é crucial para fundamentar recomendações futuras, visando não apenas a renovação física, mas também a promoção da inclusão social e o fortalecimento da identidade local.

4.1 A urbanização e expansão territorial do município de Cajazeiras

O município de Cajazeiras tem raízes históricas profundas e passou por um processo significativo de urbanização, que moldou sua geografia e estrutura urbana de maneiras distintas, as quais serão descritas no decorrer dessa etapa. Ao longo dos anos, o crescimento urbano em Cajazeiras foi influenciado por fatores econômicos, sociais e culturais. O desenvolvimento de atividades comerciais, industriais e educacionais desempenhou um papel crucial na atração de população e investimentos, contribuindo para a expansão da área urbana. De acordo com Alvino Pereira da Silva Neto (2015), na tentativa de atender as necessidades oriundas da expansão do ensino superior, o município de Cajazeiras passou por diversas transformações nos últimos anos.

Isso acontece devido as demandas advindas da presença de várias instituições de ensino superior alocadas no município, como a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – campus desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – o Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), a Faculdade Católica da Paraíba (FCB), a Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP), o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e o Instituto Superior de Educação de Cajazeiras (ISEC). Todas essas instituições juntas possuem mais de 25 cursos de graduações, que desempenham um significativo papel no crescimento populacional e econômico da região.

A expansão territorial muitas vezes está ligada à oferta de infraestrutura e serviços, Silva Neto (2015) através das suas pesquisas, assegura que o setor terciário – conhecido como o setor gerador de bens e serviços – foi o que mais se desenvolveu nas últimas décadas no município. A construção de estradas, melhorias na rede de transporte e investimentos em saneamento básico são fatores que impactam diretamente a expansão urbana. A disponibilidade de terras, aliada a políticas de desenvolvimento urbano, influenciou a expansão de bairros e a formação de novos núcleos habitacionais.

No entanto, o crescimento urbano nem sempre ocorre de maneira igualitária, e Cajazeiras não é exceção, como podemos observar nas demarcações (linha na cor azul) da zona de expansão urbana, postas no mapa de numeração de quadras de Cajazeiras (Anexo A). Esse fato gera desafios como a falta de planejamento urbano adequado, a ocupação desordenada de áreas vulneráveis e a carência de serviços básicos podem surgir como consequências do rápido crescimento. Essas questões exigem atenção cuidadosa para garantir que a expansão territorial ocorra de maneira sustentável e inclusiva.

O desenvolvimento urbano pode ser atribuído ao crescimento econômico, que também aponta melhoria dos indicadores sociais (ao menos de parte da sociedade), e a modernização tecnológica, principalmente do meio comercial²⁰. Pode ser considerado que concomitante a esse processo de crescimento urbano – que atrai mais pessoas para ao município – também cresce a demanda no setor imobiliário, tornando-se essencial a construção contínua de edifícios comerciais e residenciais para acompanhar o aumento populacional.

A cidade de Cajazeiras experimentou avanços nos negócios imobiliários nas últimas décadas (Rocha, 2017, p. 37). No entanto, segundo os próprios moradores da cidade, todo esse progresso atrelado ao crescimento urbano, trouxeram consigo uma série de desafios, incluindo o aumento da marginalização, do consumo de drogas, da prostituição, da violência e dos índices de roubo e furto. Em resumo, a expansão da cidade desencadeou consequências negativas. Além disso, há deficiências no saneamento básico para a população e problemas relacionados à distribuição e captação de recursos hídricos (Silva Neto, 2015).

Os desafios enfrentados pelos habitantes de Cajazeiras no cenário cotidiano revelam inequivocamente que o município se transformou em um epicentro de inúmeras questões urbanas, amplamente atribuídas às ramificações do processo de expansão urbana. A vivência diária desses cidadãos é marcada por uma intrincada teia de desafios que refletem não apenas o crescimento demográfico, mas também as complexidades inerentes ao desenvolvimento acelerado.

A expansão urbana, que inicialmente poderia ser vista como um indicador positivo de progresso e desenvolvimento, revelou-se, para os cajazeirenses, um catalisador para uma série de problemáticas. O aumento populacional, por exemplo, trouxe consigo demandas crescentes por serviços básicos, como infraestrutura, saúde e educação. A cidade, antigamente adaptada para uma população mais reduzida, agora enfrenta o desafio de adequar-se a uma realidade demográfica em constante transformação.

²⁰ Como alegado por Rocha (2017, p. 37): “[...] concomitante ao crescimento urbano e populacional, novas lojas se instalaram, como foi dito anteriormente, como também muitas lojas antigas tiveram que ampliar e inovar suas instalações para atender a nova demanda, atendendo tanto a população local como as advindas de outras regiões, em busca dos serviços ofertados na cidade”.

A infraestrutura urbana, outrora suficiente para atender às necessidades da população, agora se vê sobrecarregada e muitas vezes incapaz de acompanhar o ritmo acelerado do crescimento urbano. O tráfego congestionado, a falta de espaços verdes e a pressão sobre os recursos hídricos são apenas alguns exemplos visíveis das consequências tangíveis desse processo de expansão urbana. Ademais, o aumento da demanda por moradia resultou no déficit habitacional, gerando bairros periféricos desprovidos de planejamento adequado e serviços essenciais.

Além disso, o crescimento urbano desenfreado tem impactos diretos na qualidade de vida dos cidadãos, afetando aspectos como a segurança, o meio ambiente e a coesão social. O aumento da criminalidade, a poluição ambiental e a fragmentação da comunidade são desafios que se intensificaram à medida que a cidade se expandiu, exigindo soluções inovadoras e sustentáveis para mitigar esses problemas.

Diante desse panorama desafiador, é imperativo que a comunidade cajazeirense, em conjunto com as autoridades locais e demais partes interessadas, busque abordagens integradas e sustentáveis para lidar com as complexidades advindas da expansão urbana. O desenvolvimento de políticas urbanas inovadoras, o investimento em infraestrutura resiliente e a promoção de práticas de planejamento urbano sustentável emergem como elementos-chave para reverter os efeitos negativos e construir um futuro mais igualitário e resiliente para Cajazeiras.

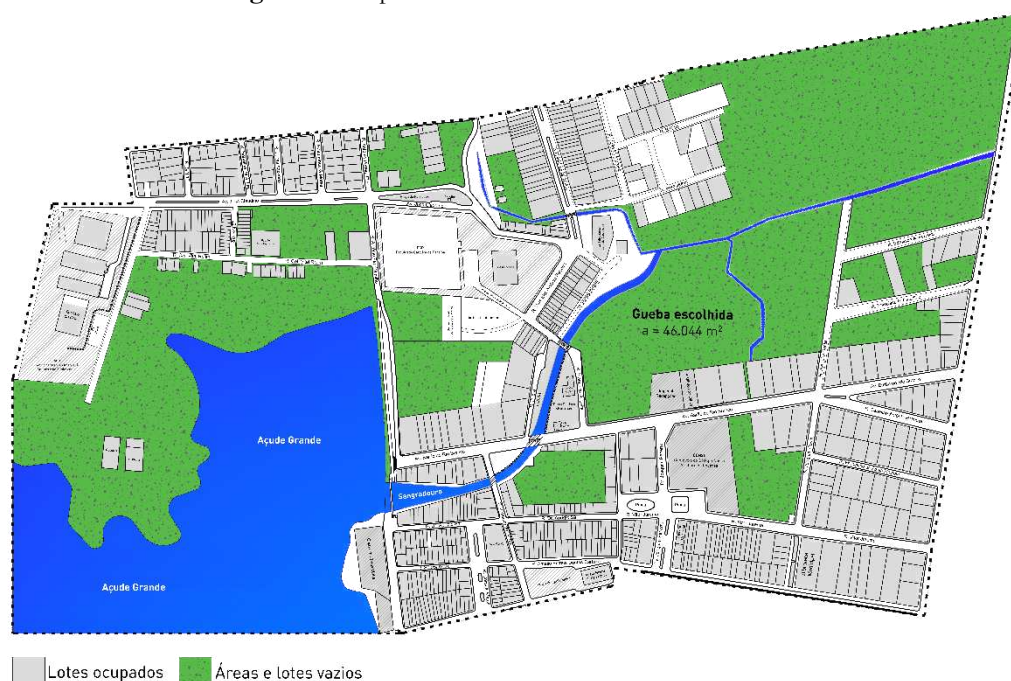
A compreensão da urbanização e expansão territorial de Cajazeiras é fundamental para orientar políticas públicas eficazes, promover o desenvolvimento equitativo e preservar a qualidade de vida da população. Ao considerar as lições do passado e os desafios do presente, a cidade pode buscar estratégias inovadoras para um crescimento futuro que respeite o ambiente, promova a justiça social e fortaleça a identidade única desta comunidade local.

4.2 A perspectiva das famílias afetadas: análise comparativa de outras regiões

A problemática da carência habitacional é uma questão complexa que impacta diretamente a qualidade de vida das famílias afetadas, e o município de Cajazeiras/PB não é uma exceção. O fato de haver inúmeros vazios urbanos no centro da cidade torna a situação

ainda mais intrigante, pois sugere a existência de áreas disponíveis que poderiam ser potencialmente utilizadas para resolver parte do problema habitacional (ver Figura 20).

Figura 20: Mapa de cheios e vazios da área analisada



Fonte: Autor (base de dados: SEPLAN de Cajazeiras/PB), 2024.

[...] estes elementos “vazios” deveriam ser combatidos, podendo servir como base para a construção de uma política de habitação mais íntegra, sendo de suma importância social e econômica reativá-los, principalmente aqueles das áreas centrais (Rocha, 2017, p. 55).

Dessa forma, para atingir o propósito de conferir uma função social aos vazios urbanos, é imperativo implementar instrumentos jurídicos urbanos, tais como a aplicação de IPTU progressivo, o fracionamento do solo e/ou a desapropriação. Isso se torna evidente diante da notável tolerância das autoridades públicas²¹ em relação aos vazios no centro histórico tombado de Cajazeiras e em toda a cidade em geral (Rocha, 2017, p. 55). Observa-se a ausência de qualquer projeto, seja por iniciativa pública ou privada, para reativar esses espaços. Além disso, inexistem políticas punitivas de reestruturação, como a aplicação de IPTU progressivo.

²¹ Em uma conversa realizada no dia 10 de novembro de 2023 entre o discente e o sr. Francisco Thiago Andrade, atual secretário de planejamento do município, foi relatado a existência do desejo de mudar essa realidade. Fazendo isso através da atualização do Plano Diretor Municipal (PDM) e das demais diretrizes urbanísticas. Porém, a atual gestão não compactua dessa idealização, devido o custo necessário para proceder.

Ao analisar a perspectiva das famílias afetadas, é importante considerar diversos aspectos, como as condições de moradia, acesso a serviços básicos, transporte, segurança e a influência do contexto socioeconômico. No centro comercial, onde a carência habitacional é evidente, as famílias podem enfrentar desafios específicos devido à pressão imobiliária, altos custos de moradia e a possibilidade de deslocamento de comunidades tradicionais. O filme “Quem Mora Lá”²², retrata de forma mais visceral esses desafios enfrentados pela população socialmente vulnerável.

Comparando essa realidade com outras regiões da cidade, é possível observar disparidades significativas. As pessoas que residem nas áreas periféricas da cidade, enfrentam problemas diferentes e mais recorrentes, como falta de infraestrutura adequada, serviços públicos dignos e menor acesso a oportunidades de emprego e educação. Por outro lado, essas áreas também podem oferecer espaços mais amplos e menos congestionados, o que poderia ser uma alternativa para algumas famílias. E o fator determinante nesses dois cenários é a distância entre essas áreas e o centro comercial cajazeirense, que concentra a maior parte dos empregos, escolas, hospitais etc.

É crucial envolver as comunidades da periferia da cidade – as mais afetadas pela distância – autoridades locais e organizações da sociedade civil na busca por soluções sustentáveis. Isso poderia incluir a requalificação de áreas urbanas subutilizadas no centro da cidade para habitação – esses espaços vazios podem ser observados na Figura 20 – com a devida atenção à preservação do patrimônio histórico e cultural. Além disso, é essencial implementar políticas habitacionais que levem em consideração as necessidades específicas de cada região, garantindo que as soluções sejam inclusivas e justas.

A análise da carência habitacional em Cajazeiras/PB deve ir além dos números e estatísticas, considerando as histórias e experiências das famílias afetadas. A abordagem integrada, que combina planejamento urbano, políticas habitacionais e participação comunitária, pode ser fundamental para criar um ambiente mais equitativo e sustentável para todos os residentes.

²² Dos mesmos diretores de “Limpam com Fogo”, o filme foi produzido pela Valette de Copas Filmes em parceria com a Habitat para a Humanidade Brasil e distribuído pela Taturana Mobilização Social (lançado em 2018). Sinopse e resenha disponíveis em: <<https://bit.ly/49xi3W5>>. Leitura complementar disponível em: <<https://bit.ly/48fJfqB>>.

4.3 A escassez de moradias dignas: causas e consequências da discrepância

A escassez de moradias dignas é um problema premente que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente nas áreas urbanas. No Brasil, essa questão é particularmente desafiadora devido a uma série de fatores socioeconômicos e históricos. O rápido crescimento populacional nas cidades exerce uma pressão significativa sobre o mercado imobiliário, resultando em um déficit habitacional cada vez maior. Além disso, a desigualdade socioeconômica é uma das principais causas da falta de moradias dignas. Muitas famílias de baixa renda não têm acesso ao mercado imobiliário formal e são forçadas a viver em condições precárias, muitas vezes em áreas de risco (Graf, 2022, p. 96-97).

A especulação imobiliária também desempenha um papel importante na perpetuação da escassez de moradias dignas. Muitas vezes, os empreendimentos imobiliários priorizam o lucro sobre a necessidade de habitação, levando à construção de empreendimentos de alto padrão em detrimento de habitações acessíveis para a população de baixa renda. Além disso, a falta de políticas habitacionais eficazes e programas de moradia popular contribui para a perpetuação desse problema. Paloma Machado Graf *et al.* (2022, p. 96) defende que a discrepância entre a garantia de um direito e a inabilidade do Estado em concretizá-lo cria um dilema que desgasta o tecido social e desencadeia uma crise, evidenciada pela presença de fome e miséria nas ruas urbanas, desencadeando uma resposta na sociedade.

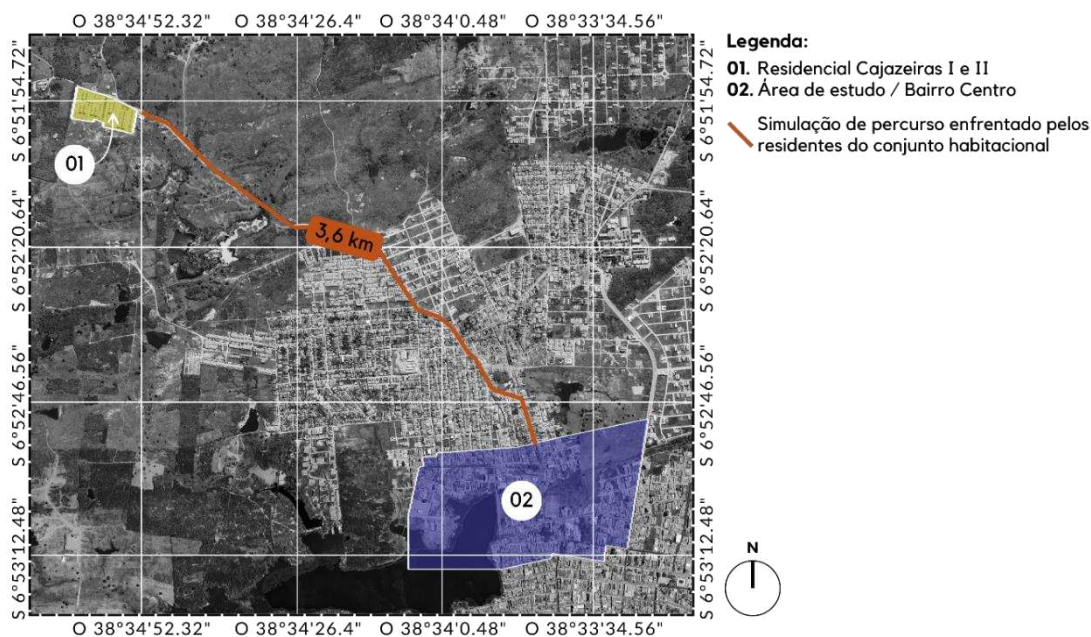
Como observado por Luciana Medeiros de Araújo (2020, p. 210), desde as primeiras implementações do PMCMV no município de Cajazeiras, em 2009, houve um aumento na produção de Habitação de Interesse Social (HIS). No entanto, é importante ressaltar que uma parcela significativa dessa produção foi direcionada para a habitação social de mercado, beneficiando predominantemente os promotores privados do setor imobiliário. Os dados disponíveis indicam a viabilidade econômica dessa abordagem e destacam a orientação empresarial que o PMCMV adotou desde o seu início, priorizando muito mais a demanda por habitação no mercado do que a necessidade de moradia das famílias mais carentes, como evidenciado nos relatórios sobre o déficit habitacional.

Jeffeson de Sousa Ramos (2019, p. 17-18) reafirma que os municípios do sertão paraibano não estão isentos dos problemas habitacionais que assolam o restante do país, e ressalta os seguintes dados sobre a chegada do Programa Minha Casa, Minha Vida no município. O autor relata que Cajazeiras

[...] foi contemplada pelo PMCMV com 900 unidades, das quais 300 já foram construídas. O conjunto é muito afastado do centro da cidade, dificultando o acesso aos equipamentos públicos indispensáveis. Portanto, fica clara a necessidade de repensar a produção padronizada e periférica das HIS no Brasil. (p. 18)

Através da pesquisa efetuada por Ramos (2019), fica evidente a periferização da população de baixa renda. A localização²³ dos conjuntos habitacionais denominados como “Residencial Cajazeiras I e II” (Figura 21), fornecido por iniciativas do PMCMV em parceria com a prefeitura municipal local, distanciou essa população dos principais equipamentos públicos e serviços gerais (hospitais, escolas, mercados, dentre outros), como também, dos seus locais de trabalho. Conforme apontado por Bonduki (2009), a localização predominante dos empreendimentos do PMCMV em áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos comunitários acaba por gerar novos desafios urbanos. Entre esses desafios, destacam-se o agravamento da mobilidade urbana e a expansão descontrolada dos limites das cidades.

Figura 21: Localização dos conjuntos habitacionais “Residencial Cajazeiras I e II”



Fonte: Google Earth Pro (modificado pelo autor), 2024.

O Estado, seja como agente imobiliário ou gestão pública, não tem desempenhado eficazmente seu papel de fiscalização dos processos de ocupação e uso do solo urbano por

²³ Através do Google Earth Pro foi medida a distância (representado pela linha vermelha na Figura 22) do Residencial Cajazeiras I e II até a Praça José Rolim Guimarães, que pode ser considerada como um ponto focal do bairro centro e, consequentemente, desta pesquisa. Mediu-se 3,6 quilômetros de distância entre esses dois pontos.

parte dos agentes privados, nem de promover a construção de habitação de interesse social para a população de menor poder aquisitivo, que está diretamente excluída dos processos decisórios relacionados a essa produção. Devido à falta de um planejamento urbano comprometido com o desenvolvimento sustentável, o poder público não conseguiu conter a rápida expansão urbana, que ocorreu independentemente da capacidade de gestão e da disponibilidade de recursos orçamentários das prefeituras municipais destinados aos programas urbanos (Araújo, 2020, p. 211).

As consequências da discrepância habitacional são profundas e generalizadas. A falta de moradias dignas resulta em condições precárias de vida, com habitações frequentemente sem saneamento básico, água potável e eletricidade. Isso não apenas afeta a qualidade de vida das pessoas, mas também está associado a uma série de problemas de saúde, incluindo doenças respiratórias, infecções e problemas mentais. Graf (2022, p. 98) comenta que a política habitacional

[...] ao alocar a população pobre nas áreas mais periféricas, forçando a expansão do perímetro urbano, acentua a dinâmica de concentração da renda, agrava as consequências da pobreza, dificultando a mobilidade e a busca por trabalho e renda e, ainda, aumenta os custos de manutenção da estrutura pública urbana.

Além disso, a segregação espacial das populações de baixa renda contribui para a exclusão social e a marginalização dessas comunidades. O desenvolvimento urbano desigual também é uma consequência direta da escassez de moradias dignas, com áreas centrais mais valorizadas recebendo investimentos em infraestrutura, enquanto as periferias ficam negligenciadas Graf (2022, p. 98). Diante desses desafios, a implementação de habitações de interesse social emerge como uma solução viável e sustentável.

A proposta de habitação no entorno do sangradouro do Açude Grande, busca abordar a escassez de moradias dignas de forma integrada e abrangente. A escolha de uma localização estratégica próxima ao sangradouro oferece acesso a infraestrutura urbana, devido à proximidade ao centro da cidade, assim promovendo a qualidade de vida dos moradores.

A inclusão dos futuros moradores no processo de design e construção das habitações garante que suas necessidades e preferências sejam levadas em consideração, promovendo um senso de pertencimento e comunidade. Por isso a importância da aplicação de questionários que foi realizada (os resultados serão apresentados nos próximos capítulos).

Além disso, a incorporação de princípios de design sustentável e práticas construtivas ecoeficientes reduz o impacto ambiental das novas habitações e contribui para a resiliência urbana. A implementação de políticas de financiamento acessíveis e programas de subsídio torna as habitações mais acessíveis para a população de baixa renda, garantindo o direito à moradia adequada.

A escassez de moradias dignas é um desafio complexo que requer abordagens inovadoras e colaborativas. A proposta de Habitação de Interesse Social (HIS) no entorno do sangradouro representa um passo importante e que pode contribuir na construção de um município mais inclusivo, justo e sustentável. Ao enfrentar as causas subjacentes da discrepância habitacional e promover soluções integradas, é possível criar um ambiente urbano onde todas as pessoas tenham acesso a moradias dignas e oportunidades de vida digna. “O sucesso do movimento depende da adequação dessa ação com as demandas da sociedade na qual aquele se insere.” (Graf, 2022, p. 96).

4.4 Políticas públicas e intervenções urbanas: desafios para o desenvolvimento sustentável

Devido ao aumento da população urbana e aos incentivos financeiros do governo federal, tem havido um aumento significativo na construção de moradias por iniciativa própria, conhecidas como autoconstruções. Infelizmente, muitas dessas autoconstruções resultam em habitações de baixa qualidade e padrões técnicos deficientes, o que contribui para a proliferação de diversos problemas relacionados. Para abordar essa questão, há um amplo debate²⁴ sobre políticas direcionadas à Habitação de Interesse Social (HIS), com o objetivo de garantir a todos o acesso a moradias dignas que ofereçam um mínimo de conforto, segurança e higiene, levando em consideração as reais necessidades dos moradores.

Bonduki (2007) lembra que além das questões sobre a autoconstrução e ao déficit habitacional quantitativo, relatadas anteriormente, é importante destacar o déficit qualitativo como outro componente significativo das necessidades habitacionais. Este déficit refere-se às moradias que, embora possam existir fisicamente, enfrentam sérias deficiências em termos de acesso à infraestrutura adequada ou estão sujeitas a adensamento excessivo.

²⁴ MARGUTI, Bárbara Oliveira. Políticas de habitação. 2018. *In: A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação* / organizadores: Marco Aurélio Costa, Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, Cesar Buno Favarão. – Brasília: Ipea, 2018. pp. 119-133. Disponível em: <<https://bit.ly/3SRMSgJ>>. Acessado em 23 de fevereiro de 2024.

Essas moradias “deficientes” são habitadas por famílias que não necessariamente requerem uma nova moradia imediatamente, mas sim intervenções que garantam condições de vida dignas. Isso pode incluir melhorias na infraestrutura básica, como água potável, saneamento e eletricidade, bem como a redução da superlotação. Portanto, ao abordar as questões habitacionais, é essencial não apenas focar na construção de novas moradias, mas também considerar a melhoria das condições das moradias existentes. Isso não apenas contribui para a qualidade de vida das famílias afetadas, mas também para a criação de comunidades mais saudáveis e sustentáveis no longo prazo.

No âmbito do urbanismo e da arquitetura, a concretização de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) muitas vezes se insere em um contexto mais amplo de políticas públicas e intervenções urbanas. O caso específico do estudo preliminar de habitação social no entorno do sangradouro do refile não apenas a necessidade de abordagens práticas para a questão habitacional, mas também os desafios enfrentados no caminho rumo ao desenvolvimento sustentável e garantia da segurança socioambiental nas áreas urbanas.

As políticas públicas desempenham um papel crucial na definição do quadro regulatório e na alocação de recursos para projetos de Habitação de Interesse Social (HIS)²⁵. No entanto, a eficácia dessas políticas muitas vezes esbarra em questões como burocracia, falta de integração entre diferentes esferas governamentais e insuficiência de recursos financeiros. Nesse contexto, surge o desafio de criar políticas que sejam não apenas inclusivas e acessíveis, mas também sustentáveis a longo prazo, levando em consideração não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais.

O Brasil cresceu e vem crescendo significativamente no patamar econômico mundial, sem, contudo, concretizar os princípios constitucionais que promovam a dignidade da pessoa humana – cerne da Constituição da República de 1988 –, por meio de políticas públicas suficientes a melhorar as condições de vida de sua população, especialmente àquela que possui forte histórico de exclusão e que permanece em constante risco social. (Orsini, 2013, p. 02)

²⁵ Em junho de 2002, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) foi estabelecido pela Lei nº 11.124, com o propósito de implementar políticas e programas destinados a facilitar o acesso à moradia adequada para a parcela de baixa renda da população. E o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi reintroduzido através da Medida Provisória nº 1.162, datada de 14 de fevereiro de 2023, que posteriormente foi convertida na Lei nº 14.620, em 13 de julho de 2023. A nova iteração do MCMV visa aprimorar a localização dos empreendimentos habitacionais, assegurando sua proximidade com estabelecimentos comerciais, equipamentos públicos e acesso ao transporte coletivo. Disponível em: <<https://bit.ly/3OLBZvG>> e <<https://bit.ly/3OPEM7n>>. Acessados em 19 de fevereiro de 2024.

No que diz respeito à incorporação da política habitacional através de contratos de financiamento habitacional com desequilíbrio financeiro dentro do Sistema Financeiro de Habitação, o Ministério das Cidades do Brasil declara que o Sistema Nacional de Habitação (SNH) é constituído por uma estrutura de gestão e supervisão, coordenada e integrada pelo Ministério das Cidades, pelo Conselho das Cidades, pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, pelos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e pelos Fundos Estaduais e Municipais de Habitação de Interesse Social (FEHIS e FMHIS). Além disso, o Sistema Nacional de Habitação inclui uma rede de instituições financeiras, promotores e profissionais técnicos envolvidos na execução da Política Nacional de Habitação (Brasil, 2004).

Como destacado por Bonduki (2007), a persistência de um déficit habitacional significativo, especialmente entre a população de baixa renda, mesmo após décadas de intervenções na política habitacional promovidas pelo governo federal, destaca claramente a falha dos programas públicos existentes e a inadequação dos mecanismos de mercado para abordar efetivamente essa questão premente. Por outro lado, essa realidade ressalta a urgência absoluta de desenvolver estratégias mais eficazes para atender às necessidades das camadas de menor poder econômico.

Dessa forma, as intervenções urbanas associadas à implementação de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) muitas vezes enfrentam obstáculos próprios. A requalificação de áreas degradadas, a adequação de infraestruturas existentes e a integração harmoniosa dessas novas habitações ao tecido urbano são apenas alguns dos desafios que os planejadores urbanos e arquitetos enfrentam. É fundamental adotar uma abordagem holística e integrada, que leve em consideração não apenas as necessidades imediatas de habitação, mas também a qualidade de vida dos moradores, a preservação do meio ambiente e a promoção da inclusão social.

E no contexto específico da proposta de Habitação de Interesse Social (HIS) no entorno do sangradouro do Açude Grande em Cajazeiras/PB, os desafios para o desenvolvimento sustentável são ainda mais evidentes. A área em questão pode apresentar particularidades ambientais, sociais e econômicas que requerem uma análise cuidadosa e soluções específicas. Questões como o impacto ambiental da intervenção, a disponibilidade

de serviços básicos e a integração dos novos moradores à comunidade local são aspectos que devem ser considerados de forma abrangente e multidisciplinar.

Portanto, a concretização da proposta de HIS no contexto mencionado exige não apenas competências técnicas em arquitetura e urbanismo, mas também uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais envolvidas. Somente através de políticas públicas eficazes e intervenções urbanas sustentáveis será possível enfrentar os desafios e promover o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas, garantindo moradias dignas e inclusivas para todos os cidadãos.

4.4.1 A criação do Ministério das Cidades: importante órgão regulamentador

Ao tratar sobre políticas públicas ligadas a questão habitacional, se faz necessário transcorrer sobre o Ministério das Cidades (MCid). O autor Bonduki (2007) ressalta em suas análises a importância da proposta de criação desse ministério, destacando a necessidade de dar prioridade à questão urbana e habitacional. A ideia era consolidar em um único ministério as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial, possibilitando, pela primeira vez no país, uma abordagem planejada e integrada das questões urbanas.

O Ministério das Cidades foi estabelecido em 2003 com o papel de coordenar, gerir e formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), unindo de forma integrada as políticas relacionadas às cidades e assumindo a coordenação política e técnica das questões urbanas. Embora tenha havido avanços na esfera institucional e na gestão participativa, houve desafios significativos em termos financeiros, especialmente entre 2003 e 2005. A criação do Fundo Nacional de Moradia (FNM), uma demanda antiga do movimento habitacional, foi inicialmente promissora. No entanto, devido a restrições financeiras, o FNM foi reformulado e deu lugar ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

A dependência predominante do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) como principal fonte de financiamento, sem subsídios até 2005, segundo Bonduki (2007), resultou em pouca mudança no perfil de renda dos beneficiários, apesar da criação de programas emergenciais, como o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), que teve

recursos limitados, e o uso do Programa de Subsídio Habitacional (PSH), implementado no final do governo FHC para alocar recursos do orçamento.

4.5 Vazios urbanos e seus potenciais de uso: análise do entorno do sangradouro

Os vazios urbanos, na sua conceituação – considerando a palavra “vazio” como conotação para algo vago – se referem aos terrenos que estão desocupados, livre de atividades ou até mesmo inóspitos, em alguns casos obsoletos. Em outras palavras, esses espaços podem ser definidos como áreas abandonadas (ver Figuras 22 e 23) desprovida ou não por algum tipo de construção, que por sua vez, não estará cumprindo sua função social (Borne, 2006).

Figura 22: Aumento populacional brasileiro



Figura 23: Variação populacional



Fontes: Autor, 2023.

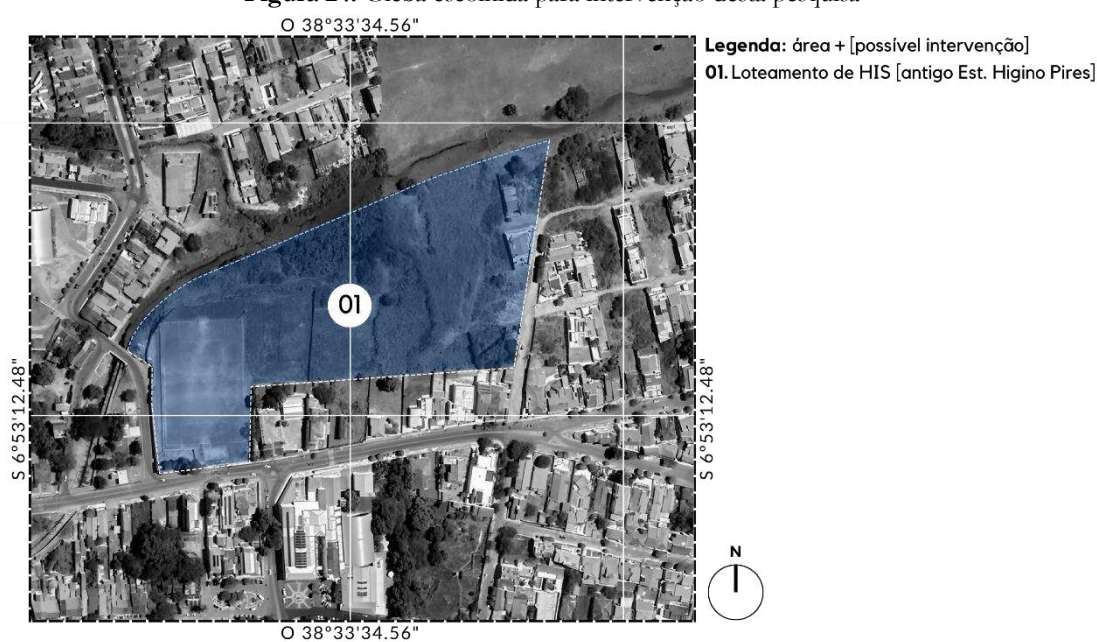
Essas áreas desocupadas podem ser encontradas em áreas urbanas que estão em processo de crescimento, como no caso das áreas de expansões das cidades, ou em locais onde houve uma diminuição na atividade econômica ou de uso ao longo do tempo. Essa última característica condiz de forma mais assertiva com a realidade dessa pesquisa, visto que, todos os vazios urbanos que serão analisados, inclusive o qual receberá as intervenções postas através do estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS), encontra-se na região do centro comercial do município de Cajazeiras.

[...] os “vazios urbanos” podem desempenhar um papel importante no levantamento de questões relacionadas à reativação dos referidos espaços e a reversão da interpretação negativa que lhes são atribuídos, já que mesmo sem seu uso efetivo, eles sofrem valorização no mercado [...] (Rocha, 2017, p. 15).

Devido a essa problemática gerada pelos terrenos desocupados, se faz necessário analisar o potencial de uso deles, que por sua vez pode ser considerado bastante significativo.

Tornando-se possível explorar o uso de maneiras que venham a contribuir com o desenvolvimento do município, em áreas bastante relevantes como a econômica e de turismo, por exemplo. Outro uso recorrente que pode ser dado aos vazios urbanos é o residencial, transformando essas áreas a partir da construção de apartamentos, casas ou condomínios. Devido a demanda por moradia, essa opção tornou-se a mais comum dentre as opções de uso oferecidas por esses espaços. Na Figura 24 pode ser visto a gleba vazia que foi escolhida para receber o fruto dessa pesquisa.

Figura 24: Gleba escolhida para intervenção desta pesquisa



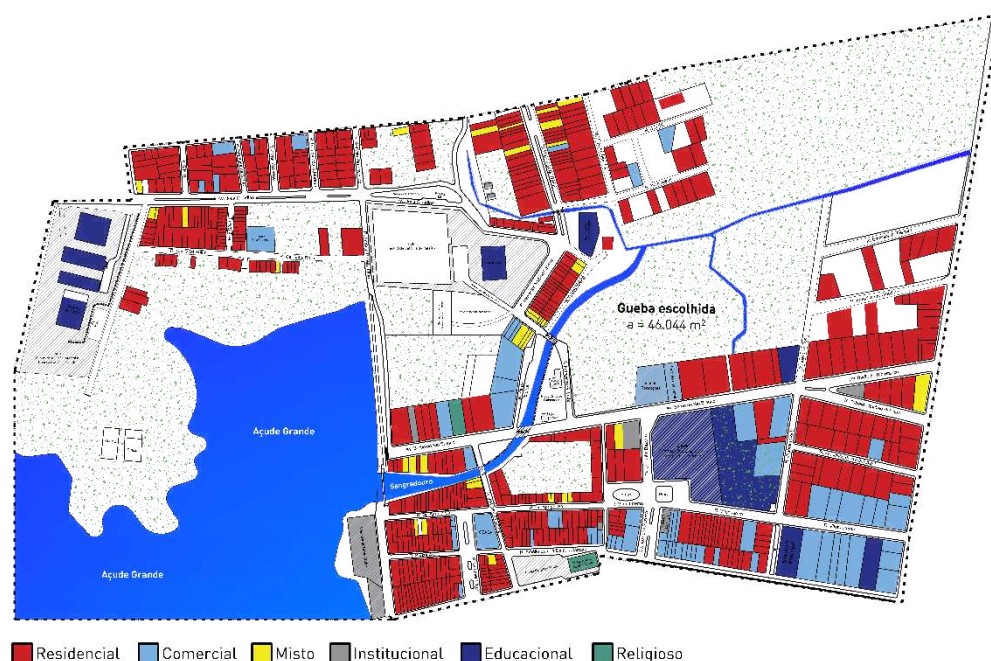
Fonte: Google Earth Pro (modificado pelo autor), 2024.

Considerando que se faz essencial abordar esses espaços “desocupados” como uma oportunidade para iluminar a discussão de uma política habitacional mais completa, que tenha um impacto significativo tanto social quanto econômico. É de grande importância requalificar esses vazios, especialmente os espaços que se encontram nas áreas centrais, maior característica dos exemplares analisados nessa pesquisa (Rocha, 2017, p. 55). A transformação de vazios urbanos em áreas residenciais permite o aumento da densidade populacional na cidade, o que pode ser benéfico para o uso eficiente de recursos que visam a melhoria da infraestrutura urbana existente ou criação de novos espaços.

A ocupação dos vazios urbanos por meio do uso habitacional pode incorporar princípios de sustentabilidade, como o uso eficiente de recursos, a incorporação de tecnologias verdes e a promoção de alternativas de transporte sustentável. Além da habitação,

o desenvolvimento habitacional em vazios urbanos pode incluir espaços comerciais, áreas de lazer e instalações comunitárias, criando uma mistura de usos que torna a área mais vitalícia e funcional, além daqueles já existentes (Figura 25). Esse tipo de organização urbanística faz menção ao método utilizado em partes do projeto de Brasília, as superquadras. Esse componente urbanístico contribui com a valorização do espaço urbano “comum” a todos os moradores da cidade. Visto que, esse método deixa livre o chão para que as pessoas usufruam²⁶.

Figura 25: Mapa de uso e ocupação do solo



Fonte: Autor (base de dados: SEPLAN de Cajazeiras/PB), 2024.

O desenvolvimento habitacional em vazios urbanos pode contribuir para a atração de novos moradores e investimentos dos setores comerciais, que por sua vez, pode melhorar a segurança e a qualidade de vida na região. Em áreas com edifícios históricos, como no caso em questão, o fomento ao crescimento habitacional pode envolver a restauração ou requalificação – a partir de retrofit arquitetônico, por exemplo – dessas edificações, preservando o patrimônio cultural da comunidade local.

Ao envolver edificações históricas nesse tipo de ação, se faz essencial um planejamento arquitetônico e urbanístico adequado, para que assim seja garantido um

²⁶ VASQUES, Claudia Marina *et al.* Superquadra Brasília: preservando um lugar de viver. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3PQIf6E>>. Acesso em 21 de setembro de 2023.

desenvolvimento habitacional integrado harmoniosamente com a paisagem urbana existente, levando em consideração a infraestrutura existente, as consequências das intervenções físicas ou visuais, o acesso a serviços públicos a partir desses locais e a mobilidade.

As intervenções feitas nos vazios urbanos em prol do direito à moradia, devem ser acessíveis a diferentes faixas de renda, incluindo a criação de unidades de habitação de baixo custo ou habitação social, dependendo das necessidades da comunidade. Mesmo sendo uma habitação considerada de “baixa renda”, Ferreira (1940, p. 79 *apud* Bonduki, 2017, p. 142) lembra que ela deve buscar compatibilizar “economia, prática, técnica e estética”. Fatores bastante importantes, para que os cidadãos que ali residirão, não se sintam marginalizados.

Em consequência da crise habitacional da década de 1940, muitos foram os moradores que decidiram construir suas próprias residências. “Muitos são os nomes usados para designar essa forma de construção: casas domingueiras, casas de periferia [...]” (Bonduki, 2017, p. 289). Porém, o autor denomina de “autoempreendimento da moradia popular”. Ao mencionar esse fator histórico, chama-se atenção para a importância de envolver a comunidade local no processo de planejamento e desenvolvimento da intervenção, garantindo que suas necessidades e preocupações sejam consideradas. Nas figuras 26 e 27 podem ser vistas algumas das atuais moradias da população que reside no entorno do sangradouro do Açude Grande, devido essa proximidade e condições sanitárias, a participação dessa população na tomada das decisões foi indispensável na busca de soluções, pois, somente eles conhecem a fundo a realidade local.

Figura 26 e 27: Habitações no entorno do sangradouro



Fontes: Autor, 2024.

Mesmo que a população não precise, em tese, colocar sua força de trabalho para tornar o projeto realidade, sua participação nas decisões é essencial, pois, a participação comunitária ajuda a criar um senso de propriedade e identidade com o novo desenvolvimento (Bonduki, 2017, p. 292). Uma vez construído, o desenvolvimento habitacional requer uma gestão adequada, incluindo a manutenção de instalações e serviços comuns, bem como a criação de associações de moradores, quando apropriado, para tomar decisões sobre a manutenção e o funcionamento da comunidade.

No Quadro 04 são apresentados outros exemplos de utilização que podem ser atribuídos aos vazios urbanos das cidades:

Quadro 04: Potenciais de uso dos vazios urbanos

Áreas verdes
A criação de parques, praças e áreas verdes em vazios urbanos pode melhorar a qualidade de vida dos residentes locais, proporcionando espaços para atividades ao ar livre, lazer e contato com a natureza.
Comércio e serviços
Vazios urbanos podem ser convertidos em locais para comércio, como shoppings, restaurantes, lojas ou centros de entretenimento. Essas áreas podem atrair negócios e aumentar a vitalidade econômica da região.
Espaços culturais e artísticos
A criação de galerias de arte, teatros, espaços de exposição ou centros culturais em vazios urbanos pode promover a expressão artística e cultural na comunidade.
Revitalização histórica
Em áreas com um patrimônio arquitetônico significativo, os vazios urbanos podem ser restaurados e adaptados para novos usos que preservem o caráter histórico da região.
Mobilidade e estacionamento
Em áreas urbanas congestionadas, os vazios urbanos podem ser transformados em estacionamentos ou estações de transporte público para melhorar a mobilidade e reduzir o tráfego.
Hortas urbanas e agricultura urbana
Em áreas com espaço suficiente, os vazios urbanos podem ser utilizados para o cultivo de alimentos, promovendo a segurança alimentar local.
Sustentabilidade
Os vazios urbanos podem ser transformados em projetos de desenvolvimento sustentável, incluindo edifícios ecológicos, sistemas de energia renovável e práticas de design ambientalmente conscientes.

Fonte: Autor, 2024.

Em geral, o potencial de uso de vazios urbanos depende da visão da comunidade, das necessidades locais e da capacidade de planejamento e investimento. É importante que as intervenções urbanas sejam realizadas de forma planejada e sustentável, levando em consideração o contexto local, a preservação do patrimônio arquitetônico, o envolvimento da comunidade e a viabilidade econômica.

4.5.1 A problemática da população marginalizada no entorno do sangradouro

O crescimento da população em situação de rua nas cidades brasileiras ao longo da última década se trata de um fenômeno complexo e multifacetado, profundamente enraizado em questões políticas e sociais. Esse problema está intrinsecamente ligado a uma série de fatores que vão desde a desigualdade econômica até a falta de investimento em políticas sociais. No caso do município de Cajazeiras/PB essa problemática também tem sido presente na sua conjuntura social. Devido a isso, cria-se o alerta pela busca de soluções que consigam, ao menos, inverter consideravelmente o exponencial de crescimento dessa população.

Do ponto de vista político, a falta de investimento em programas sociais, como assistência social, saúde mental e habitação, desempenha um papel significativo no aumento da população em situação de rua. Maricato (2014, p. 19) ao analisar os impasses da crise urbana brasileira, deixa claro o sentimento de “revolta” que cresce dentro da população, justificado pela falta de assistencialismo oriundo dos órgãos governamentais responsáveis. A autora menciona que “[...] a vida nas cidades está se tornando insuportável, em especial a condição de (i)mobilidade.”. Os problemas sociais que atingem a população são vários e esse acúmulo tem transformado as cidades em verdadeiras “bombas socioecológicas”, vale ressaltar que esse fato já não tem atingido apenas para a parcela mais pobre da sociedade.

A redução de recursos nessas áreas deixa as pessoas vulneráveis sem acesso aos serviços essenciais de que precisam para sair da situação de rua. Além disso, a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo – as esferas federais, estaduais e municipais – frequentemente resulta em lacunas nos serviços e em uma abordagem fragmentada para lidar com os problemas sociais que surgem e acumulam-se rapidamente. A autora Maricato (2014, p. 18) consegue sintetizar a situação nacional ao apresentar, através das suas pesquisas, um Brasil que está assustado, no qual, os índices de violência crescem, “[...] a intolerância também e as cidades fervem.”.

Outra questão política problemática é a utilização de políticas de remoção forçada em algumas cidades. Essas políticas buscam “limpar” as áreas urbanas, muitas vezes empurrando as pessoas em situação de rua para outras regiões, sem abordar as causas fundamentais da situação de rua. A falta de acesso à justiça também é uma preocupação, pois muitas pessoas em situação de rua têm dificuldade em proteger seus direitos contra despejos injustos e discriminação. Esse tipo de “higienização social” acompanha a história do Brasil e tornou-se destaque em vários fatídicos momentos, como no caso do movimento “bota-abaixo”²⁷, a reforma urbanística imposta pelo prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro.

A gentrificação de diversas áreas de cidades brasileiras, ocasionada pelo “boom imobiliário” advindo pelos processos da Copa Mundial de Futebol de 2014 e também das Olimpíadas de 2016, foi outro momento no qual a população menos favorecida foi enxotada para os perímetros das cidades-sede. Com isso, as periferias precisaram expandir horizontalmente, chegando a novas fronteiras e tudo “[...] graças ao especulativo mercado de terras.” (Maricato, 2014, p. 20).

No âmbito social, a desigualdade é um dos principais fatores que impulsionam o crescimento da população em situação de rua. A falta de acesso a oportunidades econômicas e educacionais cria um ciclo de pobreza difícil de quebrar. Além disso, as pessoas em situação de rua frequentemente enfrentam violência, discriminação e estigmatização, o que torna ainda mais difícil para elas saírem dessa situação e buscarem ajuda. As questões envolvidas dentro do cenário de comercialização da terra urbana – normalmente gerido por oligarcas – acarretam grande parte da culpa do crescente índice da população em situação nos municípios brasileiros, porque “[...] a mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo.” (Rolnik, 2015, p. 35).

Com o fortalecimento dessa visão mercantilista e concentração de poder na mão de poucos, o direito à moradia, garantido pela Constituição Federal brasileira, perde sua

²⁷ Abrahão (2022, p. 165) trata o “bota-abaixo” como sendo a [...] a reforma que redefiniu a estrutura urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro e adjacências, além da transformação estética, teve como finalidade precipua a imposição de novos hábitos e costumes por intermédio de leis e decretos, os quais influenciaram decisivamente a vida dos habitantes, principalmente os de baixo poder de consumo, incluindo migrantes, pobres e negros.

importância no cenário político, assim, as políticas públicas abandonaram a concepção da habitação como um bem social, um dos elementos dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou fornecer para indivíduos menos abastados financeiramente. Em outras palavras, ela deixou de ser vista como um meio de distribuição dos recursos públicos.

A visão capitalista e consumista que tomou força com a industrialização global, atinge fortemente o setor imobiliário, nessa nova visão, a casa passa a ser um meio de acesso à riqueza, um “artigo de luxo” e não mais uma necessidade básica que deve ser suprida. Portanto, a casa “[...] foi afetada pelo desmantelamento das instituições básicas de bem-estar [...]” (Rolnik, 2015, p. 35). Isso impacta fortemente a vida da maior parcela da sociedade, porque a falta de uma rede de apoio social adequada, incluindo serviços de saúde mental, reabilitação de dependência química e programas de capacitação, contribui para a perpetuação de problemas sociais. As pessoas em situação de rua precisam de acesso a serviços que abordem suas necessidades específicas e as ajudem a reintegrar-se na sociedade.

Ao voltar a atenção para a essa população, deve-se considerar como a política urbana e as decisões políticas afetam diretamente esse povo. Além disso, a arquitetura e o planejamento urbano podem desempenhar um papel significativo na criação de espaços urbanos mais inclusivos e acessíveis, que considerem as necessidades das pessoas em situação de rua, contribuindo assim para uma abordagem mais abrangente e eficaz desse desafio social.

No contexto cajazeirense, como mencionado anteriormente, o quantitativo de pessoas que encontram-se habitando as ruas da cidade tem crescido acentuadamente, de tal maneira que chamou atenção das autoridades municipais e estaduais – fato justificado devido ao grau de importância do município no sertão paraibano. Esse rápido crescimento demanda soluções imediatas, visando assegurar o direito à vida digna. Após reuniões e deliberações foram realizadas de imediato ações sociais com intuito de ofertar serviços para essa população.

5 ESTUDOS DE CASO: PROJETOS PARA EMBASAR OS RESULTADOS

No contexto do urbanismo, a requalificação urbana se apresenta como uma ferramenta essencial para a transformação e requalificação de áreas urbanas que, ao longo dos anos, passaram a apresentar desafios em relação à infraestrutura, habitabilidade e qualidade de vida de seus habitantes. Esta pesquisa representa um compromisso com a compreensão dos desafios urbanos que afligem essa área, buscando medidas que aprimorem a qualidade de vida dos cidadãos locais e requalificar um espaços vazios ou subutilizados.

Para a formulação desta proposta, nos valem de um processo de pesquisa que envolve a análise de referências escolhidas cuidadosamente. Estas referências, apresentadas ao longo desse trecho, tem natureza diversa e inspiradora, servem como fontes de conhecimento e experiências que irão embasar o projeto de requalificação. Este trabalho procura integrar princípios do urbanismo, arquitetura, planejamento, desenvolvimento sustentável e participação comunitária para criar uma visão abrangente e viável de requalificação que atenda às necessidades do presente e do futuro.

5.1 Reurbanização do centro de Conde/PB

A intervenção de requalificação do centro de Conde/PB (ver as Figuras 28 e 29 na próxima página), finalizada em 2020, foi concebida com o propósito de oferecer soluções pragmáticas, realizáveis e funcionalmente adaptadas à realidade desse município de pequeno porte. Sua concepção primou pela harmonia com a escala humana e pelo respeito à cidade já estabelecida na região.

Essa iniciativa de requalificação urbana no centro do município teve sua origem em um concurso público nacional de Arquitetura e Urbanismo. A elaboração do edital desse concurso envolveu um processo participativo, no qual oficinas foram realizadas para identificar as principais necessidades e aspirações da comunidade local. Um representante da própria comunidade desempenhou um papel crucial ao integrar o júri responsável por avaliar as propostas submetidas e selecionar o projeto vencedor.

O projeto vencedor não encarou o espaço público simplesmente como um apêndice do espaço construído, mas como uma área de conexão vital tanto entre os elementos urbanos quanto entre as pessoas que o habitam. Focou-se na criação de uma proposta contextual e

financeiramente responsável, evitando uma abordagem excessivamente espetacular, que não estivesse em sintonia com a escala de um município de pequeno porte. Segundo as análises feitas por Mariana Mincarone²⁸, o intuito era “[...] buscar uma identidade visual muito espetacular em relação à escala de município de pequeno porte, o que poderia resultar em ‘ideias fora do lugar’.”

Figura 28: Proposta para pavimentação de piso e áreas verdes



Figura 29: Proposta para equipamento e mobiliários urbanos



Fonte: Escritório Versa - Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura, 2018.

A pedra angular desse projeto foi a transformação do centro em um espaço convidativo e acessível para pedestres e ciclistas. A conexão das duas praças em um amplo espaço público bem equipado e agradável, adjacente ao calçadão que acompanha o eixo da igreja, foi um dos pontos-chave. A escolha de focar a intervenção no centro da cidade teve por objetivo reverter o histórico de priorização de investimentos na região de Jacumã, que historicamente atraía um grande número de turistas, em detrimento das áreas onde predominavam os residentes locais. Isso reflete a busca por um equilíbrio entre as necessidades da comunidade e as demandas do turismo.

Para dar vida ao projeto vencedor, a prefeitura contratou a equipe vencedora para elaborar os projetos executivos abrangendo áreas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e

²⁸ Informações retiradas do portal “Arq.Pop – Popularizar a arquitetura”. Disponível em: <<https://bit.ly/3tLr11N>>. Acesso em: 20 de outubro de 2023. Mais informações são disponibilizadas através da plataforma do escritório Versa Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura, vencedor do concurso. Disponível em: <<https://bit.ly/3SabyCn>>.

infraestrutura urbana (Figuras 30 e 31). Mantendo um diálogo contínuo com a prefeitura, a equipe de projeto realizou adaptações necessárias para que o projeto se adequasse ao orçamento disponível e às especificidades locais, as quais foram delineadas com maior precisão a partir de um levantamento detalhado da área. A execução da obra foi conduzida através de um processo de licitação pública, garantindo a transparência e conformidade com as diretrizes legais.

Figuras 30 e 31: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção



Fonte: Escritório Versa - Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura, 2018.

Em virtude de o município ser de pequeno porte, a abordagem central do projeto foi a de atender às demandas expressas no edital do concurso, sem sacrificar a exequibilidade, a facilidade de manutenção e a economicidade. Isso demonstra um compromisso com a eficácia da obra, de modo a garantir que as melhorias urbanas sejam sustentáveis e acessíveis, beneficiando de maneira direta a comunidade local. Para melhor esclarecimento acerca da proposta ganhadora vale ressaltar que o projeto vitorioso, oriundo de Porto Alegre/RS, destacou-se por abordar diversos aspectos solicitados, incluindo a consideração da economia local, o estímulo ao comércio da região e a criação de espaços públicos atraentes para a permanência da população.

A equipe responsável pela elaboração desse projeto notável foi composta por Bruno de Moraes Britto, Camila Bellver Alberti, Douglas Silveira Martini, Jean Michel Forte dos Anjos e Mariana Mocellin Mincarone. Seu trabalho ilustra a capacidade de profissionais

talentosos e dedicados em contribuir significativamente para a transformação e requalificação das áreas urbanas, promovendo o bem-estar da comunidade e o desenvolvimento local.

5.2 Requalificação urbano-arquitetônica do Parque da Liberdade em Fortaleza/CE

Segunda as informações retiradas da plataforma do escritório/ateliê do arquiteto e urbanista Yuri Nobre²⁹, o projeto de requalificação urbana do Parque da Liberdade - Cidade da Criança foi o vencedor de um Concurso Nacional de Ideias, recebendo o 1º Prêmio e resultando na realização do projeto proposto, que abrange também a Praça e o Terminal do Sagrado Coração de Jesus.

O principal objetivo dessa iniciativa foi criar um espaço público vibrante e acolhedor para estabelecer um parque urbano contemporâneo, mantendo sua relevância patrimonial (ver Figura 32). Enfatizou-se a importância da dimensão social e da preservação da memória da Cidade das Crianças, conectando-a à Praça do Sagrado Coração de Jesus. Adotou-se a abordagem lúdica como um atrativo para os usuários, inspirada na Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner (1943), a fim de abranger aspectos cognitivos, sociais e afetivos no desenvolvimento das pessoas, especialmente na infância, durante o planejamento do espaço público visando o bem-estar da comunidade local (ver Figura 33).

Figura 32: “Casa” do ciclista



Figura 33: Mobiliários urbanos



Fontes: Ateliê Yuri Nobre, 2022.

Além da requalificação do espaço urbano e seu entorno, a intervenção incluirá o redesenho das paradas de ônibus, a construção de um novo terminal de ônibus na Rua Solon Pinheiro, a transformação de um trecho da Rua Jaime Benévolo em um corredor de atividades para pedestres, uma variedade de novos usos para as edificações dentro do parque

²⁹ Descrição da Requalificação Urbano-Arquitetônica do Parque da Liberdade (Cidade da Criança) disponível em: <<https://bit.ly/3T9beE6>>. Acessado em 02 de dezembro de 2023.

e a criação do Memorial da Liberdade, em referência à estreita relação entre a história desse espaço público tombado e a abolição da escravidão.

O projeto de intervenção para este espaço patrimonial, datado de 1890 e formalmente inaugurado em 1902, e que foi tombado pelo município em 1991, foi concebido com base nas circunstâncias particulares do local, buscando resgatar a memória afetiva da comunidade, especialmente as relações entre o espaço público, a infância e a nostalgia. A abordagem adotada considerou uma leitura espacial que abarca os diferentes momentos e contextos históricos, sem impor hierarquias ou modelos ideais, mas enfatizando o simbolismo intrínseco ao espaço (ver Figuras 34 e 35).

Figura 34: Simbolismo nos elementos



Figura 35: Brinquedos públicos



Fontes: Ateliê Yuri Nobre, 2022.

Ao longo do percurso, o usuário encontra um paisagismo contemplativo em harmonia com intervenções patrimoniais que buscam enaltecer o lugar. O restauro dos elementos patrimoniais foi realizado com técnicas específicas, adaptadas conforme o dano sofrido e devidamente mapeadas em projeto, incluindo prospecções específicas para validação. Para os elementos perdidos, adotou-se o conceito de anastilose, utilizando perfis metálicos para recriar a forma dos elementos ausentes, como foi o caso das “Estátuas dos Deuses” Apolo e Netuno.

Essas estátuas, mencionadas em registros literários históricos do local, tiveram suas esculturas originais perdidas, então optou-se por criar um exercício de memória, transformando-as em estímulos para educação patrimonial ao ar livre. O parque agora abriga edificações ecléticas históricas que foram adaptadas para novos usos. Além do restauro, as intervenções visaram a requalificação por meio de ocupações estratégicas, como áreas de apoio para administração e segurança, bicicletários, cafés e restaurantes. Esses usos sugeridos

têm o intuito de dinamizar o fluxo de pessoas e reintegrar à população a este espaço público tão singular no centro da cidade.

5.3 Analisando exemplos de HIS no Nordeste: projetos do Escritório NEBR arquitetura

A análise de exemplos de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) alocados no Nordeste tornou-se fundamental para entender as políticas habitacionais no contexto local e sua influência direta na melhoria das condições de moradia para a população de baixa renda. Ao examinar projetos e empreendimentos focados na HIS, se torna possível identificar práticas bem-sucedidas, desafios e inovações que moldaram o cenário da habitação social nessa região do Brasil.

Este subtópico tem como objetivo explorar exemplos concretos de HIS, projetados pelo escritório NEBR – arquitetura identitária³⁰. Os dois projetos escolhidos estão alocados no município de Paudalho/PE, ambos refletem as particularidades e necessidades da região, pois, foram analisadas as características, impactos e contribuições para enfrentar o déficit habitacional e promover moradias dignas, enraizando as soluções no contexto específico da região. Além disso, ao buscar por exemplos brasileiros e, principalmente, nordestinos, se espera visualizar resoluções que possam embasar a proposta final dessa pesquisa, por compartilhar semelhanças.

5.3.1 I Conjunto de Casas Populares em Paudalho, Pernambuco³¹

A equipe do projeto, representada na pessoa do arquiteto Edson Muniz, explica que em Pernambuco, assim como em várias outras localidades do país, as propostas arquitetônicas que visam habitações acessíveis para a população frequentemente resultam em unidades de qualidade questionável, caso bastante relevante e que deveria ser diferente nessa região, onde o déficit habitacional é um desafio persistente. E para repensar a moradia como um espaço genuíno para seus ocupantes, o escritório propôs explorar uma arquitetura de simplicidade e funcionalidade, escapando das restrições impostas pelos programas habitacionais brasileiros (ver Figuras 36 e 37).

³⁰ O escritório não possui um portal digital próprio, porém, seus projetos podem ser acessados através do ArchDaily, disponível em: <<https://bit.ly/3IaaYyy>>. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

³¹ Informações disponibilizadas pela equipe do projeto. Disponível em: <<https://bit.ly/49KMrf9>>. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

Figura 36: Simbolismo nos elementos



Figura 37: Brinquedos públicos



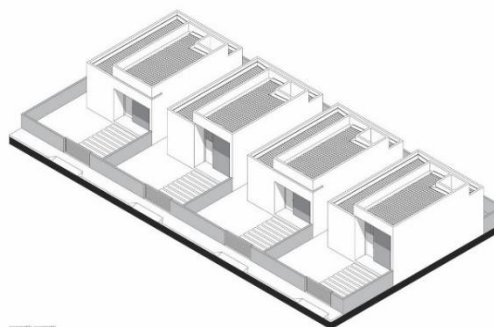
Fontes: ArchDaily, 2022.

Localizado em um contexto urbano, mas com uma sensibilidade rural, o loteamento em questão, é agraciado por uma parcela de natureza ao fundo, proporcionando uma harmonia entre a presença marcante da fauna regional e a vida urbana. A simplicidade é frequentemente racional e eficaz. Dessa forma, o maior desafio encontrado pelo NEBR foi estabelecer diretrizes projetuais tecnicamente viáveis para quatro casas básicas, cada uma com 58,5m² de área útil, inseridas em lotes modestos de 8m x 20m. Vale lembrar que a construção foi realizada em apenas 120 dias, com a mão de obra local, que nem sempre é altamente qualificada (ver Figuras 38 e 39).

Figura 38: Planta baixa do conjunto



Figura 39: Perspectiva do conjunto



Fontes: ArchDaily, 2022.

O arquiteto responsável destaca que a essência arquitetônica do projeto emerge da simplicidade, criando um ritmo substancial através de linhas retas e precisas. A ausência de contornos suaves é compensada pela precisão geométrica, desafiando as dimensões hostis e os princípios econômicos de espaço, frequentemente associados à habitação popular. Ele termina dizendo que no “[...] fruir do vazio edificado a partir do desenho em altura, o céu torna-se o horizonte pois pouco se tinha chão.”.

5.3.2 II Conjunto de Casas Populares em Paudalho, Pernambuco³²

O território dessa intervenção fica localizado entre vales e uma comunidade em expansão, dispõe de uma topografia irregular que marca a transição entre a paisagem urbana e os hábitos rurais dessa cidade. Esse conjunto de residências se insere na dinâmica social da ocupação urbana, predominantemente de caráter privado. E assim como projeto apresentado anteriormente, esse também tem o arquiteto Edson Muniz como responsável e idealizador (ver Figuras 40 e 41).

Figura 40: Fachada principal do conjunto



Figura 41: Desnível do conjunto



Fontes: ArchDaily, 2022.

Segundo a equipe do escritório, nesse projeto há uma sensibilidade notável ao considerar a relação entre contexto e habitação na realização do sonho da “casa própria”. Essa abordagem adota uma arquitetura simples e autêntica como meio de inclusão e democratização do acesso à moradia, oferecendo diversidade para construções desse tipo. O processo de concepção de habitações populares vai além do aspecto projetual, pois a arquitetura é, acima de tudo, resultado da construção e não o contrário. É fundamental destacar o compromisso essencial do arquiteto no canteiro de obras - superar as dificuldades impostas pelas limitações econômicas do projeto, adaptando-se às técnicas construtivas locais.

Nesse sentido, o partido arquitetônico com foco na simplificação formal simplifica o processo construtivo, adotando linhas retas em harmonia com o panorama topográfico (ver Figuras 42 e 43). O refinamento geométrico de uma linguagem simples cria arestas definidas por volumes puramente topológicos. No âmago desse espaço, o vazio tangível em altura

³² Informações disponibilizadas pela equipe do projeto. Disponível em: <<https://bit.ly/42PHCix>>. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

proporciona um ambiente significativo para a vida humana, elevando a experiência de habitar a novos patamares.

Figura 42: Planta baixa do conjunto

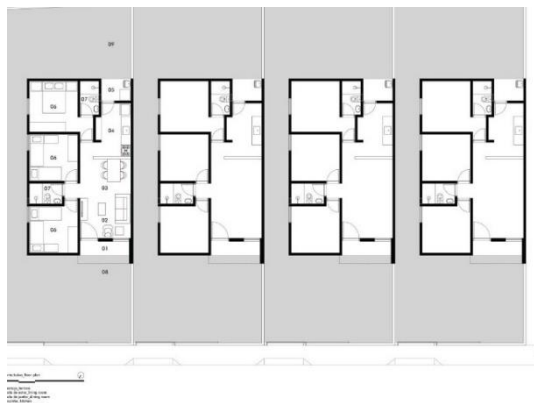
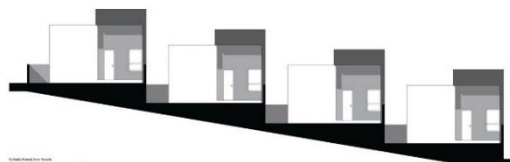


Figura 43: Topografia do conjunto



Fontes: ArchDaily, 2022.

5.4 Quadros comparativos dos estudos de caso

Neste segmento, serão apresentados quadros comparativos que destacaram as similaridades e divergências entre os projetos urbanos da Reurbanização do centro de Conde, na Paraíba, e da Requalificação Urbano-Arquitetônica do Parque da Liberdade em Fortaleza, no Ceará (ver Quadro 05). Além disso, serão explorados os projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) desenvolvidos pelo escritório NEBR de arquitetura identitária (ver Quadro 06). Esses quadros foram elaborados para proporcionar um entendimento mais aprofundado dos programas de necessidades de cada caso apresentado nos trechos acima, oferecendo uma análise detalhada das características distintas e comuns entre eles. Ao examinar esses elementos em conjunto, será possível extrair percepções valiosas sobre as abordagens adotadas em diferentes contextos urbanos e de habitação social, contribuindo para uma compreensão mais ampla e informada desses projetos.

Neste contexto, é crucial ressaltar a importância de realizar esse tipo de comparação e síntese para garantir que o conteúdo reunido seja melhor aproveitado na proposta final desta pesquisa. Ao analisar e comparar os diversos elementos desses projetos urbanos e de habitação social, será possível identificar padrões, tendências e melhores práticas que podem informar e enriquecer não apenas a compreensão teórica, mas também a implementação prática de intervenções urbanas e programas habitacionais. Essa abordagem comparativa permite extrair lições valiosas, destacando tanto os sucessos quanto os desafios enfrentados em diferentes contextos.

Quadro 05: Comparativo entre os programas de necessidades dos projetos urbanísticos

Programa de necessidades Critérios adotados	Estudo 01 Centro de Conde/PB	Estudo 02 Parque da Liberdade
Academia pública	×	✓
Área alagável	×	✓
Área para estacionamento	✓	×
BWC públicos	×	×
Ciclovía	✓	✓
Comércios / lojas	✓	×
Espaço com bancos	✓	✓
Espaço contemplativo/zen	✓	✓
Espaço para descanso	✓	✓
Espaço para leitura	✓	✓
Espaço pet	✓	✓
Fonte d'água	✓	×
Mirante / observatório	×	✓
Parquinho infantil	✓	✓
Pista de corrida / cooper	✓	✓
Praça de alimentação / café	✓	×

Fonte: Autor, 2024.

Quadro 06: Comparativo entre os programas de necessidades dos projetos de HIS

Programa de necessidades Critérios adotados	Estudo 01 I Conjunto Habitacional	Estudo 02 II Conjunto Habitacional
Alpendre	✓	✓
Área de expansão	×	✓
Área de lazer / externa	×	✓
Área de serviço	✓	✓
BWC social	✓	✓
Cozinha	✓	✓
Espaço contemplativo / horta	✓	✓
Garagem	✓	✓
Hall íntimo	×	✓
Quarto	✓	✓
Sala de estar	✓	✓
Sala de jantar	✓	✓
Suíte	✓	✓

Fonte: Autor, 2024.

6 DAS MARGENS AO CENTRO: AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E SOCIAL EM CAJAZEIRAS/PB

A incursão no capítulo que delineará o estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS) representa um ponto crucial no contexto deste trabalho. Este capítulo, centrado na materialização prática das reflexões teóricas e análises realizadas até o momento, assume uma importância singular ao propor intervenções concretas no ambiente urbano estudado.

Além das alterações urbanas, a proposta abraçará a visão de uma requalificação abrangente, incluindo um modelo de habitação social fundamentado nas percepções e necessidades identificadas por meio dos questionários aplicados junto aos residentes locais. Também serão considerados os condicionantes bioclimáticos da região, na busca por proposições que favoreçam conforto para os moradores que irão desfrutar desses ambientes (dentro e fora das residências). A interseção entre as intervenções físicas e a resposta às demandas sociais reflete um compromisso integral com a melhoria da qualidade de vida e a promoção da inclusão social.

Este capítulo, portanto, visa narrar uma história de engajamento com a comunidade, traduzindo suas aspirações em propostas tangíveis. A sinergia entre teoria e prática, entre urbanismo e habitação social, visa não apenas transformar o cenário físico, mas também criar um ambiente que respeite e promova a diversidade social, cultural e econômica do entorno do sangradouro do Açude Grande. Ao avançar neste capítulo, busca-se contribuir não apenas para a paisagem urbana, mas para a construção de um tecido social mais resiliente e inclusivo no município de Cajazeiras.

Para uma apresentação mais coerente e fundamentada da proposta final, optou-se por seguir uma sequência lógica que proporcionará um embasamento abrangente e compreensível. Inicialmente, serão apresentados os dados bioclimáticos relevantes, fornecendo uma compreensão detalhada do ambiente físico no qual o projeto será implantado. Em seguida, serão tabulados e analisados os dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com os moradores locais, destacando suas percepções, necessidades e aspirações em relação ao ambiente urbano e habitacional.

Posteriormente, todas as etapas projetuais serão detalhadas, levando em consideração tanto os dados bioclimáticos quanto as opiniões dos moradores locais. Essa abordagem integrada garantirá que o projeto seja concebido de maneira holística, considerando não apenas as condições climáticas e ambientais, mas também as demandas e expectativas da comunidade que será diretamente impactada pela intervenção urbana.

Ao unir essas informações de forma coesa, será estabelecido uma base sólida para o desenvolvimento de um projeto que seja não apenas funcional e esteticamente atrativo, mas também sensível às necessidades e realidades locais. Essa abordagem centrada no usuário e no ambiente garantirá que o projeto final seja verdadeiramente inclusivo, sustentável e resiliente, refletindo os valores e interesses da comunidade em questão.

6.1 Análise das características e dados bioclimáticos

O conforto térmico diz respeito ao nível de contentamento de uma pessoa em relação à temperatura e às condições térmicas do ambiente ao seu redor. Segundo Fanger (1970), o conforto térmico é definido como “[...] um estado psicológico que expressa a satisfação com as condições térmicas do ambiente, avaliado subjetivamente pelo indivíduo”. Em outras palavras, trata-se de uma sensação subjetiva que envolve a percepção de um equilíbrio térmico, no qual a temperatura do corpo humano está em harmonia com o ambiente circundante. Esse equilíbrio é influenciado por diversos fatores, tais como a temperatura do ar, a umidade, a velocidade do vento, a atividade física, a vestimenta e o metabolismo do indivíduo.

A análise das características e dados bioclimáticos do município desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos, especialmente quando se trata de propostas voltadas para a Habitação de Interesse Social (HIS) e a requalificação urbana. Este tópico é essencial para que seja compreendido o contexto ambiental no qual a intervenção será inserida, permitindo uma abordagem sensível e sustentável em relação ao meio ambiente e às necessidades das comunidades envolvidas.

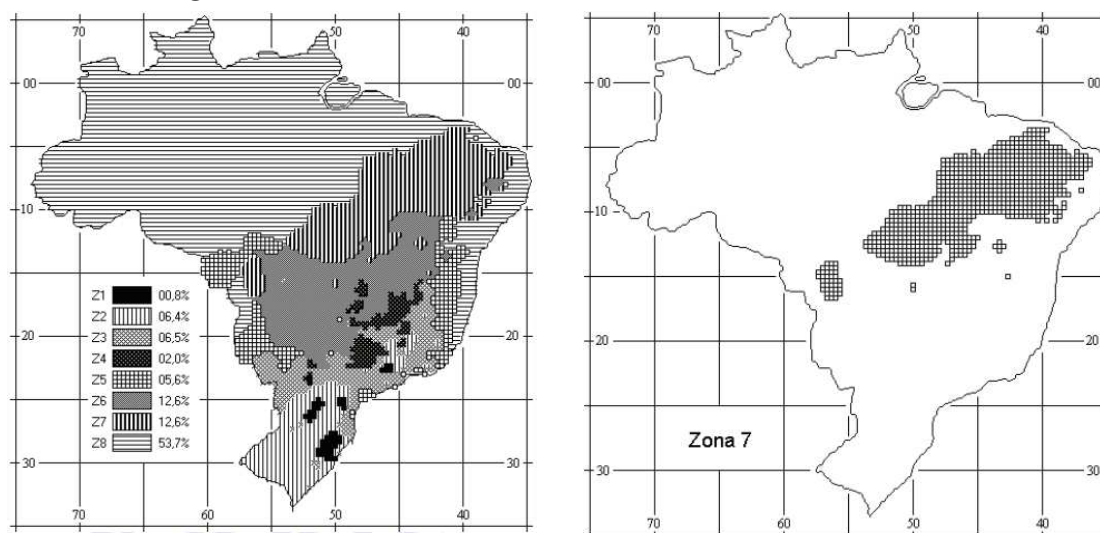
No âmbito deste trabalho, será focado na análise bioclimática para um trecho específico do centro de Cajazeiras/PB, onde a complexidade das condições climáticas e ambientais influencia diretamente na qualidade de vida dos habitantes. Ao compreender as características bioclimáticas locais, desde os padrões de ventilação e insolação até as variações

de temperatura e umidade, será possível propor soluções arquitetônicas e urbanísticas que promovam o conforto térmico, a eficiência energética e a integração harmoniosa com o entorno urbano.

Neste contexto, esse tópico visa destacar a importância da análise detalhada das características e dados bioclimáticos como etapa inicial e fundamental para o desenvolvimento do estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS). Ao reconhecer e incorporar as especificidades bioclimáticas locais nas propostas, será possível contribuir para uma intervenção urbana mais sustentável, resiliente e adaptada às necessidades e realidades da comunidade local.

Conforme as diretrizes estabelecidas pela NBR 15220-3, de 29 de abril de 2005, é possível identificar que o município de Cajazeiras está localizado na Zona Bioclimática 7, conforme ilustrado nas Figuras 44 e 45. Essa região é reconhecida por suas altas temperaturas e baixa umidade ao longo de grande parte do ano. Diante desse cenário climático específico, torna-se crucial integrar considerações relacionadas a estratégias construtivas voltadas para a proteção solar. Isso destaca a importância de desenvolver e implementar projetos arquitetônicos especialmente adaptados para municípios com essas características climáticas, visando garantir o conforto térmico e a qualidade de vida dos habitantes.

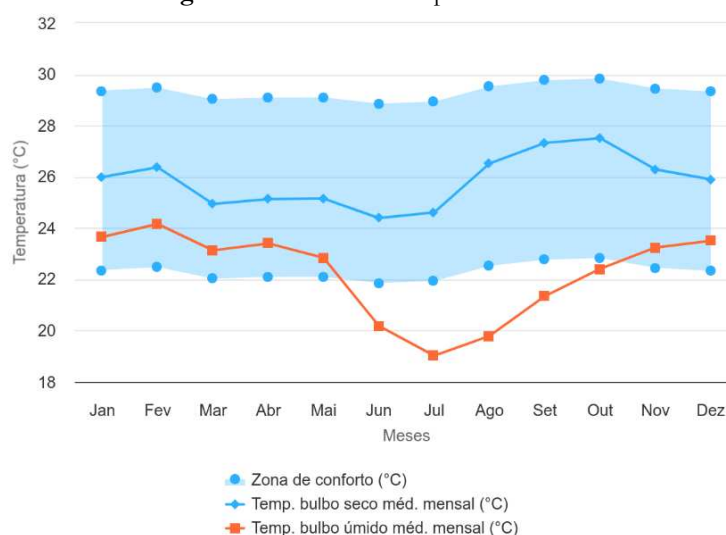
Figuras 44 e 45: Zoneamento Bioclimático Brasileiro e Zona Bioclimática 7



Fonte: NBR 15220-3, 2003.

A interpretação dos dados abaixo se apoia nos registros fornecidos pela plataforma de dados climáticos Projeteec³³. O gráfico abaixo (Figura 46) ilustra as flutuações das temperaturas máximas, médias e mínimas ao longo do ano de 2023 em Cajazeiras. Uma análise mais profunda revela que os meses de agosto, setembro e outubro se destacam como os mais quentes, mantendo uma média térmica em torno de 30°C, enquanto junho e julho se apresentam como os meses mais frios, com mínimas próximas a 20°C. Esses dados proporcionam uma compreensão abrangente das variações térmicas ao longo do ano na região analisada.

Figura 46: Gráfico de temperaturas anual



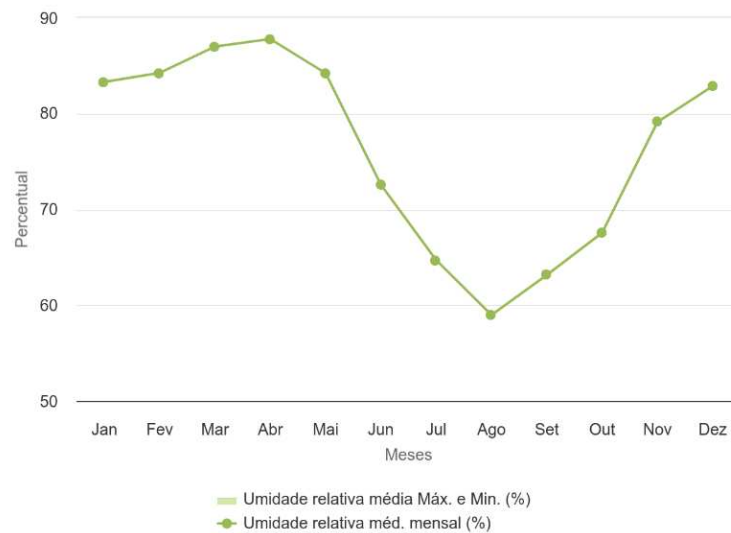
Fonte: Projeteec, 2023.

Além da análise das temperaturas, também foi realizada uma investigação dos dados referentes à umidade relativa do ar, examinando os percentuais médios ao longo do ano de 2023 conforme os registros do Projeteec. Nesse contexto, constatou-se que a média anual para a umidade relativa do ar foi de 76,28%. Destaca-se que os valores máximos foram registrados nos meses de março e abril, atingindo o pico de 88% (conforme mostrado na Figura 47). Entre os meses analisados, agosto se destacou por apresentar o menor percentual de umidade, alcançando apenas 58,97%. Esse dado evidencia a condição de agosto como um

³³ Segundo a plataforma *online* oficial, “[...] o Projeteec (Projetando Edificações Energeticamente Eficientes), primeira plataforma nacional que agrupa soluções para um projeto de edifício eficiente [...] a plataforma possibilita que os profissionais da construção civil integrem a seus projetos a variável da eficiência energética especialmente através de elementos bioclimáticos, garantindo, além da redução da demanda energética, o conforto dos usuários no interior das edificações.”. Disponível em: <<https://bit.ly/435EVtn>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.

dos meses mais secos do ano, o que pode ser atribuído às elevadas temperaturas e à escassez de chuvas nesse período.

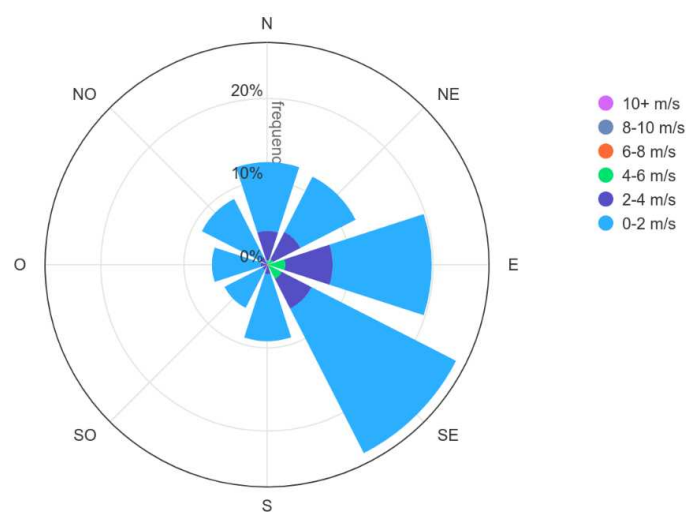
Figura 47: Gráfico de umidade relativa do ar anual



Fonte: Projeteee, 2023.

Com base nos dados apresentados, é evidente que o município de Cajazeiras é caracterizado como uma cidade de clima quente e úmido, dada a predominância de altas temperaturas e umidade relativa do ar ao longo da maior parte do ano. Além disso, outro fator crucial para o conforto térmico é a ventilação natural (Figura 48), que desempenha um papel significativo na troca de ar quente e na introdução de ar fresco, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nos espaços e promovendo a sustentabilidade ambiental.

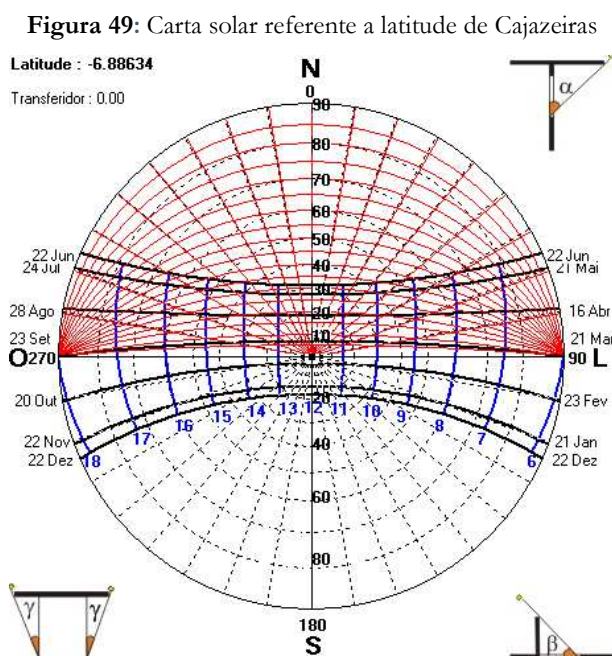
Figura 48: Rosa dos ventos



Fonte: Projeteee, 2023.

Segundo dados do Projeteer (2023), Cajazeiras exibe uma ventilação predominante na direção sudeste (SE), com uma contribuição secundária no quadrante Leste (E), conforme evidenciado na Figura 48. A velocidade máxima registrada nesse padrão de vento varia entre 4,0 a 6,0 m/s. Essa caracterização dos padrões de vento é crucial para compreender não apenas os aspectos climáticos, mas também para influenciar estratégias de design e planejamento urbano, destacando a relevância dessas informações para intervenções que promovam o conforto térmico e a qualidade ambiental na região.

Finalizando, adiciona-se à análise a carta solar específica (Figura 49) para a latitude do município analisado (-6.88634), elaborada por meio do software SOL-AR³⁴. Essa representação gráfica oferece uma visão abrangente da trajetória solar ao longo do ano. Ao examiná-la, se torna evidente a importância da implementação de estratégias de sombreamento, especialmente nos dias mais longos, destacando-se o fenômeno próximo ao solstício de verão (22 de dezembro, das 5:50 às 18:10). Essa consideração visa otimizar a eficácia dessas estratégias durante o período de insolação direta mais crítica, assim como em outros momentos ao longo do ano, reforçando a relevância do planejamento solar para intervenções urbanas.



Fonte: SOL-AR, 2024.

³⁴ Esse “[...] é um programa gráfico que permite a obtenção da carta solar da latitude especificada, auxiliando no projeto de proteções solares através da visualização gráfica dos ângulos de projeção desejados sobre transferidor de ângulos, que pode ser plotado para qualquer ângulo de orientação.”. Disponível em: <<https://bit.ly/42WLQor>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.

A análise bioclimática surge como uma ferramenta essencial, fornecendo dados fundamentais para orientar decisões projetuais e promover a criação de ambientes confortáveis, o que, por sua vez, incentiva a permanência dos usuários em espaços públicos. Dentre as estratégias derivadas dessas análises, destaca-se a introdução de árvores nativas para melhorar a qualidade do ar e proporcionar áreas sombreadas, o posicionamento estratégico de aberturas em regiões com menor incidência solar, especialmente nas áreas de ventilação predominante, e a adoção da ventilação cruzada para um resfriamento eficiente das construções. Essas medidas não apenas contribuem para o conforto térmico dos ambientes, mas também promovem a sustentabilidade e a qualidade de vida dos habitantes.

6.2 Participação comunitária na transformação urbana: tabulação dos dados

Na trajetória desta pesquisa, concentramo-nos na investigação minuciosa sobre a participação comunitária como elemento central na dinâmica da transformação urbana. Este segmento específico visa à tabulação dos dados resultantes da aplicação de questionários junto à população que reside nas imediações do sangradouro do Açude Grande. A participação ativa da comunidade se destaca como um pilar essencial para o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, moldando as decisões que impactam diretamente o cotidiano dos habitantes.

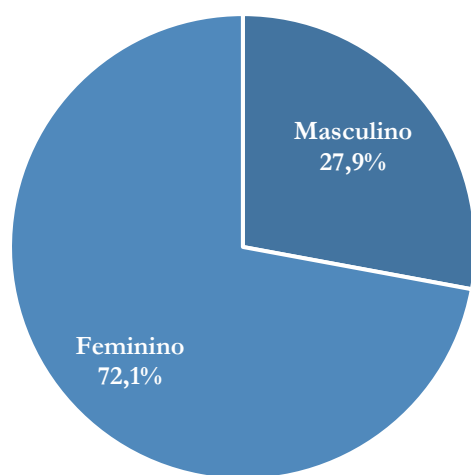
A tabulação desses dados é mais do que um procedimento técnico; representa a convergência de vozes individuais em uma narrativa coletiva que delinea as necessidades, percepções e aspirações dos residentes. Este processo metodológico profundo visa não apenas capturar a diversidade de perspectivas, mas também constituir uma base robusta e representativa para orientar futuras intervenções urbanas.

Ressalta-se que a análise desses dados será realizada de maneira minuciosa, explorando cada questão do questionário de forma individual. Essa abordagem granular permitirá uma compreensão aprofundada das respostas, revelando nuances e padrões que contribuirão para uma interpretação mais abrangente do papel da comunidade na transformação urbana em curso. Ao adotar essa abordagem detalhada, pretendemos oferecer uma visão mais completa e significativa das dinâmicas e necessidades da população local.

6.2.1 Sobre o perfil da população local: entendendo os entrevistados

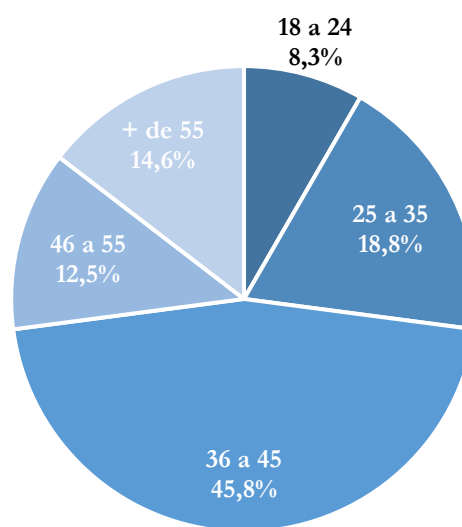
A análise dos percentuais das entrevistas na primeira seção sobre o perfil das quarenta e cinco pessoas, expressou que 72,1% do público entrevistado é do gênero feminino, enquanto que apenas 27,9% do masculino (ver Figura 50). Já em relação a faixa etária, 45,8% possuem entre 36 a 45 anos, 12,5% possuem entre 46 a 55 anos e 14,6% acima de 55 anos. Ou seja, apenas 27,1% do total entrevistado está abaixo dos 35 anos (ver Figura 51), levando a crer que a população que ocupa o bairro centro compõem-se, em sua maioria, de adultos e idosos.

Figura 50: Gráfico de gênero dos entrevistados



Fonte: Autor, 2024.

Figura 51: Gráfico de faixa etária dos entrevistados

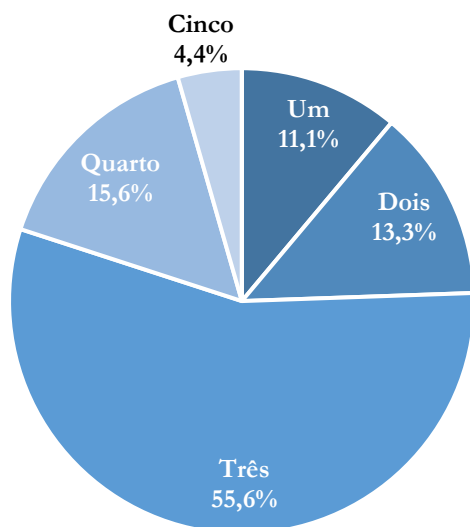


Fonte: Autor, 2024.

Dos entrevistados, todos declararam morar em Cajazeiras. E ao serem indagados sobre as suas residências e realidades familiares particulares, 55,6% residem com mais duas pessoas – esse fato será fator definidor na proposta final dessa pesquisa – e os demais entrevistados dividiram-se nas demais opções postas, totalizando porcentagens quase equivalentes, sendo 15,6% a segunda maior, relacionada as famílias formadas por até quatro pessoas (ver a Figura 52 na próxima página).

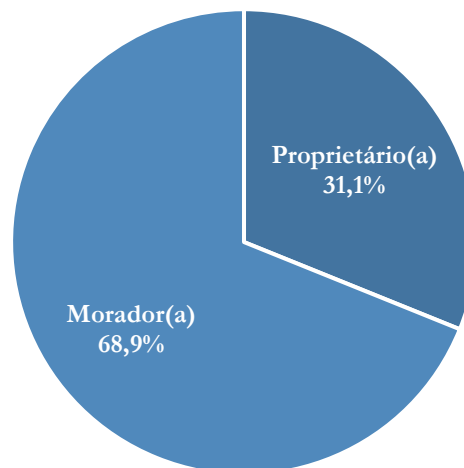
Mais da metade dos entrevistados, necessariamente 68,9%, não são proprietários das suas próprias moradias e vivem como inquilinos e apenas 31,1% são proprietários (ver Figura 53). Segundo os relatos a maioria das residências pertencem ao mesmo proprietário e algumas dessas famílias já residem nessa localidade a mais de vinte anos.

Figura 52: Gráfico de total de moradores



Fonte: Autor, 2024.

Figura 53: Gráfico sobre a residência



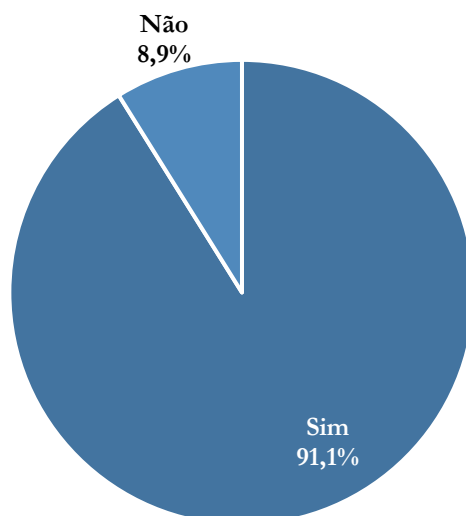
Fonte: Autor, 2024.

6.2.1.1 Sobre o bairro centro: entendendo o contato dos entrevistados com o espaço analisado

Essa etapa da análise visa compreender de maneira mais aprofundada a interação cotidiana dos indivíduos com o espaço urbano em foco. Esta abordagem proporciona uma visão valiosa das dinâmicas sociais, culturais e urbanísticas que moldam a vivência dos entrevistados no bairro central do município, contribuindo para uma compreensão mais completa do contexto local.

Inicialmente foi perguntado aos entrevistados a frequência com que eles transitavam pelo bairro central da cidade (ver Figura 54). E como esperado, a grande maioria das respostas (91,1%) atestaram que a frequência diária dos entrevistados, isso aconteceu porque a maior parte dos questionários foram aplicados a moradores do local de estudo (situado no bairro Centro). Portanto, apenas 8,9% das respostas apontaram a frequência semanal, esse percentual condiz, principalmente, aos entrevistados idosos, que não conseguem diariamente fazer suas atividades pelo bairro.

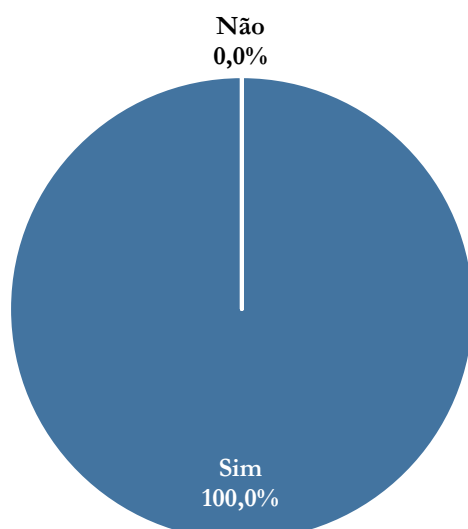
Figura 54: Gráfico de frequência no bairro



Fonte: Autor, 2024.

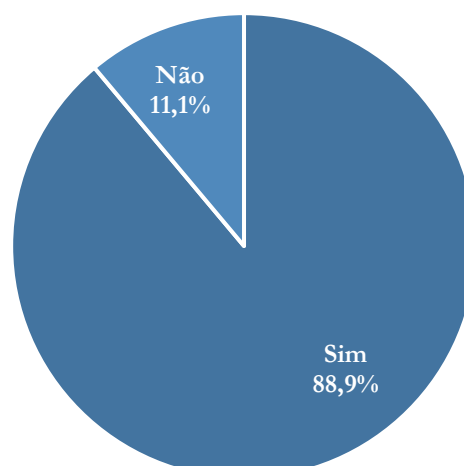
Ao serem indagados sobre a utilização dos espaços públicos de uso coletivo (ver Figura 55), considerando principalmente as ruas, calçadas, praças, jardins, parques etc., 100% dos entrevistados alegaram utilizar esses espaços urbanos, muitos complementaram que fazem usufruem diariamente deles, devido seus trajetos e tarefas do dia a dia. E devido esse uso diário, eles podem observar e avaliar o estado desses locais, portanto, foi perguntado se eles acham necessário realizar melhorias nos atuais espaços públicos de uso coletivo (ver Figura 56).

Figura 55: Gráfico sobre utilização dos espaços públicos de uso coletivo



Fonte: Autor, 2024.

Figura 56: Gráfico sobre melhorias nos espaços públicos de uso coletivo

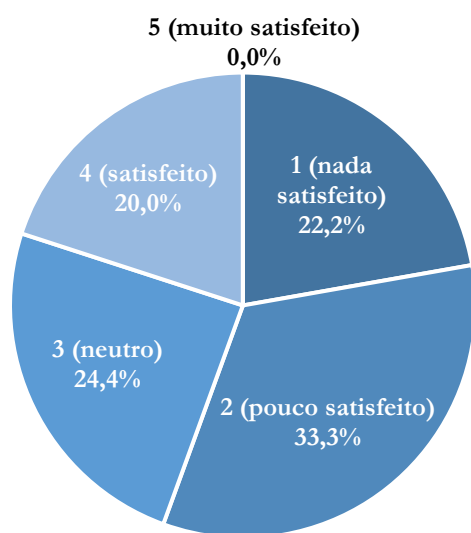


Fonte: Autor, 2024.

Como esperado, a maior parte dos entrevistados (88,9%) disseram que sim, apenas 11,1% disseram que não. Pediu-se uma justificativa a esses que responderam de forma negativo, porém, nenhum respondeu. Finalizando essa sessão que buscou entender a percepção dos moradores sobre o bairro Centro, se fez necessário pergunta-los sobre os equipamentos comunitários (praças, pistas de corrida, quadras etc.) presentes nos espaços públicos de uso coletivo, os quais haviam passado pela avaliação dos entrevistados através das questões anteriores (Figuras 55 e 56).

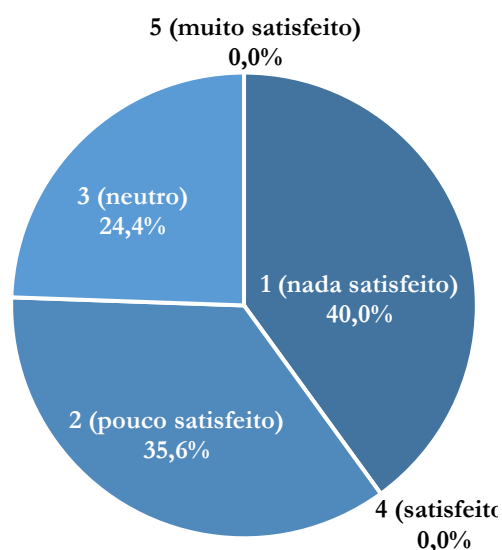
E para uma melhor avaliação e por trata-se de uma percepção própria, foi utilizada uma escala de satisfação, indo do 1 (nada satisfeito) até o 5 (muito satisfeito). Um total de 33,3% dos entrevistados acham os equipamentos comunitários pouco satisfatórios, correspondente a nota 2 da escala utilizada. Já 24,4% deles tiveram opiniões neutras sobre o assunto (nota 3), 22,2% afirmaram que esses locais não atendem as necessidades da comunidade, portanto, estão nada satisfeitos (nota 1) e 20% estão satisfeitos com os atuais equipamentos comunitários (nota 4). Podemos observar que nenhum entrevistado está plenamente satisfeito com a atual situação do bairro, nenhuma nota 5 foi dada durante as entrevistas (ver Figura 57).

Figura 57: Gráfico sobre os equipamentos comunitários



Fonte: Autor, 2024.

Figura 58: Gráfico sobre os mobiliários urbanos



Fonte: Autor, 2024.

Utilizando a mesma metodologia avaliativa através da escala de satisfação, a pesquisa buscou entender a visão dos entrevistados perante a atual realidade dos mobiliários urbanos do bairro Centro (ver Figura 58). Nesse caso, a maioria dos moradores (40%) não estão

satisfeitos com a atual situação, 35,6% deu nota 2 (pouco satisfeitos) e apenas 24,4% deles se posicionaram de forma neutro perante essa pergunta (nota 3). Deve ser observado que os entrevistados que se posicionaram de forma neutra são, em sua grande maioria, pessoas idosas, que pouco saem de casa, infelizmente.

6.2.1.2 Sobre o sangradouro do Açude Grande: questões sobre a insalubridade

A preservação e manutenção adequadas de recursos hídricos são elementos essenciais para assegurar a qualidade de vida das comunidades que deles dependem. Nessa sessão adentramos um cenário crítico que envolve o sangradouro do Açude Grande. Este importante componente da infraestrutura hídrica desempenha um papel vital no controle do volume d'água, no entanto, a negligência em sua manutenção pode resultar em consequências prejudiciais para a saúde pública e o meio ambiente.

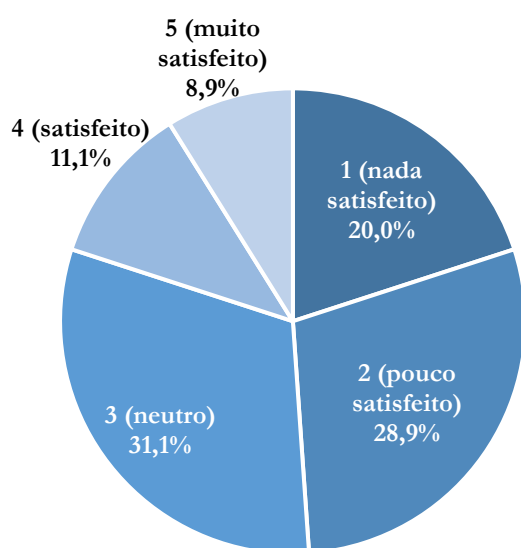
Ao explorar os desafios associados à insalubridade causada pela falta de manutenção do sangradouro, investigaremos as implicações diretas nas condições sanitárias da região. Também será analisado as interconexões entre a negligência na preservação desse recurso e os potenciais impactos sociais, econômicos e ambientais, lançando luz sobre a urgência de ações corretivas e políticas públicas voltadas para a salvaguarda desse precioso recurso hídrico.

Por se tratar de uma área situada no coração comercial da cidade, é uma região extremamente ativa e movimentada durante o dia, com um grande fluxo de pessoas. Entretanto, a dinâmica se inverte durante a noite, quando o pedestre se depara com uma realidade diferente. Nesse período, poucos estabelecimentos permanecem abertos, a iluminação é reduzida e os espaços de circulação tendem a privilegiar os automóveis, criando um ambiente menos favorável para quem transita a pé.

A interseção destes elementos impacta de maneira significativa na sensação de segurança daqueles que transitam pela região durante a noite, como evidenciado no gráfico apresentado (Figura 59). Observa-se que 48,89% dos entrevistados estão pouco ou nada satisfeitos com esse aspecto. Todos ressaltaram que a sensação de insegurança está intrinsecamente ligada ao sangradouro do Açude Grande, o qual atrai numerosas pessoas em situação de rua ou usuários de substâncias ilícitas.

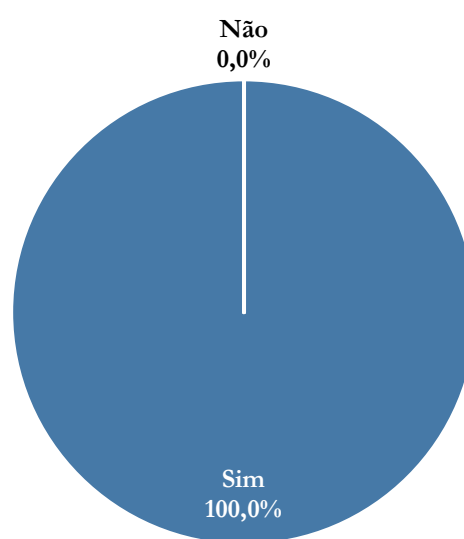
A predominância de respostas neutras, totalizando 31,1% dos entrevistados, revela um posicionamento característico dos moradores mais antigos. Esses residentes, já familiarizados e adaptados à realidade local, optam por uma postura neutra em relação à questão em análise. Esta escolha parece refletir a capacidade desses indivíduos em ajustar suas rotinas de vida para garantir a segurança em seus lares, especialmente durante as horas noturnas.

Figura 59: Gráfico sobre a sensação de segurança no bairro



Fonte: Autor, 2024.

Figura 60: Gráfico sobre proliferação de insetos e animais



Fonte: Autor, 2024.

Durante o período de chuvas na região, geralmente compreendido entre novembro e fevereiro, junho e agosto, observa-se um aumento no nível do Açude Grande, levando ao escoamento do excedente através do sangradouro. Contudo, essa drenagem limitada resulta no acúmulo de água dentro do canal, pois o fluxo não possui a força necessária para percorrer toda a sua extensão.

A água parada (ver as Figuras 61 e 62) favorece o nascimento e desenvolvimento de vegetação dentro do canal, além disso, desempenha um papel significativo na propagação de insetos, mosquitos e na presença de pequenos animais. Esta constatação vai além de uma mera dedução, sendo respaldada pelas respostas dos entrevistados (ver a Figura 60 na página anterior), residentes que enfrentam diretamente os problemas causados pelo sangradouro.

Figuras 61 e 62: Situação do sangradouro no período de chuvas

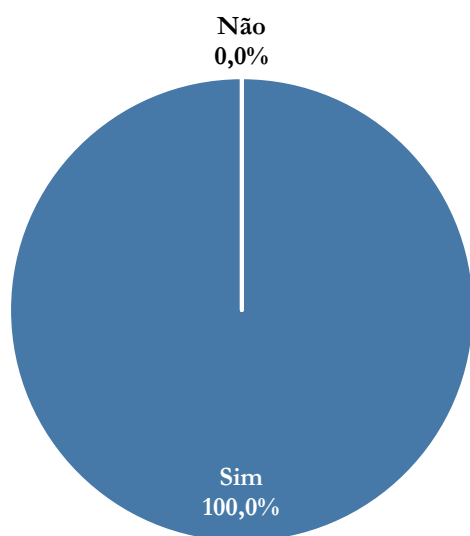


Fontes: Autor, 2024

Os problemas ambientais decorrentes da ausência de manutenção, que permitiria a remoção da água acumulada e da vegetação, desencadeiam uma série de consequências em cascata, assemelhando-se a um efeito dominó. A proliferação de insetos, mosquitos e pequenos animais, resultante desse cenário, torna-se um catalisador para o surgimento de diversas doenças, como dengue, *zika*, *chikungunya*, leptospirose, diarreia, entre outras. Essas enfermidades têm o potencial de afetar significativamente toda a população que reside nas proximidades do sangradouro, com impacto especialmente severo nas famílias que estabeleceram suas residências dentro do canal.

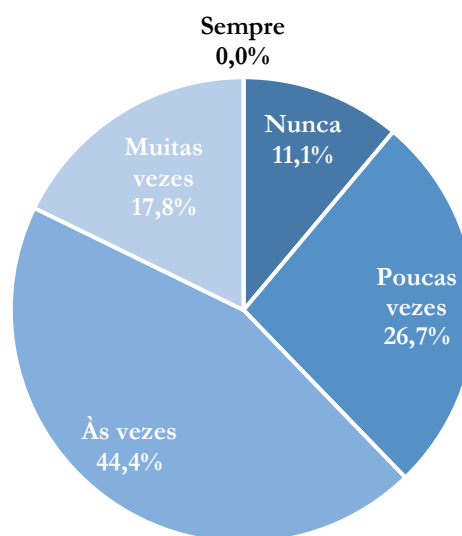
Os gráficos apresentados a seguir (Figuras 63 e 64) evidenciam a conscientização da população entrevistada em relação aos riscos sanitários associados à situação do sangradouro. Nota-se que 44,4% dos participantes que responderam ao questionário, representando quase metade do total, manifestaram a percepção de que sazonalmente as doenças previamente mencionadas afetam as famílias que habitam a área. Essa considerável proporção de entrevistados, alertando para a recorrência dessas enfermidades, reforça a urgência de abordar e resolver os desafios sanitários presentes nessa região, visando a promoção da saúde e o bem-estar da comunidade local.

Figura 63: Gráfico sobre proliferação de doenças



Fonte: Autor, 2024.

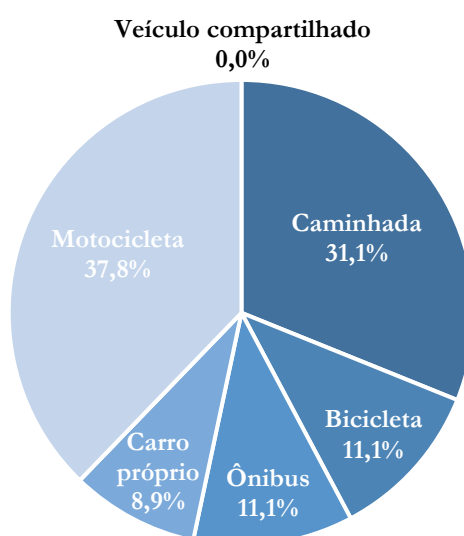
Figura 64: Gráfico sobre a ocorrência de proliferação de doenças



Fonte: Autor, 2024.

Ao entrevistar os residentes sobre suas preferências de meios de transporte (ver a Figura 65), foi possível obter insights interessantes sobre as escolhas da comunidade. Destaca-se que a caminhada liderou com 31,1% das respostas, evidenciando a relevância da proximidade entre as residências e o centro comercial. Essa proximidade incentiva os moradores a optarem por trajetos a pé, revelando uma inclinação para um estilo de vida mais ativo e sustentável.

Figura 65: Gráfico sobre o transporte dos moradores

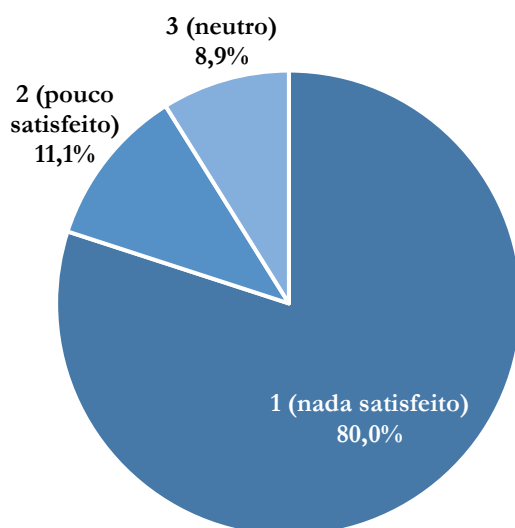


Fonte: Autor, 2024.

A bicicleta também foi uma escolha apreciada, obtendo 11,1% das respostas. Isso sugere uma conscientização entre os moradores em relação a alternativas práticas, ao mesmo tempo ecológicas e saudáveis. A ausência de respostas para veículo compartilhado sugere que esse modelo ainda não está plenamente integrado em Cajazeiras, talvez sendo considerado uma novidade pouco difundida. Os aplicativos de transporte também não parecem ser uma opção viável para a maioria dos cajazeirenses.

O transporte público, representado pelo ônibus, recebeu 11,1% das respostas, indicando ser uma opção significativa para alguns participantes. A acessibilidade e conveniência na região, especialmente no centro da cidade, onde há um maior fluxo de ônibus, podem influenciar essa escolha. Por outro lado, o uso de carro próprio foi menos frequente, apontando para possíveis limitações financeiras ou a preferência por meios de transporte mais práticos e econômicos, como a motocicleta. Por fim, a motocicleta destacou-se como a opção mais popular, evidenciando a preferência por sua praticidade, baixo custo e rapidez em comparação com outros meios de transporte. Esses resultados fornecem uma visão valiosa das escolhas de transporte na comunidade e podem orientar iniciativas futuras de planejamento urbano e mobilidade.

Figura 66: Gráfico sobre a manutenção do sangradouro do Açude Grande



Fonte: Autor, 2024.

A análise das respostas do questionário sobre a satisfação em relação à manutenção do sangradouro do Açude Grande (ver Figura 66 disposta anteriormente) revela uma situação

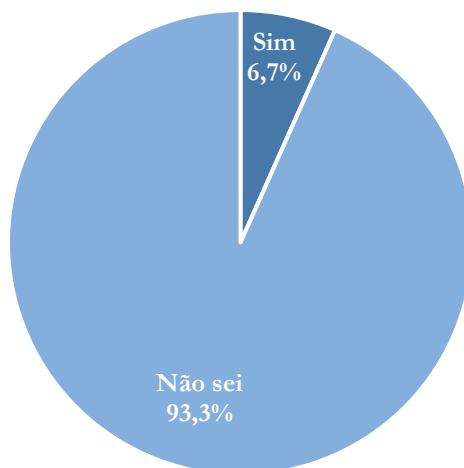
predominantemente insatisfatória entre os participantes. Impressionantes 36 pessoas (80% do total) indicaram estar “nada satisfeitas” com a manutenção do sangradouro, destacando uma preocupação significativa ou descontentamento com o estado atual. Esses resultados sugerem a existência de questões críticas ou insatisfatórias que demandam atenção imediata das autoridades responsáveis pela gestão do Açude Grande.

A presença de apenas 11,1% para “pouco satisfeito” indica uma pequena parcela que, embora não esteja totalmente insatisfeita, ainda expressa algum grau de descontentamento. Isso pode indicar uma possível lacuna na comunicação ou execução das ações de manutenção, que precisa ser abordada para melhorar a satisfação geral. Já a presença de 4 respostas neutras (8,9% do total) sugere que alguns participantes não têm uma opinião clara sobre a situação do sangradouro. Esse grupo pode ser alvo de campanhas sobre educação ambiental para esclarecer a importância da manutenção adequada e como ela impacta a comunidade.

É notável que nenhum participante tenha expressado satisfação ou grande satisfação com a manutenção do sangradouro. Isso indica uma necessidade urgente de revisão e aprimoramento nas práticas de manutenção, a fim de atender às expectativas da comunidade e garantir a segurança hídrica por meio do gerenciamento de riscos. Em síntese, os resultados do questionário indicam um panorama desafiador em relação à satisfação com a manutenção do sangradouro, ressaltando a importância de ações imediatas por parte dos órgãos públicos e estratégias de comunicação para melhorar a percepção da comunidade em relação a esse aspecto crucial para a região.

As respostas do questionário sobre o conhecimento acerca do sangradouro do Açude Grande ter transbordado proporcionam uma visão interessante da percepção da comunidade em relação a eventos passados (ver Figura 67, apresentada na página seguinte). A informação de que 93,3% participantes responderam “Não sei” revela uma lacuna significativa de conhecimento sobre o histórico do sangradouro. Isso sugere a necessidade de aprimorar os canais de comunicação para informar os moradores sobre eventos passados relevantes para a segurança e bem-estar da comunidade.

Figura 67: Gráfico sobre a ocorrência de transbordamento do sangradouro



Fonte: Autor, 2024.

Os relatos de três participantes indicando que o sangradouro já transbordou, segundo eles, em 1997, durante um período de intensas chuvas, o sangradouro transbordou, resultando em consequências visíveis. A força da água levou partes das estruturas de proteção das pontes que interligam partes da área analisada, e até o dado momento essas estruturas não foram reparadas. Apesar do impacto nas infraestruturas, não houve registro de danos graves a residências ou ferimentos a pessoas durante esse episódio.

Esse relato histórico destaca a importância de se ter conhecimento sobre eventos passados, particularmente em relação à capacidade do sangradouro em lidar com períodos de chuvas intensas. Além disso, ressalta a necessidade urgente de ações de manutenção e reparo nas estruturas afetadas para prevenir danos futuros. Em conclusão, as respostas dadas a esse questionamento apontam a necessidade de uma abordagem mais proativa da administração pública, buscando evidenciar a importância de medidas de manutenção para garantir a segurança da comunidade diante de condições climáticas adversas.

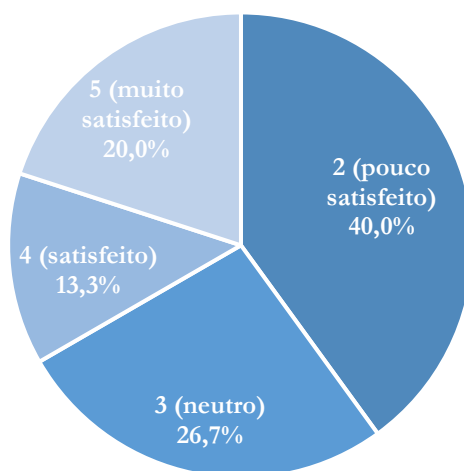
5.2.1.3 Mesmo lugar, novo lar: questões sobre o déficit habitacional na região e a busca por soluções eficientes

Compreender as dinâmicas do déficit habitacional torna-se fundamental para a criação de ambientes urbanos mais inclusivos e sustentáveis. Esta seção visa explorar as intrincadas relações entre o espaço habitacional, as necessidades da população local e as possíveis soluções projetuais. Ao mergulharmos nas respostas coletadas, buscamos extrair percepções que não apenas enriqueçam a compreensão do déficit habitacional em nossa área

de estudo, mas também sirvam como base para propostas arquitetônicas e urbanísticas inovadoras. A partir das respostas obtidas através dessas questões, partiremos para a realização de uma análise aprofundada, visando contribuir para a construção de ambientes habitacionais mais equitativos e eficientes em nossa comunidade.

Ao analisar as respostas dos entrevistados sobre morar às margens do sangradouro do Açude Grande foi possível vislumbrar uma visão abrangente das diferentes opiniões presentes na comunidade (ver Figura 68). É notável que nenhum participante tenha expressado total insatisfação, visto que a opção “nada satisfeito” não recebeu respostas. No entanto, a presença de 18 respostas (40%) para a segunda opção (“pouco satisfeito”) sugere que há uma considerável parcela da comunidade que tem algumas preocupações ou descontentamentos em relação a essa localização específica.

Figura 68: Gráfico sobre morar próximo ao sangradouro do Açude Grande



Fonte: Autor, 2024.

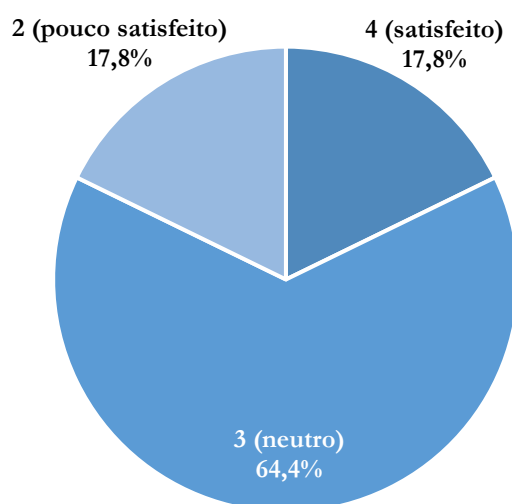
Doze entrevistados responderam como neutros – ou seja, 26,7% optaram pela terceira alternativa – indicando uma postura mais equilibrada ou uma falta de inclinação clara para a satisfação ou insatisfação. Essas respostas neutras podem refletir uma diversidade de perspectivas na comunidade em relação a viver nas proximidades do sangradouro. Os seis participantes (13,3% do total) que indicaram estar satisfeitos (opção 4) podem representar uma porção da comunidade que enxerga benefícios na localização específica, enquanto os

nove (20%) que se declararam muito satisfeitos (opção 5) indicam uma satisfação mais pronunciada.

Portanto, as respostas sugerem uma variedade de opiniões dentre os moradores da região sobre morar às margens do sangradouro do Açude Grande, desde alguns níveis de insatisfação até satisfação expressiva. Essa diversidade de perspectivas destaca a importância de compreender as preocupações específicas dos moradores e considerar essas visões ao planejar futuras intervenções ou melhorias na área, fator importante que irá contribuir de forma direta no êxito da proposta final, a qual culminará essa pesquisa.

E ao questionar os entrevistados sobre suas residências atuais (ver Figura 69), primeiramente devemos destacar que nenhum participante expressou total insatisfação (relacionado a primeira opção – “nada satisfeito”) com suas residências. Essa ausência de respostas nessa categoria sugere que, globalmente, os moradores não estão experimentando níveis extremos de desconforto ou descontentamento com suas moradias, ou até mesmo, se adaptaram à realidade imposta. Entretanto, a presença de oito respostas para a opção 2 (“pouco satisfeito”) indica que uma parcela da comunidade apresenta algumas preocupações ou insatisfações em relação às suas residências atuais. Essas respostas podem apontar para questões específicas, como condições físicas, infraestrutura ou serviços disponíveis na área residencial.

Figura 69: Gráfico sobre a atual residência dos entrevistados



Fonte: Autor, 2024.

O maior contingente de entrevistados, representado por 29 respostas neutras (opção 3), sugere uma postura mais equilibrada em relação à satisfação com as residências. Isso pode indicar que muitos entrevistados possuem uma visão moderada de suas condições de moradia, sem extremos de satisfação ou insatisfação. Oito participantes indicaram estar satisfeitos (opção 4), sugerindo que uma porção considerável da comunidade está contente com suas moradias atuais. Essa satisfação pode ser atribuída a diversos fatores, como localização, condições estruturais, ou a presença de serviços e comodidades na vizinhança.

A ausência de respostas para “muito satisfeito” (opção 5) é notável e pode indicar que, embora haja satisfação, não é uma satisfação extrema para nenhum dos participantes. Em resumo, a análise das respostas reflete uma variedade de percepções sobre as residências atuais na comunidade, desde uma satisfação moderada até algumas preocupações específicas. Essa diversidade de opiniões destaca a necessidade de uma abordagem diferenciada ao abordar as condições de moradia, considerando as diversas perspectivas dos moradores.

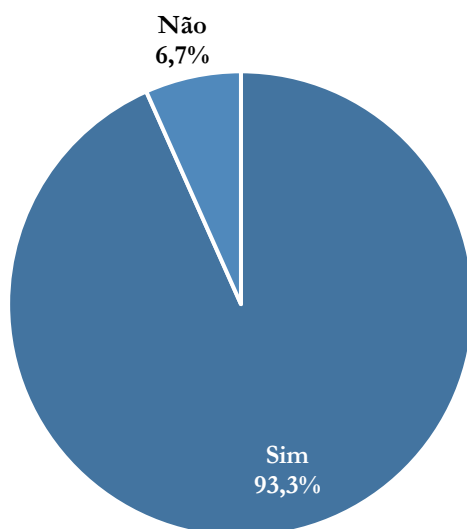
Já a análise das respostas dos entrevistados quanto à possibilidade de modificar algo em suas atuais residências revela uma disposição notável para alterações, com 93,3% indicando que fariam alguma mudança (ver a Figura 70 na próxima página). Isso sugere um interesse significativo por parte da comunidade em aprimorar ou adaptar suas moradias conforme suas necessidades e preferências. Esse fato também serve como justificativa para desenvolvimento de um modelo de Habitação de Interesse Social, que tomará como base as considerações postas pelos moradores (apresentadas abaixo).

Ao explorar comentários verbais adicionais fornecidos pelos entrevistados, um padrão claro emergiu. Muitos expressaram o desejo de realizar expansões nos ambientes existentes, enquanto alguns mencionaram a necessidade de aumentar a quantidade de ambientes em suas residências. Essa tendência indica uma aspiração por mais espaço habitável ou funcional. Outro ponto saliente nas respostas verbais foi a ênfase na importância dos serviços de manutenção, como pintura e reparo de paredes. Essa preocupação reflete a consciência dos entrevistados sobre a necessidade de preservação e melhorias na infraestrutura de suas residências.

Uma observação recorrente entre os entrevistados foi a sensibilidade ao clima interno e ao odor proveniente do sangradouro. A alta temperatura no interior das residências foi

destacada como um desafio, indicando uma necessidade de soluções para melhorar o conforto térmico. Além disso, o mal cheiro vindo do sangradouro emergiu como um problema comum, evidenciando uma demanda clara por intervenções que melhorem a qualidade do ambiente local.

Figura 70: Gráfico sobre possibilidade de mudanças na residência atual

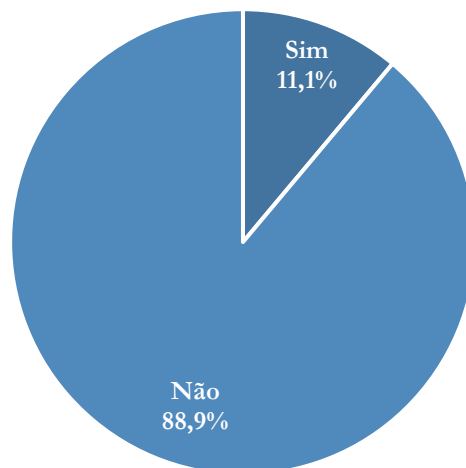


Fonte: Autor, 2024.

Portanto, enquanto a disposição para mudanças nas residências é notável, as preferências e preocupações expressas pelos entrevistados apontam para áreas específicas que necessitam de atenção, como expansões estruturais, serviços de manutenção e soluções para questões ambientais. Essas informações podem e devem orientar futuras intervenções e projetos de melhoria habitacional na comunidade, como o que será fruto dessa pesquisa.

A análise das respostas dos entrevistados à questão sobre mudar para outro bairro em Cajazeiras (ver Figura 71, disposta na próxima página) revela uma clara preferência pela permanência na região central, com 88,9% indicando que não mudariam para outro local. Esse resultado reflete uma forte ligação e satisfação dos moradores com a área em que residem atualmente. Os 11,1% que responderam afirmativamente sobre a possibilidade de mudança geralmente condicionaram essa decisão a uma avaliação cuidadosa do novo local e da residência para a qual considerariam se mudar. A ênfase dada à necessidade de avaliação sugere uma abordagem criteriosa na escolha de um novo bairro, destacando a importância do ambiente e das condições habitacionais na tomada de decisões.

Figura 71: Gráfico sobre possibilidade de mudança de localidade



Fonte: Autor, 2024.

A análise adicional dos comentários verbais dos entrevistados revela que aqueles que considerariam a mudança expressaram a necessidade de avaliar não apenas a nova residência, mas também o novo local. A preferência pela região central foi explicitamente mencionada, indicando que, mesmo para aqueles que estariam dispostos a mudar, a atração pela área central de Cajazeiras permanece forte.

Essa análise sugere que, para a maioria dos entrevistados, a escolha de permanecer na área central é motivada por fatores específicos, como familiaridade, comodidades locais e talvez uma sensação de pertencimento à comunidade local. A abertura à mudança entre aqueles que responderam afirmativamente destaca a importância de considerações detalhadas ao avaliar novas oportunidades habitacionais. Em resumo, a preferência pela permanência na área central de Cajazeiras é evidente na maioria das respostas, com a possibilidade de mudança condicionada a uma avaliação cuidadosa do novo local e residência. Essas informações podem ser valiosas para o planejamento urbano e para entender as dinâmicas habitacionais específicas dessa comunidade.

6.3 Reconfigurando o espaço urbano e social de Cajazeiras/PB

Nessa sessão será apresentado o estudo preliminar urbano de requalificação voltado para Habitação de Interesse Social (HIS). Esse estudo aborda diversos aspectos essenciais para a requalificação do espaço urbano e social do município. Inicialmente, serão explorados

os condicionantes que influenciam e direcionam o processo de intervenção, levando em consideração fatores como contexto histórico, demográfico, socioeconômico e ambiental.

Em seguida, serão detalhadas as etapas do estudo preliminar, incluindo o conceito e partido arquitetônico e urbanístico, que definem a diretriz principal e a visão geral da intervenção. Isso abará também a identidade visual do estudo preliminar, que busca transmitir os valores e aspirações subjacentes à proposta. Outro ponto crucial será o programa de necessidades e pré-dimensionamento, que estabelece os requisitos funcionais e espaciais do projeto, adaptados às demandas específicas da comunidade local. O sistema espacial e de circulação será abordado para garantir uma organização eficiente e acessível do espaço urbano, promovendo a conectividade e fluidez entre os diferentes elementos do ambiente construído.

Além disso, será apresentado os desenhos técnicos da proposta, ilustrando de forma detalhada e precisa a materialização do estudo preliminar e suas principais características. Por fim, serão discutidas quaisquer outras etapas que possam surgir durante o desenvolvimento do estudo preliminar, destacando a importância de um processo iterativo e colaborativo para garantir a eficácia e sucesso da intervenção urbana e social em Cajazeiras.

6.3.1 Conceito e partido arquitetônico e urbanístico

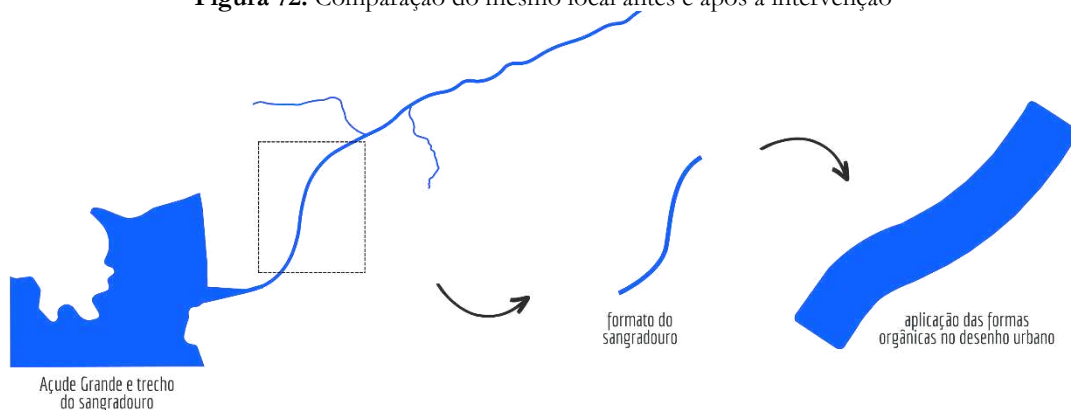
A requalificação urbana é uma ferramenta poderosa na busca por cidades mais inclusivas, sustentáveis e humanizadas. Quando direcionada à Habitação de Interesse Social (HIS), torna-se ainda mais crucial, pois visa não apenas melhorar o ambiente construído, mas também promover a qualidade de vida e a dignidade dos seus habitantes. No entanto, para que esses objetivos sejam alcançados de maneira eficaz e significativa, é essencial que os projetos de requalificação estejam enraizados na realidade local, levando em consideração não apenas aspectos físicos, mas também culturais, sociais e econômicos.

Mediante isso, definir um conceito e partido arquitetônico adequados à realidade de Cajazeiras é fundamental por diversos motivos. Em primeiro lugar, considerando a riqueza histórica e social da região, é essencial que qualquer intervenção urbana respeite esses aspectos, evitando a descaracterização e a gentrificação desenfreada. Além disso, a viabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental das propostas também devem ser cuidadosamente ponderadas, levando em conta as condições locais e as potencialidades do território. Ao

alinhar o conceito e partido arquitetônico e urbanístico com a realidade do município, mas especificamente com o bairro centro, este estudo não apenas maximiza as chances de sucesso e aceitação da intervenção, mas também fortalece o senso de pertencimento e identidade dos moradores locais.

Essa pesquisa tem por epicentro o sangradouro do Açude Grande, um importante marco cultural e histórico do município, considerado por muitos cajazeirenses como um importante contribuinte para o desenvolvimento da cidade e construção da sua importância e influencia sob as demais cidades da região, inclusive, reconhecida como microrregião de Cajazeiras. Movido por essas questões supracitadas e a busca da valorização do traçado urbano, outrora moldado pela isenção do sangradouro, o formato orgânico do curso da água foi adotado como conceito arquitetônico e urbanístico das proposições desse estudo preliminar. Na Figura 72, disposta abaixo, foi esquematizado o processo criativo que permitiu a formação das quadras do loteamento e, conseqüentemente, as vias e demais elementos que compõem a traçado urbano, como pode ser observado na Figura 73.

Figura 72: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção



Fonte: Autor, 2024.

O formato orgânico do sangradouro também serviu para base para concepção do mobiliários urbanos. Na Figura 74 podem ser observados bancos individuais, mesas, cobertas e quiosques, todos tem formatos arredondados e compartilham, entre si, da mesma linguagem estética e escolha dos madeirais que os compõem. Nesse quesito, foi adotado como partido arquitetônico a utilização de materiais que possibilitem a construção desses elementos curvados e possibilitem uma longa vida útil, pois tratam-se de elementos públicos.

Figura 73: Traçado urbano do loteamento



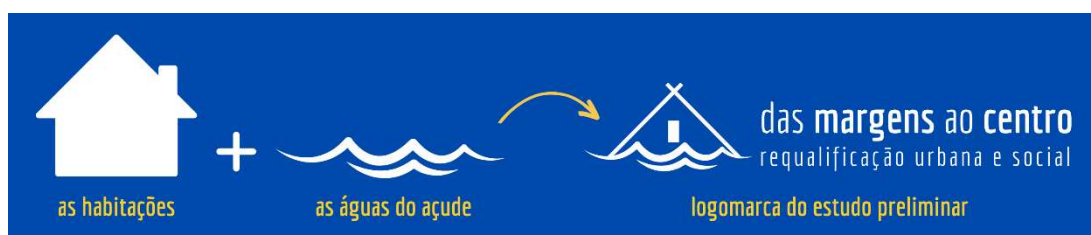
Figura 74: Mobiliário urbano orgânico



Fonte: Autor, 2024.

Essa escolha do formato e história do Açude Grande como conceito e partido arquitetônico e urbanístico desse estudo preliminar, também foram expressados através da escolha dos elementos que compõem a logomarca construída para representá-lo. Conforme apresentado na Figura 75, pode ser visto a junção de formas que representem as habitações sociais que compõem o loteamento, mas também as águas do Açude Grande, que através do seu percurso no sangradouro, trazem a forma atribuída para o traçado e parcelamento.

Figura 75: Comparação do mesmo local antes e após a intervenção



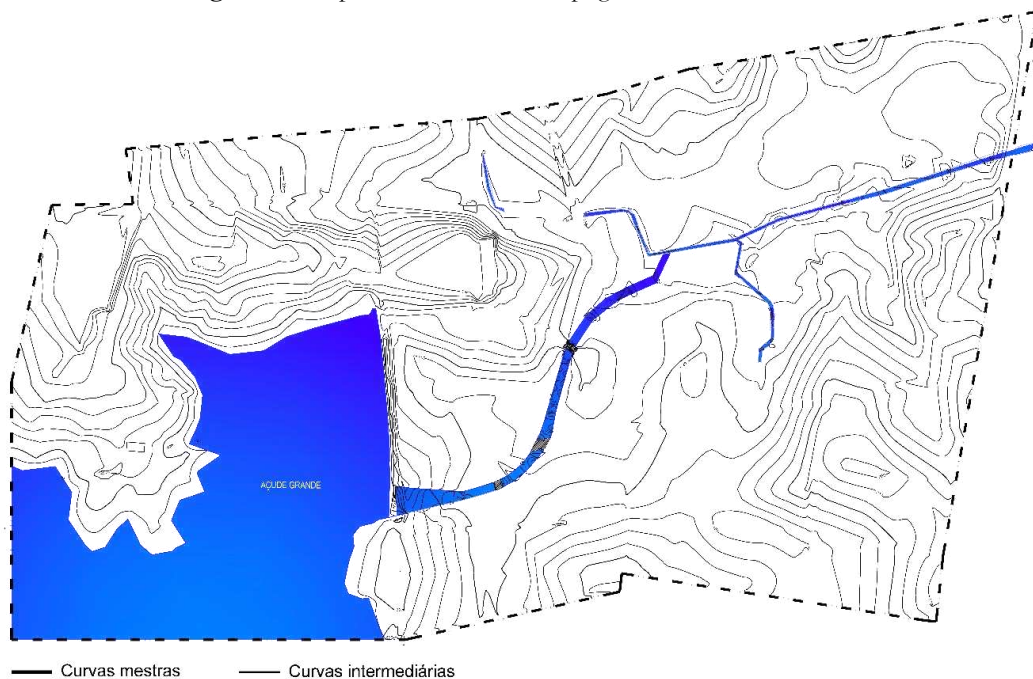
Fonte: Escritório Versa - Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura, 2018.

6.3.2 Análise do terreno escolhido

A análise do terreno é uma etapa crucial no processo de planejamento e desenvolvimento de um loteamento de Habitação de Interesse Social (HIS). A variação topográfica é um dos aspectos mais significativos a serem considerados durante essa análise, pois influencia diretamente na infraestrutura e na viabilidade do projeto como um todo. No

caso específico do terreno escolhido para o loteamento de HIS, onde a variação topográfica média é de aproximadamente 1 (um) metro ao longo da gleba, se fez importante realizar uma análise detalhada para entender como essa variação pode impactar no estudo preliminar.

Figura 76: Mapa do levantamento topográfico da área analisada

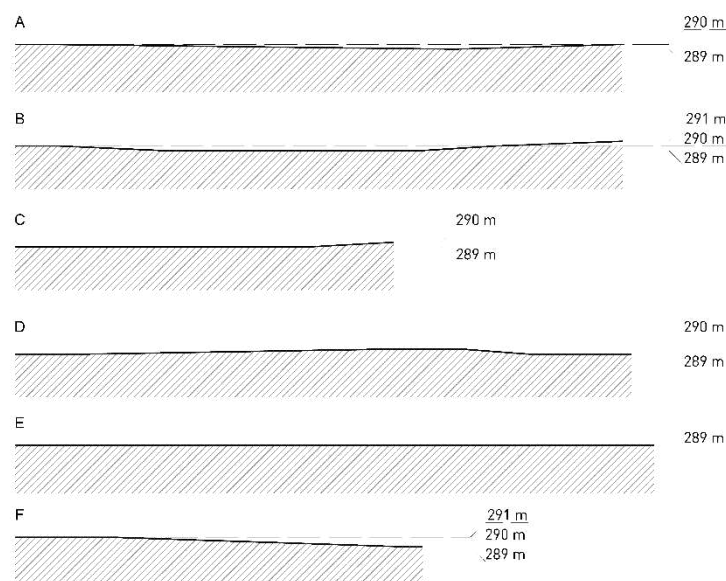


Fonte: Autor (base de dados: SEPLAN de Cajazeiras/PB), 2024.

Inicialmente, foi fundamental realizar o levantamento topográfico do terreno, identificando áreas mais altas e mais baixas, declividades, e demais características relevantes (ver Figuras 76 e 77). Uma das abordagens possíveis para lidar com essa variação foi a adoção de um desenho urbano que respeite a topografia existente, evitando grandes movimentos de terra e reduzindo os custos de terraplanagem. Isso acabou envolvendo o traçado e parcelamento dos lotes, onde buscou-se uma solução que melhor adequar-se à realidade.

Outro aspecto bastante relevante que foi considerado é a acessibilidade e a mobilidade dentro do loteamento. Em terrenos com variações topográficas, é necessário projetar ruas, calçadas e espaços urbanos públicos de forma a garantir a acessibilidade para todos. Portanto, pensando na inclusão das PcD e mobilidade reduzida, foi escolhido planificar as áreas citadas acima. Nas áreas verdes foram dispostos caminhos nivelados, que possibilitem o acesso de todos as áreas de convivência, mirantes e parquinhos.

Figura 77: Mapa do levantamento topográfico da área analisada



Fonte: Autor, 2024.

6.3.3 Invenções no meio urbano: constituição do loteamento

Durante a definição do programa de necessidades, priorizou-se os dados quantitativos obtidos através dos questionários e a opinião dos moradores como principais mecanismos para a tomada de decisões, aliadas ao levantamento arquitetônico e urbanístico da área e seu entorno. Ao analisar o meio urbano, esse processo revelou a escassez de mobiliários e equipamentos urbanos nos espaços livres públicos, principalmente os destinados ao descanso e lazer infantil, os quais poderiam tornar a área mais atrativa para todos os cidadãos que transitam pelo bairro centro.

No que diz respeito aos mobiliários atualmente existentes nas praças, e no restante da área analisada, estes se limitam a bancos, postes de iluminação e lixeiras (pouca quantidade). O único espaço que pode ser considerado “lazer” por aquela população, trata-se da Peixada do Ernesto, popularmente conhecida por “Bar do Pirulito”, localizado na Praça José Rolim Guimarães (batizada pela população como “Praça do Pirulito”), que atrai pessoas de todos os bairros.

Dessa forma, essa proposta de intervenção urbanística vislumbra melhorias para a situação atual por meio de sugestões que contemplem novos equipamentos públicos e a melhoria dos existentes. E se fez necessário repensar os mobiliários urbanos, para assim, indicar ideias que melhor se adequem a realidade e necessidades dos usuários. Abaixo, no

Quadro 07, foram idealizadas três colunas principais que tratam sobre o estudo preliminar de requalificação urbana: a primeira destaca a função dos espaços; a segunda o espaço em si; e uma terceira, que estima as dimensões.

Quadro 07: Programa de necessidades e pré-dimensionamento das áreas urbanas

Função	Espaço	Dimensão
Alimentação	Quiosques	10 m ² (mínimo)
Áreas verdes	Hortas comunitários	20 m ² (mínimo)
Descanso e contemplação	Mirante / observatório	80 m ² (mínimo)
	Novos mobiliários	Variável
	Academia pública	200 m ² (mínimo)
História e artes	Espaços criativos para crianças	Variável
Lazer e convívio social	Área de caminhada	Variável
	Playground inclusivo	100 m ² (mínimo)
	Estacionamentos	Variável

Fonte: Autor, 2024.

Perante a participação dos moradores locais, principalmente aqueles que residem ao longo da Rua Padre Ibiapina devido a abertura ao diálogo, foi definido o programa de necessidades para as intervenções que compõem esse estudo preliminar no seu âmbito urbanístico. O conceito e partido arquitetônico supracitado, foram mediadores técnicos durante a concepção dos mobiliários e equipamento urbanos públicos: foram desenvolvidos em formatos orgânicos e materiais duradores, porém, sempre buscando fazer prevalecer a função sobre a forma, para assim, possibilitar a exequibilidade (Figura 78).

Figura 78: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar



Fonte: Autor, 2024.

Para compor os espaços públicos urbanos do loteamento, foram projetados os seguintes mobiliários: bancos de uso coletivo, bancos individuais, mesas, lixeiras, pontos de ônibus, quiosques, coberturas para áreas públicas e as bases modulares dos mirantes. E para o sistema de iluminação pública foram idealizados 03 (três) modelos de postes: alto duplo, alto e baixo duplo. No Quadro 8, disposto abaixo, serão listados os materiais propostos para cada mobiliário.

Quadro 08: Descrição do mobiliário e infraestrutura urbano

Elemento	Descrição
Banco coletivo com encosto	Estrutura em concreto armado com pintura branca e aplicação de ripas em WPC (Composto de Madeira Plástica) com estruturas de aço.
Banco individual	Estrutura em concreto armado com pintura branca e assento em WPC.
Mesa pública	Estrutura em concreto armado com pintura branca e base em WPC.
Lixeiras públicas	Estrutura moldada em aço galvanizado e identificação da lixeira com chapa de aço com aplicação de tingimento.
Ponto de ônibus	Estrutura ondulada moldada em aço galvanizado, painéis em WPC, aplicação de vidro com proteção solar; assento em WPC e aço; bebedouro conjugado de coluna de pressão.
Quiosque modular	Estrutura em concreto armado com pintura branca, aplicação de painéis em WPC e vidro com proteção solar.
Base dos mirantes	Ripas e estrutura em concreto com aplicação de WPC.
Coberturas em WPC	Estrutura ondulada moldada em aço galvanizado, cobertura com painéis em WPC.
Poste alto duplo	Estrutura moldada em aço galvanizado com aplicação de pintura eletrostática; utiliza-se lâmpada LED SMD 150w
Poste alto simples	Estrutura moldada em aço galvanizado com aplicação de pintura eletrostática; utiliza-se lâmpada LED SMD 150w
Poste baixo duplo	Estrutura moldada em aço galvanizado com aplicação de pintura eletrostática; utiliza-se lâmpada LED SMD 100w

Fonte: Autor, 2024.

Os mobiliários foram dispostos ao longo de todo o loteamento, buscando torná-lo convidativo à contemplação da paisagem natural que circunda a gleba escolhida para a sua implantação. Ao longo dos passeios públicos – com exceção em trechos onde as fachadas principais ficam voltadas para a rua, pois, prejudicaria o acesso as residências – foram dispostos conjuntos de bancos com encontros, lixeiras, iluminação pública e vegetação (ver Figura 79).

Nas áreas de convivência (Figura 79) e equipamentos públicas (Figura 79) foram dispostos bancos individuais, postes baixos (visando valorizar as pessoas), bastante vegetação

para proporcionar melhores sensações térmicas e caminhos de pedras em formatos orgânicos, seguindo o conceito arquitetônico.

Figura 79: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar



Fonte: Autor, 2024.

6.3.4 Invenções arquitetônicas: as habitações de interesse social

O perfil dos moradores das 40 residências (em média) contidas na área analisada, revelou características distintas e marcantes, obtidas por meio da aplicação dos questionários e conversas diretas com eles. Em geral, as famílias são compostas por 03 ou 04 membros, com uma presença reduzida de crianças e uma proporção significativa de idosos e pessoas com mais de 30 ou 40 anos de idade. Notavelmente, muitos desses residentes têm uma longa história de moradia na localidade e demonstram pouca intenção de se mudar para outros bairros da cidade, devido a praticidade de residir no bairro centro.

As habitações dessas famílias apresentam um padrão de layout e organização considerados “simples”, com uma disposição básica de cômodos. Em sua maioria, as residências observadas contam com uma sala de estar ou garagem, de um a dois quartos, além de uma sala de jantar integrada à cozinha e uma área de serviço no quintal. Em todas as residências observadas, os ambientes são interligados por um corredor, proporcionando uma distribuição funcional, porém simples, dos espaços. É importante ressaltar que as habitações analisadas enfrentam desafios em termos de iluminação e ventilação, pois há

poucas janelas e uma baixa circulação de ar nos ambientes internos. Essa condição pode afetar significativamente o conforto e a qualidade de vida dos moradores, destacando a necessidade de intervenções que busquem melhorar esses aspectos específicos da residência.

Os padrões observados nas habitações idealizados pelos programas de Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil, por exemplo, o PMCMV, que se destaca por sua atenção aos aspectos fundamentais que garantem condições habitáveis dignas para os moradores. Mas, infelizmente, os loteamentos construídos através de recursos provenientes desses programas sociais, não estabelecem sequer uma área mínima que visa assegurar espaços habitáveis adequados para cada pessoa, atingindo negativamente necessidade básicas como conforto e privacidade.

Além disso, esses programas habitacionais não dão a devida atenção necessária para infraestrutura urbana básica, como acesso a saneamento básico, eletricidade e água potável, que são elementos essenciais para uma vida digna e saudável. O programa de necessidades não se adequa a realidade da população que irão residir naquele loteamento, dessa forma, o número de quartos e banheiros difere do necessário. Não são previstos espaços sociais, dentro e fora das residências, esse é um importante fator que pode contribuir para a interação e entre os moradores, contribuindo para o fortalecimento dos laços comunitários.

Figura 80: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar



Fonte: Costa, 2015.

A acessibilidade para PcD também não faz parte da realidade que pode ser encontrada nos atuais modelos de loteamentos sociais, não ser ver habitações adaptadas para atender às necessidades específicas dessa população. Por fim, uma reserva de área do lote deveria ser prevista para possíveis futuras expansões, o que permitiria que as famílias pudessem adaptar sua residência de acordo com as suas necessidades. Esses padrões refletem uma verdade falta de compromisso com a qualidade de vida e a inclusão social para com os brasileiros que vivem à margem na pobreza.

Com base em todas essas considerações feitas mediante observações e entrevistas com residentes dos loteamentos sociais encontrados em Cajazeiras (Residencial Cajazeiras I e II), junto as teorias postas pelos programas federais para efetivação de um bom padrão de qualidade na construção de habitações sociais, percebeu-se a necessidade de idealizar três modelos de HIS: (M01) modelo de habitação social “básico” (ver a Figura 80 na página anterior); (M02) modelo de habitação social com inserção de um espaço destinado a práticas comerciais básicas³⁵, tais como a venda de alimentos, ateliê básico de costura, venda produtos cosméticos etc. (Figura 80); (M03) modelo de habitação social adaptado para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Figura 80). A seguir, serão dispostos os programas de necessidades e pré-dimensionamento de cada modelo de moradia idealizada: Detalhes sobre o modelo de habitação social “básico” (M01) no Quadro 09:

Quadro 09: M01 - Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Função	Espaço	Dimensão
Uso comum	Garagem	Para 1 veículo
	Área de expansão	Reserva de 15% a 20%
Social	Alpendre	5 m ² a 7 m ²
	Sala de estar / jantar	20 m ² a 22 m ²
	Cozinha	7 m ² a 8 m ²
	BWC social	3 m ² a 4 m ²
	Redário	18 m ² a 20 m ²
Íntimo	Quarto 01	10 m ² a 12 m ²
	Quarto 02	10 m ² a 12 m ²
Serviço	Área de serviço	4 m ² a 5 m ²

Fonte: Autor, 2024.

³⁵ Vale ressaltar que esse espaço foi idealizado para receber essas formas básicas de serviço após conversas com os moradores da área analisando. A maior parcela daqueles que expressaram a necessidade desse espaço, são “mães de família” / “donas de casa”, que vislumbram poder contribuir com a renda familiar.

Detalhes sobre o modelo de habitação social com inserção de um espaço destinado a práticas comerciais básicas (M02) no Quadro 10:

Quadro 10: M02 - Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Função	Espaço	Dimensão
Uso comum	Garagem	Para 1 veículo
	Área de expansão	Reserva de 15% a 20%
Social	Alpendre	5 m ² a 7 m ²
	Espaço para comércio	5 m ² a 6 m ²
	Sala de estar / jantar	12 m ² a 15 m ²
	Cozinha	7 m ² a 8 m ²
	BWC social	3 m ² a 4 m ²
	Redário	18 m ² a 20 m ²
Íntimo	Quarto 01	10 m ² a 12 m ²
	Quarto 02	10 m ² a 12 m ²
Serviço	Área de serviço	4 m ² a 5 m ²

Fonte: Autor, 2024.

Detalhes sobre o modelo de habitação social adaptado para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (M03) no Quadro 11:

Quadro 11: M03 - Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Função	Espaço	Dimensão
Uso comum	Garagem	Para 1 veículo
	Área de expansão	Reserva de 15% a 20%
Social	Alpendre	5 m ² a 7 m ²
	Sala de estar / jantar	9 m ² a 12 m ²
	Cozinha	5 m ² a 7 m ²
	BWC social	5 m ² a 7 m ²
	Redário	18 m ² a 20 m ²
Íntimo	Quarto 01	12 m ² a 14 m ²
	Quarto 02	12 m ² a 14 m ²
Serviço	Área de serviço	5 m ² a 7 m ²

Fonte: Autor, 2024.

6.3.4.1 Conceito arquitetônico das fachadas das habitações

A padronização estética e impessoalidade nos projetos das residências tornou-se, infelizmente, uma característica que frequentemente pode ser observado nos loteamentos e residenciais de vertente social, portanto, destinados aos socialmente vulneráveis. Porém, essa realidade deveria ser diferente, pois, o acesso à moradia digna também pode, e deve, assegurar o direito de escolha por parte daquela família que irá fazer daquela residência uma moradia. Mas, também se sabe da inviabilidade de produzir habitações que sejam plenamente ajustadas aos desejos de cada família. E pensando nisso, decidiu-se possibilitar aos moradores a decisão

sobre a estética da fachada principal de suas casas. Para isso, foi decidido trazer para o estudo preliminar das fachadas o movimento paraense “Raio que o parta” (Figuras 81 e 82).

Figura 81: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar



Fonte: Costa, 2015.

Figura 82: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar

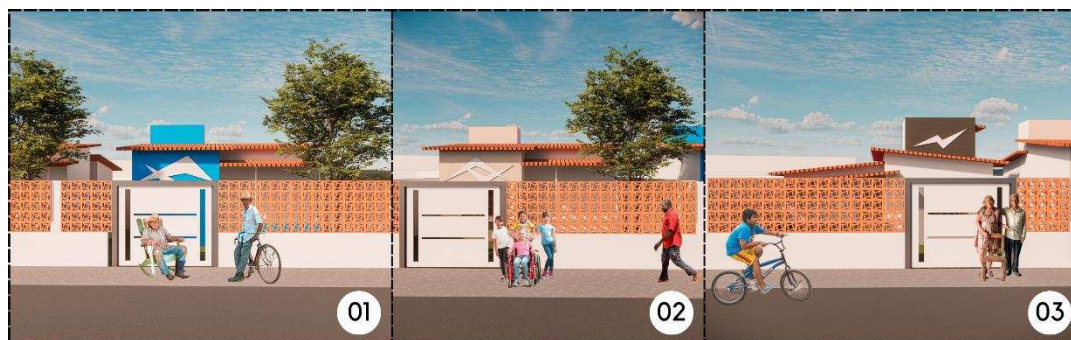


Fonte: Costa, 2015.

Essa apropriação popular, surgiu e se popularizou em Belém do Pará entre as décadas de 1940 e 1960 na tentativa das classes populares de se integrarem à onda modernista brasileira. Diante da impossibilidade de contratar profissionais para projetar suas casas ou criar murais para decorá-las, as classes mais desfavorecidas da sociedade assumiram essas responsabilidades. Elas integraram platibandas às suas residências e encontraram uma alternativa criativa para adorná-las. Costa (2015, p. 31-33) explica que as classes mais populares almejavam modernizar-se e perceberam na compra de azulejos danificados – provenientes das construções da parcela “rica” da sociedade – uma chance de criar seus próprios painéis, valendo-se de formas geométricas e do formato de raio, o que em teoria justifica o nome do movimento.

O movimento "Raio que o Parta" não constitui um estilo arquitetônico em si, mas sim uma apropriação do estilo modernista brasileiro por parte das camadas mais simples da sociedade (Costa, 2015, p. 52). E devido a esse fato, ao idealizar as fachadas das HIS, pensou-se em atribuir características dessa prática popular paraense, que possibilitaria aos moradores a autonomia sobre as formas que iriam construir com os cacos de cerâmica, uma solução barata, duradoura e que traz personalidade para as fachadas. Porém, algumas diretrizes foram instituídas: para composição da estética das fachadas, os moradores fariam uso de cacos de cerâmica branca e aplicariam cor diretamente no muro da fachada através da pintura. Dessa forma, a estética geral do loteamento seria consistente, mesmo que difuso (Figura 83).

Figura 83: Algumas intervenções urbanas do estudo preliminar



Legenda: área + [destaque]
01. M01 [modelo HIS "simples"]
02. M02 [modelo HIS com comercial]
03. M03 [modelo com acessibilidade]

Fonte: Autor, 2024.

Nas figuras dispostas acima podem ser vistas as cores empregadas nas fachadas das habitações e os formatos geométricos criados com cacos de cerâmica branca (ou cor neutra similar), que faz alusão ao movimento “Raio que o parta”, porém, puxa as cores para a parede e prioriza os formatos com cores neutras, para que se destaque o formato criado pelo morador e seja preservada a estética homogenia de todo o loteamento. E conforme também pode ser visualizado nessas figuras, nos muros da fachada principal foi empregado o uso de cobogós em concreto a acrescento de cimento. Com isso, pretende-se integralizar toda a fachada através da utilização de elementos regionais, favorecendo o enriquecimento acerca da história e cultural local.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa revelou-se não apenas uma análise técnica, mas também uma reflexão sobre os desafios sociais e urbanísticos enfrentados por muitas comunidades brasileiras. Ao longo deste estudo, foi possível mergulhar nas complexidades dos contextos urbano e social de Cajazeiras, uma cidade que carrega consigo uma rica bagagem histórico e educacional, mas que também enfrenta diversas questões contemporâneas prementes, como o déficit habitacional e a falta de ordenamento territorial.

A alcunha de “A cidade que ensinou a Paraíba a ler”, citada no início desta pesquisa, ressalta a importância educacional de Cajazeiras na região, porém, por trás dessa façanha histórica proferida pelo fundador da cidade, há uma realidade presente que clama por intervenções eficazes para melhorar as condições de vida de seus habitantes. A lacuna existente no planejamento urbano e na implementação de políticas públicas substanciais tem deixado muitas áreas da cidade à margem do desenvolvimento, enquanto os moradores buscam por moradias dignas, inclusão social e, no caso analisado, as famílias também necessitavam de melhores condições ambientais e sanitárias, medidas que deveriam partir da administração pública.

A pesquisa realizada propôs uma investigação metódica sobre a viabilidade de implementação de um estudo preliminar de requalificação urbana para Habitação de Interesse Social (HIS) no entorno do sangradouro do Açude Grande, com o intuito de fornecer subsídios para a discussão sobre o escassez de moradias mais dignas e para promover a solidariedade social para essa parcela da população marginalizada cajazeirense. Ao analisar os vazios urbanos na área em questão, foi considerada a ocupação de uma grande gleba vazia, escolhida de forma estratégica para possíveis, pois, graças a sua localização no centro da cidade, poderia proporcionar melhorias vida para aqueles que vivem nas periferias da cidade, trazendo-os para o “centro da vida urbana”.

Os resultados obtidos durante a pesquisa destacam a importância de se considerar as demandas habitacionais da população local como ponto central para qualquer intervenção urbana. Através da aplicação de questionários e da análise aprofundada das necessidades e expectativas dos moradores, foi possível identificar as principais áreas do bairro centro que necessitavam de intervenção necessárias para a melhoria das condições de vida. Esse foi um

importa fator para construção de um programa de necessidades que proporcionasse o desenvolvimento de um loteamento mais coeso perante os anseios daquela população.

Dessa forma, a proposta de implantação de um loteamento voltado para habitações sociais nessa região do entorno do sangradouro do Açude Grande representa não apenas uma oportunidade de suprir o déficit habitacional, mas também de resgatar e enaltecer a identidade histórica local, levando em consideração a importância desse açude para a cidade, que descende desde a sua criação, servindo como fonte de água para diversas gerações de cajazeirenses. E ao viabilizar a vinda da população das zonas periféricas para o centro da cidade, espera-se não apenas a melhoria das condições de moradia, mas também o acesso facilitado a serviços essenciais, como segurança, saúde, educação, lazer e comércio.

É importante ressaltar que a implementação de projetos de HIS deve ser acompanhada de uma abordagem compreensiva, que leve em consideração não apenas os aspectos físicos e estruturais, mas também os aspectos sociais, econômicos e culturais do local onde será implantado e da população que ali residirá. Portanto, a inclusão da comunidade no processo de tomada de decisão e a valorização das diversas identidades que formam essa comunidade do entorno do sangradouro, são fatores fundamentais para garantir o sucesso e sustentabilidade da intervenção urbana. Diz-se isso porque a população necessitaria zelar pelo espaço físico e ambiental que circunda a área da proposta.

No desenvolvimento da pesquisa também ficou clara a necessidade de evocar no cenário político cajazeirense, discursões acerca da necessidade urgente da revisão das políticas habitacionais existentes e da criação de novas, completando os avanços sociais. As políticas devem abranger uma gama diversificada de iniciativas, incluindo medidas de conservação e, principalmente, incentivos para a requalificação de áreas no centro da cidade que estão vazias ou subutilizadas, com isso, buscando a promoção de práticas sustentáveis de desenvolvimento urbano.

Essa pesquisa buscou alcançar resultados que sirvam como referência para ações futuras semelhantes dentro do município. Ao compreender profundamente os desafios e potenciais que permeiam Cajazeiras, se faz possível vislumbrar não apenas um cenário de construção e urbanização, mas a criação ativa de uma Cajazeiras dinâmica, inclusiva e sustentável.

Dessa forma, este estudo não apenas contribui para o debate sobre o desenvolvimento urbano sustentável em Cajazeiras, mas também oferece percepções valiosas para outras cidades que enfrentam desafios semelhantes. A busca por soluções que promovam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades menos favorecidas deve ser uma prioridade para os gestores públicos e para a sociedade como um todo. Espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam como base para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes e integradas, que realmente atendam às necessidades e aspirações das comunidades urbanas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas *et al.* **Urbanidades**. Douglas Aguiar e Vinicius M. Netto, organizadores – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

_____, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: **Foglio Digital**, p. 61-80, 2012.

ANDRADE, Ricardo Teixeira Gregório de. **A pegada de carbono como um dos indicadores de sustentabilidade para medição da responsabilidade socioambiental empresarial: um estudo de caso na unidade sede da Petrobras em Natal-RN**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível: <<https://bit.ly/4aD4eW6>>. Acesso em: 28 de março de 2024.

ARAÚJO, Luciana Medeiros de *et al.* PMCMV e produção imobiliária nas cidades de Patos e Cajazeiras/PB. In.: MAIA, D. S., and MARAFON, G. J., eds. O programa Minha Casa Minha Vida: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas [online]. Rio de Janeiro: **EDUERJ**, 2020, pp. 189-213.

ARTIGAS, João Batista Vilanova, 1915-1985. **A função social do arquiteto** / João Batista Vilanova Artigas. – São Paulo: Nobel, 1989. – (Coleção cidade aberta).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 15220-3**: Desempenho térmico de edificações – Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, 2005.

AUCLIN, Antoine. *Ethos et expérience du discours: quelques remarques*. In: M. WAUTHION; SIMON (éds.). **Politesse et idéologie. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle**. Louvain: Peeters, 2001, p. 77-95.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil. **Rev. Multidisciplinar UNIESP**, n. 9, p. 214-223, 2010.

BENETTI, Pablo. **Habitação social e cidade: desafios para o ensino de projeto**. Prourb, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

_____, Pablo; PECLY, Maria Lucia; ANDREOLI, Marcelo Caetano. Qualidade da habitação de interesse social em três escalas: análise do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro: RioBooks, UFRJ PROURB**, 2017.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____, Nabil. **Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: Revisão Histórica e Novas Perspectivas do Governo Lula**. p. 70-104, 2007.

BORNE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios Urbanos**: perspectivas contemporâneas. Rio de Janeiro: 2006

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. 496 p. Disponível em: <<https://bit.ly/3U6ZRNr>>.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1965. Disponível em: <<https://bit.ly/3J7pmYC>>.

- BRASIL. Ministério das Cidades. **Política nacional de habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. (Caderno 4).
- CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS (PB). Lei complementar nº 1.666: Plano Diretor do Município de Cajazeiras (PB), 2006.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS (PB). Lei complementar nº 644/76: Legislação Urbanística do Município de Cajazeiras (PB), 1978.
- CASTRO, Maria Isabel Meira de. **O espaço sócio-urbano e a administração pública estadual: uma análise de instrumentos de atuação da administração estadual em São Paulo, na produção de meios coletivos de consumo, no espaço sócio-urbano**. 1986. Tese de Doutorado.
- COSTA, Laura Caroline de Carvalho da. **Raio que o parta! assimilações do modernismo nos anos 50 e 60 do século XX e seu apagamento em Belém (PA)**. 2015.
- COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmmler. **FUNDAMENTO DE MORFOLOGIA URBANA**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. 236 p.
- DA SILVA CARDOSO, Arlindo *et al.* **Intervenções Urbanas**. EXTIFAL, v. 1, n. 1, 2013.
- DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. **As cidades medias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. 2014. 261f. Orientadora: Maria do Livramento Miranda Clementino. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2006, 272 p.
- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. Editora Pini, 1990.
- ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor & Gestão de Anais-UNG-Ser**, v. 2, n. 1, p. 22-28, 2008.
- FANGER, P. O. **Thermal confort: analysis and applications in environmental engineering**. New York: McGraw-Hill, 1970.
- FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana** / Heitor Frúgoli Jr. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- GALLO, Douglas¹; SANTOS, Fábio. ACUPUNTURA URBANA: reflexões sobre grandes intervenções urbanas. In: **4º Congresso Internacional da Habitação no espaço Lusófono. Porto**. 2017.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GHIDINI, Roberto. A caminhabilidade: medida urbana sustentável. **Revista dos Transportes Públicos-ANTP**. São Paulo, v. 33, p. 21-33, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

- GRAF, Paloma Machado *et al.* Escassez de moradia como um problema estrutural: o relato de caso da Ocupação Andorinhas pela perspectiva institucional. **Revista Brasileira de Direito e Justiça**, v. 6, p. 94-108, 2022.
- LAKATOS, Eva Maria. **FUNDAMENTOS DE OBJETOLÓGICA CIENTÍFICA** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- LAMAS, José M. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. (No Title), 1993.
- LEFEBVRE, Henri, 1901 – 1991. **O direito à cidade** / Henri Lefebvre; Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes (*Uma técnica para a medição de atitudes*). Nova York: Universidade de Nova York, 1932.
- LYNCH, Kevin; AFONSO, Maria Cristina Tavares. **A IMAGEM DA CIDADE**. 1997.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana** / Ermínia Maricato. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil** / Ermínia Maricato. 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MINEIRO, M. **Pesquisa de survey e amostragem: aportes teóricos elementares**. Revista de estudos em educação e diversidade - REED, 1(2), p. 284-306. 2020
- NASCIMENTO, André Pereira do. **“Cajazeiras, a cidade que ensinou a Paraíba a ler”**: as contribuições da história de vida de professoras católicas. 2018. 59f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2018.
- NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. **No vazio, caberiam casas, parques, fábricas...cabe ria muita gente**. UNESP. Presidente Prudente: 2014.
- NERY, Nancy Siqueira. **Inclusão socioespacial de comunidades pobres: programa de requalificação urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar, Bairro do Recife-PE**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- NETTO, M. V. O que é afinal urbanidade? Notas sobre um diálogo tortuoso. **HOLANDA, Frederico de et al. Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, p. 13-31, 2012.
- OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, p. 739-755, 2018.
- ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **A mediação como via de desenvolvimento sustentável em políticas públicas de reurbanização**. 18 p, 2013.
- PAULA TANSCHERT. **“Espaços Públicos: a transformação urbana com a participação da população”**. ArchDaily Brasil.
- RAMOS, Jefferson de Sousa. **Avaliação pós-ocupação de habitações adquiridas por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal na Cidade de Cajazeiras-PB**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro Ribeiro; SILVA, Catia Antonia da. Cartografia da Ação Social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 187-203, 2022. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.187100. Disponível em: <<https://bit.ly/3rVOMNH>>. Acesso em: 17 outubro de 2023.

RIBEIRO, Rui Vaz das Neves Macedo *et al.* **Instrumentos Fiscais e Reabilitação Urbana**. 2005.

ROCHA, Kassia Janny Gonçalves *et al.* **Os “vazios urbanos” no centro histórico de Cajazeiras/PB**. 2017.

ROLIM, Eliana de Souza *et al.* **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras-PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** – São Paulo: Brasiliense, 1995. - - (Coleção Primeiros Passos; 203).

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo Editorial, 2017.

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JR, Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole**, n. 06, p. 43-66, 2001.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, p. 81_100-81_100, 1977.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo** / Bernardo Secchi; [tradução Marisa Barba e Pedro M. R. Sales]. – São Paulo: Perspectiva, 2006. – (Debates; 306 / dirigida por J. Guinsburg).

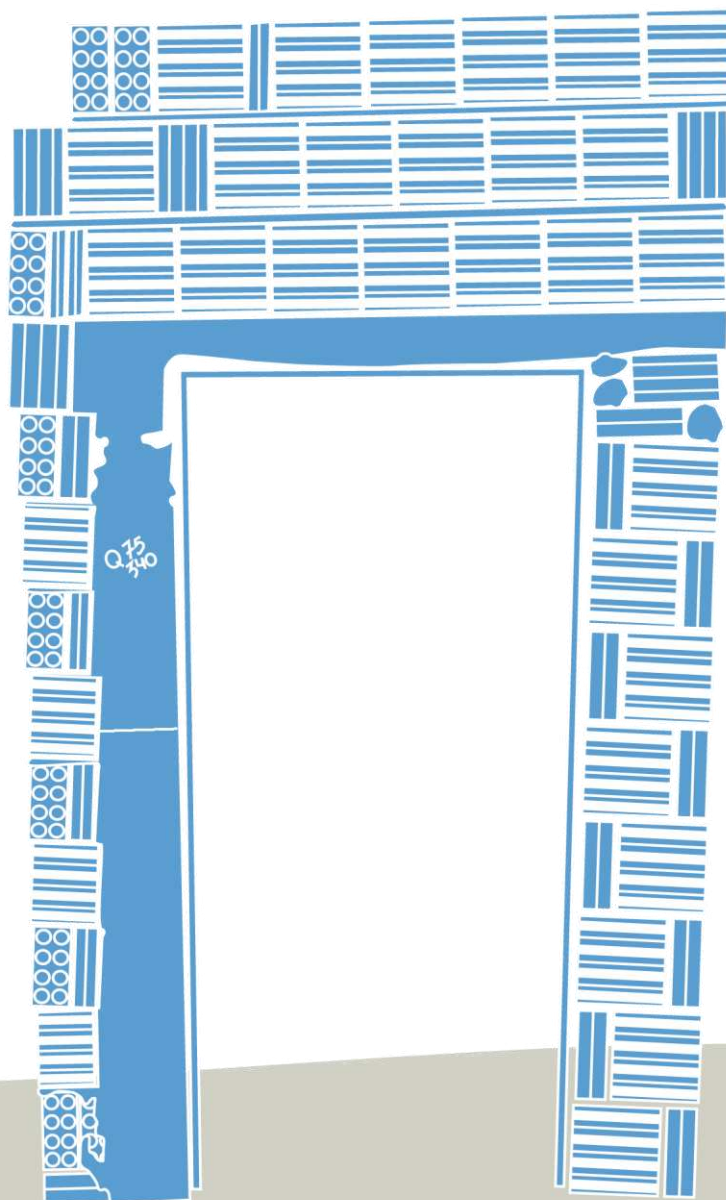
SILVA NETO, Alvino Pereira da. **Planejamento urbano e crescimento do município de Cajazeiras-PB de 1980 até 2015**. UFCG. Cajazeiras-PB: 2015.

Torres, N. R. (2011). **Planejamento numa sociedade em rede**. Práticas de planejamento colaborativo no Brasil. *Cadernos Metrópole*, 11 (22).

VERAS, Margaux Hildebrandt. O Programa Minha Casa Minha Vida e as repercussões na dinâmica socioespacial e sua inserção no contexto urbano na área conurbada de Florianópolis. 256 f. 2014. **Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Editora WMF, 2012. p. 193-226.

apêndices



Esta pesquisa faz parte do **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** do discente Tony Anderson Silva Ferreira, do bacharelado do **Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU)** da **UFERSA, campus Pau dos Ferros/RN**. Suas opiniões aqui expressas são confidenciais e serão utilizadas para constituir **propostas de uso** para os **vazios urbanos** encontrados no entorno do **sangradouro do Açude Grande**, importante marco do centro de Cajazeiras/PB. **Obrigado pela colaboração!**

Questionário N° _____ Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____

SESSÃO 01: SOBRE O PERFIL

Entendendo o(a) entrevistado(a).

- ☐ Anualmente
☐ Esporadicamente

01. Qual o seu gênero?

- ☐ Masculino
☐ Feminino
☐ Prefiro não informar

02. Qual a sua faixa etária?

- ☐ Entre 18 a 24 anos
☐ Entre 25 a 35 anos
☐ Entre 36 a 45 anos
☐ Entre 46 a 55 anos
☐ Acima de 55 anos

03. Você reside em Cajazeiras?

- ☐ Sim
☐ Não

04. Se NÃO, qual motivo lhe trouxe a Cajazeiras?

- ☐ Lazer/entretenimento
☐ Visitar parentes e/ou amigos
☐ Trabalho/negócios
☐ Eventos
☐ Outro: _____

05. Morador(a) ou proprietário(a) do domicílio?

- ☐ Morador(a)
☐ Proprietário(a) do domicílio

06. Quantas pessoas residem no domicílio?

- ☐ Apenas eu
☐ Eu e mais uma pessoa
☐ Eu e mais duas pessoas
☐ Eu e mais três pessoas
☐ Eu e mais quatro pessoas
☐ Cinco ou mais pessoas
☐ Não quero responder

SESSÃO 02: SOBRE O BAIRRO CENTRO

Conte-nos um pouco sobre o seu contato com o espaço analisado.

07. Com que frequência você transita pelo bairro Centro?

- ☐ Diariamente
☐ Semanalmente
☐ Mensalmente

08. Você costuma utilizar os espaços públicos de uso coletivo (ruas, calçadas, praças, jardins, parques etc.)?

- ☐ Sim
☐ Não

09. Você acha necessário realizar melhorias nos atuais espaços públicos de uso coletivo (ruas, calçadas, praças, jardins, parques etc.)?

- ☐ Sim
☐ Não

Se você respondeu **sim**, justifique:

10. Sobre os equipamentos comunitários (praças, pistas de corrida, quadras etc.):

- ☐ 1 (nada satisfeito)
☐ 2 (pouco satisfeito)
☐ 3 (neutro)
☐ 4 (satisfeito)
☐ 5 (muito satisfeito)

11. Sobre os mobiliários públicos (bancos, lixeiras, postes, quiosques, pontos de ônibus etc.):

- ☐ 1 (nada satisfeito)
☐ 2 (pouco satisfeito)
☐ 3 (neutro)
☐ 4 (satisfeito)
☐ 5 (muito satisfeito)

SESSÃO 03: SANGRADOURO DO AÇUDE

Questões sobre a insalubridade causada pela falta de manutenção no sangradouro do Açude Grande.

**Sessão reservada aos moradores do local.*

12. O que você acha da segurança no entorno do sangradouro do Açude Grande?

- ☐ 1 (nada satisfeito)
☐ 2 (pouco satisfeito)
☐ 3 (neutro)
☐ 4 (satisfeito)
☐ 5 (muito satisfeito)

13. O acúmulo de vegetação e água parada propicia a proliferação de mosquitos, insetos e pequeno animais?

- ☐ Sim
☐ Não

14. O acúmulo de vegetação e água parada propicia a proliferação de doenças (dengue, zika, chikungunya, leptospirose, diarreia etc.)?

- ☐ Sim
☐ Não

15. Se você respondeu SIM na questão anterior: com qual frequência surgem esse tipo de doenças na região?

- ☐ Nunca
☐ Poucas vezes
☐ Às vezes
☐ Muitas vezes
☐ Sempre
☐ Respondi **NÃO**

16. Quais as suas principais formas de locomoção/transporte?

- ☐ Caminhada
☐ Bicicleta
☐ Transporte público (ônibus)
☐ Carro próprio
☐ Carona/veículo compartilhado (Mototáxi, Uber, 99 App etc.)
☐ Motocicleta
☐ Outros _____

17. Sobre a realização de serviços de manutenção no sangradouro por parte da administração pública (remoção da vegetação; drenagem de água acumulada durante chuvas; remoção de lixo):

- ☐ 1 (nada satisfeito)
☐ 2 (pouco satisfeito)
☐ 3 (neutro)
☐ 4 (satisfeito)
☐ 5 (muito satisfeito)

18. O sangradouro já transbordou?

- ☐ Sim
☐ Não

Se você respondeu **sim**, conte como foi:

19. Sobre morar próximo ao sangradouro do Açude Grande:

- ☐ 1 (nada satisfeito)
☐ 2 (pouco satisfeito)
☐ 3 (neutro)
☐ 4 (satisfeito)
☐ 5 (muito satisfeito)

20. Sobre a sua atual residência:

- ☐ 1 (nada satisfeito)
☐ 2 (pouco satisfeito)
☐ 3 (neutro)
☐ 4 (satisfeito)
☐ 5 (muito satisfeito)

21. Você mudaria algo na sua atual residência?

- ☐ Sim
☐ Não

Se você respondeu **sim**, justifique.

22. Caso houvesse possibilidade, você mudaria para um outro bairro?

- ☐ Sim
☐ Não

Se você respondeu **sim**, justifique:

SESSÃO 04: MESMO LUGAR, NOVO LAR*

Questões sobre o déficit habitacional na região e a busca por soluções eficientes.

**Sessão reservada aos moradores do local.*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o(a) senhor(a) a participar de forma voluntária da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado como DAS MARGENS AO CENTRO: PROPOSTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS) NO ENTORNO DO SANGRADOURO DO AÇUDE GRANDE EM CAJAZEIRAS/PB, sob a responsabilidade do graduando Tony Anderson Silva Ferreira e orientação da Profª. Drª. Tamms Maria da Conceição Moraes Campos. **A aplicação do questionário objetiva investigar a percepção dos usuários acerca da realidade urbana encontrada no entorno do canal do “Açude Grande” em Cajazeiras/PB, quanto aos problemas inerentes a moradia, espaços públicos, mobiliários e equipamentos urbanos, focando na relação indivíduo-espaço.**

Antes da aplicação do formulário o(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários para a resolução do questionário. Destacamos que todos os dados pessoais fornecidos não aparecerão e serão mantidos em sigilo, garantindo omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo.

A sua participação no estudo se dará mediante as respostas ao questionário que será aplicado de forma presencial ou virtual, com auxílio do graduando, na data e hora determinada. **Em caso de aceite, a sua participação irá contribuir para a elaboração de um projeto de requalificação urbana para o trecho analisado, e com isso, promover estudos de que buscam prever melhores condições de vida para a população que reside neste local, como também, nas imediações.**

Em vista de qualquer questão que lhe traga constrangimento ou algum prejuízo, a qualquer momento o(a) senhor(a) poderá se recusar a responder ou desistir da participação na pesquisa. Por se tratar de uma participação voluntária, não há nenhuma forma de remuneração pela sua colaboração.

Os resultados dessa pesquisa estarão disponíveis no repositório da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e também poderão ser acessados através de solicitação ao graduando. **Para realização dessa solicitação ou em caso de dúvidas, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o graduando por meio do e-mail: tony.ferreira@alunos.ufersa.edu.br e pelo telefone: (84) 9 9368-3473.**

Em concordância de todos os pontos apresentados, pedimos que assine este documento, elaborado em duas vias, uma ficará com o graduando e a outra com o(a) participante.

Cajazeiras, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura do responsável pela aplicação



das margens ao centro
requalificação urbana e social



ARQUITETURA
E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

UFERSA

apêndice C

imagens renderizadas

Acesse, através do QR CODE, a pasta que dispõe de mais vista renderizadas da proposta.

vista renderizadas





das margens ao centro
requalificação urbana e social



ARQUITETURA
E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

UFERSA

apêndice D

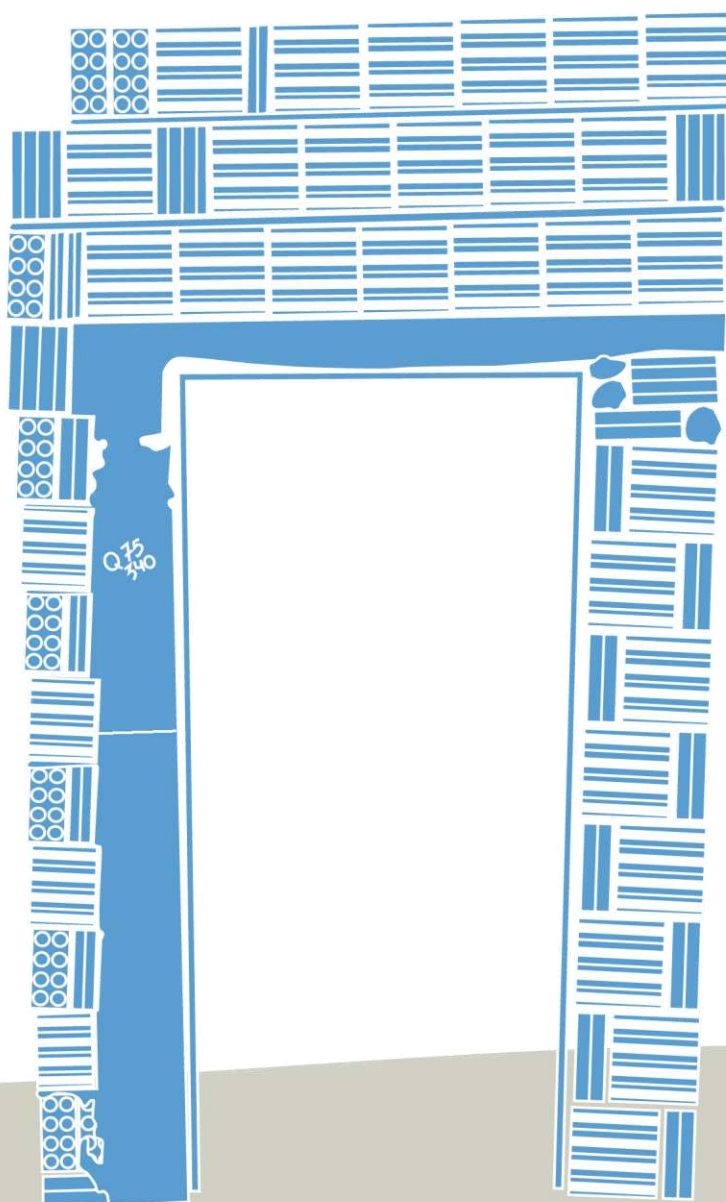
vídeo da proposta

Acesse, através do QR CODE, o vídeo da proposta. Nele você verá mais detalhes do loteamento e das habitações.

vídeo da proposta



anexos





das margens ao centro
requalificação urbana e social



ARQUITETURA
E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

UFERSA

anexo B

legislação urbanística municipal

A legislação municipal que dispõe sobre as diretrizes urbanísticas não está disponível nos endereços on-line dos órgãos municipais, portanto, deixo abaixo o acesso a esse material através do QR Code.

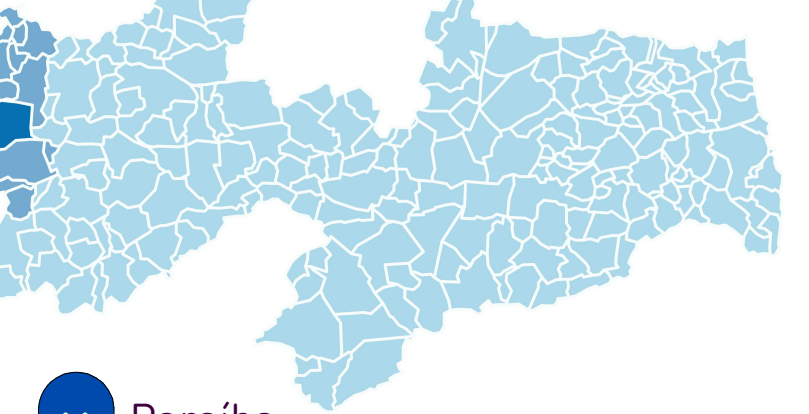
legislação urbanística municipal



Localização do município de Cajazeiras/PB



I Brasil
Sem escala



II Paraíba
Sem escala



III Microrregião de Cajazeiras
Sem escala



IV Município de Cajazeiras
Sem escala



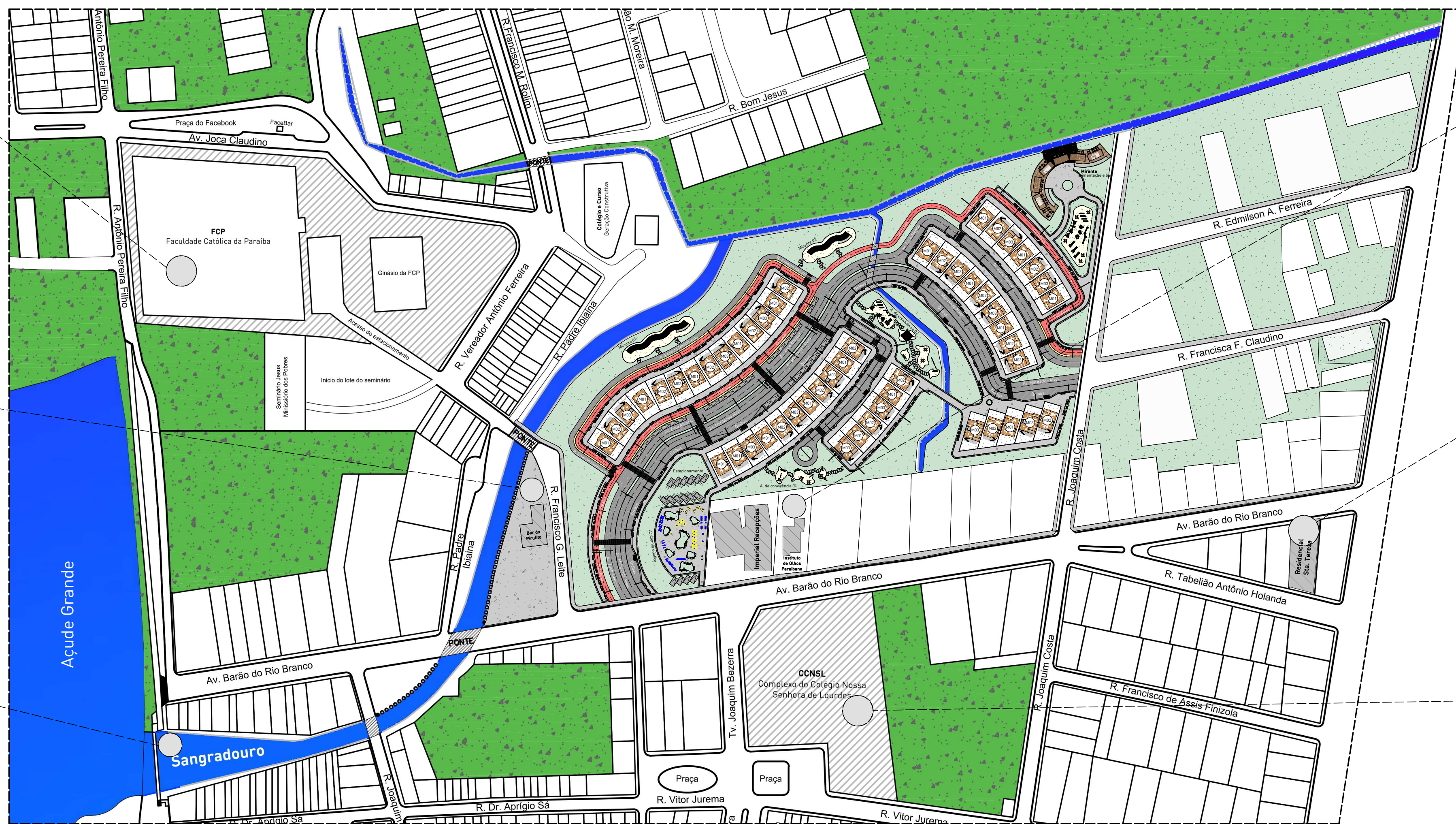
Faculdade Católica da Paraíba



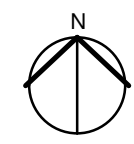
Praça do Pirulito



Início do sangradouro



02 Planta esquemática de situação
Escala 1:2000



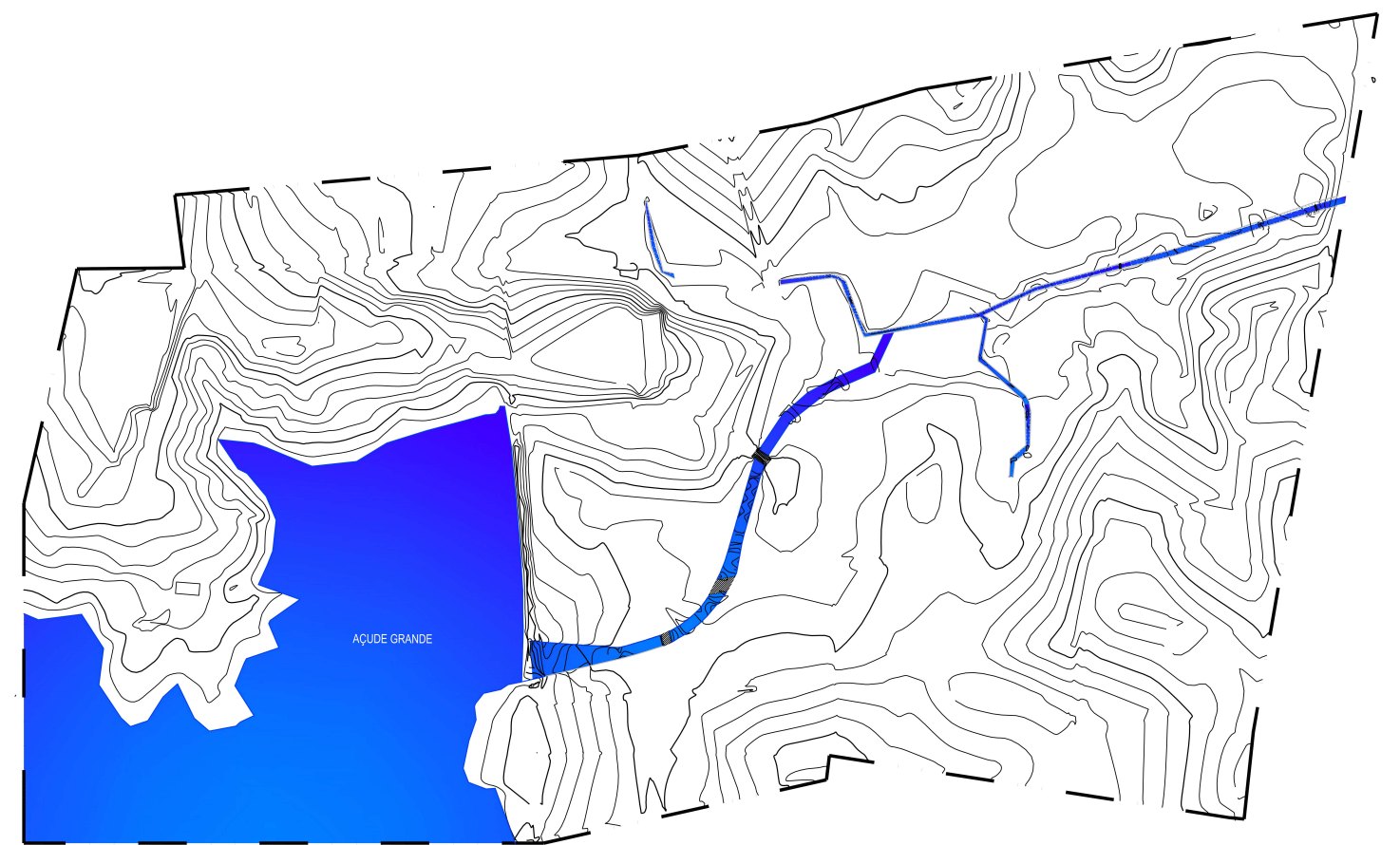
Instituto de Olhos Paraibano



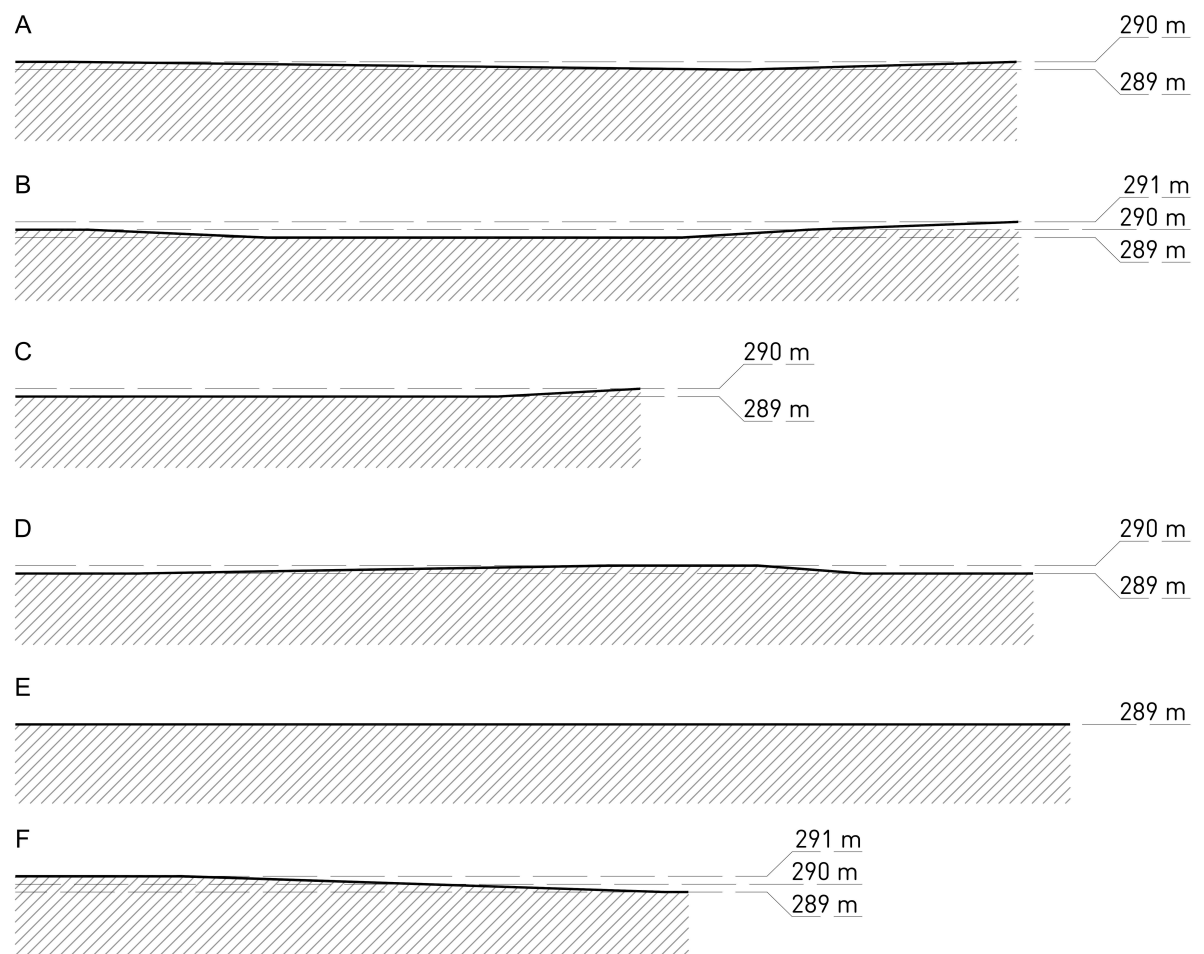
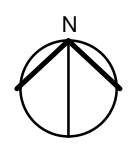
Residencial Sta. Tereza



Colégio Nossa S. de Lourdes



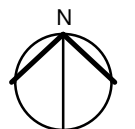
03 Topografia do recorte espacial
Escala 1:1600



04 Perfis topográficos
Escala 1:1800



01 Recorte espacial
Escala 1:2000



data
ABR
2024

prancha
01
12



CONTEÚDO DA PRANCHA:
Localização do projeto, planta esquemática de situação, topografia e perfis topográficos.
ORIENTADORA:
Dra. Tammy Maria da C. Moraes Campos
DISCENTE:
Tony Anderson Silva Ferreira
LOCALIZAÇÃO:
Cajazeiras, Paraíba, Brasil

Escala indicada

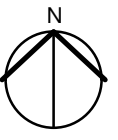


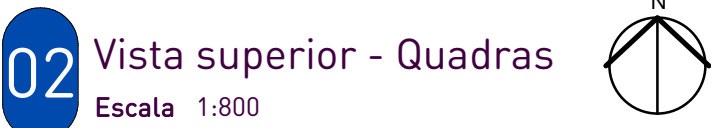
Tipologia	Descrição	Tipologia	Descrição	Tipologia	Descrição
M01 Modelo habitacional 01 (modelo padrão)	Área total: 64,87 m² Quantidade no bairro: 18 unidades Programa de necessidades: Alameda, cozinha, sala de estar e jantar, cozinha, BWC social, área de serviço, 02 quartos e banheiro	M02 Modelo habitacional 02 (modelo adaptado para comércio)	Área total: 64,87 m² Quantidade no bairro: 17 unidades Programa de necessidades: Alameda, cozinha, sala de estar e jantar, cozinha, BWC social, área de serviço, 02 quartos e banheiro	M03 Modelo habitacional 03 (modelo adaptado para PCD)	Área total: 72,15 m² Quantidade no bairro: 17 unidades Programa de necessidades: Alameda, cozinha, sala de estar e jantar, cozinha, BWC social, área de serviço, 02 quartos e banheiro

03 Tabela das HIS
Sem escala

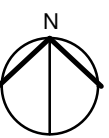


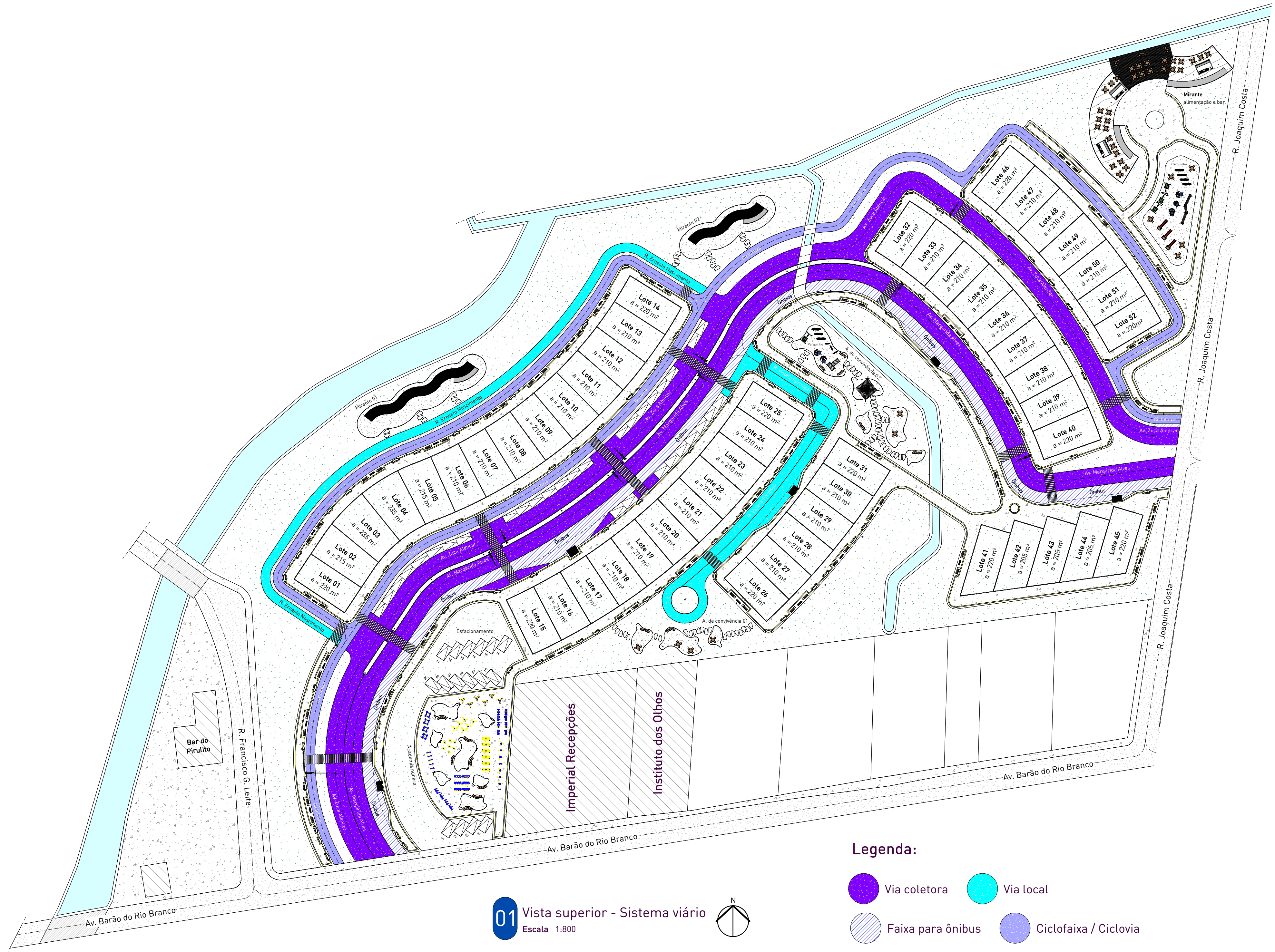
01 Recorte espacial
Escala 1:2000





04 Tabela das quadras
Escala 1:800

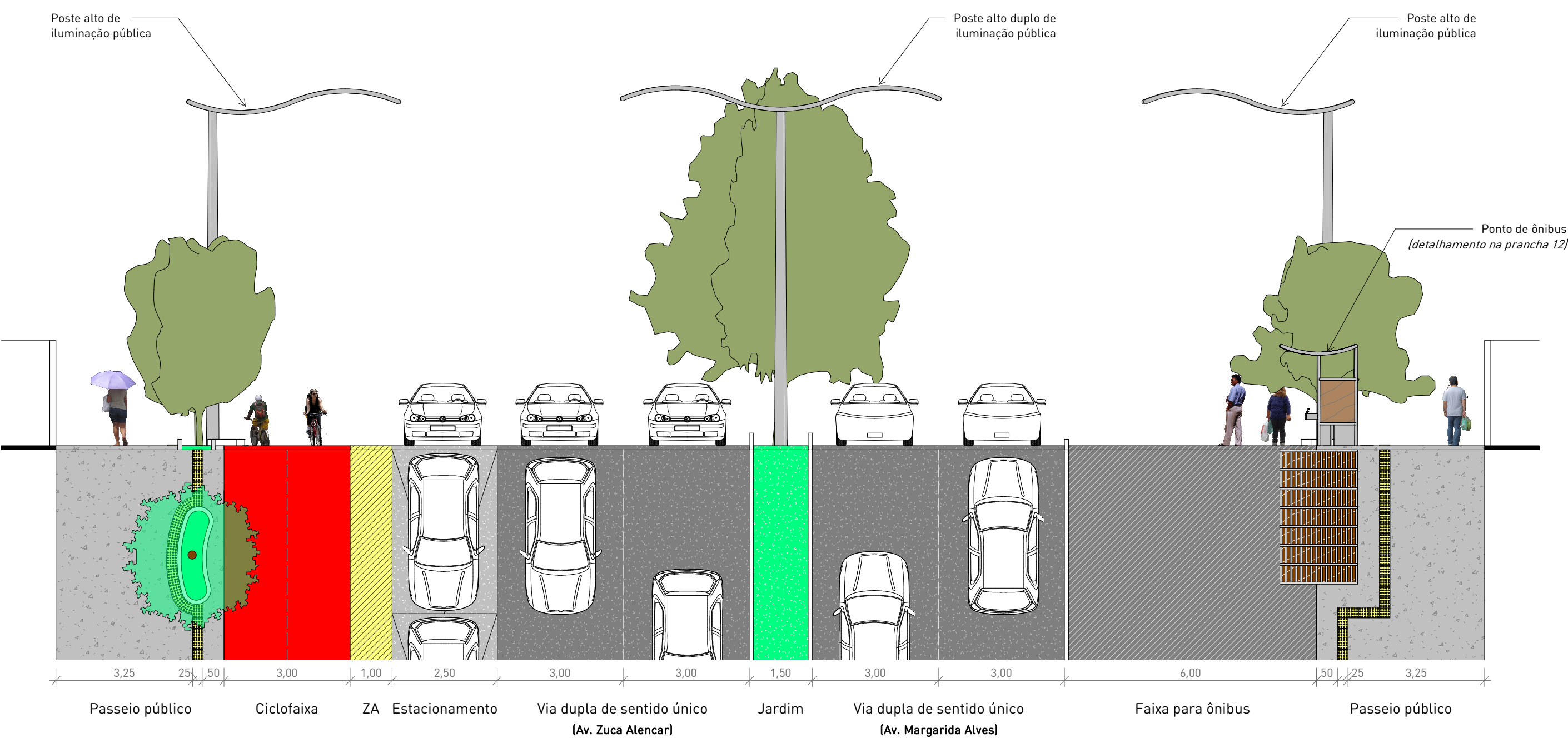




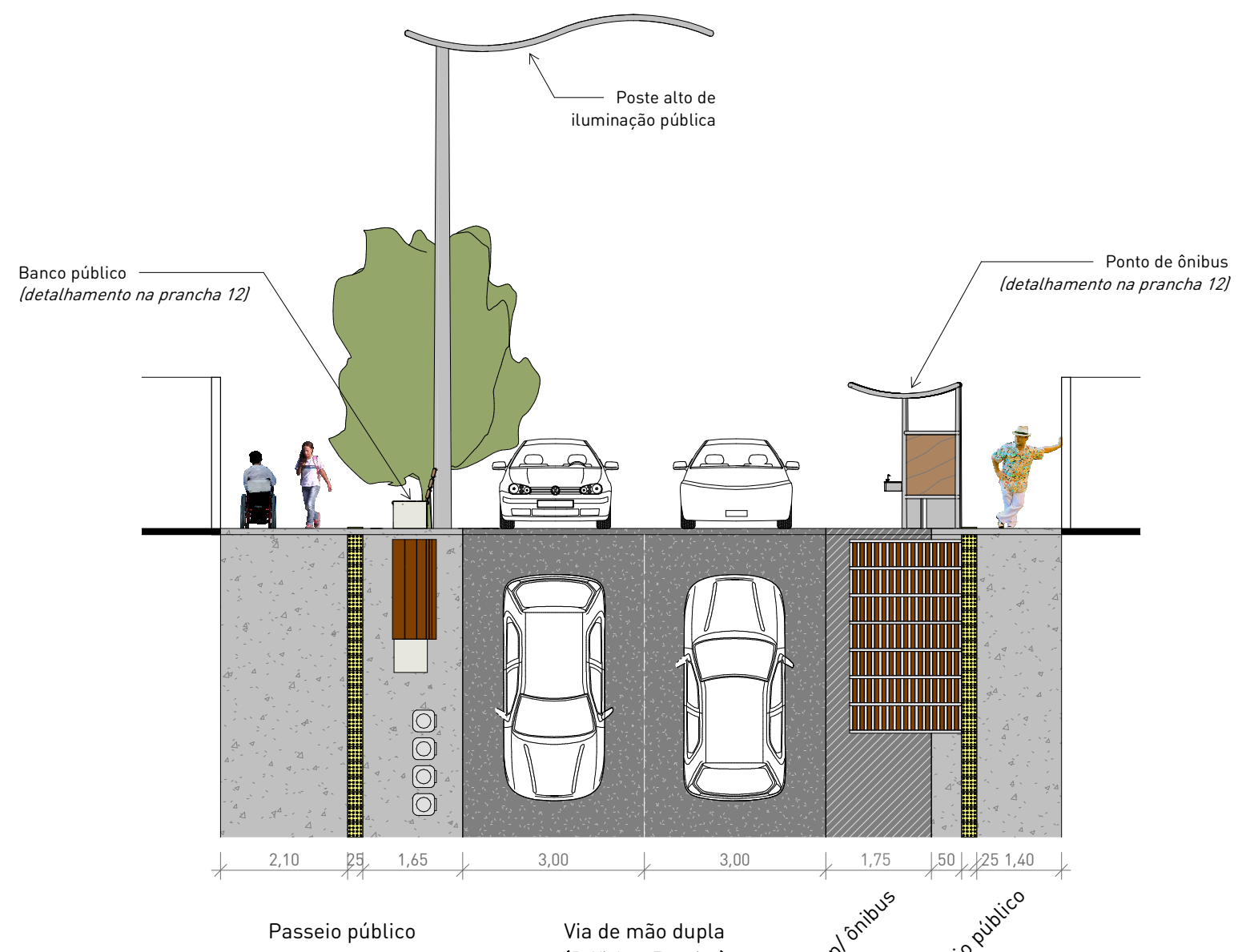
01 Vista superior - Sistema viário
Escala 1:800

Legenda:

- Via coletora
- Via local
- Faixa para ônibus
- Ciclofaixa / Ciclovia



02 Via coletora - Detalhamento
Escala 1:100



03 Via local - Detalhamento
Escala 1:100



a asfalto permeável

O asfalto convencional faz com que o solo perca sua capacidade de reter água e, geralmente em tempos de chuvas, acaba enviando um grande volume de água em pouco tempo para o sistema de drenagem.

Já o asfalto permeável permite que a água que cai sobre o asfalto infiltre e fique retida no mesmo, proporcionando um menor fluxo de água no sistema de drenagem ajudando a combater enchentes e alagamentos.

Esse material que foi desenvolvido no Brasil por pesquisadores da USP é composto por uma camada de asfalto poroso que permite que a água passe, já a segunda camada é composta por um material drenante, geralmente britas.

Logradouro	Homenagem	Tipologia	Comprimento (média)	Largura (média)
Av. Margarida Alves	Margarida Maria Alves, arquiteta, modela e pintora. Foi a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras em 1980. A homenagem foi dada em homenagem ao aniversário de 100 anos da cidade.	Via coletora	413 metros (sem sinal)	12 metros
Av. Zuca Alencar	Condição: "Bônus concedido ao proprietário" para a construção de um edifício de 10 andares. A homenagem foi dada em homenagem ao aniversário de 100 anos da cidade.	Via coletora	445 metros (sem sinal)	12 metros
R. Violeta Formiga	Violeta Formiga foi uma mulher paranaense que nasceu e passou a infância em Curitiba. Ela foi a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras em 1980. A homenagem foi dada em homenagem ao aniversário de 100 anos da cidade.	Via local	108 metros (sem sinal)	06 metros
R. Ernesto Nascimento	Ernesto de Paula, engenheiro e arquiteto, foi o primeiro brasileiro a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1980. A homenagem foi dada em homenagem ao aniversário de 100 anos da cidade.	Via local	212 metros (sem sinal)	03 metros

04 Tabela do sistema viário
Escala 1:800



data
ABR
2024

prancha
04
12

CONTEÚDO DA PRANCHA:
Vista superior do sistema viário e detalhamento das vias coletoras e locais.

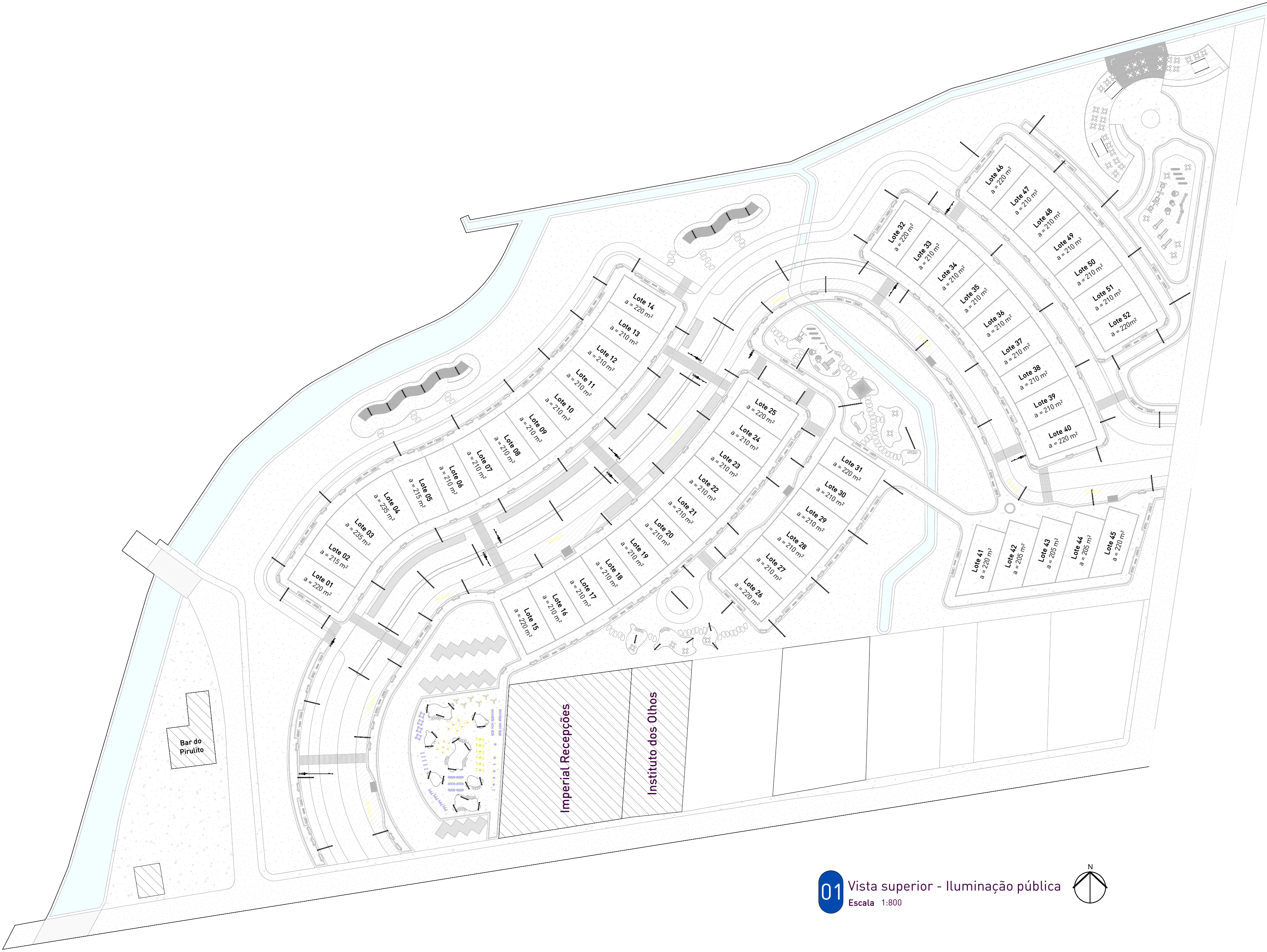
ORIENTADORA:
Dra. Tammy Maria da C. Moraes Campos

DISCENTE:
Tony Anderson Silva Ferreira

LOCALIZAÇÃO:
Cajazeiras, Paraíba, Brasil

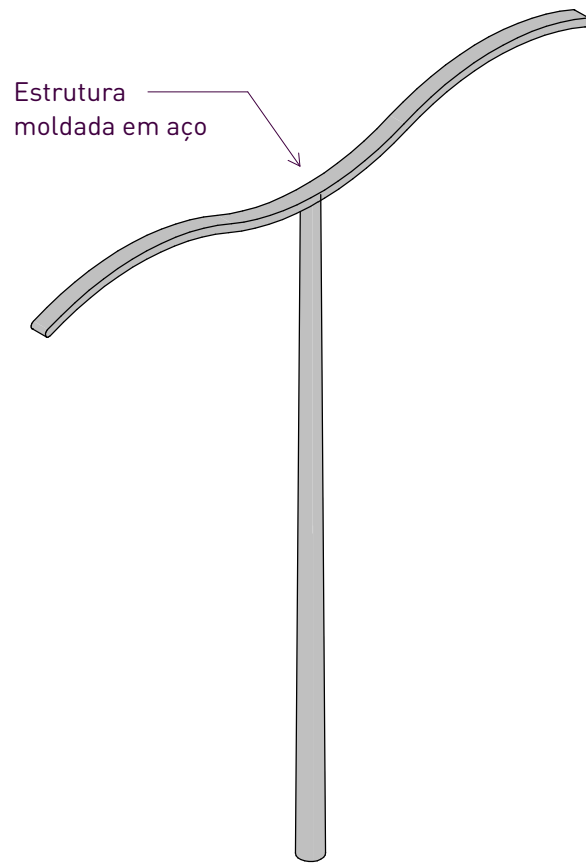


Escala indicada



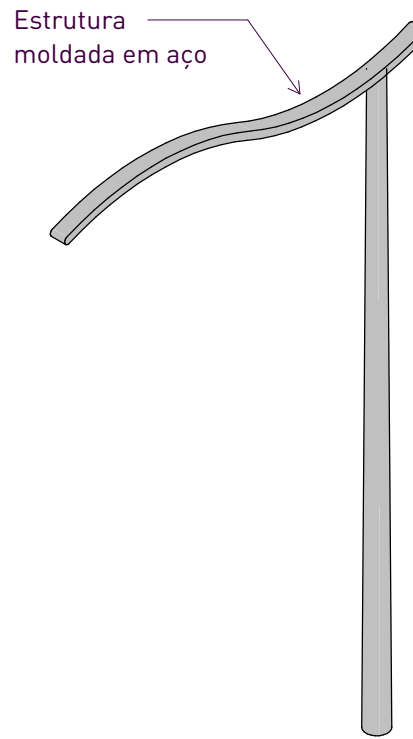
01 Vista superior - Iluminação pública
Escala 1:800

Poste alto duplo



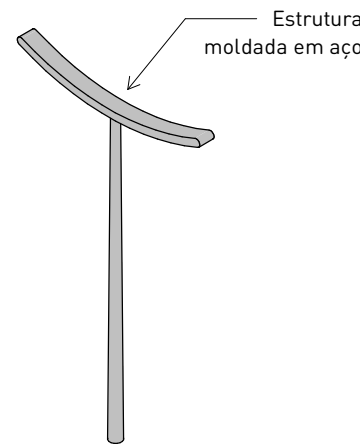
02 Poste alto duplo - Perspectiva
Sem escala

Poste alto

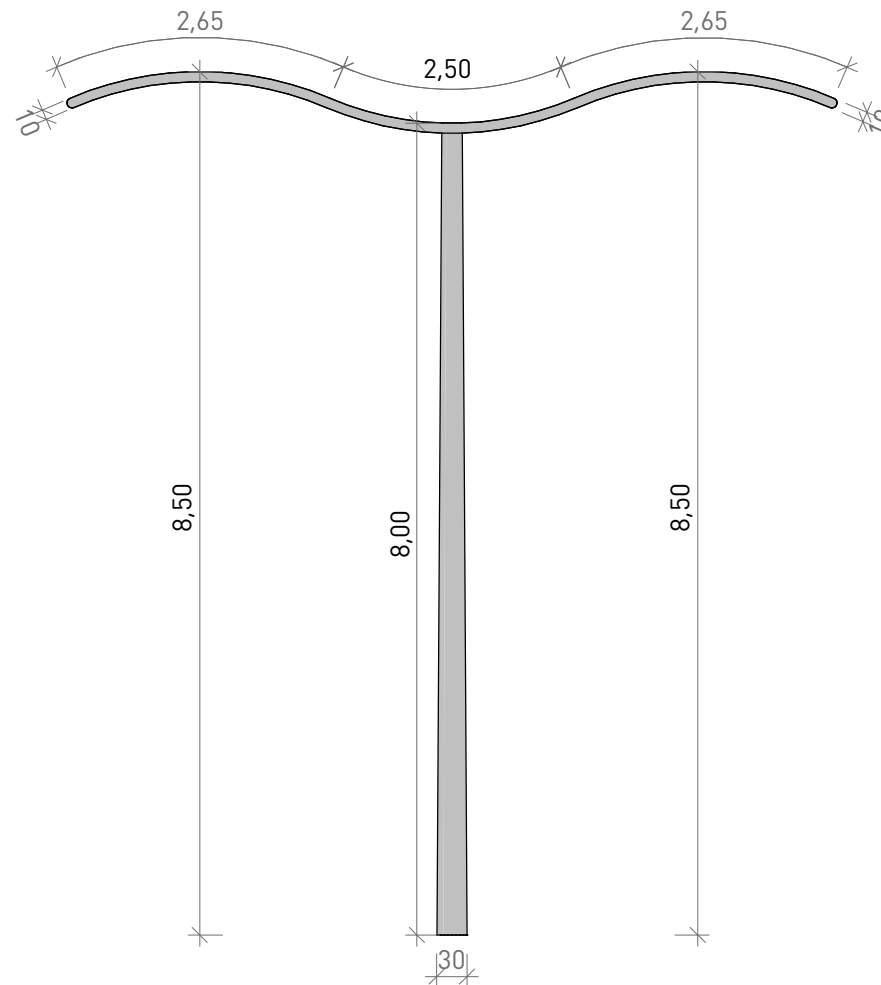


05 Poste alto - Perspectiva
Sem escala

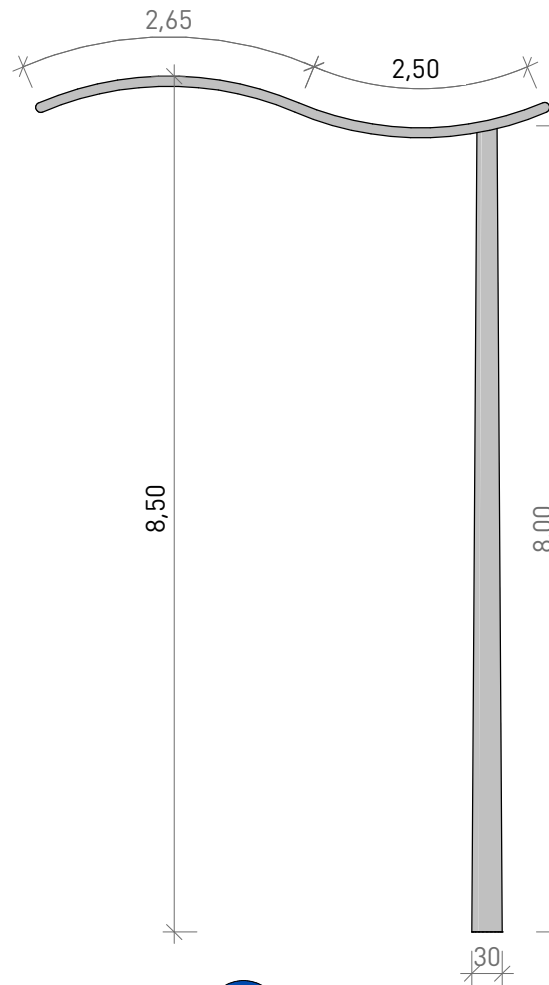
Poste baixo



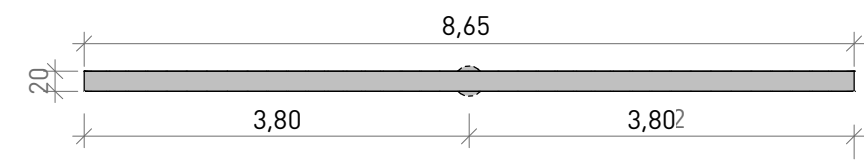
08 Poste baixo - Perspectiva
Sem escala



03 Poste alto duplo - Vista frontal
Escala 1:75



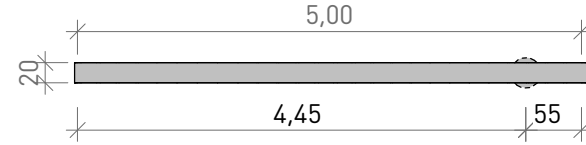
06 Poste alto - Vista frontal
Escala 1:75



04 Poste alto duplo - Vista do topo
Escala 1:75

Aplicação de pintura eletrostática

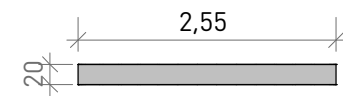
Nos postes de iluminação pública adotou-se o método de aplicação de pintura eletrostática, criado para ser utilizado em superfícies feitas de materiais que possuam carga elétrica. Por isso, esse tipo de pintura costuma ser aplicada em superfícies metálicas, como o caso em questão.



07 Poste alto - Vista superior
Escala 1:75

Utilização de refletor LED SMD

Os refletores LED SMD (sigla para: "dispositivos montados em superfícies") tem como principal diferencial oferecer maior abrangência na distribuição de luz. Isso acontece porque o conjunto de LEDs é soldado separadamente sobre uma placa de circuito integrado.



10 Poste baixo - Vista superior
Escala 1:75

Alcance LED SMD

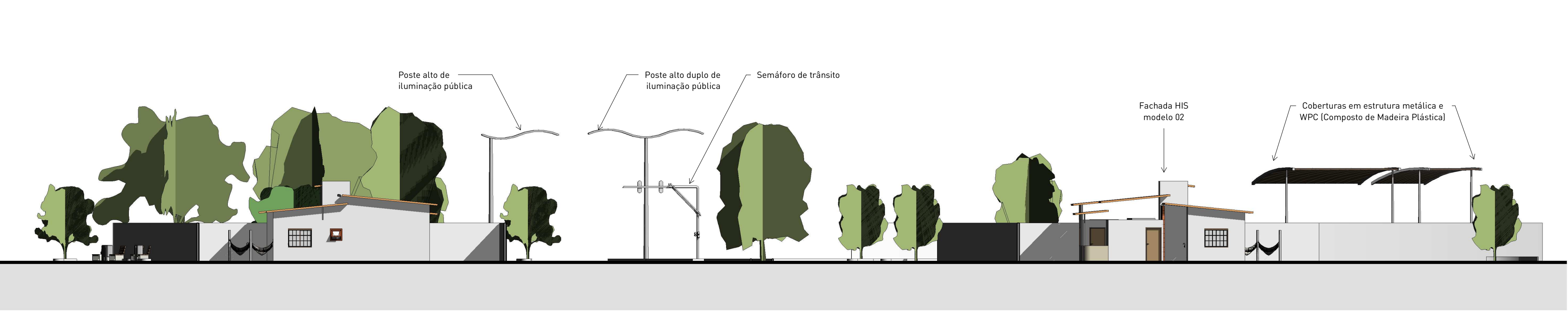
Os refletores LED SMD de 200W, um dos modelos mais potentes, consegue iluminar uma área de até 16 metros. Os utilizados nessa proposta são de 150W e 100W e alcançam, respectivamente, 12 metros e 10 metros.

Poste alto duplo	Descrição
	Estrutura em aço galvanizado
	Refletor público LED SMD 150w
	Altura (média) de 08 metros
	Distância fixa de 20 metros de eixo à eixo

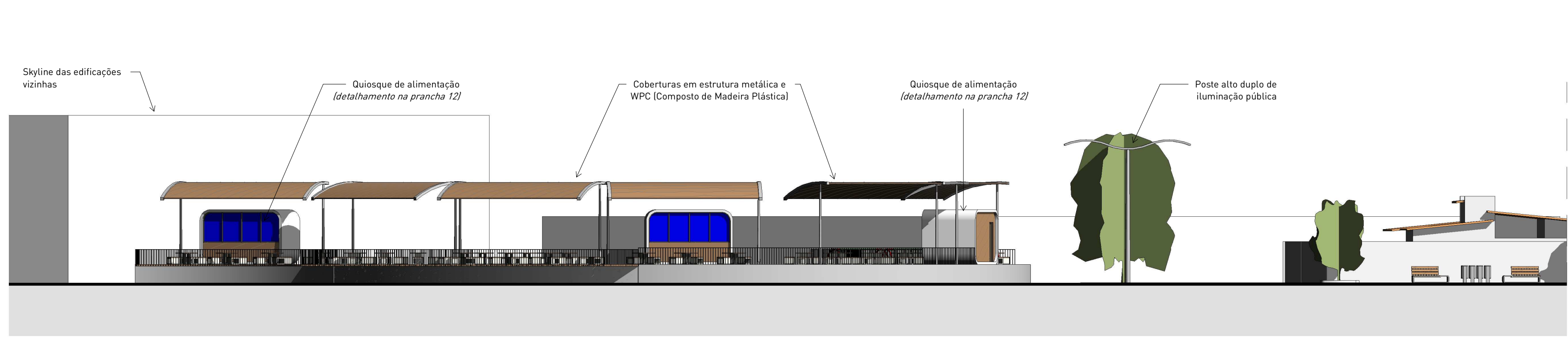
Poste alto	Descrição
	Estrutura em aço galvanizado
	Refletor público LED SMD 150w
	Altura (média) de 08 metros
	Distância fixa de 20 metros de eixo à eixo

Poste baixo duplo	Descrição
	Estrutura em aço galvanizado
	Refletor público LED SMD 100w
	Altura (média) de 04 metros
	Distância fixa variável de eixo à eixo

11 Tabela da iluminação pública
Sem escala



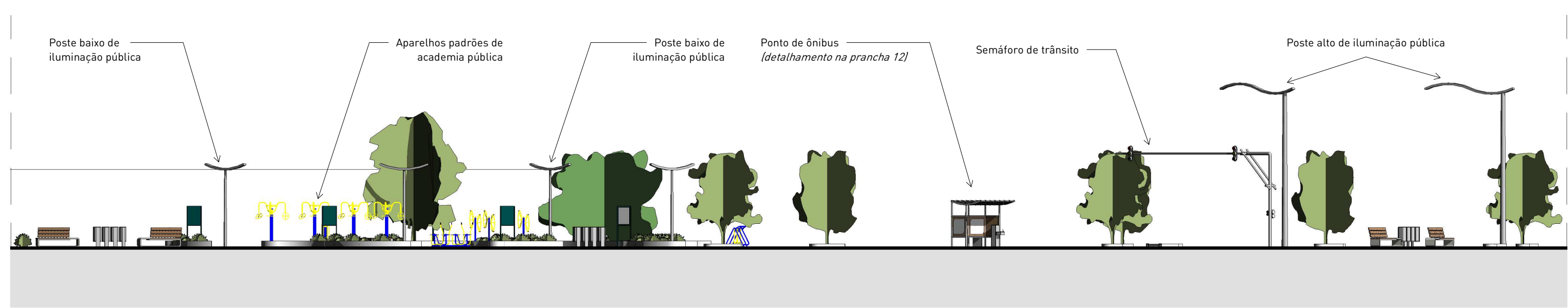
02 Perfil AA
Escala 1:200



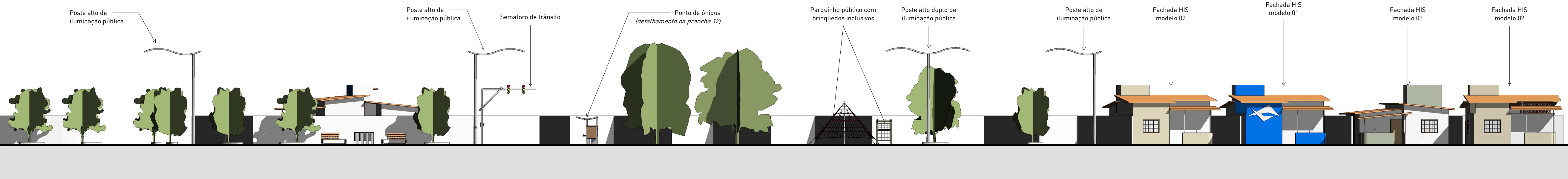
04 Perfil CC
Escala 1:200



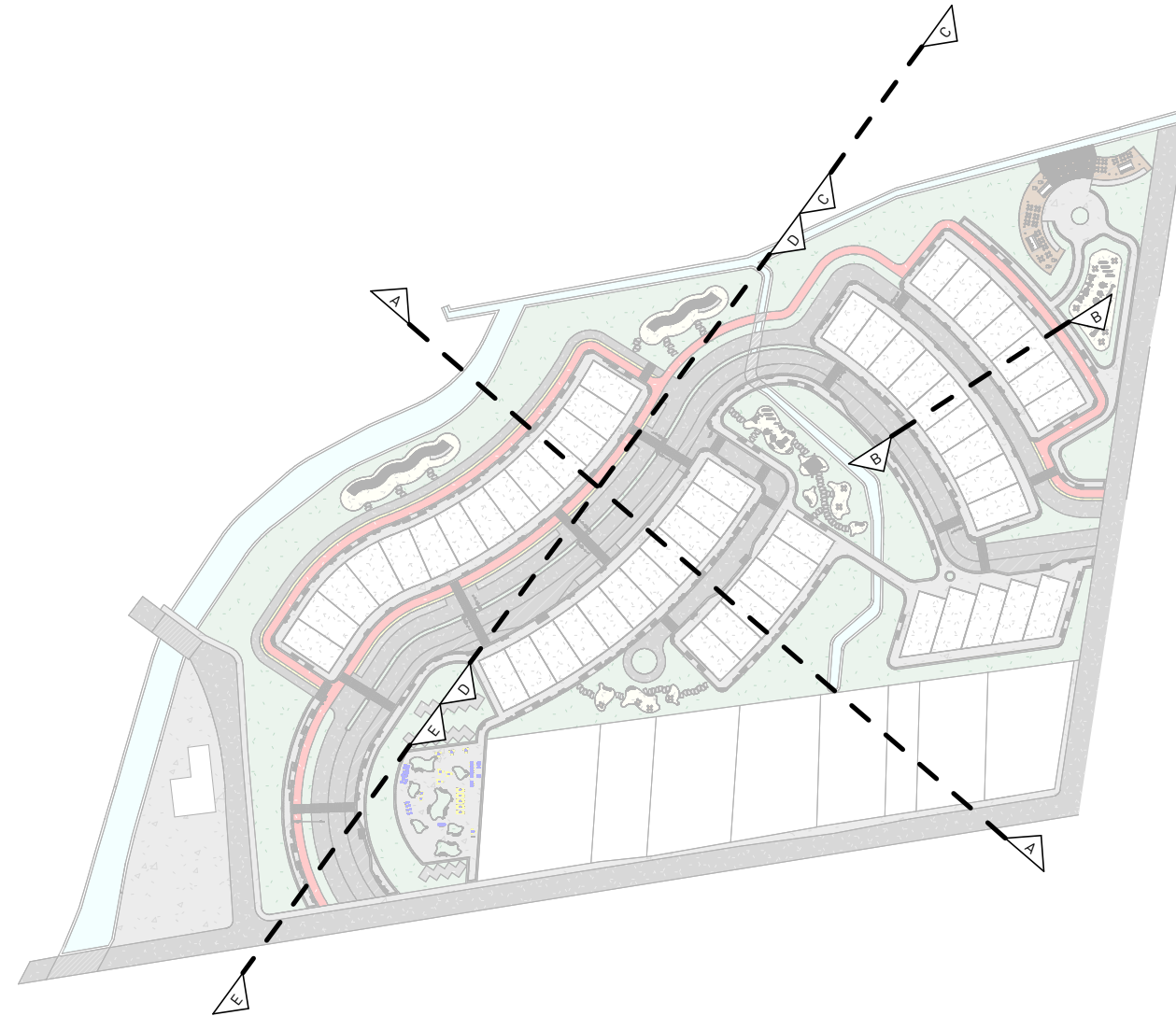
03 Perfil BB
Escala 1:200



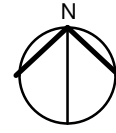
06 Perfil EE
Escala 1:200



05 Perfil DD
Escala 1:200



01 Perfis urbanos
Escala 1:2500



data
ABR
2024

prancha
07
12

CONTEÚDO DA PRANCHA:
Perfis urbanísticos e mostra das escalas dos equipamentos, mobiliário e habitações.

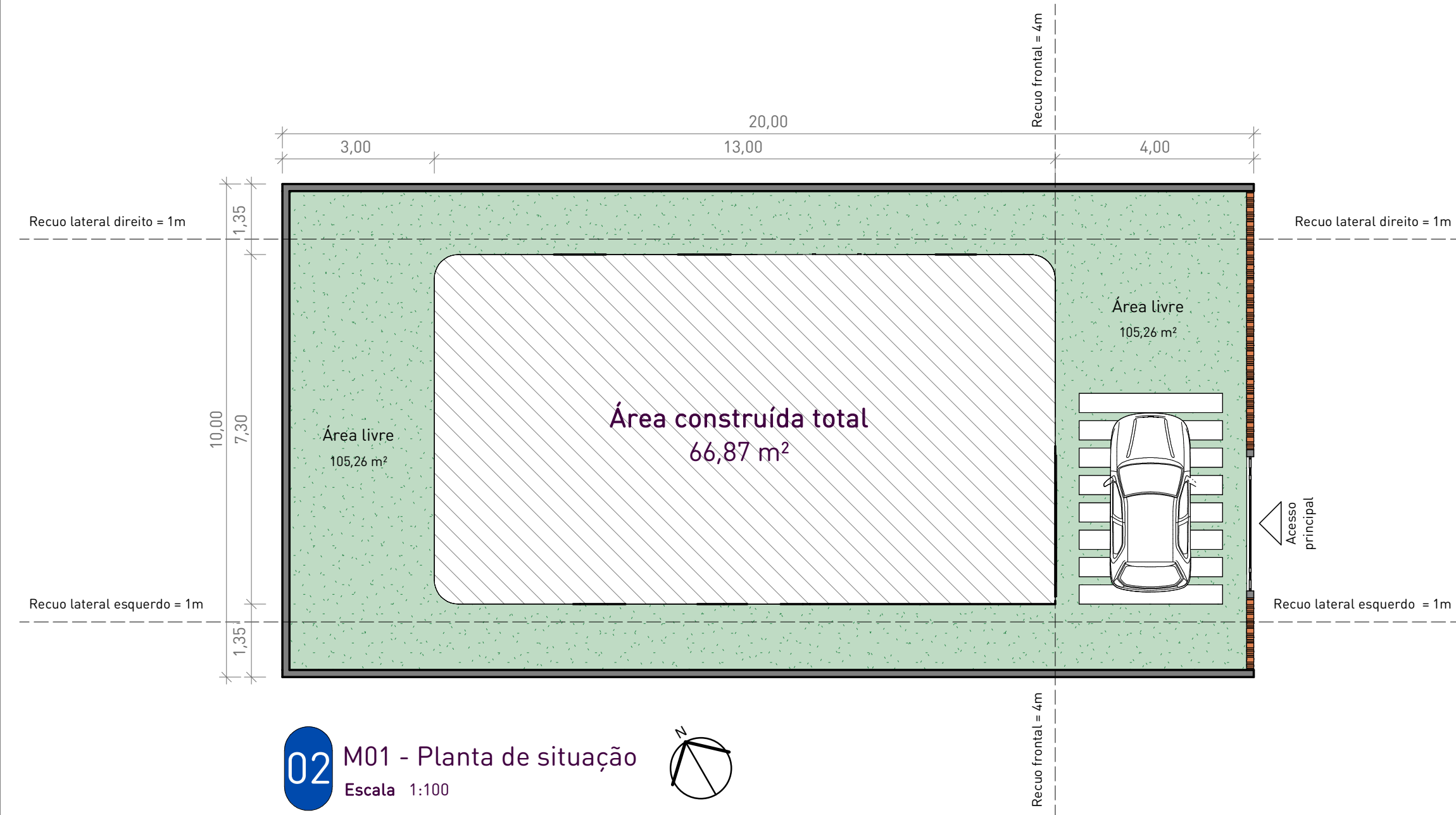
ORIENTADORA:
Dra. Tamms Maria da C. Moraes Campos

DISCENTE:
Tony Anderson Silva Ferreira

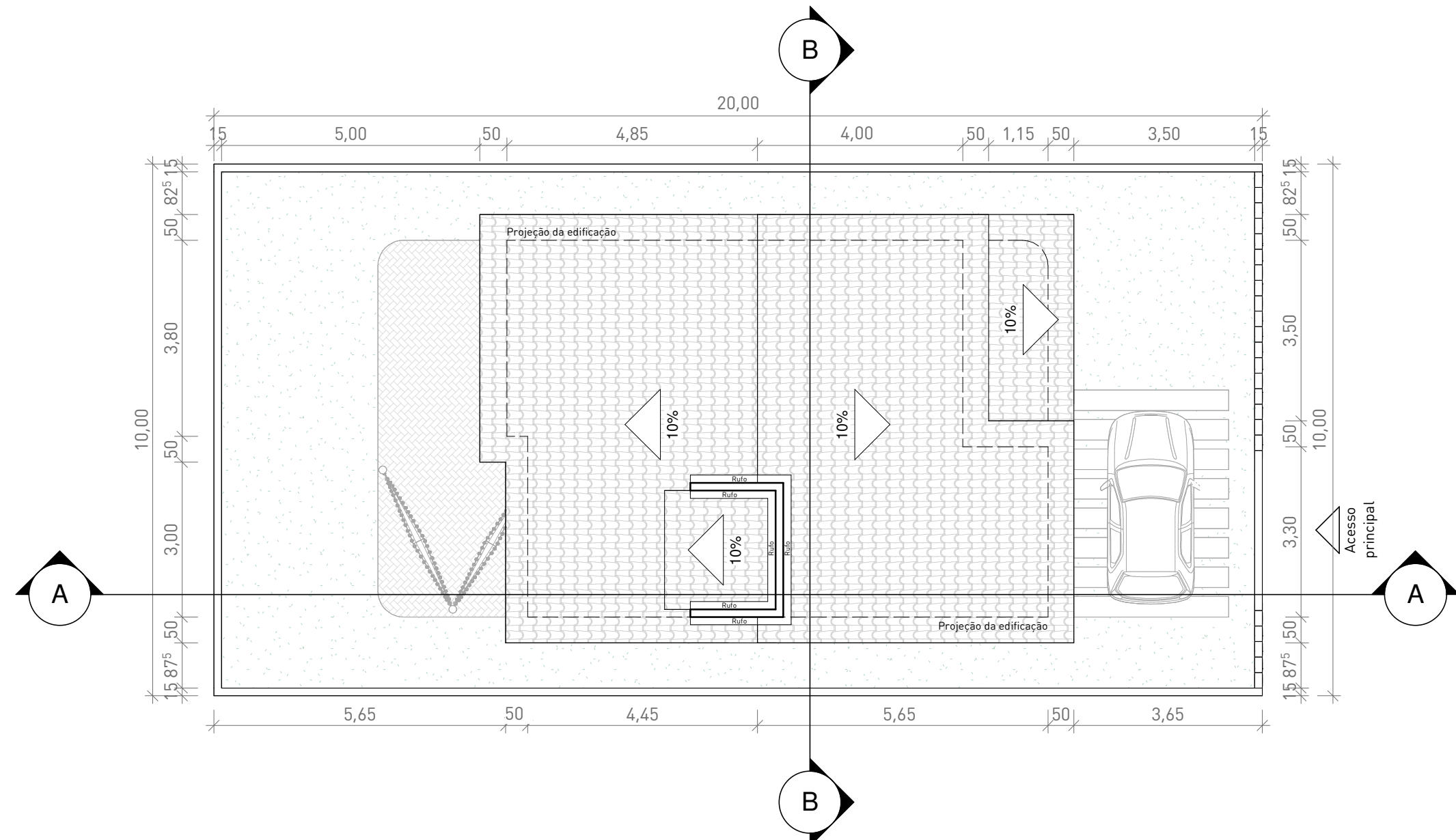
LOCALIZAÇÃO:
Cajazeiras, Paraíba, Brasil

Escala indicada

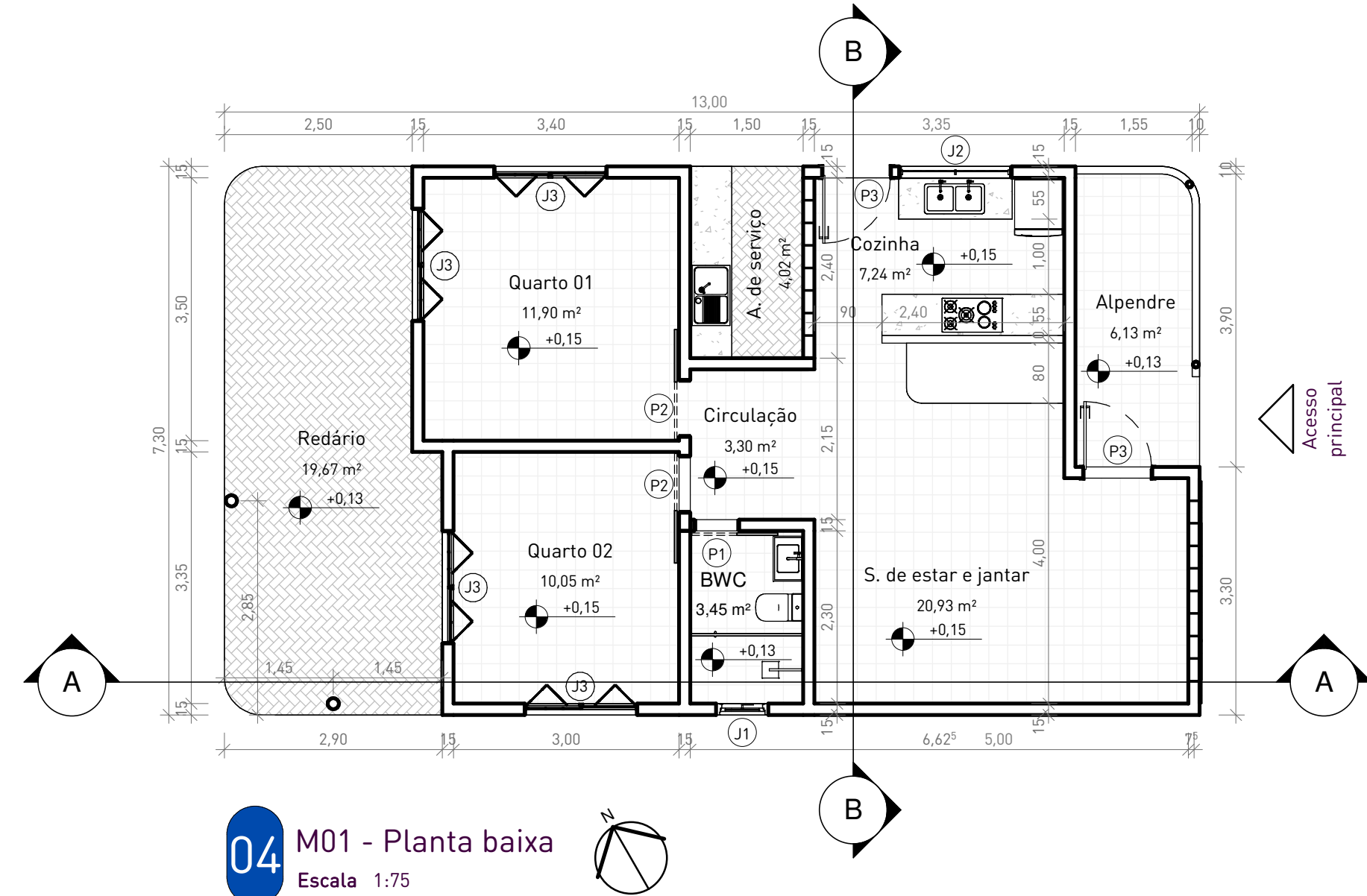




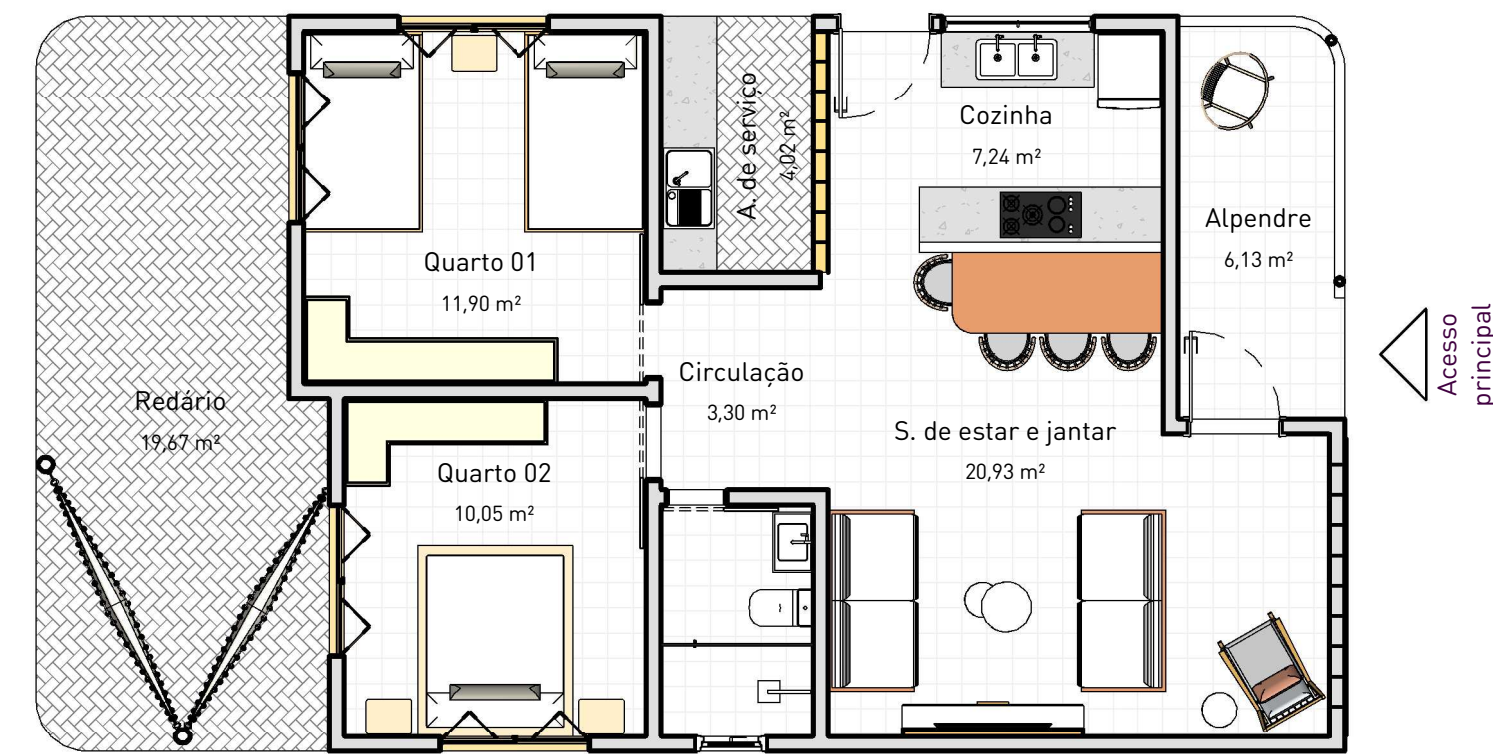
02 M01 - Planta de situação
Escala 1:100



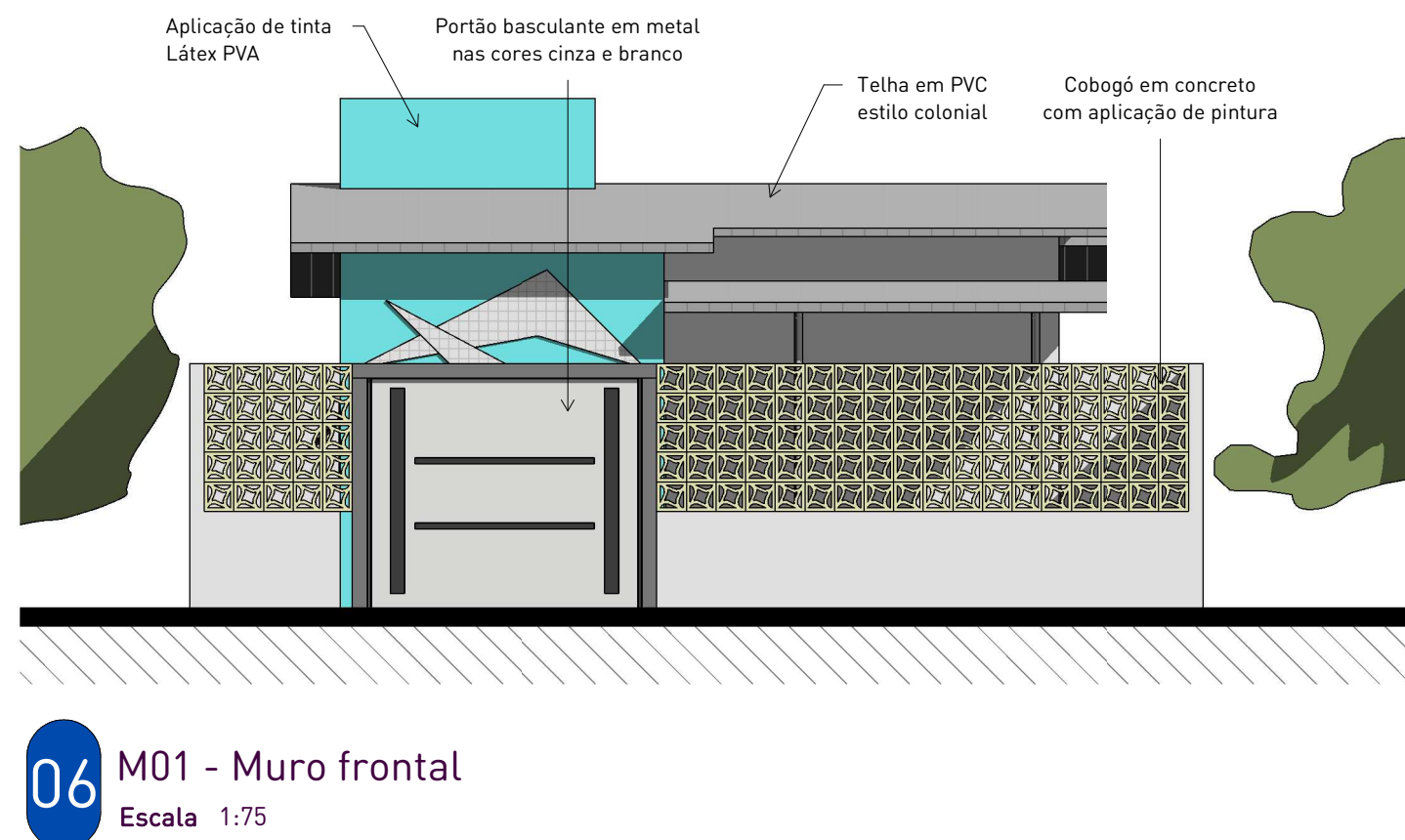
03 M01 - Planta de Implantação e Coberta
Escala 1:100



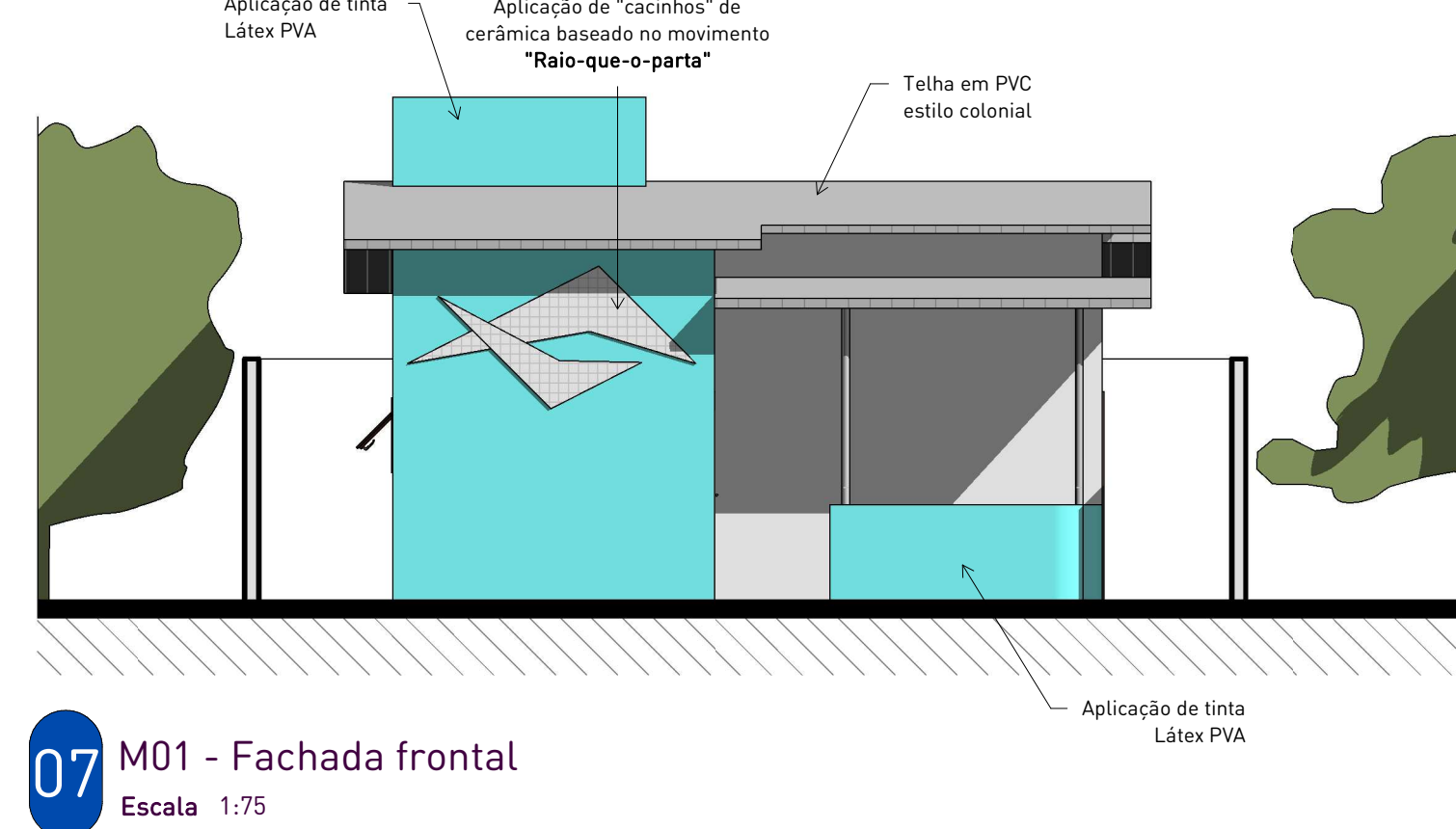
04 M01 - Planta baixa
Escala 1:75



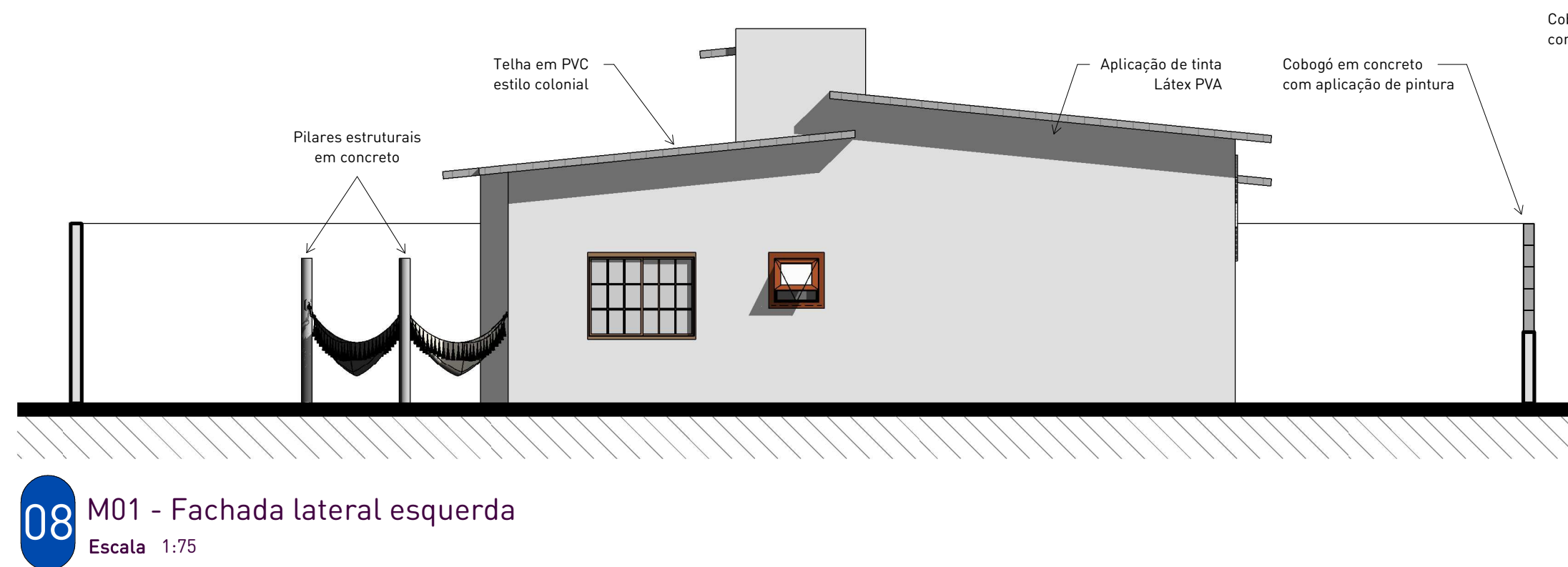
05 M01 - Planta de layout
Escala 1:75



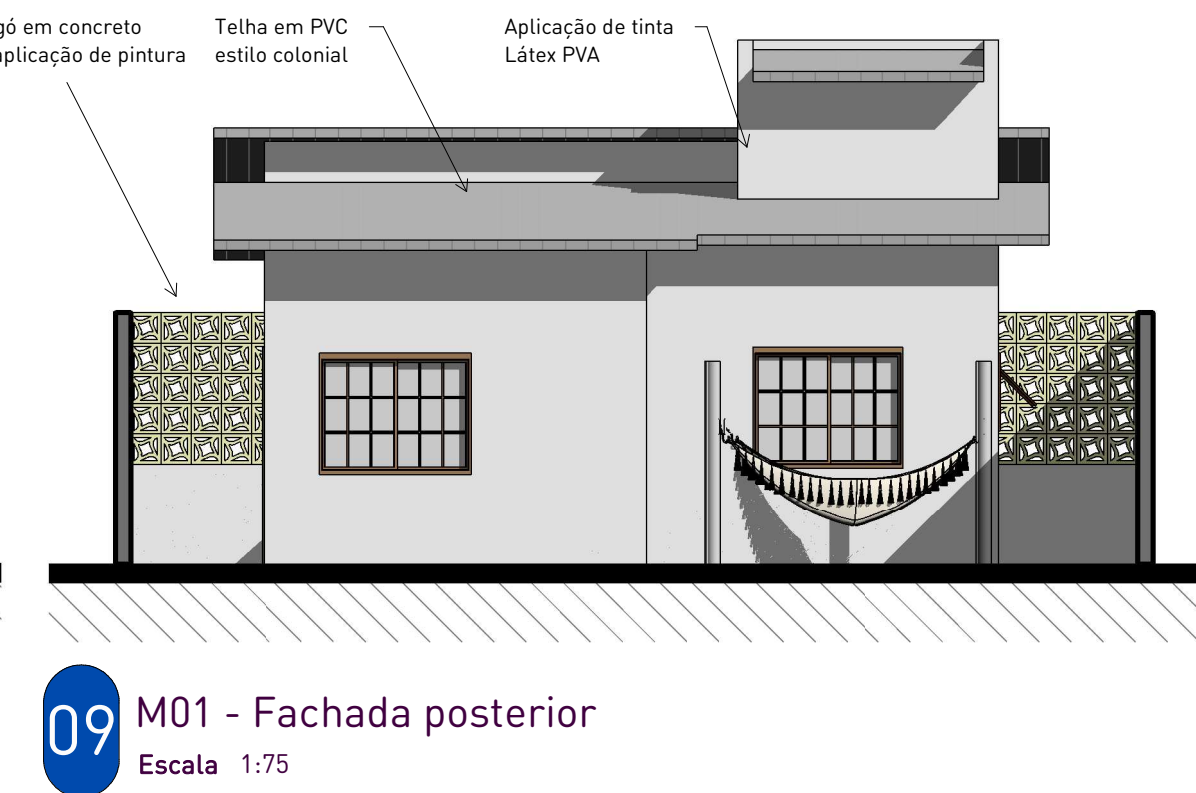
06 M01 - Muro frontal
Escala 1:75



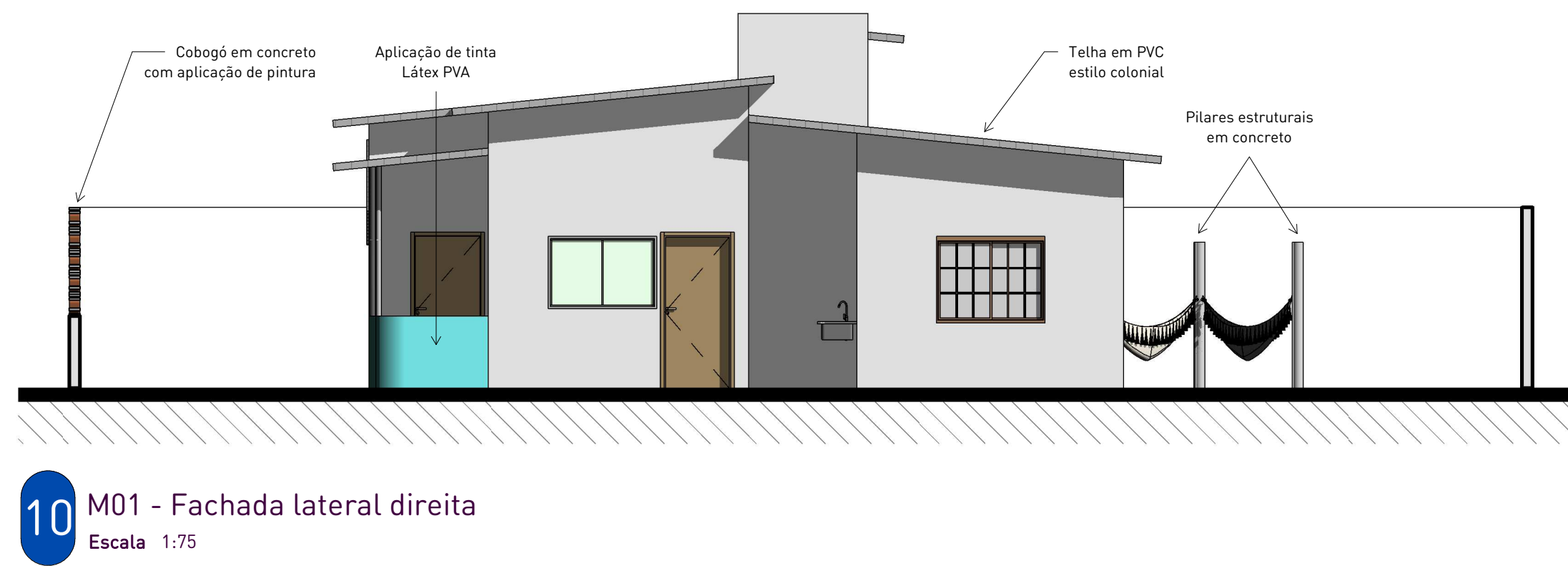
07 M01 - Fachada frontal
Escala 1:75



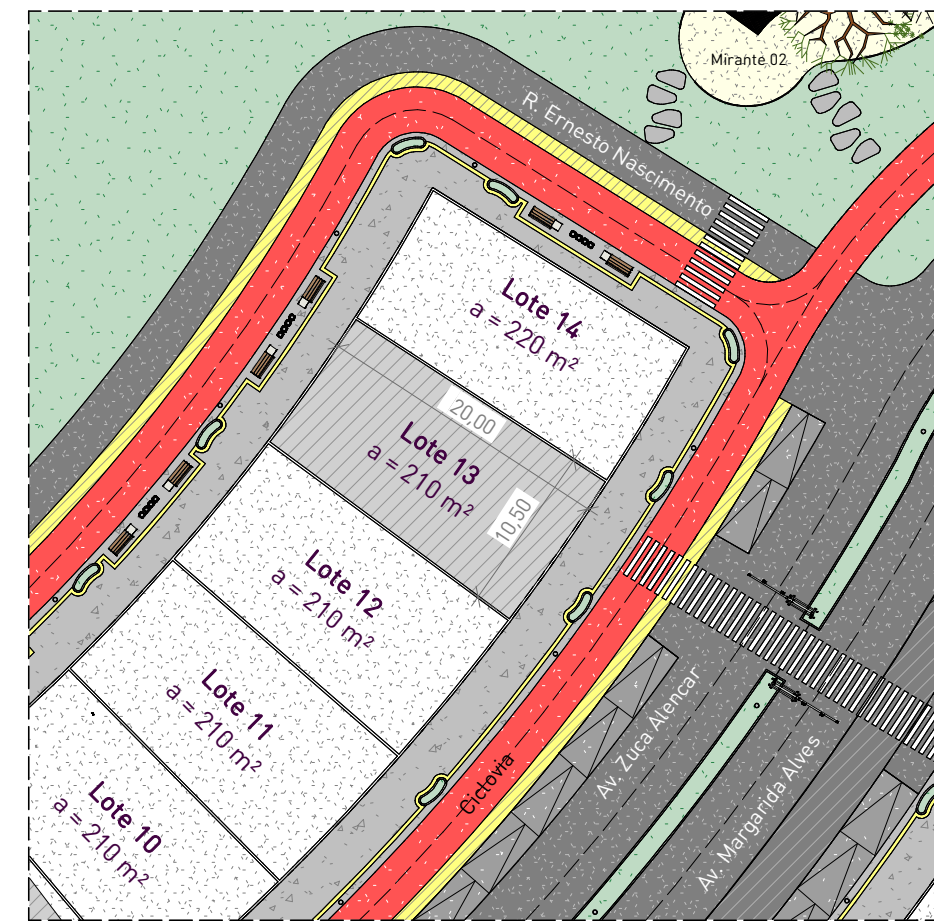
08 M01 - Fachada lateral esquerda
Escala 1:75



09 M01 - Fachada posterior
Escala 1:75



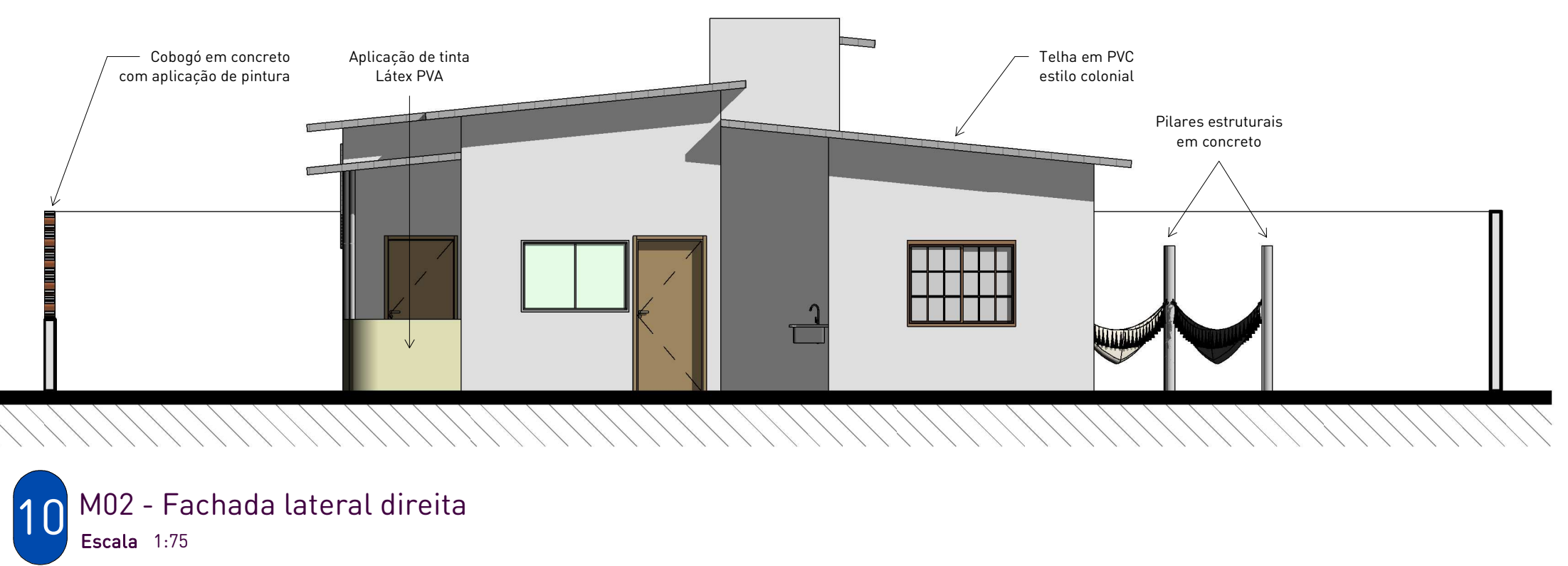
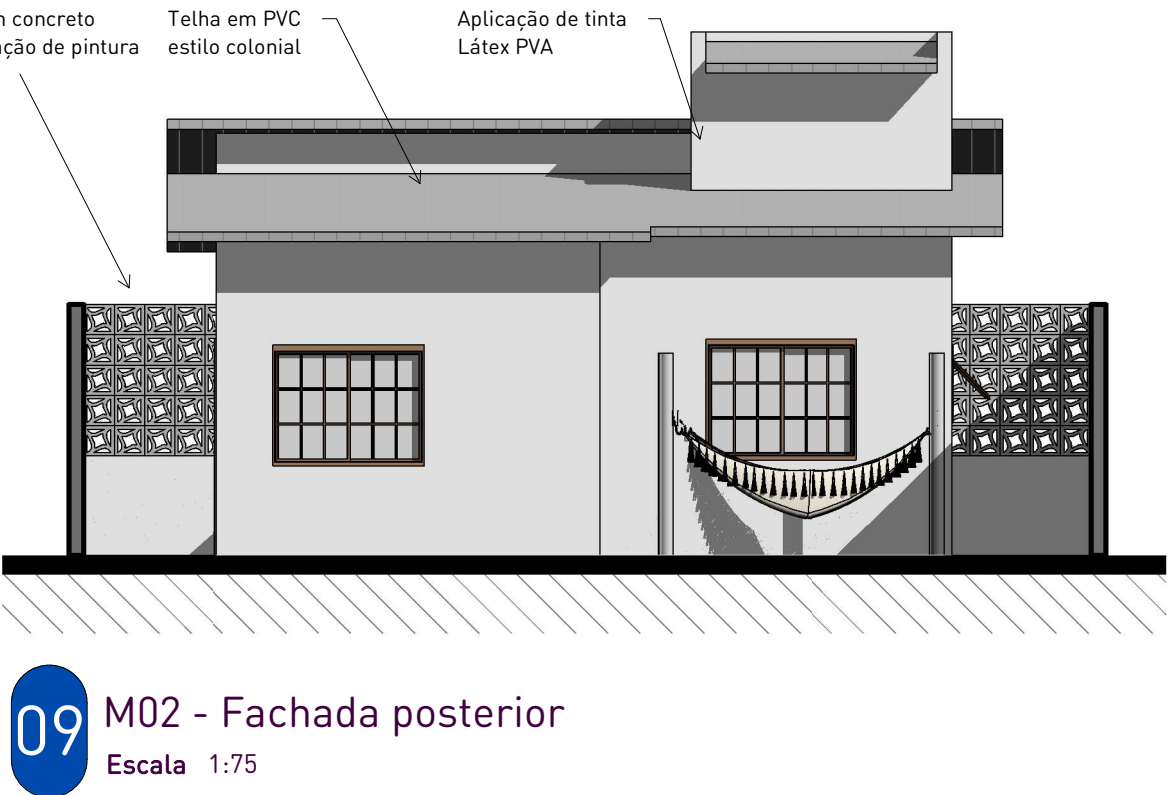
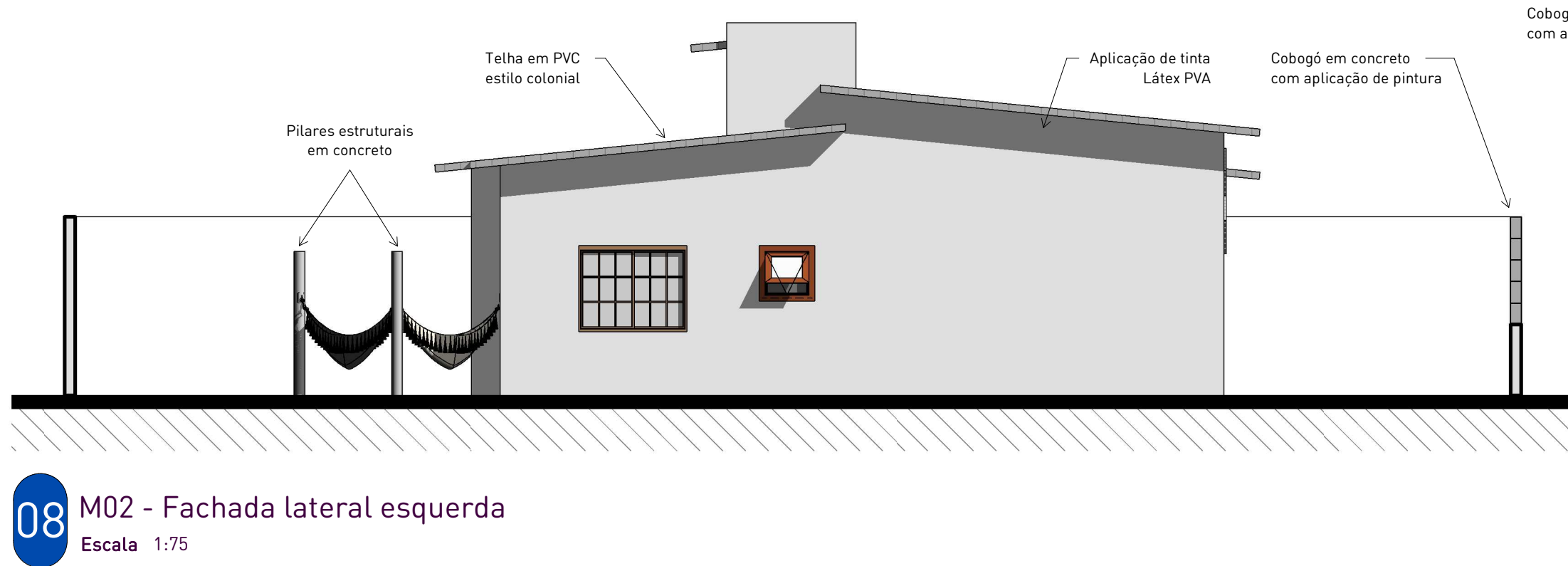
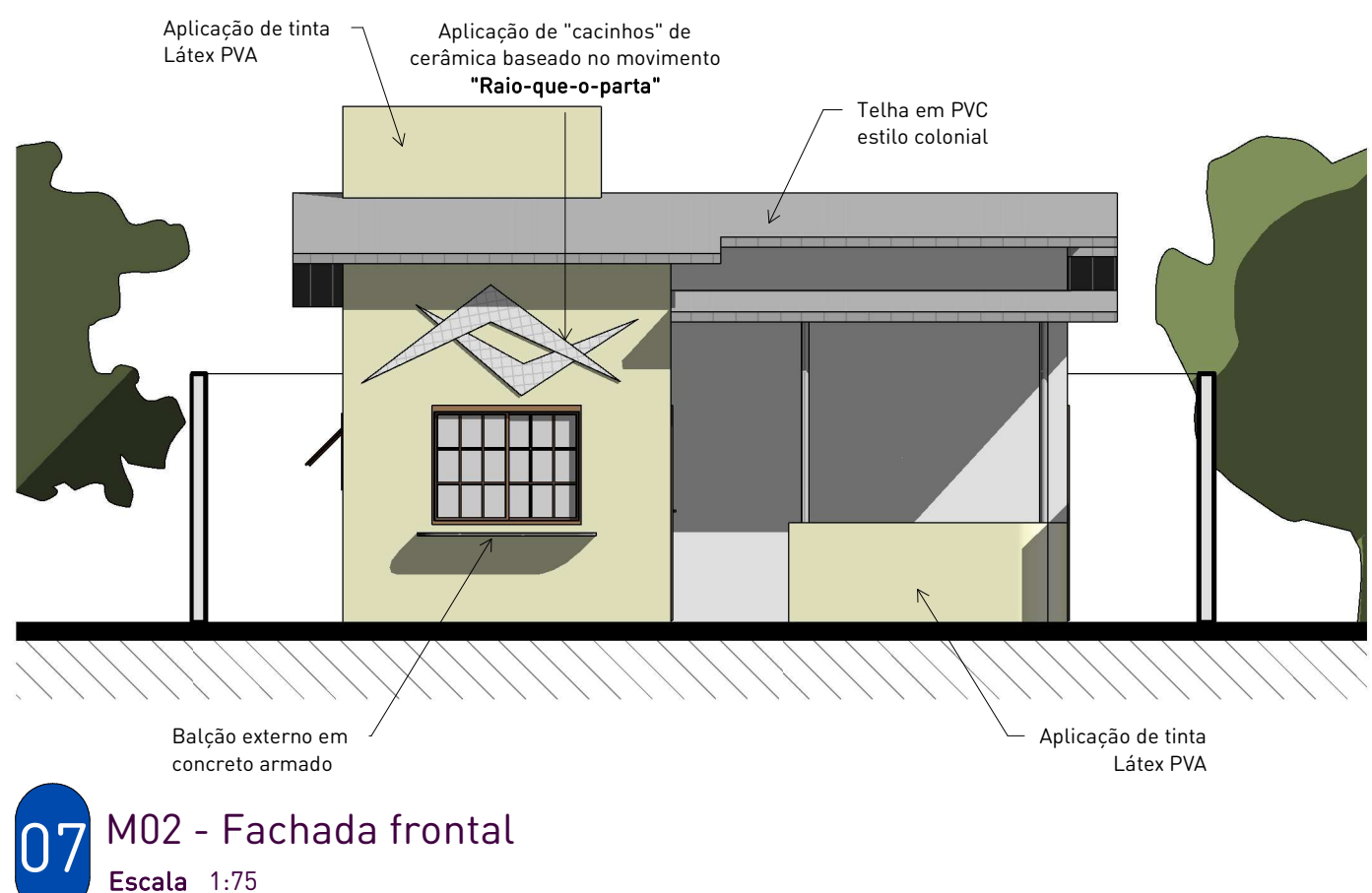
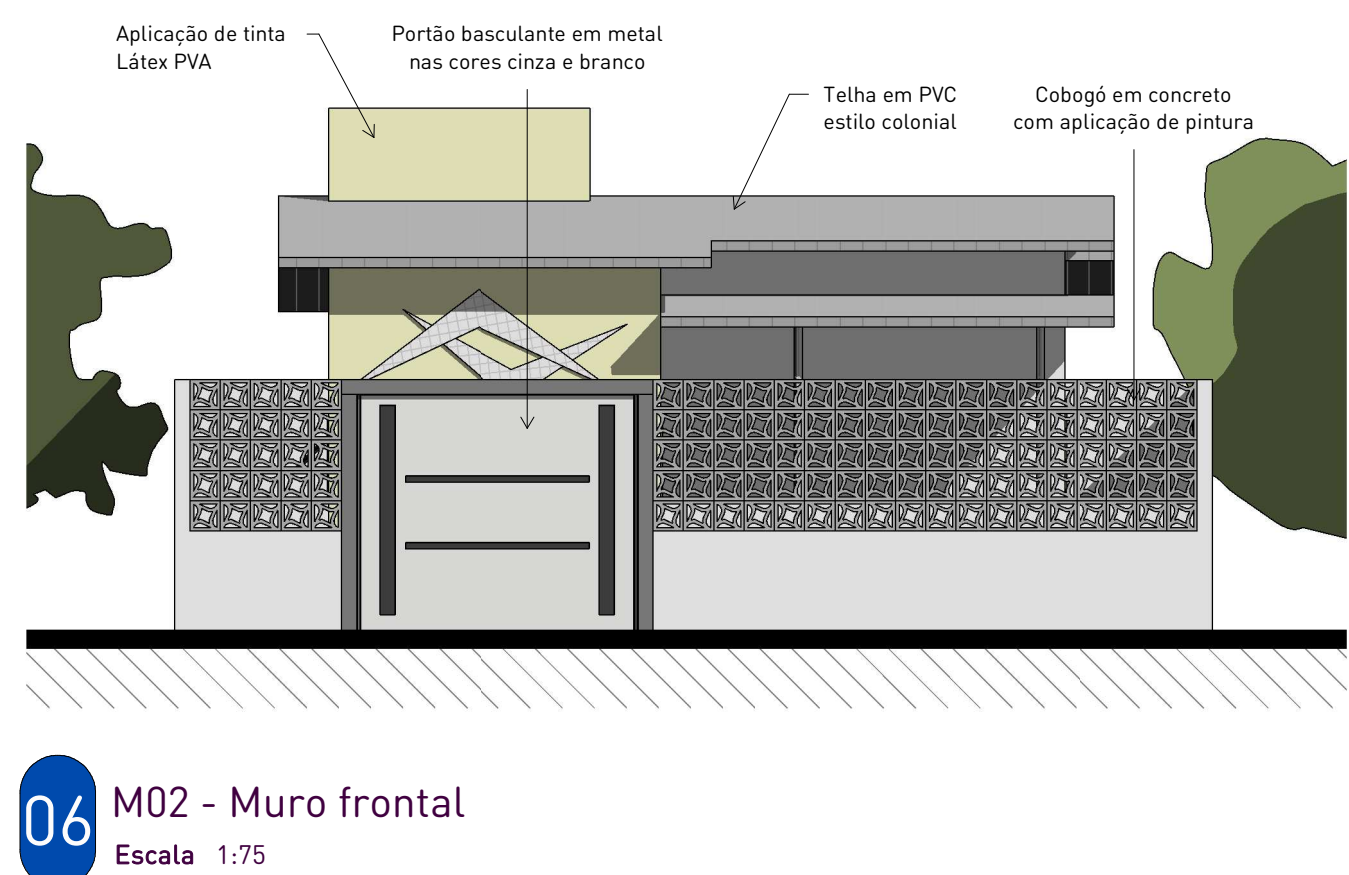
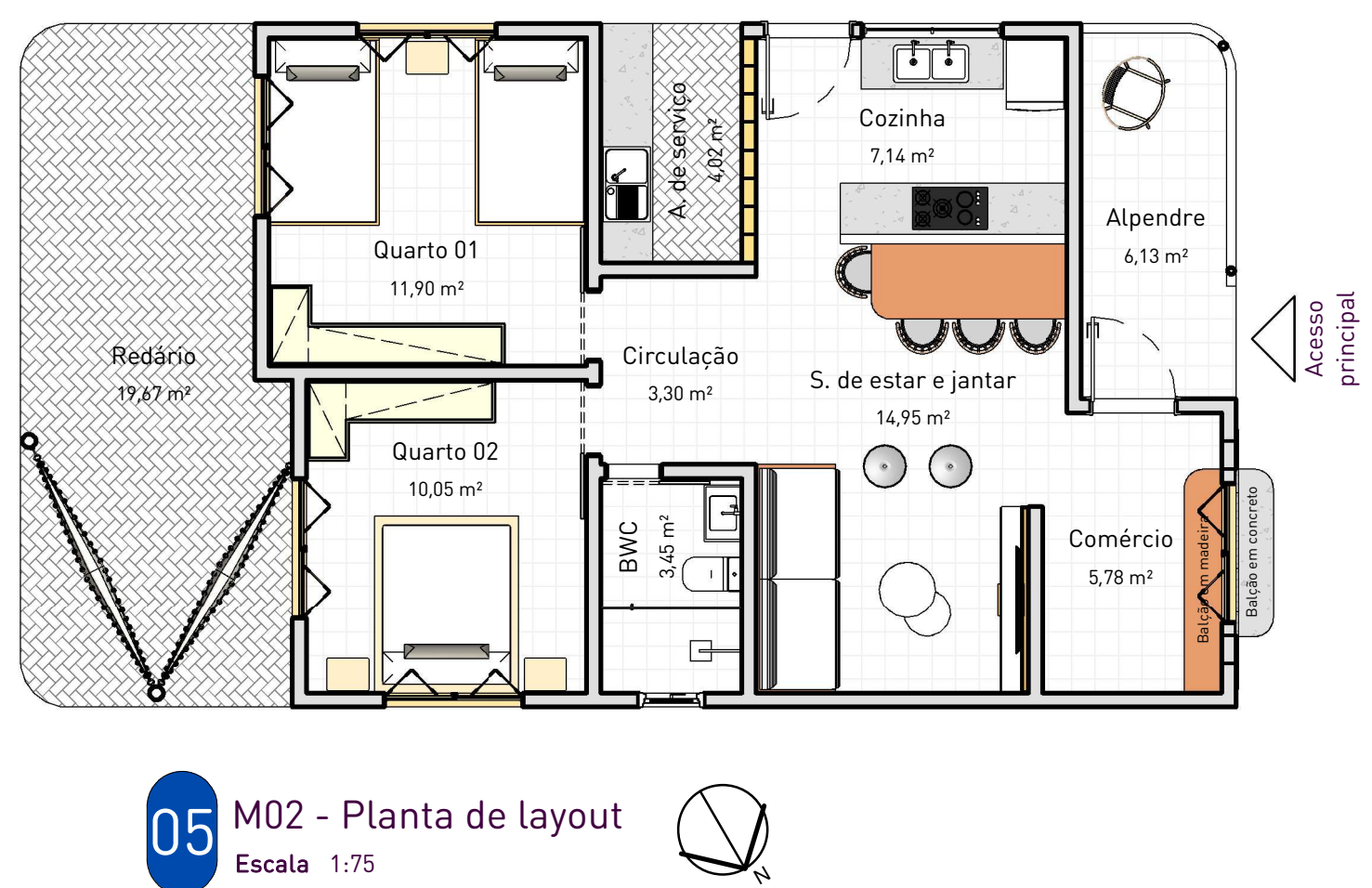
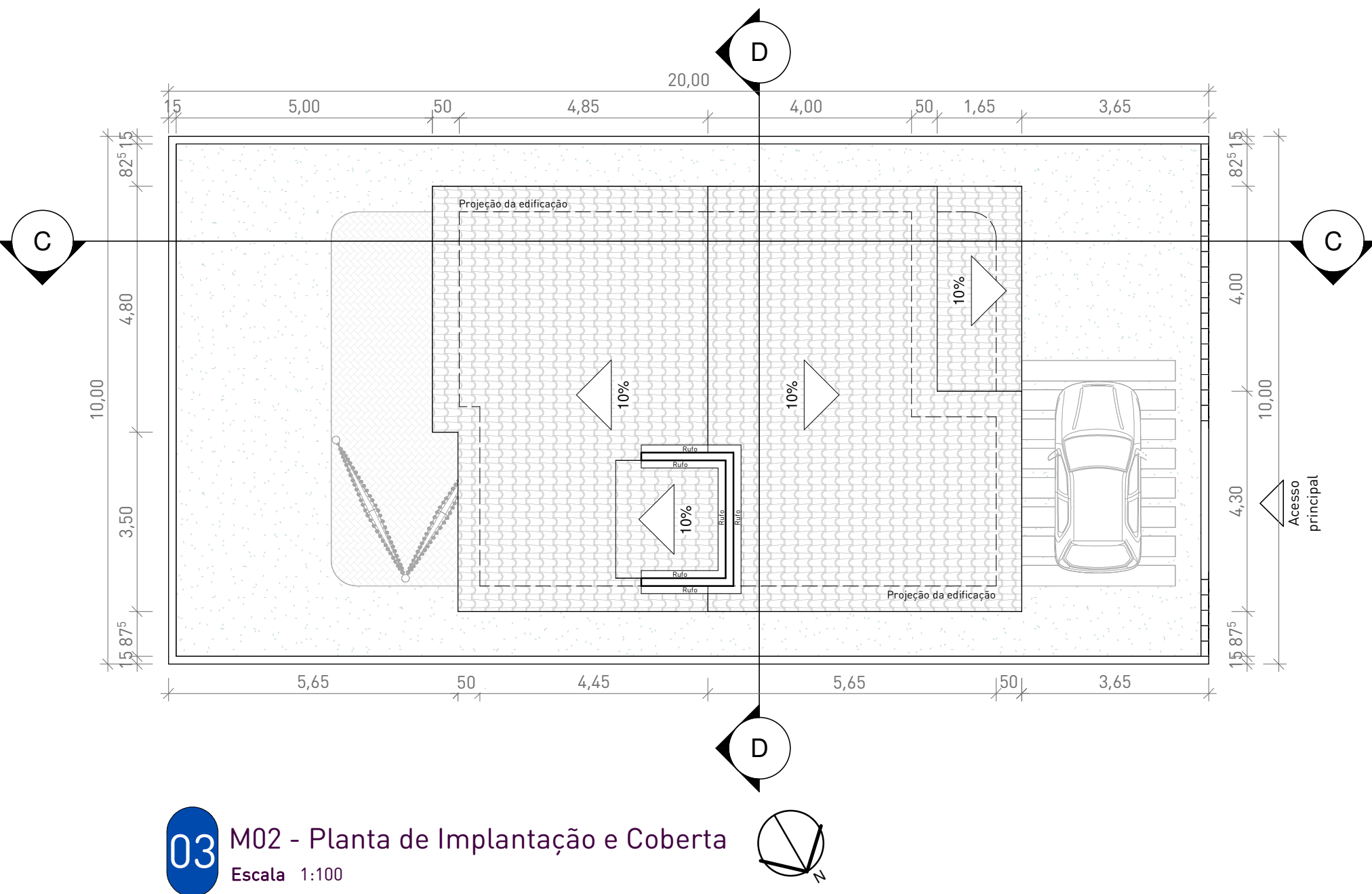
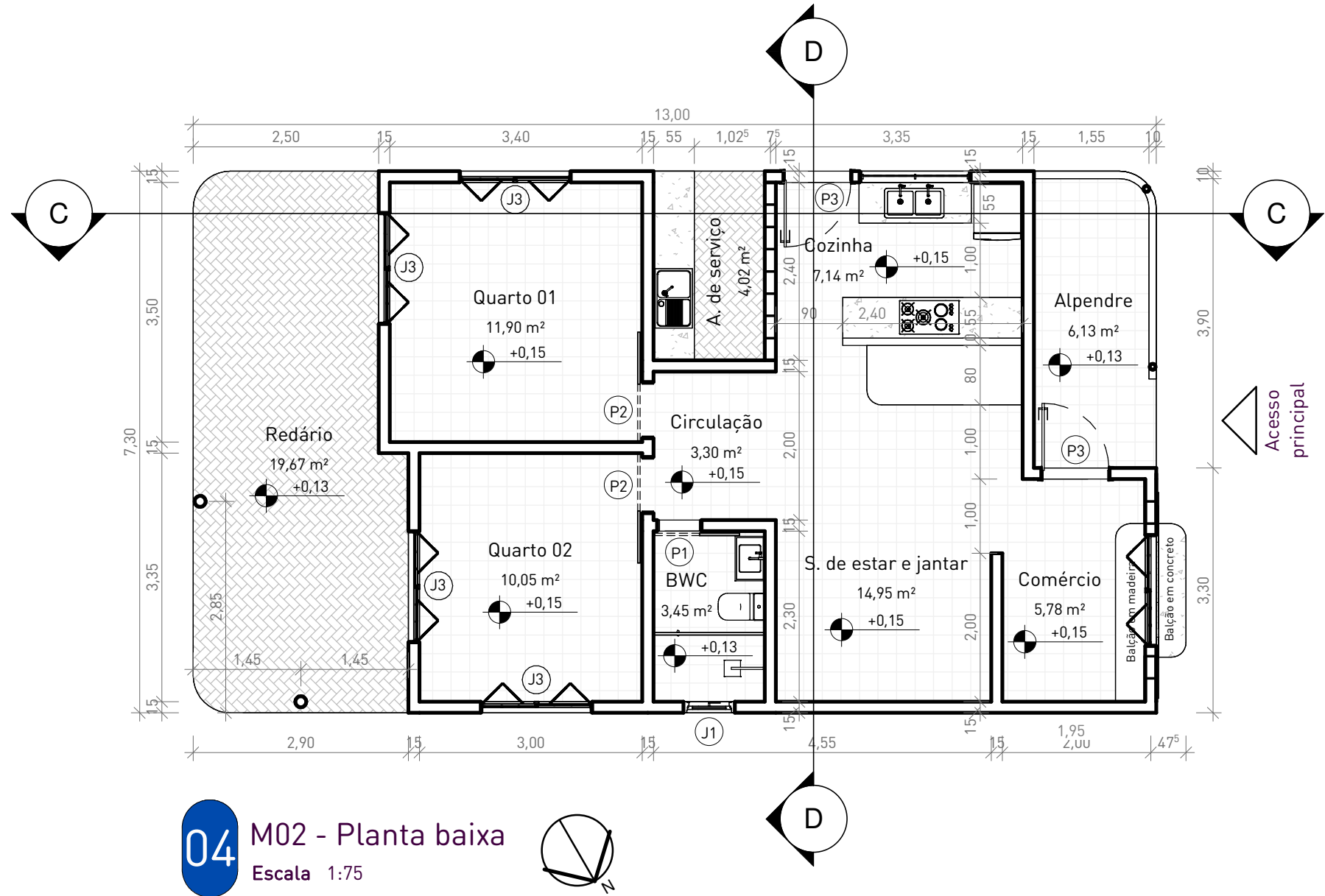
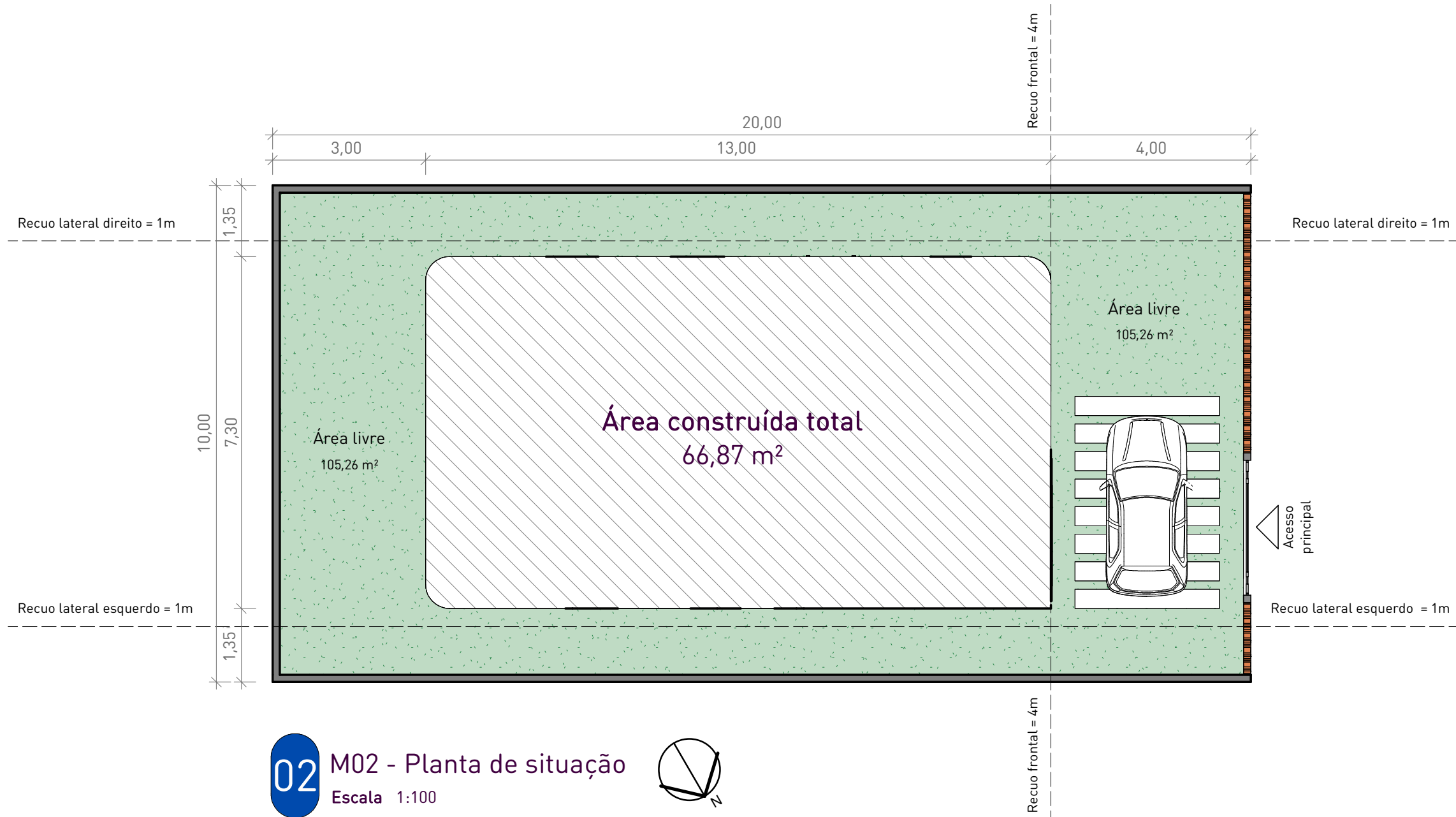
10 M01 - Fachada lateral direita
Escala 1:75



01 M01 - Planta de situação
Escala 1:500

Quantitativo de esquadrias				
Código	Quantidade	Comprimento	Altura	Descrição
P1	01	0,66 m	2,10 m	Porta semi-oca de correr em madeira
P2	02	0,76 m	2,10 m	Porta semi-oca de correr em madeira
P3	02	0,96 m	2,10 m	Porta semi-oca de giro em madeira
J1	01	0,60 m	0,60 m	Janela maxim-ar em madeira e vidro
J2	01	1,50 m	1,00 m	Janela de correr em madeira e vidro
J3	04	1,50 m	1,20 m	Janela pantográfica em madeira e vidro

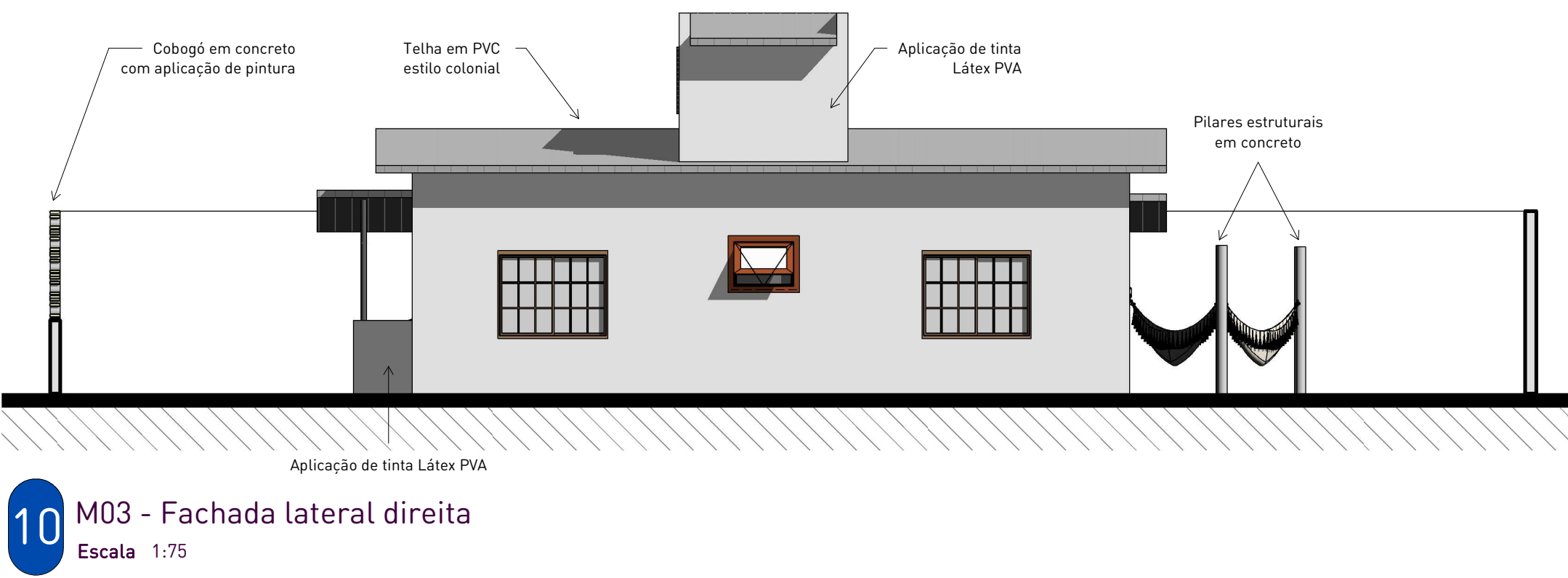
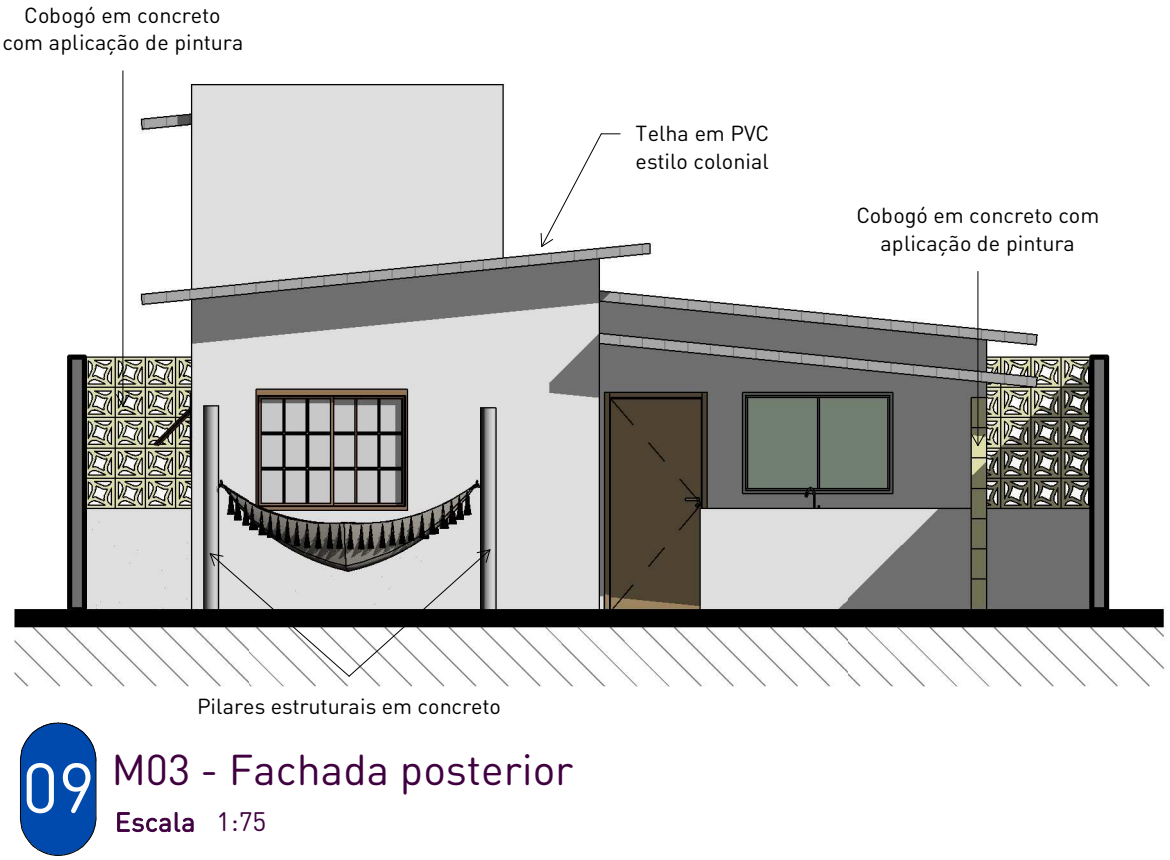
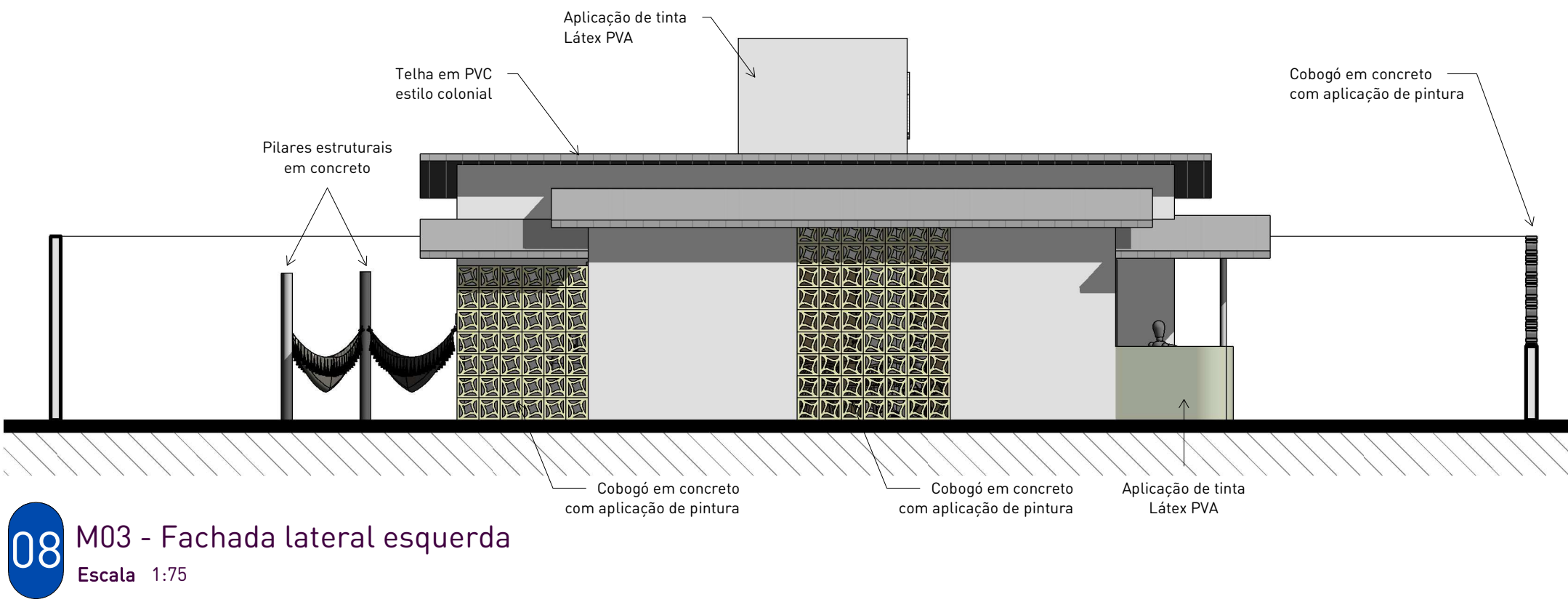
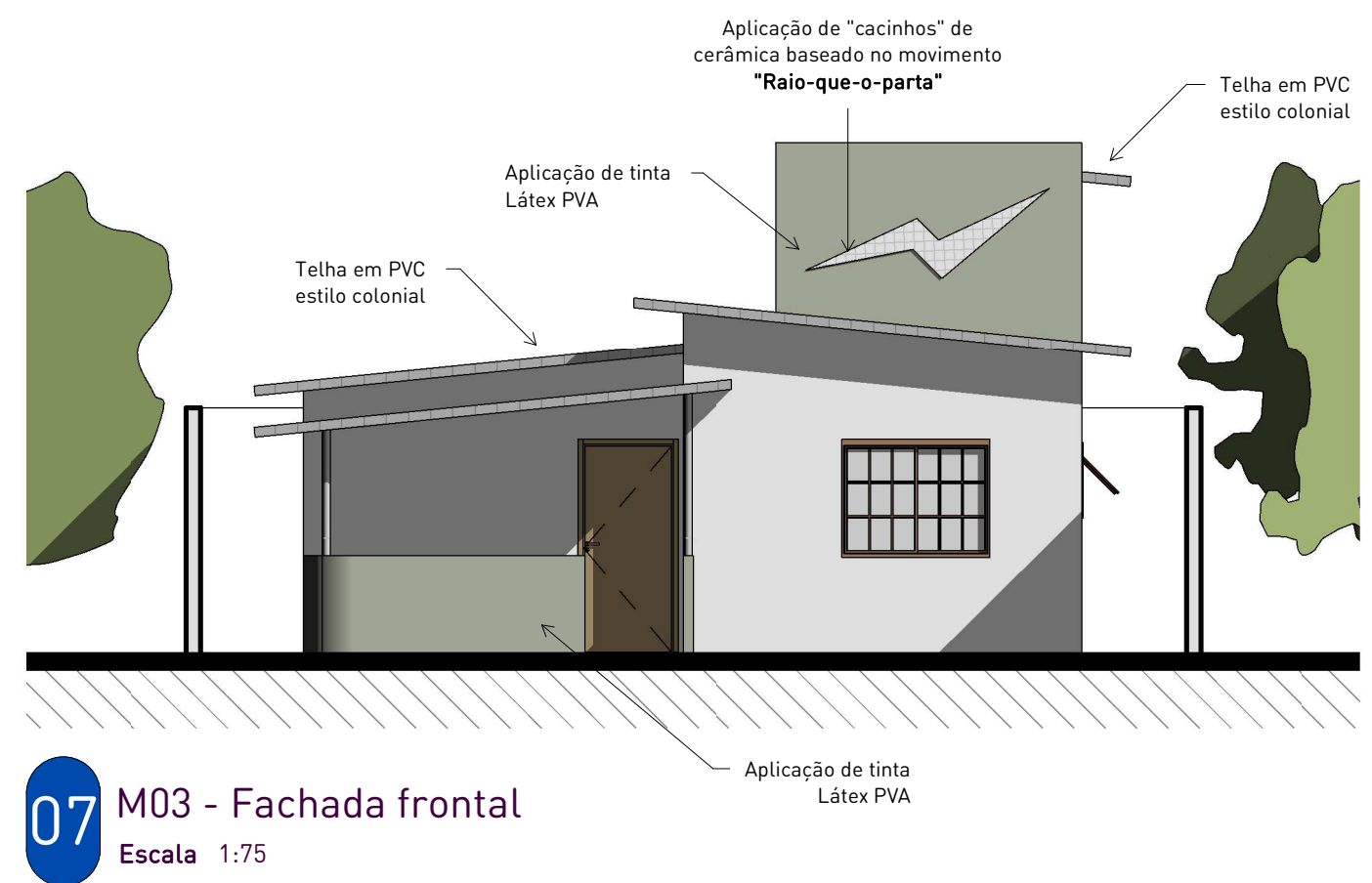
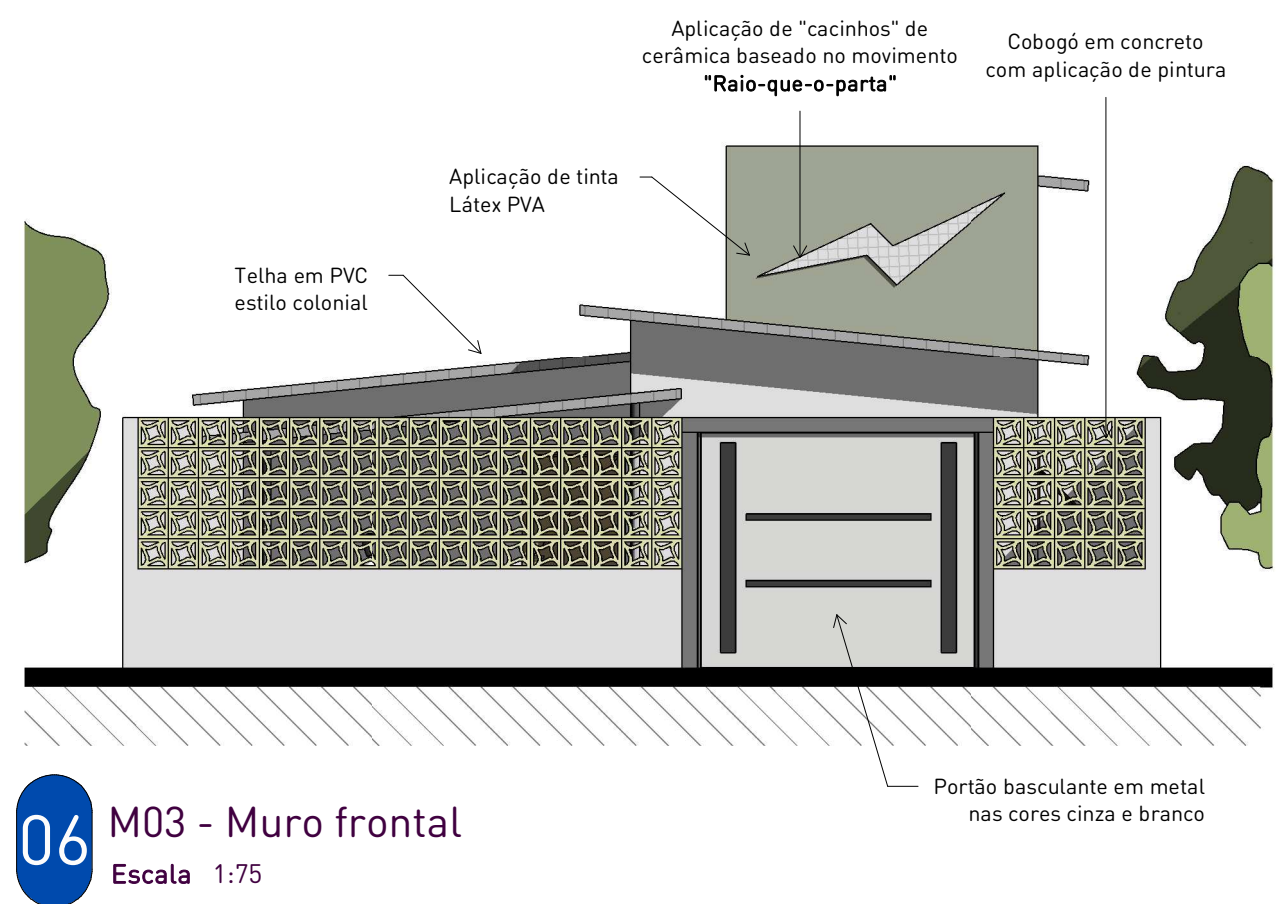
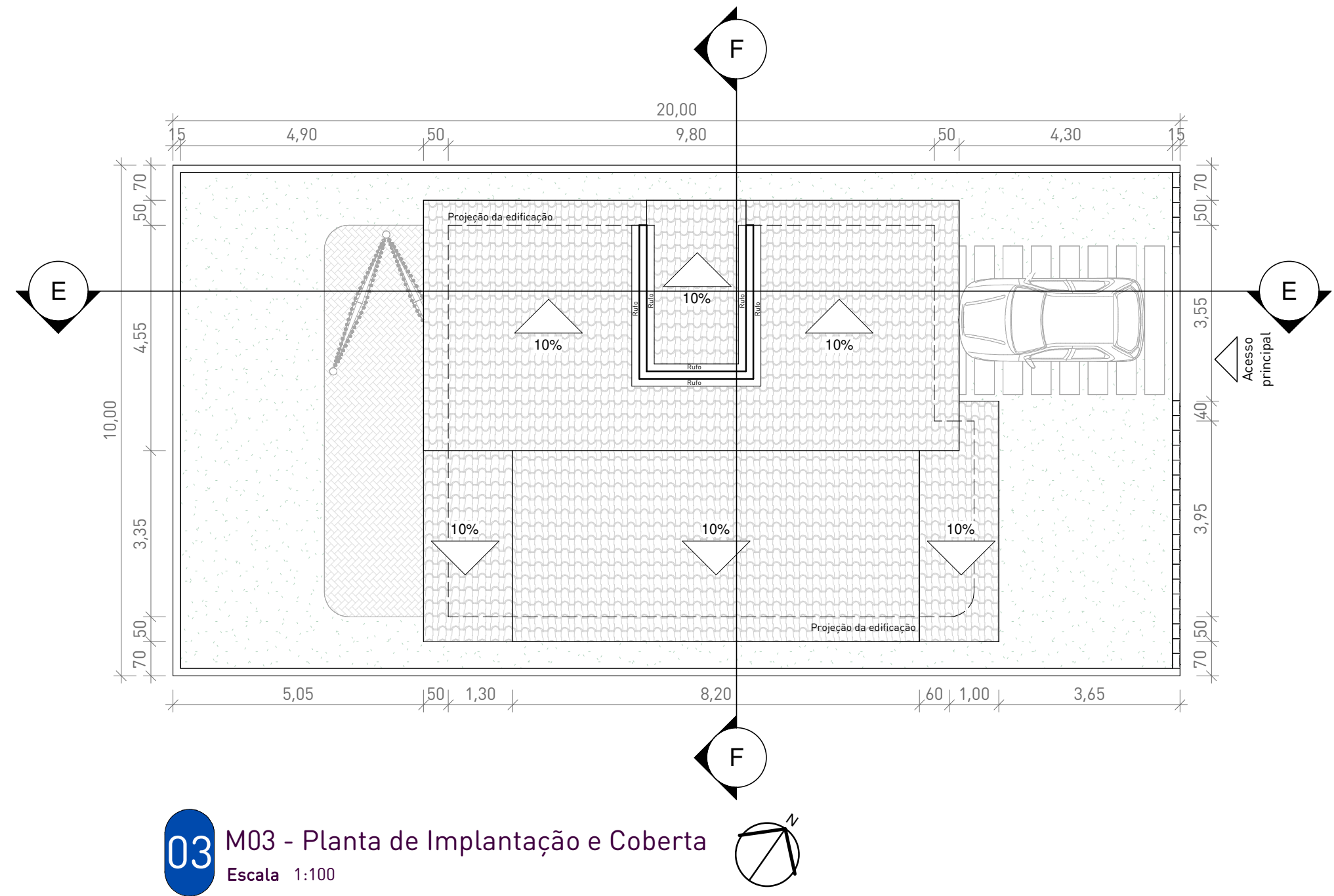
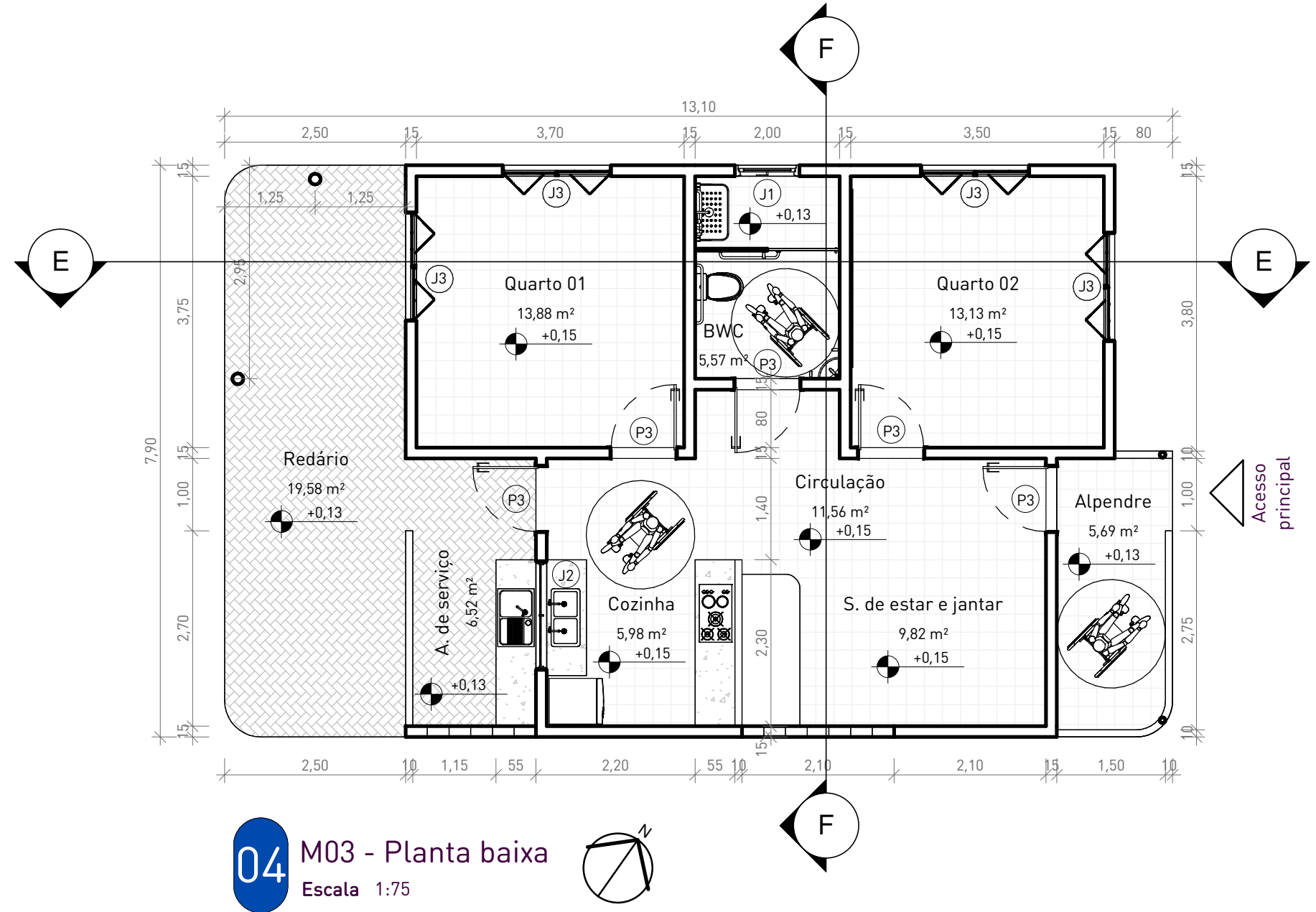
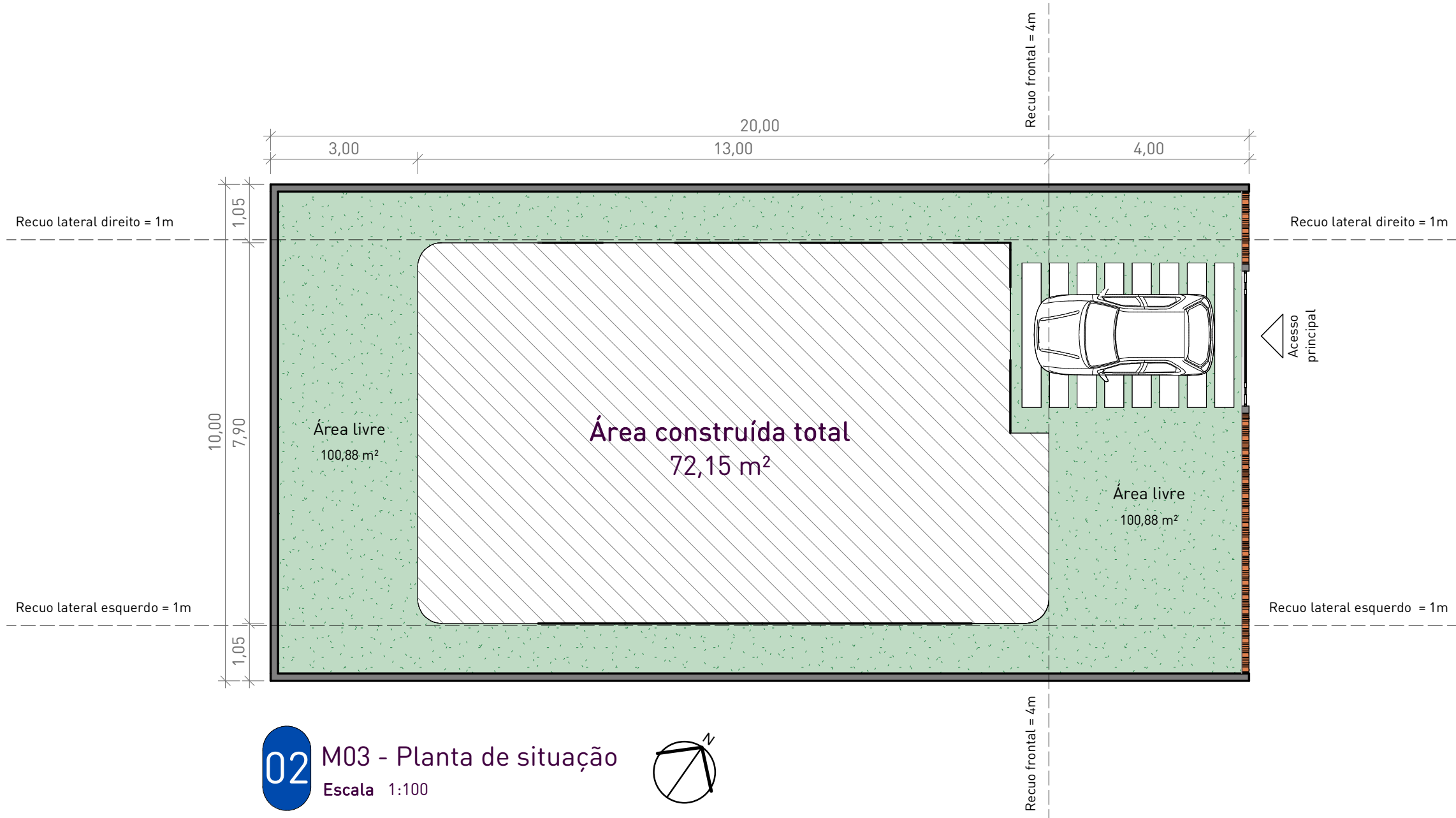
11 M01 - Tabela de esquadrias
Sem escala



01 M02 - Planta de situação
Escala 1:500

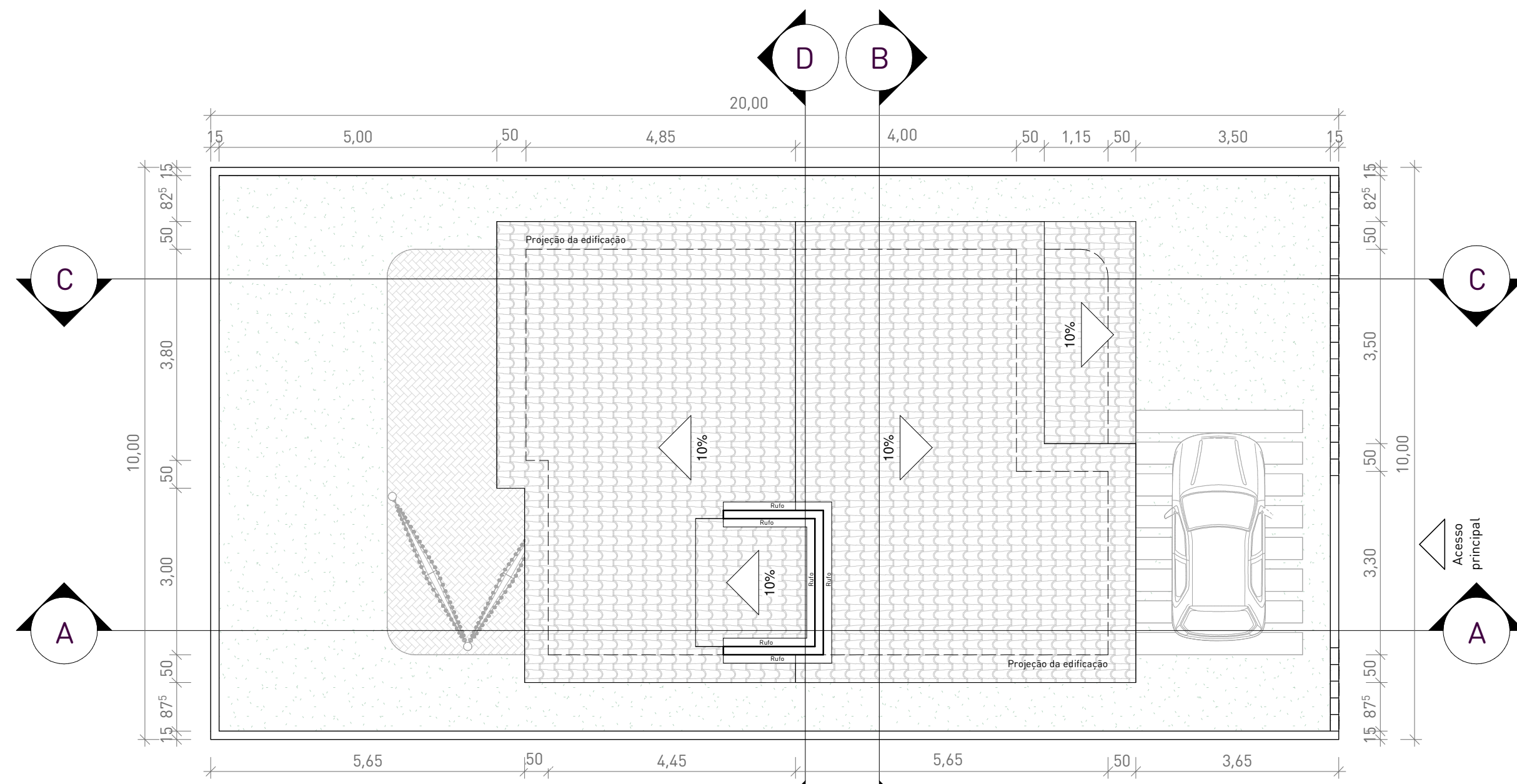
Quantitativo de esquadrias				
Código	Quantidade	Comprimento	Altura	Descrição
P1	01	0,66 m	2,10 m	Porta semi-oca de correr em madeira
P2	02	0,76 m	2,10 m	Porta semi-oca de correr em madeira
P3	02	0,96 m	2,10 m	Porta semi-oca de giro em madeira
J1	01	0,60 m	0,60 m	Janela maxim-ar em madeira e vidro
J2	01	1,50 m	1,00 m	Janela de correr em madeira e vidro
J3	05	1,50 m	1,20 m	Janela pantográfica em madeira e vidro

11 Tabela de esquadrias
Sem escala

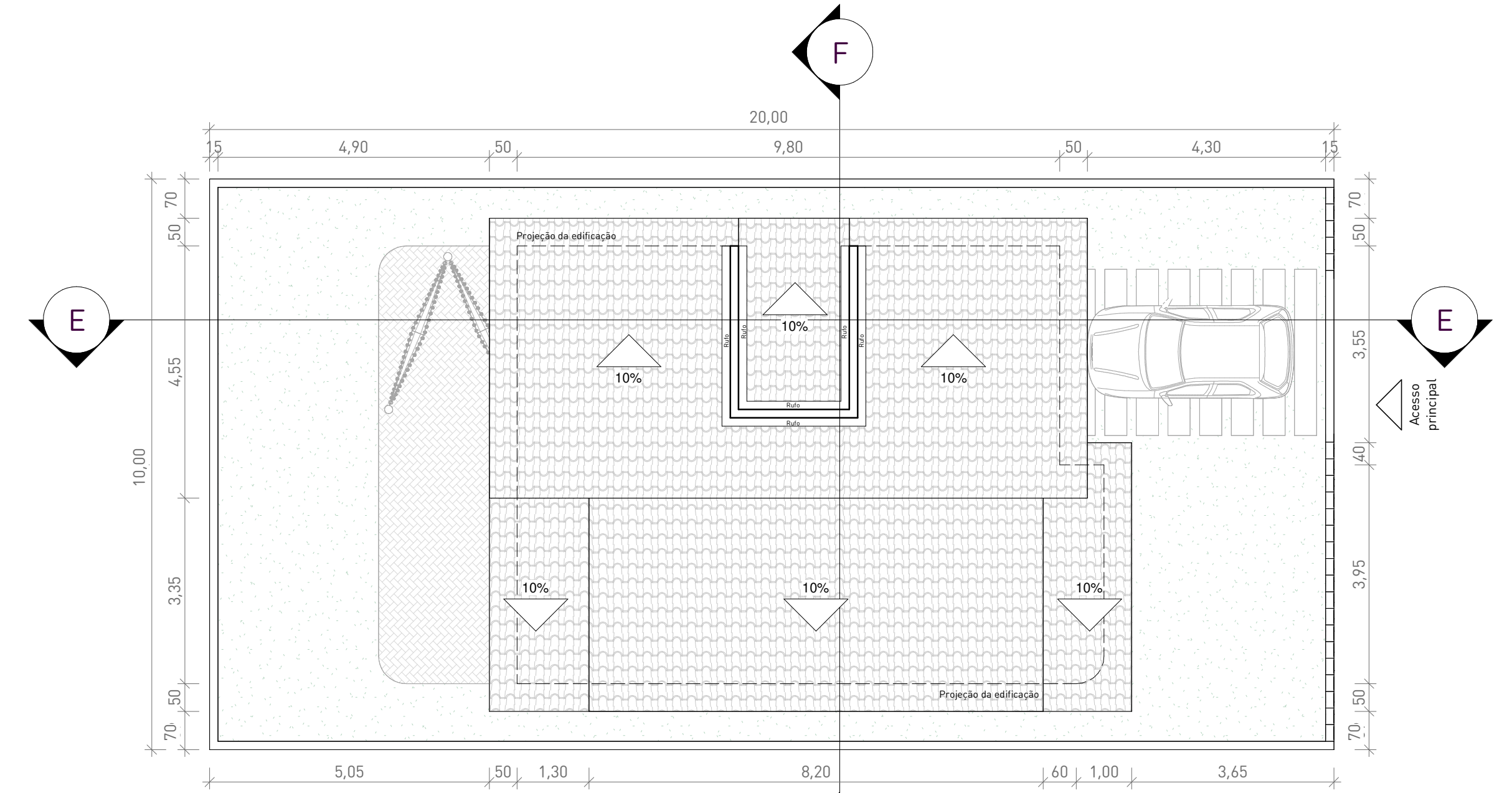


Quantitativo de esquadrias				
Código	Quantidade	Comprimento	Altura	Descrição
P1	00	0,66 m	2,10 m	Porta semi-oca de correr em madeira
P2	00	0,76 m	2,10 m	Porta semi-oca de correr em madeira
P3	05	0,96 m	2,10 m	Porta semi-oca de giro em madeira
J1	01	0,60 m	0,60 m	Janela maxim-ar em madeira e vidro
J2	01	1,50 m	1,00 m	Janela de correr em madeira e vidro
J3	04	1,50 m	1,20 m	Janela pantográfica em madeira e vidro

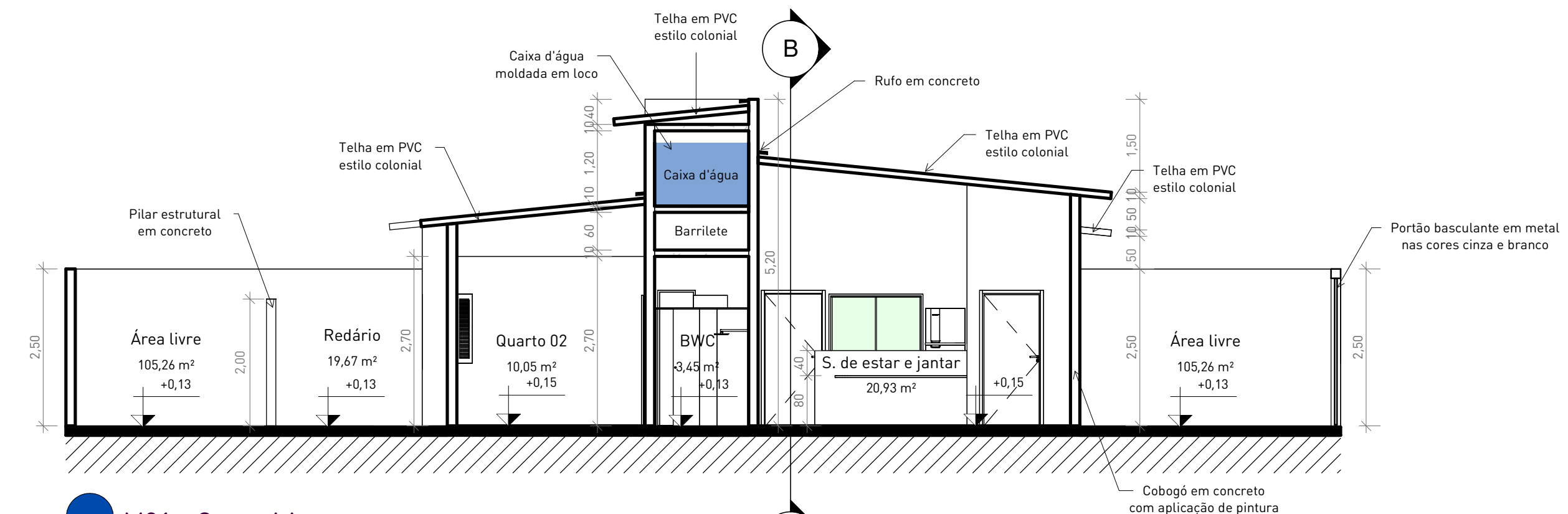
10	Tabela de esquadrias Sem escala
----	------------------------------------



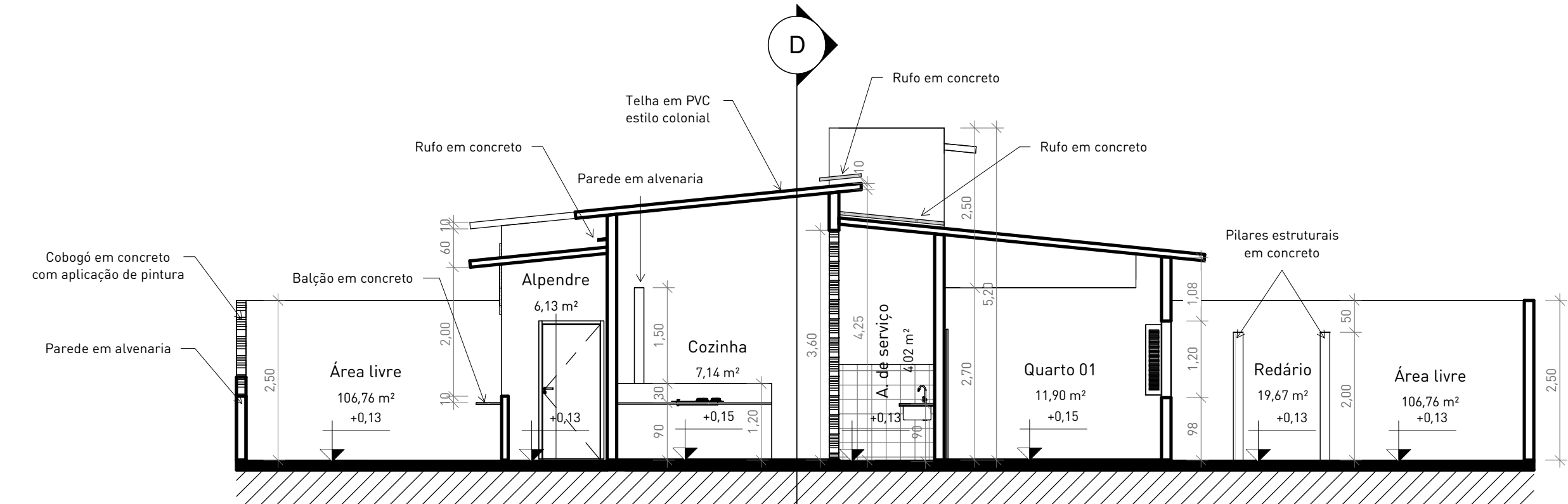
01 M01 e M02 - Cortes
Escala 1:85



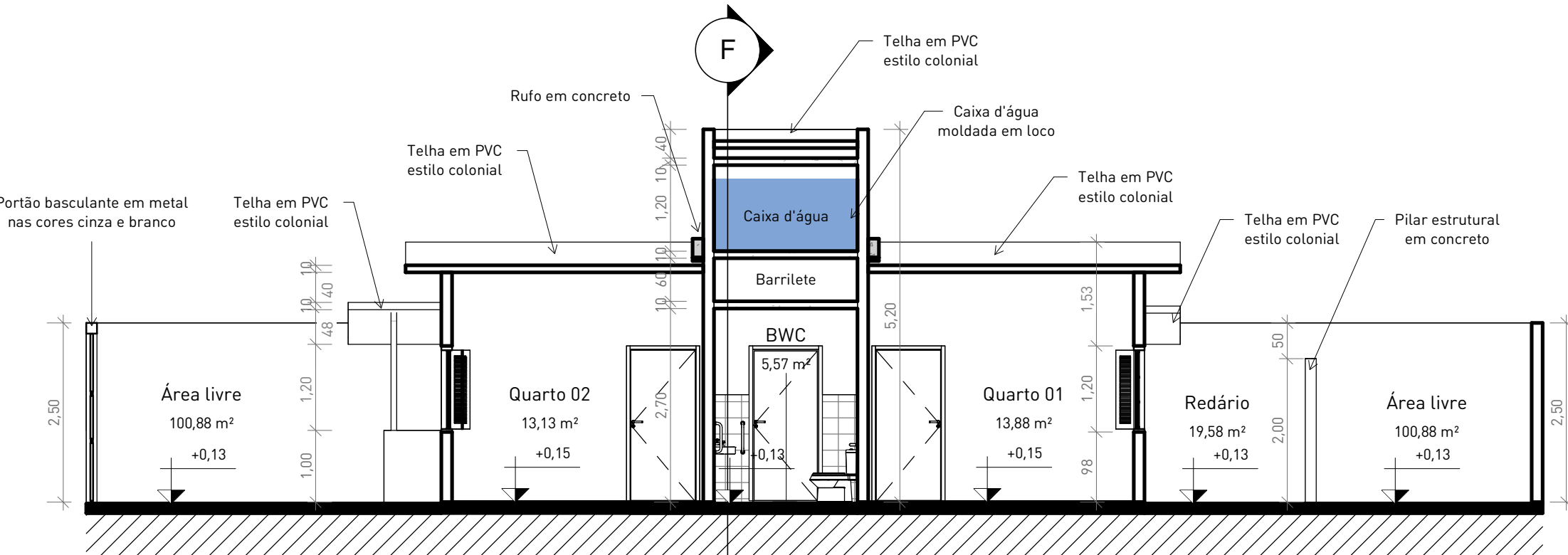
02 M03 - Cortes
Escala 1:85



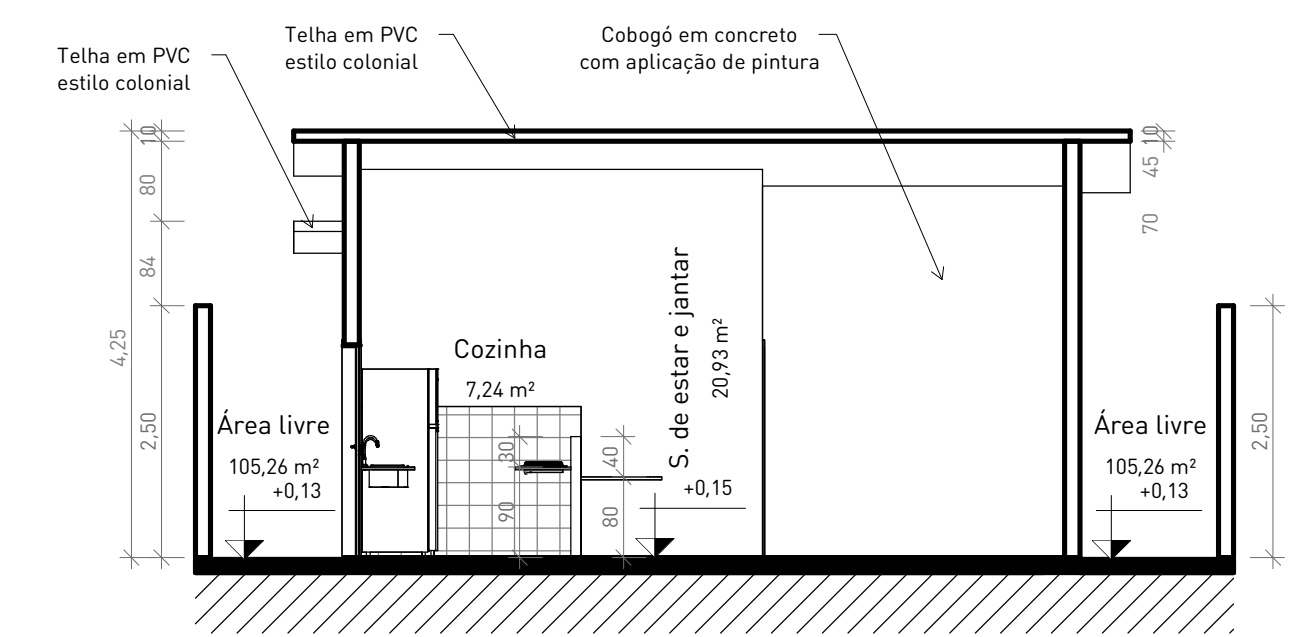
03 M01 - Corte AA
Escala 1:75



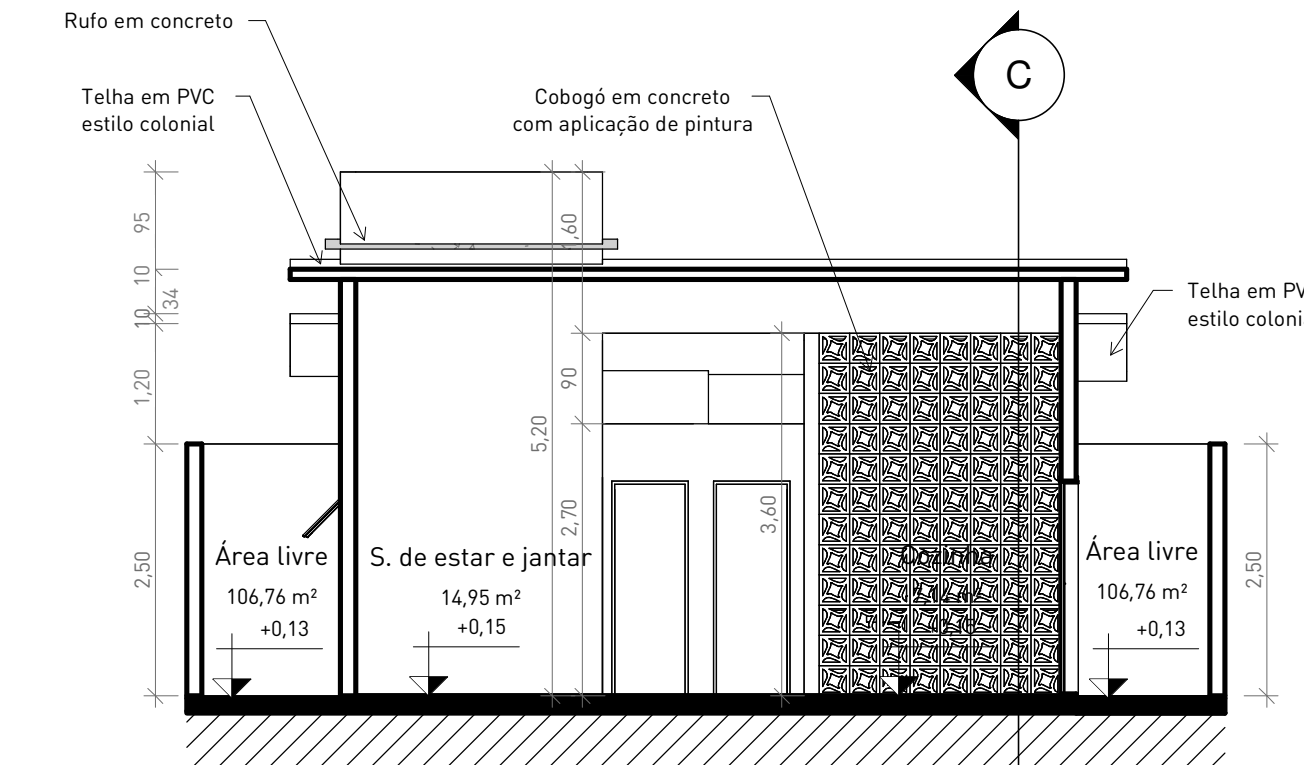
05 M02 - Corte CC
Escala 1:75



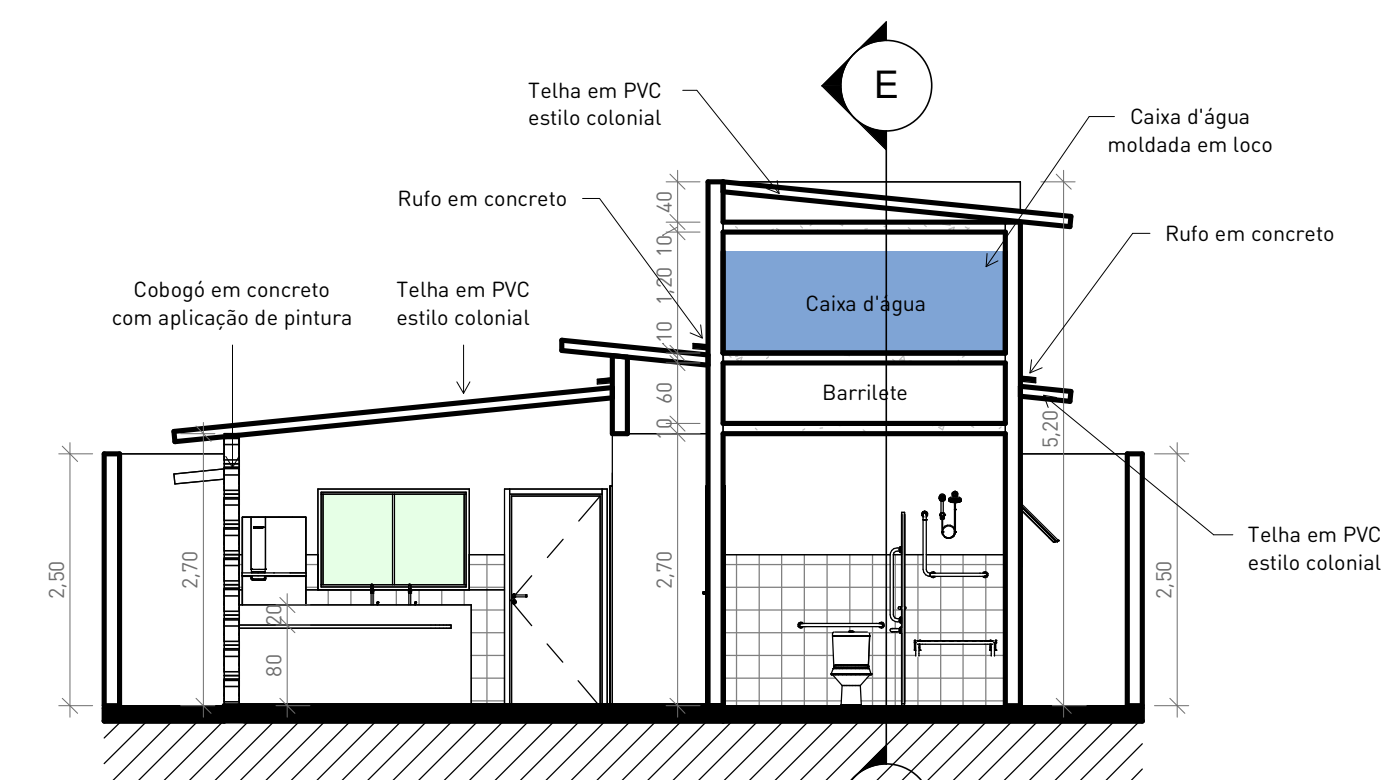
07 M03 - Corte EE
Escala 1:75



04 M01 - Corte BB
Escala 1:75



06 M02 - Corte DD
Escala 1:75



08 M03 - Corte FF
Escala 1:75



data
ABR
2024

prancha
11
12

CONTEÚDO DA PRANCHA:
Modelo 01, 02 e 03 da H1S: Cortes longitudinais e transversais (AA ao FF).

ORIENTADORA:
Dra. Tamms Maria da C. Morais Campos

DISCENTE:
Tony Anderson Silva Ferreira

LOCALIZAÇÃO:
Cajazeiras, Paraíba, Brasil

Escala indicada

